

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	13
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	20
1.5 Principais clientes	48
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	49
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	56
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	59
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	62
1.10 Informações de sociedade de economia mista	73
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	74
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	75
1.13 Acordos de acionistas	77
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	78
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	79
1.16 Outras informações relevantes	80
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	81
2.2 Resultados operacional e financeiro	114
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	123
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	124
2.5 Medições não contábeis	125
2.6 Eventos subsequentes as DFs	129
2.7 Destinação de resultados	130
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	136
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	137
2.10 Planos de negócios	138
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	145
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	146
3.2 Acompanhamento das projeções	147

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	148
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	205
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	206
4.4 Processos não sigilosos relevantes	213
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	240
4.6 Processos sigilosos relevantes	241
4.7 Outras contingências relevantes	243
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	246
5.2 Descrição dos controles internos	256
5.3 Programa de integridade	258
5.4 Alterações significativas	263
5.5 Outras informações relevantes	264
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	265
6.3 Distribuição de capital	271
6.4 Participação em sociedades	272
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	275
6.6 Outras informações relevantes	282
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	283
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	298
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	299
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	303
7.4 Composição dos comitês	317
7.5 Relações familiares	325
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	326
7.7 Acordos/seguros de administradores	328
7.8 Outras informações relevantes	329
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	331

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	338
8.3 Remuneração variável	342
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	344
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	352
8.6 Outorga de opções de compra de ações	353
8.7 Opções em aberto	354
8.8 Opções exercidas e ações entregues	355
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	356
8.10 Outorga de ações	357
8.11 Ações entregues	359
8.12 Precificação das ações/opções	360
8.13 Participações detidas por órgão	363
8.14 Planos de previdência	364
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	365
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	367
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	368
8.18 Remuneração - Outras funções	369
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	370
8.20 Outras informações relevantes	371
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	372
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	374
9.4 Outras informações relevantes	375
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	376
10.1 Descrição dos recursos humanos	378
10.2 Alterações relevantes	381
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	382
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	384
10.5 Outras informações relevantes	385
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	386

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	390
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	394
11.3 Outras informações relevantes	398
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	399
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	400
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	401
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	407
12.5 Mercados de negociação no Brasil	408
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	409
12.7 Títulos emitidos no exterior	410
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	413
12.9 Outras informações relevantes	415
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	423
13.1 Declaração do diretor presidente	424
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	426
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Histórico do emissor

A Companhia é constituída no formato de sociedade anônima, com registro de companhia de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) desde 1980, e atualmente está registrada na CVM na categoria “A”. Desde 2006, as ações da Companhia estão listadas no Novo Mercado, segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o qual conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa no Brasil (“**Novo Mercado**” e “**B3**”, respectivamente). No segmento do Novo Mercado, as ações da Companhia são negociadas por meio do código de identificação “BRFS3”, e suas *American Depositary Receipts* (ADRs), representando as ações ordinárias, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ou “NYSE” (ADR Nível III) por meio do código de identificação “BRFS”. Nesse contexto, a Companhia está sujeita às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e às normas e regulamentos expedidos pela CVM, pela B3 e pela SEC (*Securities and Exchange Commission*).

A Companhia foi fundada, em 1934, pelas famílias Brandalise e Ponzoni, com a razão social “Ponzoni, Brandalise & Cia”, no Estado de Santa Catarina. Até setembro de 1994, foi administrada pela família Brandalise. A partir de 1940, ampliou suas operações para incluir o processamento de carne suína, além do comércio em geral, focando em alimentos e produtos relacionados. Na década de 50, iniciou suas operações no processamento de aves. Em 1958, mudou sua razão social para Perdigão S.A. Comércio e Indústria. Nos anos 70, expandiu sua presença internacional, iniciando suas atividades na Arábia Saudita. Durante a década de 80 até a década de 90, a Companhia ampliou sua atuação no mercado internacional e realizou aquisições no setor de processamento de aves e suínos, além de investir em outros seguimentos de negócios variados.

Combinação de negócios com a Sadia

Em 19 de maio de 2009, a Companhia celebrou com a Sadia S.A. (“**Sadia**”) acordo para estabelecer os termos da combinação de negócios entre ambas (“**Combinação de Negócios Sadia**”), culminando na alteração da sua denominação social de Perdigão S.A. para BRF – Brasil Foods S.A. O fechamento da operação ocorreu no dia 13 de julho de 2011. Em 9 de abril de 2013, a Companhia alterou novamente sua denominação social para BRF S.A., a qual persiste até a atualidade.

Pet Food

Em 2 de agosto de 2021, a subsidiária BRF Pet S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social das empresas dedicadas ao desenvolvimento, produção e distribuição de produtos de nutrição para cães e gatos que compunham o Grupo Hercosul (“**Hercosul**”). A transação foi concluída pelo valor de R\$812,9 milhões (“**Aquisição Hercosul**”). Além disso, em 1º de setembro de 2021, a BRF Pet

1.1 Histórico do emissor

concluiu a aquisição de 100% da Paraguassu Participações S.A. e Affinity Petcare Brasil Participações Ltda., detentoras de 100% do capital social da Mogiana Alimentos S.A. ("**Mogiana Alimentos**"), especializada em produtos de nutrição animal para cães e gatos. O valor da transação, após ajuste de preço concluído em 18 de fevereiro 2022, foi de R\$477,4 milhões ("**Aquisição Mogiana Alimentos**").

Outras Operações

Em 17 de dezembro de 2020, a Nutrinvestment BV e a Banvit, empresas indiretamente controladas pela Companhia, celebraram um instrumento de compra e venda de ações com a Aaylex System Group S.A. ("**Aaylex System Group**"), estabelecendo os termos e condições para alienação de 100% das ações da Banvit Foods SRL ("**Banvit Foods**"), empresa que produzia ração animal e administrava um incubatório de ovos na Romênia. A transação foi concluída em 4 de maio de 2021, e após o ajuste de preço em junho de 2021 o valor total da transação foi de R\$145,4 milhões (EUR22,4 milhões) ("**Alienação Banvit Foods**").

Em 18 de janeiro de 2021, a Companhia, por meio da sua subsidiária integral indireta, Badi Limited, celebrou contrato de compra e venda de ações com a Hungry Bunny Limited ("**Hungry Bunny**") e outros para a aquisição de 100% do capital social da Joody Al Sharqiya Food Production Factory ("**Joody Al Sharqiya Food**"), uma empresa de processamento de alimentos, com uma unidade produtiva localizada em Dammam, na Arábia Saudita, cujo portfólio inclui cortes de frango empanados, marinados, hambúrgueres, dentre outros. A transação foi equivalente a R\$40,7 milhões (SAR29,8 milhões)], e a partir desta data, a Joody tornou-se uma subsidiária integral da Badi Limited ("**Aquisição da Joody Al Sharqiya Food**").

Em 9 de março de 2021, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral One Foods Holdings Ltd. ("**One Foods**"), adquiriu da Al Yasra Food Company W.L.L ("**Al Yasra Food**") os 25% de participação detidos por esta na BRF Kuwait WLL (anteriormente chamada BRF Al Yasra Food K.S.C.C.) ("**BRF Kuwait**"), uma entidade no Kuwait, responsável pela distribuição dos produtos da Companhia no país. A transação foi concluída pelo valor equivalente a R\$238,4 milhões (USD40,8 milhões) e a partir dessa data a BRF Kuwait passou a ser uma subsidiária integral da One Foods ("**Aquisição da BRF Kuwait**").

Em 16 de agosto de 2021, a Companhia celebrou um Acordo de Investimento para a constituição de uma sociedade com uma subsidiária da AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") para construção de um parque para geração de energia eólica no Complexo Eólico Cajuína, Rio Grande do Norte, com capacidade instalada de 160MW, gerando 80MWh, a serem adquiridos pela Companhia por meio de contrato de compra e venda de energia por 15 anos. O investimento estimado do projeto é de aproximadamente R\$985,0 milhões, o que corresponde a R\$6 milhões/MW instalado. Em 14 de março de 2022, a Companhia subscreveu ações da entidade incorporada, Potengi Holdings S.A., e ao longo de 2022 realizou contribuições de capital à Potengi Holdings S.A em um valor agregado de R\$92,1 milhões. O complexo da fazenda de energia começou a operar em 2023 e começou a fornecer energia em janeiro de 2024 ("**Acordo de Investimento AES Brasil**").

1.1 Histórico do emissor

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia assinou com a Intrepid Participações S.A. ("**Intrepid**") um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada, pelo prazo de 15 anos, juntamente com Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações, que dispõe a respeito da constituição de uma sociedade conjuntamente com a Intrepid, que terá por objetivo a construção de um parque para autogeração de energia solar nas cidades de Mauriti e Milagres, Ceará, com capacidade instalada de 320 MWp (Megawatt pico), com geração média de metade da capacidade que seria vendida para a BRF. Espera-se que a usina de energia solar esteja totalmente operacional em 2025 ("**Compra e Venda Intrepid**").

Em 13 de dezembro de 2021, BRF Foods GmbH ("**BRF Foods GmbH**") e One Foods, subsidiárias indiretas da Companhia, assinaram um aditivo ao acordo de acionistas com a Qatar Holding LLC ("**Qatar Holding**"), uma subsidiária de propriedade integral da Qatar Investment Authority ("**Qatar Investment**"), por meio do qual acordaram a extinção da opção de venda detida pela Qatar Investment prevista em tal instrumento, restando, portanto, extinta a obrigação financeira da BRF perante a QIA ("**Aditivo Qatar Holding**").

Em 24 de outubro de 2022, a Companhia anunciou ao mercado que a BRF GmbH, sua subsidiária integral ("**BRF GmbH**"), celebrou um acordo de sociedade com a Halal Products Development Company ("**HPDC**"), uma subsidiária integral do Public Investment Fund ("**PIF**"), fundo soberano da Arábia Saudita, que tem por objetivo o desenvolvimento da indústria halal na Arábia Saudita por meio de inovação e crescimento no segmento halal. O acordo previa a criação de uma sociedade na Arábia Saudita detida de 70% pela Companhia e de 30% pela HPDC, o que foi concluído em 10 de dezembro de 2023, sob o nome de BRF Arabia Holding Company ("**Constituição BRF Arabia HPDC**"). Espera-se que a BRF Arabia HPDC detenha ativos em toda a cadeia de produção de frango na Arábia Saudita e promova a venda de produtos frescos, congelados e processados. A BRF Arabia terá um investimento combinado de US\$500 milhões (ou R\$2,4 bilhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R\$4,8413 em 31 de dezembro de 2023), dos quais (i) US\$125 milhões (ou R\$625,9 milhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R\$5,0072 em 28 de setembro de 2023) foram aportados pela Companhia e pela HPDC quando da constituição da sociedade; e (ii) o restante será aportado de acordo com o plano de investimento a ser elaborado pelos acionistas da BRF Arabia.

Ofertas Públicas de Ações

Em janeiro de 2022, a Companhia anunciou o lançamento de oferta subsequente de ações, encerrada em 4 de fevereiro de 2022, por meio da qual a Companhia emitiu 270.000.000 de ações ordinárias. A oferta foi composta por: (i) oferta internacional de ações ordinárias, incluindo ações ordinárias representadas por ADRs, realizada fora do Brasil, registrada nos Estados Unidos; e (ii) oferta pública com esforços restritos de ações ordinárias, realizada no Brasil. Como resultado da oferta, a Companhia recebeu aproximadamente R\$5.400,0 milhões.

Em julho de 2023, a Companhia realizou, por meio do rito de registro automático de distribuição da CVM, oferta pública primária de distribuição de 600.000.000 novas ações ordinárias, no valor

1.1 Histórico do emissor

unitário de R\$9,00 por ação, perfazendo o valor total de R\$5.400,0 milhões, dentro do limite do seu capital autorizado. Essa oferta foi realizada, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, e contou com a realização de esforços de colocação de parte das ações no exterior, sendo: (a) nos Estados Unidos da América exclusivamente para um número limitado de investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), nos termos da regra 144A ao abrigo do *Securities Act* e com base na seção 4(a)(2) do *Securities Act*; e (b) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, para investidores que fossem pessoas não residentes no Brasil ou nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis daqueles países, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor. No âmbito da oferta e nos termos da carta de compromisso de investimento, celebrada em 30 de maio de 2023 entre a *Saudi Agricultural and Livestock Investment Company* (“**SALIC**”) e a Companhia, em 13 de julho de 2023, a SALIC subscreveu 180.000.000 de ações, representando 10,7% das ações objeto da oferta. A Marfrig Global Foods S.A. (“**Marfrig**”) subscreveu 200.323.582 de ações no âmbito da oferta prioritária, não tendo, portanto, sofrido diluição.

Mudanças significativas recentes em nossos principais acionistas

Entre maio de 2021 e março de 2022, a Marfrig e suas afiliadas adquiriram 360.133.582 ações ordinárias, representando 33,27% das ações ordinárias em circulação da Companhia. Em novembro de 2023, após a realização da oferta subsequente de ações e a aquisição de valores mobiliários no mercado secundário, a Marfrig passou a deter, direta e indiretamente, 842.547.574 entre ações ordinárias e ADRs, representando 50,06% do total das ações de emissão da Companhia. Dessa forma, a Marfrig, tendo atingido participação acionária superior a 50% do capital votante da Companhia, é sua acionista controladora.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atuante em um mercado grande e crescente, sustentado por tendências positivas de crescimento demográfico, a Companhia, em termos de capacidade de produção, é uma das maiores produtoras mundiais de proteína animal, de acordo com a WattAgNet, possuindo, até 31 de dezembro de 2023, um portfólio de aproximadamente 5.500 *Stock Keeping Units* (“*SKU*”) ou, em português, Unidade de Manutenção de Estoque e atendendo a mais de 300 mil consumidores em mais de 120 países. A Companhia está comprometida em operar seus negócios e entregar produtos para sua base global de clientes em linha com seus valores centrais: qualidade, segurança e integridade. Seus produtos processados incluem frango marinado e congelado, frango Chester e carnes de peru, carnes especiais, carnes processadas congeladas, pratos prontos congelados, produtos em porções e produtos fatiados, dentre outros. A Companhia também vende margarina, manteiga, produtos à base de plantas e ração para animais. A Companhia é detentora de marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Sadia Halal, Banvit, Perdix, Confidence e Hilal, dentre outras marcas regionais. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia foi responsável por 10% do comércio mundial de aves, segundo o USDA (*United States Department of Agriculture*).

A estratégia de portfólio da Companhia é baseada na criação de produtos que a Companhia considera inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, de acordo com as suas necessidades e estilo de vida, aliando praticidade e adaptabilidade às culturas e costumes de seus consumidores. A Companhia busca atingir esse objetivo por meio de um processo de inovação, que tem como propósito gerar produtos de elevado valor agregado (produtos de valor agregado representaram 76,7% do total de vendas no Brasil em 2023) e, conseqüentemente, diferenciar sua atuação em relação aos seus concorrentes, fortalecer sua marca e estimular a fidelidade de seus clientes, através de um modelo de negócios totalmente integrado do campo à mesa.

Além de uma estratégia de portfólio com produtos que a Companhia considera inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, visando a manutenção da rentabilidade e o crescimento das vendas há também um foco em diversificação através de segmentos complementares, *Ingredients* e *Pet Food*, que são importantes fontes de integração de negócios. Por meio de inovação, eficiência e sustentabilidade, a BRF Ingredients é uma unidade de negócios independente que gera matérias-primas agrícolas de alto desempenho para serem usadas pela Companhia e seus mercados de atuação, e é uma importante fonte de integração de negócios, maximização de receitas e eficiência. No segmento de *Pet Food*, a BRF opera 4 fábricas distribuídas entre São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraguai, e um amplo portfólio de produtos e marcas como Biofresh, Guabi Natural, Gran Plus, Balance, Three Dogs, Three Cats, PrimoCão, PrimoGato, Faro, Bônos, Apolo e Átila.

No que diz respeito aos canais de venda, a companhia adota uma estratégia *Omnichannel* para melhorar ainda mais a experiência de seus consumidores, oferecendo uma plataforma digital

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

focada no consumidor final (Mercato em Casa) e outra plataforma focada em clientes B2B (Central BRF).

Brasil

Com uma participação de mercado nas categorias de alimentos processados de 39,2% no Brasil, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 38 unidades industriais, sendo elas, 31 fábricas de abate e produtos industrializados (que compreendem três fábricas de esmagamento de soja), 3 de processamento de margarinas (uma das quais processa exclusivamente margarina), 4 fábricas de farinha de ração animal e 3 fábricas de ração para animais de estimação, todas próximas de seus fornecedores de matéria-prima ou dos principais centros de consumo.

A Companhia possui um sistema logístico avançado em seu mercado interno, com uma vasta rede de distribuição composta por 53 centros de distribuição e pontos de trânsito, em 31 de dezembro de 2023, dos quais cinco são de sua propriedade e 48 alugados de terceiros, todos eles atendendo supermercados, varejistas, atacadistas, restaurantes e outros clientes. Com sua rede logística desenvolvida para estar próxima dos maiores mercados consumidores composta por uma frota de aproximadamente 5.300 veículos, a Companhia realiza aproximadamente 500 mil entregas por mês, atendendo 95% dos municípios brasileiros.

Adicionalmente, a Companhia possui uma plataforma de vendas digitais na qual sugere pedidos aos clientes, de acordo com as características do ponto de venda, aumentando a eficiência.

Com uma forte capilaridade, a Companhia tem mais de 280 mil clientes, em 31 de dezembro de 2023, e uma taxa de cobertura de 75% no Autosserviço, segmento que representa 39,2% da Receita Líquida total, enquanto Rota representa 53,4%, e *Food Service* 7,4%.

Outros países

O segmento internacional representou 44,5% da Receita Líquida total em 2023. A Companhia atende aproximadamente 50 mil clientes em mais de 120 países, incluindo os países do *Gulf Cooperation Council* ("**GCC**"), Turquia, China, Japão, Cingapura e Chile.

Tendo em vista o movimento da Companhia para cada vez mais incluir produtos de valor agregado em seu portfólio, cujas margens são maiores, é importante destacar que na Turquia e nos países do GCC, tais produtos já correspondem a aproximadamente 21,1% e 18,5% das vendas da Companhia, em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava, através de suas subsidiárias ou controladas no mercado internacional, 5 instalações industriais para o processamento de carne e 1 de ração para animais de estimação. Além disso, a Companhia operava com 50 centros de distribuição e pontos de trânsito, assim como escritórios comerciais em 4 continentes. Adicionalmente, a Companhia detém 37,6% de participação de mercado nos países do GCC através da marca Sadia, e 21,2% de participação de mercado na Turquia através da marca Banvit.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nos países do GCC e Turquia, a Companhia também dispõe de uma robusta capacidade logística e de distribuição, composta por aproximadamente 700 caminhões, 46 centros de distribuição e pontos de trânsito, que realizam a entrega de aproximadamente 68 mil toneladas de produtos por mês para mais de 50 mil clientes. Além disso, a Companhia possui aproximadamente 95% de cobertura dos promotores de vendas, tanto no Autosserviço como na Rota.

Informações Adicionais

A Companhia também está focada em endereçar o impacto da mudança climática sobre o meio ambiente e seus negócios. Entre as iniciativas adotadas pela Companhia para reduzir sua exposição às mudanças climáticas e manter sua competitividade em termos de custos está o monitoramento dos estoques e das compras de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, de forma a orientar suas decisões de compra, assim como a antecipar os movimentos de preços nos mercados de *commodities*. Outras iniciativas incluem inovações tecnológicas em suas instalações de criação de animais para melhorar a eficiência e salvaguardar o bem-estar animal. Além disso, a Companhia reconhece que consumidores, investidores e demais *stakeholders* estão mais conscientes dos aspectos sociais e ambientais da cadeia produtiva. A Companhia entende que o compromisso assumido por ela para alcançar o Net Zero até 2040, estabelecido em 2021, foi um passo importante na agenda climática. A Companhia tomou iniciativas para tratar deste aspecto, como a Política de Compra de Grãos Sustentáveis, que estabelece diretrizes com relação a compromissos e princípios a serem aplicados no negócio, com foco na incorporação de práticas ambientais, sociais e sustentáveis para gerenciar a sua cadeia produtiva, assim como investimentos em energia limpa através da constituição de parcerias com a AES Brasil e a Intrepid visando a geração de energia eólica e solar, respectivamente.

Do ponto de vista estratégico, a Companhia está focada em posicionar-se na liderança do mercado mundial, sem renunciar à rentabilidade, através de oportunidades de consolidação e crescimento em seus segmentos e mercados de atuação. Dentre as alavancas de valor mapeadas, estão: (i) foco atual na retomada de resultados, maximizando o retorno com ativos existentes; (ii) alocação de capital criteriosa; (iii) otimização do *footprint* e captura de eficiências em toda a cadeia e; (iv) conexão com as necessidades dos consumidores, juntamente com a implementação de ajustes no mix de canais e produtos. Tais alavancas de valor resultam em diferentes focos para as diferentes regiões em que a Companhia atua:

- **Brasil:** garantir avanço da execução comercial e alto nível de serviço;
- **Halal:** consolidar a liderança nessa região e avançar no portfólio de valor agregado; e
- **Exportações Diretas + Ásia:** maior agilidade em habilitações e alternativas de negócios, bem como a retomada de liderança em exportações com rentabilidade.

Meio Ambiente, Social e Governança (ESG)

Nossa intenção de oferecer alimentos de qualidade e que melhorem a vida das pessoas está ligada ao nosso compromisso com a sociedade e o planeta. A BRF alinha seus objetivos estratégicos para

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

produzir valor de longo prazo, reduzindo riscos e gerando impactos positivos no negócio. Para aumentar a nossa transparência e reforçar as nossas ambições, estabelecemos compromissos globais e transversais aos aspectos ESG.

A Companhia espera que, até 2025, aproximadamente 90% da sua demanda de energia no Brasil seja suprida por fontes limpas e renováveis (eólica e solar). Para tanto, celebrou acordos para a implementação de projetos de energia limpa, incluindo (i) a sociedade para a construção e operação de um complexo de parques eólicos autogerados com a AES Brasil, e (ii) a iniciativa conjunta com a Intrepid para implementar um parque de autogeração de energia solar no estado do Ceará. Além disso, em parceria com o Banco do Brasil, a BRF se comprometeu a facilitar o acesso a empréstimos para o financiamento da instalação de painéis solares para produtores integrados com os quais comercializa. Em 31 de dezembro de 2023, 3.300 produtores integrados, representando aproximadamente 41% do total de nossos produtores integrados, haviam instalado painéis solares em suas fazendas, o que reduz seu custo de insumos em 90% em média. A Companhia está confiante de que seus produtores integrados e parceiros continuarão dedicados a esse projeto e, juntamente com o Banco do Brasil, é esperado construir fazendas solares para reduzir ainda mais as emissões indiretas.

Quanto aos aspectos sociais, a Companhia busca manter um diálogo aberto com a sociedade e espera continuar desenvolvendo as comunidades onde atua e incentiva a inovação e o conhecimento. Valoriza a educação e a inclusão e espera continuar contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde atua. Adicionalmente, é uma das maiores empregadoras de refugiados no Brasil e atualmente emprega cerca de 7.000 imigrantes refugiados.

Com relação às práticas de governança, a Companhia busca manter um vínculo claro entre suas metas ESG e seus programas de remuneração variável, especialmente para os executivos seniores que conduzem sua estratégia de longo prazo. Possui políticas para garantir o cumprimento de diretrizes de direitos humanos e sustentabilidade, incluindo, mas não se limitando, a Política de Sustentabilidade, Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Política Corporativa de Direitos Humanos, Política de Compra Sustentável de Grãos.

A Companhia possui Comitê Executivo de Sustentabilidade, composto por seis vice-presidentes de áreas relacionadas à temática e uma consultora externa com amplo conhecimento. O órgão se reúne aproximadamente a cada 90 dias, com objetivo de orientar e acompanhar ações estratégicas de sustentabilidade da Companhia. Temos também o Comitê de Sustentabilidade (“CS”) do Conselho de Administração, composto por três membros externos que se reúnem a cada 90 dias, aproximadamente, com o objetivo de acompanhar o andamento da estratégia ESG, bem como o avanço dos compromissos públicos e deliberações sobre temas críticos para tomadas de decisão e suporte via Conselho de Administração.

A BRF instituiu um Comitê Interno Net Zero, composto por lideranças de áreas estratégicas, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento de metas visando aprimorar seu desempenho com

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

relação às emissões de Gases de Efeito Estufa (“**GEE**”). A agenda se manteve em 2023, em frentes prioritárias de emissão, para engajar e captar projetos de redução.

Como uma das fundadoras do Programa Brasileiro GHG Protocol (“**Green House Gases**”), a Companhia tem seguido sua metodologia para cálculo do inventário anual de emissões de GEE por mais de 10 anos. A Companhia deu também em 2021 a uma jornada rumo à era digital no gerenciamento de emissões de GEE, adotando uma ferramenta automatizada para coleta de dados e cálculo de emissões. Essa transição aumentou a precisão e a frequência do monitoramento tanto das emissões diretas das operações (Escopo 1) quanto das emissões indiretas decorrentes do consumo de energia (Escopo 2). Em 2023, foi concluído o mapeamento de todas as categorias aplicáveis ao negócio referentes ao Escopo 3. Esse mapeamento tem sido fundamental para orientar a Companhia em suas iniciativas de redução de emissões de carbono em toda a cadeia de valor, especialmente considerando que a criação animal e a aquisição de commodities destacam-se como os principais fatores emissores. Nosso inventário de emissões de GEE para as operações de 2023, abrangendo os Escopos 1, 2 e 3, bem como o ano base de 2020 (Escopo 3), será submetido à verificação por terceiros. Nosso inventário de GEE referente ao ano de 2022 foi reconhecido com o selo ouro pelo *Green House Gases* em outubro de 2023, evidenciando nosso compromisso com a transparência, precisão e excelência.

Em 2023, também alcançamos 100% de rastreabilidade dos fornecedores diretos de grãos e 77% dos indiretos na Amazônia e Cerrado. No cômputo de todos os biomas, alcançamos 100% de rastreabilidade dos diretos e 79% dos indiretos. Os resultados estão em sintonia com o compromisso assumido pela Companhia para uma cadeia de suprimentos livre de desmatamento até 2025. Assumimos o compromisso de uma cadeia livre de desmatamento no último trimestre de 2023 que vai além de grãos. Reduzimos em 21% as emissões absolutas de GEE no Escopo 1 e no Escopo 2 em relação ao ano base (2019), e obtivemos uma redução de 8% no consumo de água por tonelada produzida em relação ao ano base (2020). Essa redução foi reportada no último inventário da Companhia, que passou por auditoria externa. O Relatório Integrado BRF referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi objeto de asseguração limitada sobre informações não financeiras pelo Instituto Totum.

Entre 2019 e 2023, a BRF investiu em ações que reforçam o respeito ao meio ambiente em toda a cadeia produtiva. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (“**ONU**”) e figuramos no Índice de Sustentabilidade Empresarial (“**ISE**”) da B3. Desde 2021, passamos a relatar os indicadores do *Sustainability Accounting Standards Board* (“**SASB**”) no Relatório Integrado, na categoria *Food & Beverage - Meat, Poultry & Dairy*. Conectamos o plano estratégico aos objetivos de desenvolvimento sustentável (“**ODS**”), criando uma agenda de combate à fome, inovação, diversidade, GEE, recursos naturais e ética, entre outros. Nossos compromissos são destacados a seguir:

Bem-estar animal

- Compromisso com a tolerância zero a maus-tratos a animais, seja por abuso ou negligência;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Certificar por meio de auditorias de terceiros 100% das unidades em Bem-Estar Animal até 2025, respeitando devidamente os requisitos religiosos e/ou culturais exigidos pelos clientes da Companhia;
- Usar apenas ovos de galinha livres de gaiolas no processo industrial de alimentos globalmente até 2025;
- Assegurar que nenhum antibiótico promotor de crescimento seja usado na cadeia pecuária;
- Utilizar enriquecimento ambiental em 100% da integração da avicultura até 2025;
- Antecipação do compromisso de 100% de aves *cage free* no sistema de integração; e
- Todas as novas instalações para matrizes suínas serão desenvolvidas de acordo com o conceito *cage free*.

Commodities

- Assegurar uma cadeia de suprimentos, direta e indireta, livre de desmatamento e conversão, e garantir a rastreabilidade dos fornecedores de grãos e derivados para 100% dos biomas que atua até 2025.

Comunidades

- Investir R\$ 400 milhões nas comunidades até 2030.

Desperdício de comida

- Promover a educação para reduzir o desperdício de alimentos para 1,5 milhão de pessoas em todo o mundo até 2030.

Diversidade

- Atingir 30% de mulheres na alta liderança até 2025. A Companhia aderiu ao movimento Equidade é Prioridade, que faz parte da Rede Pacto Global da ONU Brasil que reforça esse compromisso; e
- O compromisso do setor público com o combate ao racismo.

Embalagem

- Ter embalagens 100% recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis até 2025.

Gases de efeito estufa (GEE)

- Com o objetivo de expandirmos a comercialização de produtos *plant based*, o portfólio da Sadia passou a contar com três itens carbono zero em 2023: couve-flor *wings*; nuggets de legumes e nuggets de proteína vegetal. Para os três produtos, a BRF garante o efeito carbono zero ao compensar todas as emissões de GEE gerados por esses produtos, considerando toda a sua cadeia de valor, desde a produção até o consumo final.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Net Zero até 2040, por meio da celebração de acordos para a implementação de projetos de energia limpa;
- Redução de emissões de GEE nos processos produtivos. A Companhia tem desempenhado um papel ativo na redução das emissões do Escopo 3, ao incentivar seus parceiros a adotarem práticas mais sustentáveis. Na criação de aves (frangos e perus), 56% dos produtores possuem painéis solares.

Recursos naturais

- Reduzir o indicador de consumo de água em 13% até 2025; e
- Aumentar a eletricidade de fontes limpas em 50% até 2030.

Por meio do Instituto BRF, fundado em 2012 a Companhia direcionou estrategicamente seus investimentos sociais. O Instituto é responsável pela gestão do Programa de Voluntariado Corporativo BRF e por todas as frentes de inteligência social, definindo estratégias de investimento social e promovendo impacto social nas comunidades locais, inclusive no que diz respeito à segurança alimentar, redução do desperdício de alimentos, inclusão socioeconômica, educação e cidadania. Em 2023, o valor total investido foi de R\$1,6 milhão, direcionados pelo Instituto BRF para gestão de projetos, doações e ações sociais nas comunidades em que a BRF possui operação.

Entre 2014 e 2023, os investimentos ambientais da Companhia alcançaram a marca de EUR432 milhões, destinados a projetos com benefício ambiental que se enquadram em um ou mais critérios de elegibilidade estabelecidos pelos *green bonds* emitidos pela Companhia. Em 2023, o investimento ultrapassou a marca de R\$30,9 milhões (ou EUR5,7 milhões) em água e eficiência energética.

Desenvolvimentos recentes

Unidade Lucas do Rio Verde autoriza a exportação de carne de frango e suína para a China

Em 16 de maio de 2023, a Companhia anunciou que sua unidade de produção localizada em Lucas do Rio Verde/MT, foi autorizada pela Administração Geral das Alfândegas da China (GACC) a exportar carne de frango e suína para a China. Em novembro de 2022 e março de 2023, a Companhia obteve autorização para exportar carne de frango produzida, respectivamente, pela Companhia Minuano de Alimentos, fornecedora exclusiva de produtos da Companhia, e pela unidade de produção localizada em Marau/RS da Companhia.

Programa de eficiência: BRF+ 2.0

Em 2023, o Plano de Eficiência BRF+ gerou ganhos de R\$ 2.200 milhões, acima da meta estabelecida para o ano. O foco no consumo de grãos alternativos e a compra direta do produtor representaram ganhos relevantes no BRF+, enquanto os principais indicadores de desempenho agrícola, como eclosão, taxa de conversão alimentar e mortalidade, atingiram ou superaram os níveis de 2019. Nas atividades industriais, a Companhia melhorou o rendimento in natura. Melhorias no nível de serviço, com a otimização do custo para servir, impactaram positivamente os níveis de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

NPS de seus clientes, enquanto as ações para alcançar um maior equilíbrio entre produção e vendas resultaram em uma redução nos níveis de FIFO (*First In, First Out*). O aumento do volume de exportação resultou em uma melhoria da participação da Companhia no mercado e novas habilitações contribuíram para expandir a presença internacional de suas marcas. A Companhia conseguiu reduzir os números de perdas, concentrando-se em ações em todas as etapas da sua cadeia. Houve também uma redução nos níveis de estoque de produtos acabados e matérias-primas.

Como parte do exercício anual de melhoria contínua da Companhia, foi lançado o BRF+ 2.0 para 2024, que foi desenvolvido em um formato semelhante ao seu antecessor (BRF+). Foram definidos benchmarks internos e históricos e foram analisados os períodos mais longos do que os adotados anteriormente para ampliar o horizonte de possíveis resultados operacionais em diferentes cenários. Além disso, as comparações entre unidades, regiões e mercados permitiram a Companhia identificar oportunidades de aumento dos níveis médios de desempenho. Com base nos resultados dessas análises, liderança sênior da Companhia definiu as metas e os compromissos para 2024. Esses compromissos foram incorporados ao nosso orçamento anual e serão monitorados ao longo do ano.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

Segmento Brasil

O Segmento Brasil representa todas as atividades desenvolvidas pela Companhia no território brasileiro, onde atua, sendo que as marcas mais valiosas da Companhia atuam nesse mercado.

A Companhia atende, substancialmente, a toda a população brasileira por meio de uma rede de distribuição nacional. No mercado interno, a Companhia vende seus produtos diretamente para supermercados, atacadistas, lojas de varejo, estabelecimentos de *food service* e outros compradores institucionais.

Segmento Internacional

A Companhia exporta produtos principalmente pelos portos de Itajaí, Navegantes e Itapoá, no estado de Santa Catarina. Também exporta produtos através de Rio Grande/RS e Paranaguá/PR. A Companhia armazena seus produtos em armazéns refrigerados que pertencem e são operados principalmente por terceiros localizados em portos nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2023, a Companhia embalou 65,3% de seus contêineres de exportação nas fábricas, chamados de carregamento de “produtos frescos congelados”. A Companhia contratou transportadoras terceirizadas exclusivas para transportar seus produtos das instalações de produção até os portos e despachou seus produtos para mercados de exportação por meio de empresas de transporte independentes.

Os esforços de vendas e distribuição no exterior são coordenados por meio de escritórios na Áustria, Rússia, Singapura, Coreia do Sul, China, Japão, Vietnã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Omã, Kuwait, África do Sul, Uruguai, Chile e Turquia. A Companhia coordena seus esforços de marketing e fornece suporte de vendas aos clientes em seus principais mercados internacionais por meio desses escritórios. Os arranjos de distribuição nos mercados internacionais variam de acordo com o mercado.

Europa. Em outubro de 2020, após a Companhia fechar um acordo comercial com a *Tyson International Holding Co.* foi retomada a exportação de cortes de peito de frango para a Europa, acelerando o retorno da Companhia ao continente. Estamos aguardando o resultado da missão de auditoria sistêmica da *DG Santé* (autoridade sanitária da União Européia) no sistema de saúde brasileiro, realizada no final de 2023, com a expectativa de que, se as autoridades europeias derem uma avaliação positiva, a BRF poderá retomar o acesso ao mercado europeu. Atualmente, vendemos apenas peito de frango e matéria-prima para a indústria de alimentos para animais de estimação na União Europeia (“UE”).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

O Reino Unido é um país dependente de alimentos estrangeiros e teve problemas de desabastecimento em 2023, o que tornou sua necessidade de importar alimentos cada vez mais relevante. Em julho de 2023, como resultado de uma missão de auditoria ao sistema de saúde brasileiro realizada no final de 2022, o Reino Unido anunciou a assinatura de um acordo de pré-listagem e o fim dos controles reforçados com o Brasil. Como resultado, em 2023, nossas unidades industriais localizadas em Marau-RS e Toledo-PR foram autorizadas a exportar cortes de peito de aves e produtos processados de aves para o Reino Unido. Além disso, em janeiro de 2024, nossas unidades em Chapecó-SC, Francisco Beltrão-PR e Capinzal-SC também foram autorizadas a exportar para o Reino Unido.

Ásia. A Ásia é um continente altamente diversificado, tanto em termos de características culturais como de desenvolvimento econômico, onde a Companhia atende mais de 16 países, desde a China continental até as ilhas da região do Pacífico Sul. Em 2022, encerramos nossa operação de distribuição local em Xangai. A China foi nosso maior mercado em 2023.

Em 2023, o Japão foi nosso segundo maior mercado na Ásia onde nosso nível local de serviço, juntamente com padrões de qualidade e variedade de produtos, nos tornaram um fornecedor preferencial de produtos de frango no mercado, segundo dados do Datamar.

De acordo com a ABPA, na Coreia do Sul, a Companhia foi um dos primeiros produtores brasileiros a exportar cortes de carne suína, proporcionando novas oportunidades de negócios. Em Singapura, a Companhia consolidou a marca Sadia com um portfólio diversificado e campanhas de marca, mantendo nossa presença em varejos modernos nas principais categorias de produtos. Além disso, no Sudeste Asiático, expandimos para novos países e clientes, atendendo a esses mercados com um portfólio diversificado de carne de frango, suína e processada.

Os acordos com a Tyson incluem a remoção das restrições de não concorrência no mercado tailandês até 2024

Oriente Médio. No Oriente Médio e na Turquia, a Companhia vende para atacadistas, varejistas, pequenas lojas (comércio tradicional), prestadores de serviços alimentares e processadores. Nesses mercados, a Companhia vende principalmente frango congelado em três categorias: inteiro, cortes e produtos processados. A Companhia lançou também novos produtos adjacentes da categoria de frango, como batatas fritas congeladas e legumes congelados. A BRF acredita ser um dos fornecedores preferidos destes produtos nesta região devido aos seus padrões de qualidade e ao seu relacionamento de longa data com os clientes. A marca Sadia é reconhecida como a marca líder em alimentos no Oriente Médio e tem o mais alto nível de preferência dentro da categoria de aves, de acordo com um estudo feito pela *Ipsos Research*, uma empresa de consultoria terceirizada em 2023. A Companhia opera um negócio focado 100% no mercado Halal, que tem forte demanda na região. Na Turquia, a Companhia distribui seus produtos por meio da Banvit, subsidiária da TBQ Foods GmbH em sociedade com a Qatar Investment formada em maio de 2017. A Banvit é a marca número um na Turquia na categoria de frango, liderando com uma pontuação de preferência de 51%, de acordo com um estudo feito pela Ipsos em 2023.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

África. A estratégia da Companhia na África tem se concentrado em desenvolver uma série de oportunidades no mercado que se enquadram na categoria de alimentos processados atraentes e acessíveis, mas também oportunidades de valor agregado em mercados-chave. Em 2021 e 2022, a Companhia focou no fortalecimento de suas parcerias com distribuidores na região, melhorando sua posição de liderança na exportação de alimentos processados para o continente. Sua abordagem às exportações na África visa vendas a distribuidores com a mais ampla distribuição possível. A Companhia tem focado na distribuição das marcas Sadia e Perdix na região. Angola continua sendo seu principal mercado para cortes de frango e alimentos processados, tais como salsichas e mortadelas. A Companhia também expandiu o fornecimento de alimentos processados para a África do Sul e Ilhas Maurício por meio de instalações na Turquia.

Américas e outros países. A Companhia vende seus produtos nas Américas através de vendas diretas aos principais distribuidores. Além disso, em 2023, permaneceu vendendo cortes de frango, incluindo peito e asas, para empresas de processamento no Canadá, e itens processados para o Caribe. Além disso, Sadia e Qualy são marcas estabelecidas em *market share* significativo no Chile e no Uruguai, onde a BRF mantém operações de distribuição local, e no Paraguai, onde opera através de distribuidores locais consolidados. Um exemplo da força comercial nas Américas é a liderança no segmento de margarinas no Chile com a marca Qualy e nos segmentos de refeições prontas e empanadas no Chile e no Uruguai com a marca Sadia.

Outros Segmentos

O segmento operacional "Outros Segmentos" inclui comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes) e *health care* (saúde e bem-estar), assim como de produtos agropecuários. Este segmento é dividido nas unidades de negócio:

- **Ingredientes.** Comercialização e desenvolvimento de ingredientes de saúde animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes) e cuidados de saúde (saúde e bem-estar);
- **Produtos Pet.** Industrialização, comercialização e distribuição de rações e nutrientes para animais; e
- **Outras Vendas (comercialização de produtos agrícolas).** Como a Companhia utiliza os mesmos ativos para produzir produtos para todos os seus segmentos, não identifica ativos por segmento, com exceção aos ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Produtos Vendidos

A BRF se concentra na produção e venda de produtos alimentícios *in natura* e processados de aves e suínos, além de margarinas e, através da BRF Pet, rações para nutrição de cães e gatos.

In natura

Os produtos *in natura* compreendem aves inteiras e em cortes, suínos e outros em cortes. A receita líquida de aves *in natura* foi de R\$ 22.197,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

dezembro de 2023, R\$ 22.686,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 20.363,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A maior parte das vendas de carne de aves é para os mercados de exportação.

A Companhia abate suínos em suas instalações. Embora a maioria dos porcos que a Companhia abate seja utilizada para produtos processados no mercado interno brasileiro, também produz cortes congelados de carne suína, como lombos e costelas, e carcaças inteiras. A BRF comercializa produtos contendo carne bovina, como hambúrgueres, almôndegas e quibes, sendo a matéria-prima fornecida por terceiros, dentre os quais, a Marfrig.

A receita líquida de suínos e outros *in natura* da Companhia foi de R\$ 3.605,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$3.334,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$3.852,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Processados

A Companhia produz alimentos processados, como frango congelado e marinado, carnes de peru e frango Chester, carnes especiais, alimentos processados congelados, pratos prontos congelados, produtos fracionados e fatiados. Parte da sua estratégia é desenvolver outros produtos alimentícios processados nessas e em outras categorias, pois esses produtos tendem a ser menos sensíveis aos preços em comparação aos produtos congelados de aves e suínos. Comercializou produtos processados gerando receita líquida de R\$24.367,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$24.557,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e de R\$21.685,1 milhões em 2021. A maioria das suas vendas de alimentos processados é realizada no mercado interno. Acredita que existem oportunidades de comercialização de produtos de valor agregado como esses para regiões-alvo e outros segmentos de mercado no Brasil, bem como de expansão de suas vendas no mercado de exportação.

A estratégia de produtos alimentícios processados depende de uma gestão de marca precisa, um portfólio variado de produtos com preços estratégicos e inovação e excelência de serviços, de modo a permitir que os produtos da Companhia tenham maior alcance, tanto no mercado interno quanto em mercados internacionais.

Carnes Especiais

A Companhia processa carne suína para produzir carnes especiais, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter*, salames, bacon e carnes frias. Também processa frangos e outras aves para produzir carnes especiais, como linguças, salsichas e mortadela de frango.

Carnes Processadas Congeladas

A Companhia produz, ainda, uma variedade de produtos congelados processados à base de carne de aves, suínos e bovinos, incluindo hambúrgueres, *steaks*, carne empanada, kibes e almôndegas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Aves Marinadas

A Companhia produz frangos marinados e temperados (vendidos sob a marca Chester) e perus. A Companhia originalmente desenvolveu a raça Chester para maximizar a produção de cortes de peito e coxas. Celebrou um acordo no qual a *Cobb Vantress* gerencia a raça Chester de aves. A marca Chester é registrada e de propriedade da BRF.

Produtos Halal

A Companhia oferece produtos à base de aves para os mercados islâmicos de acordo com o método halal de abate de animais.

Margarinas

A Companhia vende, ainda, margarinas sob as marcas Qualy, Deline e Claybom e, além disso, produz a margarina Becel. E acredita que mantém posição de liderança de mercado com a marca Qualy.

Pratos Prontos Congelados

A Companhia produz uma variedade de pratos prontos congelados, alguns dos quais contêm carne bovina, suína e de aves, incluindo os listados abaixo:

- **Massas e Pizzas.** Produz diversas variedades de lasanhas, pizzas e outras refeições prontas para consumo. Produz a carne utilizada nesses produtos e compra outras matérias-primas no mercado interno.;
- **Batatas Fritas.** Vende batata frita congelada importada, produzida e embalada na Bélgica por terceiros; e
- **Tortas e Doces.** Produz uma variedade de doces e tortas congeladas, como tortas de frango e palmito. Produz a carne, os molhos e as coberturas utilizadas em suas tortas e doces, e compra outras matérias-primas, como palmito, limão e outros recheios de terceiros.

Produtos Vegetais

A Companhia iniciou em 2020 a comercialização de produtos congelados à base de proteínas vegetais sob a recém-lançada marca Sadia Veg&Tal, sua marca para alimentos veganos e vegetarianos congelados, incluindo hambúrgueres, nuggets e tortas. Também iniciou a expansão do portfólio de alimentos congelados Veg&Tal e lançou vegetais congelados, incluindo brócolis, couve-flor, ervilhas e feijão. É oficialmente a primeira linha de frango plant based carbono neutro no mercado brasileiro, e a totalidade da emissão da cadeia de produção é neutralizada através da compra de créditos de carbono de projetos de conservação florestal.

Em 04 de março de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento com a *Aleph Farms, Ltd* (“**Aleph Farms**”), startup israelense que desenvolve proteínas em laboratório, a partir das células animais. O acordo visa: (i) o desenvolvimento e produção de carnes cultivadas usando a produção patenteada da Aleph Farms (BioFarm™); e (ii) a distribuição de proteínas cultivadas da

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Aleph Farms, com exclusividade, no Brasil. Com essa parceria, a Companhia pretende fortalecer a geração e diversificação de negócios para atender às crescentes demandas dos consumidores por uma maior variedade de proteínas alternativas, reforçando os seus compromissos de sustentabilidade, inovação e segurança alimentar. Em 7 de julho de 2021, a Companhia participou na rodada de investimentos (Série B) promovida pela Aleph, no montante de US\$2,5 milhões pagos em duas parcelas, sendo a primeira liquidada em 2021 (no valor de US\$1,25 milhão, equivalente a R\$6,7 milhões) e a segunda em 2022 (no valor de US\$1,25 milhão, equivalente a R\$6,5 milhões).

Refeições prontas

A Companhia lançou em 2021 a Sadia Livre&Lev uma submarca da Sadia, que tem como foco o bem-estar e se caracteriza como uma linha livre de excessos e leve nos ingredientes, desenvolvida especialmente para entregar mais naturalidade com menos ingredientes, livre de aditivos. Composto por frios (presunto e peito de peru) e pratos prontos (refeições em porções, que permitem diferentes combinações e wraps).

Sobremesas Congeladas

A Companhia produz e vende sobremesas com a marca Miss Daisy detida pela Companhia desde 1999. E acredita que a Miss Daisy tem uma posição de liderança no mercado e tem sido resiliente às mudanças de mercado. Oferece uma ampla gama de produtos da marca Miss Daisy, incluindo: (i) torta mousse de chocolate com raspas; (ii) torta mousse de limão; (iii) torta mousse de chocolate com creme sabor *vanilla*; e (ii) torta holandesa.

Produtos Pet

Conforme mencionado anteriormente, em 2021 a Companhia concluiu a aquisição da Mogiana e da Hercosul, agregando marcas fortes e tradicionais, parque industrial robusto e especializadas em produtos de ração para cães e gatos. O portfólio inclui ração seca e úmida, lanches em uma ampla gama de marcas standard a super premium como: Biofresh, Guabi Natural, GranPlus, Three Cats, Three Dogs, Faro e sua marca nativa Balance.

Outros

A Companhia produz ração animal para alimentar, principalmente, aves e suínos criados por seus produtores integrados, embora também venda uma pequena parte para clientes não afiliados. Em 2023, produziu 9,6 milhões de toneladas de ração e *premix*, 9,1 milhões de toneladas em 2022, e produz ainda 0,7 milhões de toneladas na Turquia, através da Banvit. A Companhia também produz uma variedade limitada de produtos à base de soja, incluindo farelo de soja e farinha de soja refinada, para consumo animal.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos aos segmentos: <i>(em milhares de Reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	%
Brasil	26.858.918	50,1
Internacional	23.851.764	44,5
Outros Segmentos	2.904.758	5,4
Receita líquida	53.615.440	100,0

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos aos segmentos: <i>(em milhares de Reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	%
Brasil	26.997.788	50,2
Internacional	24.103.135	44,8
Outros Segmentos	2.704.105	5,0
Receita líquida	53.805.028	100,0

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos aos segmentos: <i>(em milhares de Reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2021	%
Brasil	24.808.889	51,3
Internacional	21.514.704	44,5
Outros Segmentos	2.019.712	4,2
Receita líquida	48.343.305	100,0

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

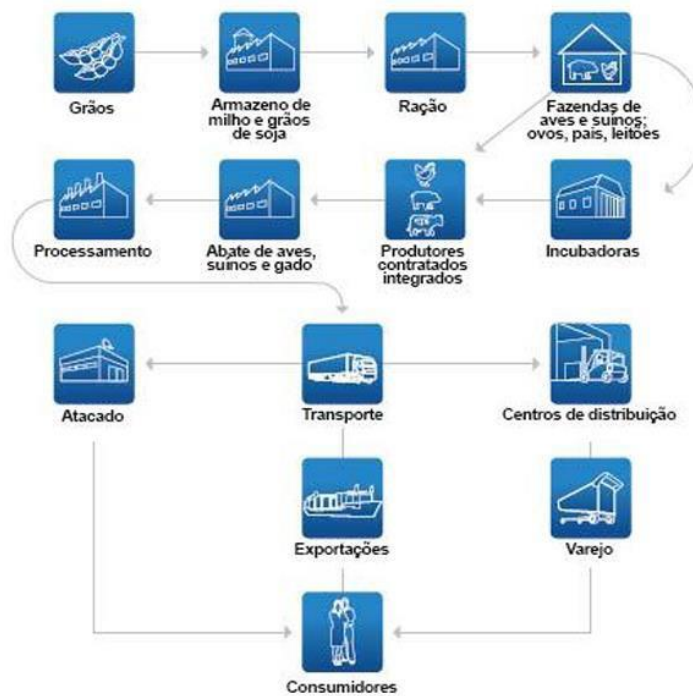
(a) características do processo de produção

Produção

A BRF é uma produtora verticalmente integrada de produtos de aves e suínos. Cria aves e porcos através de seus integrados, produz a ração animal, abate os animais, realiza o processamento de aves e suínos para a produção de alimentos processados e faz a distribuição dos produtos processados (*in natura*) e não processados em todo o Brasil e nos seus mercados de exportação.

O gráfico a seguir é uma representação simplificada da cadeia de produção de carne.

Cadeia de Produção de Carne Simplificada



Fonte: Companhia

Aves

Frango: No início do ciclo de produção de frangos de corte, a Companhia compra pintos reprodutores de um dia da Aviagen do Brasil. Envia essas aves para as granjas de avós, constituindo seu estoque de aves avós. As referidas aves carregam a genética e, a partir delas, são geradas as aves matrizes, o que gera ganho na escala de produção. As matrizes darão origem aos frangos de corte.

Peru: Com relação aos perus, a Companhia compra os ovos de avós que podem ser incubados. Posteriormente, envia os ovos de avós para o seu estoque de incubadoras de avós, onde os ovos são incubados e os pintos são criados, construindo seu estoque de avós. Os ovos produzidos por seu estoque de avós são incubados, produzindo suas matrizes. A BRF também compra uma

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

pequena porcentagem do seu estoque de matrizes de outros fornecedores, como a *Cobb Vantress*. As matrizes produzem os ovos que podem ser incubados e que resultam em pintos de um dia.

Frango e Peru: A Companhia envia os pintos de um dia de frango e peru, que ainda são de sua propriedade, para produtores contratados (denominados integrados), cujas operações estão integradas ao seu processo produtivo. As granjas operadas por esses produtores variam quanto ao tamanho e estão próximas das suas unidades de abate. Esses produtores integrados são responsáveis por gerenciar e criar as aves em suas granjas sob a supervisão dos veterinários. Os pagamentos aos produtores integrados baseiam-se nas taxas de desempenho determinadas pela mortalidade das aves, na taxa de conversão alimentar e na quantidade de carne produzida, sendo projetados para cobrir seus respectivos custos de produção, incluindo um fator para proporcionar-lhes lucratividade. A Companhia fornece ração e suporte veterinário e técnico aos produtores contratados durante todo o processo de produção. Possui acordos comerciais com aproximadamente 6.000 produtores integrados de aves. Muitos desses produtores integrados também produzem e vendem o milho que são utilizados pela Companhia para produzir a ração animal.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha uma capacidade de abate totalmente automatizada de 35,8 milhões de cabeças de frangos e 277 mil cabeças de peru por semana.

Em 2023, a Companhia produziu aproximadamente 1.719 milhão de pintos de um dia e 12,8 milhões de perus de um dia. No Brasil, a Companhia produz aproximadamente 1.552 milhão de pintos de um dia e 12,6 milhões de perus de um dia. Na Turquia, a Companhia produziu 167,1 milhões de pintos de um dia e comprou 127 mil perus de um dia. Os ovos são eclodidos nos 30 incubatórios (26 de frangos, 1 de perus e 3 de matrizes) da Companhia, sendo 3 incubatórios na Turquia e todos os demais no Brasil.

No cenário de produção, o Brasil apresenta um dos menores custos de produção de aves, com clara vantagem competitiva na estrutura de custos vis-à-vis outros grandes produtores, conforme gráfico abaixo:

O Brasil tem a maior produtividade do mundo no cultivo de soja e a quinta maior no cultivo de milho, fatores que contribuem para o custo reduzido de produção.

Suínos e outros

A Companhia produz a maioria da carne suína que utiliza em seus produtos. Também compra carne suína no mercado *spot*. Em 2023, a Companhia comprou, no mercado *spot*, 2,24% do número total de suínos abatidos.

Os criadores de leitão compram as matrizes da Companhia ou de criadores como a Agrocere e DanBred. Geralmente, a Companhia compra leitões de criadores contratados que estão integrados ao seu processo produtivo e localizados perto das suas unidades de produção (tais produtores criam esses leitões até que atinjam um peso específico), ou compra leitões jovens de fazendeiros que possuem matrizes. A Companhia transfere esses leitões para diferentes criadores integrados,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

que criam os suínos até atingirem o peso de abate, e transporta os suínos desses criadores para as suas unidades de abate. A Companhia possui acordos com um total de 3.000 criadores integrados, incluindo criadores de leitões e de suínos adultos, monitora a produção de suínos por esses criadores e fornece o suporte dos seus veterinários.

Os criadores locais, dos quais a Companhia compra uma parte das suas necessidades de carne suína, também estão localizados perto das suas unidades de produção, mas não fazem parte dos seus contratos de parceria. Esses criadores geralmente criam os porcos desde o nascimento até o atingimento do peso de abate, e recebem suporte técnico limitado da Companhia. A Companhia compra os suínos criados por esses criadores locais.

Depois de serem abatidos, os suínos são imediatamente cortados em duas partes. As meias carcaças são, então, separadas de acordo com o uso pretendido. Essas partes tornam-se matéria-prima para a produção de cortes suínos e carnes especiais.

Em 31 de dezembro de 2023, a BRF tinha uma capacidade de abate de suínos de 193,1 mil cabeças por semana.

Processados

A BRF vende uma variedade de alimentos processados, alguns dos quais contêm carne de aves e suína produzidas pela própria Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a capacidade total de produção era de 195,3 mil toneladas/mês em 16 unidades de produção no Brasil (Capinzal, Chapecó, Concórdia, Herval d'Oeste, Lajeado, Lucas do Rio Verde, Marau, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Verde, Seropédica, Tatuí, Toledo, Uberlândia, Videira e Vitória de Santo Antão) para processamento de produtos à base de carne (como mortadela, salsichas *frankfurter*, linguiça, hambúrguer e empanados) e produtos que não são à base de carne (como lasanha, pratos prontos e pizzas) para os mercados nacional e internacional. A Companhia compra a maioria dos demais ingredientes utilizados em suas lasanhas, pizzas, tortas e doces de terceiros no mercado interno. Esses temperos e matérias-primas secundários são aplicados a cada tipo ou linha de produto, de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos, para garantir consistência de cor, textura e sabor. A apresentação dos produtos é obtida pela modelagem, pelo revestimento, cozimento e congelamento em máquinas especiais. Os produtos são, então, submetidos a controles de qualidade e distribuídos ao mercado consumidor após terem sido embalados, rotulados e colocados em caixas.

A Companhia possui também unidades de processamento de alimentos no Oriente Médio, com capacidade total de 70 mil toneladas/ano, para abastecer o mercado local do Oriente Médio, a Europa e a Ásia. Essas unidades produzem salsichas *frankfurter*, empanados, hambúrguer, mortadela de frango e peito de frango marinado.

Também vende batata frita congelada importada, produzida e embalada na Bélgica por terceiros. Além disso, produz produtos à base de soja, como farelo de soja e farinha de soja refinada, nas fábricas em Videira, nos estados de Santa Catarina, Dois Vizinhos, Paraná e Toledo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A matéria-prima da margarina é o óleo de soja bruto, que é submetido a processos de refinamento e branqueamento. A Companhia produz margarinas nas unidades de Paranaguá/PR, Uberlândia/MG, Vitória de Santo Antão/PE, sob as marcas Qualy, Deline e Claybom e Becel. A Companhia vende esses produtos como parte da sua estratégia de diversificação das suas linhas de produtos e aproveitamento da sua rede de distribuição de produtos refrigerados.

A Companhia também vende alimentos halal, que é o alimento produzido de acordo com os preceitos da lei islâmica. As aves halal precisam passar por um procedimento religioso/técnico específico de criação, abate e processamento, assegurando a produção de acordo com as exigências da lei islâmica e a ausência de contato com alimentos ou ingredientes proibidos. Além disso, o Serviço de Inspeção Federal (“SIF”) do Ministério da Agricultura e Pecuária (“MAPA”) pode impor outras exigências para a produção de alimentos halal, as quais a Companhia deve obedecer. A Companhia é auxiliada por entidades islâmicas responsáveis pelo abate e pela certificação de todos os seus produtos halal.

Ração

A Companhia produz e fornece a maior parte do alimento consumido nas fazendas operadas por seus produtores integrados de aves e suínos, como parte dos seus acordos de parceria. Também vende ração animal para produtores locais de suínos a preços de mercado.

Possui 24 unidades de produção de ração e *premix* no Brasil, e 3 unidades de produção de ração na Turquia. Adicionalmente, conta com 3 unidades de terceiros com operações 100% dedicadas à Companhia e uma unidade de produção *premix* que não é 100% dedicada às operações. As matérias-primas básicas utilizadas na produção de ração animal são milho e farelo de soja misturados com conservantes e micronutrientes. A Companhia também adquiriu milho de produtores rurais e pequenos comerciantes por meio de cooperativas e tradings como Coamo, Bunge e Cargill, entre outras. O milho é cultivado principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Compra farelo de soja de grandes produtores como a Bunge, Cargill e Amaggi, principalmente segundo contratos de longo prazo. Os preços do milho, do grão de soja e do farelo de soja flutuam significativamente, influenciados pelas cotações internacionais e taxas de câmbio locais.

Outras Matérias Primas

A Companhia compra de terceiros outros materiais necessários para seus produtos, como intestinos de animais preparados (para envoltórios de salsichas), caixas de papelão e plástico (para embalagem), micronutrientes (para ração animal), especiarias e medicamentos veterinários, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Internacional

As informações estabelecidas nesta subseção são derivadas da Secex Serviços de Comércio Exterior (“SECEX”) e se referem às exportações brasileiras como um todo e não apenas às exportações da Companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As exportações brasileiras de frango em 2023 somaram 5,0 milhões de toneladas com vendas de US\$ 9,6 bilhões (ou R\$46,6 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R\$4,8413/US\$1,00 em 31 de dezembro de 2023). A China tem sido o principal destino dessas exportações (13,6%), seguida pelos Emirados Árabes Unidos (8,8%), pelo Japão (8,6%), e Arábia Saudita (7,5%).

O volume das exportações de carne suína em 2023 totalizou 1,2 milhão de toneladas, representando US\$2,8 bilhões (ou R\$13,6 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R\$4,8413/US\$1,00 em 31 de dezembro de 2023). Os maiores importadores, China, Hong Kong e Filipinas representaram 32,0%, 10,4% e 10,4%, respectivamente, do total exportado pelo Brasil.

Os embarques de carne bovina somaram 2,3 milhões de toneladas, com vendas totalizando US\$10,4 bilhões (ou R\$50,6 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R\$4,8413/US\$1,00 em 31 de dezembro de 2023), comparado com 2,2 milhão de toneladas com vendas de US\$12,9 bilhões (ou R\$ 67,3 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R\$5,22177/US\$1,00 em 31 de dezembro de 2022), em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, os principais importadores, China, Estados Unidos e Hong Kong, representaram 52,9%, 6,1% e 4,7%, respectivamente, do total das exportações do Brasil.

Nossas Forças e Estratégia

Plataforma Totalmente Integrada

A Companhia é líder no Brasil, na Turquia e nos países do GCC e possui uma plataforma de alimentos totalmente integrada e presente em todas as etapas da complexa cadeia de valor em que opera, envolvendo uma série de parceiros selecionados com base em critérios sustentáveis, bem como seus agricultores integrados e cultivadores subcontratados, instalações de produção, centros de distribuição e vendas em lojas físicas. A liderança se reflete no *market share* da Companhia de 39,2% na indústria brasileira de alimentos processados, bem como um *market share* de 37,6% nos países do GCC e *market share* consolidado de 22,3% na Turquia, em cada caso com base na receita da Companhia, considerando todos os mercados que servimos em cada região, de acordo com a Nielsen. As operações incluem aproximadamente 100.000 empregados, 9.000 agricultores integrados, 44 instalações de produção no Brasil, África, Ásia, Europa, Eurásia, Oriente Médio, 103 centros logísticos, 120 países e canais de vendas que variam entre o varejo tradicional e outros formatos inovadores de lojas, como Mercado em Casa, Mercado Sadia, mercados online e conceito “de loja dentro de uma loja” (*store-within-a-store*).

Eficiência e Controle de Despesas

A Companhia acredita que incentiva uma cultura de excelência e por isso procura se desafiar constantemente para garantir a eficiência operacional usando seus programas e planos de ação. Procura minimizar suas perdas e melhorar seu processo de aquisição e processo industrial, a fim de proporcionar rentabilidade consistente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A BRF considera como uma ferramenta importante para perpetuar sua busca pela excelência o que chama de Sistema de Excelência Operacional (SEO). O SEO busca melhorar a produtividade e reduzir custos em todo o mundo, uma vez que é replicável em várias geografias e vincula-se aos processos digitais, monitorando as colheitas e estimando o tempo para possíveis aumentos de preços. A partir de 2022, a Companhia implementou mudanças para simplificar a SEO, aumentando a eficiência e o desempenho através de indicadores do processo de produção. Além disso, a Companhia busca sinergias entre os programas SEO e +Excelência Logística buscando integrar esses processos e otimizar seus custos de cadeia de produção.

A Companhia implementou também em 2022 um modelo de gestão focado na eficiência operacional e na rentabilidade, o qual já está trazendo resultados positivos. Esse modelo de gestão foi colocado em prática por meio do Programa BRF+, que incluiu planos robustos para capturar ganhos operacionais nas diversas áreas de negócio, rotinas para a liderança sênior acompanhar o *status* desses planos e dos principais indicadores-chave de desempenho, além de um movimento de transformação cultural para estabelecer princípios de simplicidade, agilidade e eficiência. Como resultado, em 2023, gerou economia em toda a cadeia de valor da BRF. Com o monitoramento sistemático dos principais indicadores de desempenho técnico e financeiro, os resultados alcançados foram de 21% acima da meta definida até o referido ano. O plano continua em 2024 como BRF+ 2.0, que inclui novos *benchmarks*, com análises de *benchmark* que abrangem períodos mais longos e exploram comparações entre unidades. As novas metas para 2024 foram aprovadas pela liderança sênior e incorporadas ao orçamento anual.

Estratégia Lojas Físicas

O objetivo da Companhia é melhorar continuamente suas parcerias e iniciativas digitais, enquanto avança em seu mercado, trazendo soluções feitas sob medida para melhorar seu nível de serviço. Ao entender ainda mais seus clientes e exceder suas expectativas, a Companhia pretende proporcionar a melhor experiência com seus produtos, serviços e marcas. Como exemplo de tais iniciativas para uma maior proximidade com os clientes, a Companhia abriu uma loja conceito (o Mercado Sadia) com soluções digitais e uma marca online completamente integrada.

Em última análise, o objetivo da BRF é que o consumidor seja o ponto central de sua estratégia de vendas, não apenas por receber produtos de valor agregado, mas também por ter uma relação direta mais forte com o consumidor através de seus próprios canais, sejam eles digitais ou físicos. Além da Mercado Sadia e Mercado em Casa, espera que suas parcerias com os mercados online desempenhem um papel fundamental para alavancar o número atual de clientes para ter exposição às marcas. As parcerias em andamento incluem iFood, Rappi, Daki e outras.

Além disso, em 31 de dezembro de 2023, nosso conceito de “loja dentro de uma loja” (*store-within-a-store*) possuía mais de 220 lojas parceiras em grandes redes varejistas no Brasil, o que é complementar ao nosso e-commerce que já atende a maioria das áreas metropolitanas nacionais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(b) características do processo de distribuição

Brasil

A Companhia cobre substancialmente toda a população brasileira através de uma rede de distribuição nacional. No mercado interno, vende seus produtos diretamente a supermercados, atacadistas, varejistas, *food services* e outros clientes institucionais.

Em 31 de dezembro de 2023, a rede de distribuição brasileira da Companhia utiliza 53 centros de distribuição e pontos de trânsito em diversos estados no País. Os caminhões refrigerados transportam os produtos das plantas de processamento aos centros de distribuição e dos centros de distribuição aos clientes da Companhia. A Companhia possui, em diversas áreas do País, 30 *transit points*, que lhe permitem descarregar produtos de grandes caminhões refrigerados e transferi-los para caminhões menores ou vans para o transporte aos seus clientes. A Companhia não possui os veículos utilizados para o transporte de seus produtos e contrata diversas transportadoras para prestar esse serviço de forma exclusiva por caminhões.

Internacional

A Companhia opera em três segmentos de negócios, que refletem principalmente sua estrutura geográfica: Brasil, Internacional (incluindo mercados Halal no Oriente Médio, Norte da África, Malásia e Europa Oriental, assim como África, Ásia, Europa, Eurásia e Américas) e Outros Segmentos.

Marketing

Por ser uma das principais companhias no setor alimentício brasileiro, a ambição da Companhia é de expandir seu portfólio para novas categorias e situações de consumo com alto valor agregado, com marcas reconhecidas e desejadas. Diante deste propósito, os esforços de marketing da Companhia tomam por base: (i) a diversificação de suas linhas de produtos, agregando valor às categorias atuais; (ii) o aumento da conveniência de seus produtos in natura e processados; (iii) a garantia de que suas marcas sejam reconhecidas e associadas a produtos de alta qualidade; e (iv) o fortalecimento de sua reputação pautada pela qualidade, com ênfase no atendimento de alta qualidade aos seus clientes e consumidores. Além disso, a Companhia pretende consolidar suas marcas, enquanto continua a customizar a atratividade de seus produtos a segmentos específicos dos mercados internacionais e do mercado interno. A Companhia também tem um programa de marketing ativo utilizando diversos veículos, incluindo televisão, vídeo, digital, impressão e experiências de marca.

No mercado brasileiro, a Companhia vende seus produtos principalmente sob as marcas Sadia, Perdigão e Qualy. A Sadia é a marca brasileira de alimentos mais valiosa de 2022 segundo a Kantar – *Brandz* divulgada em 2023 e ocupa posição de liderança no mercado brasileiro, sua atuação inclui a venda de produtos sob diversas linhas, incluindo a linhas Sadia *Veg&tal* e a *Sadia Speciale*. A Perdigão também é uma marca líder no mercado brasileiro de alimentos, inclusive no segmento de alimentos processados. Adicionalmente, a Companhia vende produtos sob diversas linhas da

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Perdigão, incluindo: Chester, Ouro, Na Brasa e Meu Menu. A Chester é uma marca da Perdigão muito conhecida por seus produtos natalinos.

A Companhia vende, ainda, margarina sob as marcas Qualy, Deline e Claybom e fabrica a margarina Becel para terceiros. Mantém posição de liderança de mercado com a marca Qualy sendo pioneiros no mercado de margarinas nos últimos 30 anos, trazendo inovação ao mercado brasileiro. Na última década, a Companhia introduziu a primeira margarina aerada no Brasil, melhorou a Qualy Cremosa adicionando uma mistura própria de vitaminas e minerais aos seus produtos (Q- Mix), lançou a primeira margarina sem lactose no mercado brasileiro, a Qualy Vita, uma margarina enriquecida com Ômega 6 e vitaminas A, D e E, entre outras.

A Sadia é a marca de alimentos mais valiosa do Brasil, de acordo com o Brand Tracking - Food Category, 4º trimestre de 2023, da Kantar Insights Division, e ocupa uma posição de liderança no mercado. A Perdigão lidera as principais ocasiões volumétricas no mercado brasileiro de alimentos, inclusive no segmento de alimentos processados, e foi a marca de alimentos mais escolhida no Brasil de acordo com o Kantar Brand Foodprint. Chester é uma linha da Perdigão conhecida por seus produtos natalinos. A Sadia e a Perdigão, juntas, detêm 47,1% da preferência do mercado de alimentos no Brasil, de acordo com o Brand Tracking - Food Category, 4º trimestre de 2023, da Kantar Insights Division.

Qualy, Deline e Claybom, detêm juntas 54,8% da preferência do mercado de margarinas no Brasil, de acordo com o Brand Tracking da Kantar Insights Division - Margarine Category 2023. As marcas da Companhia também estão entre as marcas mais escolhidas pelos consumidores “*fast-moving consumer goods*” – FMCG, Perdigão ocupa a 3ª posição (1ª em marca de proteína), enquanto Sadia ocupa a 6ª e Qualy a 15ª posições, de acordo com *Kantar Brand Footprint 2022*.

A pandemia trouxe mudanças importantes na rotina dos clientes da Companhia, que implicaram modificações significativas na estratégia das marcas. Entre elas, a Companhia destaca o desenvolvimento de um website focado em ser um centro de receitas, que registrou mais de 26 milhões de visitas online em 2022 e que detêm mais de 1.400 receitas diferentes voltadas aos clientes que necessitaram migrar de comer fora para preparar comidas caseiras em casa. Além disso, a visibilidade das marcas da Companhia aumentou significativamente nas plataformas de *e-commerce* dos parceiros comerciais da Companhia e em plataformas de entregas parceiras. O número de interações em redes sociais e visitas no website da Companhia em 2023 cresceu significativamente em 7,5%, comparando com o mesmo período em 2022. Mesmo com o crescimento substancial, a Companhia mantém um feedback positivo nestas iniciativas, com um NPS (Net Promoter Score) médio de 7,91. A Companhia realizou melhoras importantes na ouvidoria de seus clientes e consumidores por meio de diversas iniciativas de mercado.

Em 2022, a Sadia lançou novos produtos para melhorar as ocasiões de indulgência culinária, tais como o Empanadíssimo (Peito de Frango Empanado), ampliou a linha de tortas com dois novos sabores, entrou no mercado de salsichas especiais com três produtos de inspiração alemã e entrou em um novo mercado de proteínas lançando dois tipos de cortes de peixe e dois tipos de camarão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Para ajudar os consumidores em sua rotina diária, a Sadia continuou a melhorar sua plataforma de receitas em televisão e digital. A marca também continua como patrocinadora da transmissão dos jogos da Associação Nacional de Basquetebol, ou NBA, na televisão brasileira, participando de campanhas que buscam a proximidade com os consumidores amantes do basquetebol.

Em 2022, a Perdigão tinha uma estratégia robusta de marca sempre ativa, tanto online como offline. A marca começou o ano com uma forte campanha para a Mortadela Ouro, celebrando o aniversário da cidade de São Paulo com a Mortadela Week. A marca também continua com Ivete Sangalo, famosa e premiada cantora brasileira, como embaixadora da campanha 360 core, intitulada “o Sabor de Perdigão tem Poder”. A Companhia também expandiu a parceria patrocinando os programas de TV “Pipoca da Ivete” e “The Masked Singer”. Para a transmissão online, a marca também criou um programa online chamado “Receitas com Calabresa” que fortaleceu as principais receitas centrais e momentos culinários da marca. Finalmente, a Perdigão lançou três novos sabores de refeições prontas com a marca Nosso Menu, duas novas tortas com a marca Chester especialmente desenvolvidas para a época do Natal e por causa da Copa do Mundo, a Companhia fortificou seu portfólio de “NaBrasa”, lançando onze tipos de salsichas frescas e dois tipos de hambúrgueres. A campanha de comunicação Chester está celebrando “a primeira fatia de Chester”, destacando os momentos que celebramos no Natal e começamos a fatiar o prato principal, o Chester.

A Qualy expandiu seu portfólio para incluir novas categorias de spreads, acrescentando Qualy Vegê, que é a primeira margarina 100% vegetal. Além da expansão do portfólio, a Qualy também abraçou o pilar da sustentabilidade. Primeiro reforçando a reutilização da embalagem de margarina com versões mais atraentes e resistentes de recipientes colecionáveis. Em segundo lugar, a Qualy se comprometeu recentemente com a reciclagem de 100% do material de Polipropileno utilizado em suas embalagens. Isto é viável devido à parceria com a ‘eureciclo’ e o processo é auditado por empresa de auditoria independente. A marca também lançou uma nova campanha no final de 2022 com três novos embaixadores, Jojo Todynho, Ary Fontoura e Supla, dando vida aos novos momentos do café da manhã e ao novo posicionamento da marca.

(c) características dos mercados de atuação

(i) participação em cada um dos mercados

Aves

O Brasil foi o segundo maior produtor e o maior exportador de aves do mundo em 2023, com base em estimativas calculadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, ou “USDA”. Os volumes de produção, consumo e exportação de aves no Brasil aumentaram significativamente ao longo dos últimos anos. Este crescimento tem sido impulsionado pelo aumento da produção das empresas brasileiras dedicadas à exportação, bem como pela competitividade da avicultura brasileira. Na tabela abaixo é possível observar os principais produtores de carne e frango ao redor do mundo, como forma de comparar a produção brasileira em comparação com os demais países:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Principais Produtores de Carne de Frango	Produção Mundial de Carne
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: "pronto para cozinhar")</i>	2023
EUA.	21.095
Brasil	14.900
China	14.300
União Europeia (27 países)	11.150
Rússia	4.875
México	3,855
Tailândia	3.450
Argentina	2.330
Turquia	2.250
Colômbia	1.890
Reino Unido	1.865
Outros	20.429
Total	102.389

Principais Exportadores de Carne de Frango	Produção Mundial de Carne
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: "pronto para cozinhar")</i>	2023
Brasil	4.770
EUA	3.300
União Europeia (27 países)	1.715
Tailândia	1.105
China	545
Turquia	450
Outros	1.674
Total	13.559

Fonte: USDA. Janeiro 2023

Principais Consumidores de Carne de Frango	Produção Mundial de Carne
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: "pronto para cozinhar")</i>	2023
EUA	17.874
China	14.535
União Europeia (27 países)	10.180
Brasil	10.132
México	4.836
Rússia	4.805
Japão	2.829
Reino Unido	2.590

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Tailândia	2.325
Argentina	2.206
Colômbia	1.940
Filipinas	1.920
Peru	1.880
África do Sul	1.811
Outros	20.068
Total	99.931

Fonte: USDA. Janeiro 2023.

Suínos

O Brasil foi o quarto maior produtor e o terceiro maior exportador e o sexto maior consumidor de carne suína do mundo em 2023, de acordo com o USDA. Em 2023, a produção brasileira aumentou 2,9% em comparação com o ano anterior, de acordo com o USDA. De acordo com o USDA, a produção global de carne suína aumentou 0,6% e o consumo de carne suína aumentou 1,1% em 2023. De acordo com o USDA, as exportações globais de carne suína atingiram 10,007 milhões de toneladas em 2023. As empresas brasileiras de criação e abate de carne suína continuam a aumentar sua eficiência de produção. A pesquisa e o desenvolvimento também ajudaram a reduzir a gordura, o colesterol e as calorias na carne suína produzida no Brasil. Estas melhorias permitem uma produção mais eficiente de cortes de primeira qualidade, mais carne por carcaça e carne mais nutritiva e mais saudável. A melhoria do potencial genético dos criadores também contribuiu para o aumento da produção.

De acordo com a SECEX, em dezembro de 2023, a China era o principal destino da carne suína do Brasil, seguida por Hong Kong, representando 32,0% e 10,4%, respectivamente, do total das exportações brasileiras de carne suína em 2023. As importações chinesas do Brasil diminuíram 15,6%, e as importações de Hong Kong aumentaram 29,3%, de 2022 a 2023. As seguintes tabelas identificam a posição do Brasil na indústria mundial de carne suína para os anos indicados:

Principais Produtores de Carne de Suína	Produção Mundial de Carne Suína
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")</i>	
	2023
China	56.900
União Europeia (27 países)	20.850
EUA	12.391
Brasil	4.475
Rússia	3.950
Vietnã	3.511
Outros	13.138

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Total	115.215
--------------	----------------

Fonte: USDA. Janeiro 2023.

Principais Exportadores de Carne de Suína	
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: “peso em carcaça”)</i>	2023
União Europeia (27 países)	3.100
EUA	3.070
Brasil	1.414
Canadá	1.300
Chile	260
México	260
Rússia	210
Reino Unido	180
Outros	213
Total	10.007

Fonte: USDA. Janeiro 2023.

Principais Consumidores de Carne de Suína	
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: “peso em carcaça”)</i>	2023
China	58.733
União Europeia (27 países)	17.855
EUA	9.876
Rússia	3.755
Vietnã	3.606
Brasil	3.063
Outros	17.597
Total	114.485

Bovinos

O Brasil foi o segundo maior produtor, o terceiro maior consumidor e o maior exportador de carne bovina do mundo em 2023, de acordo com o USDA. De 2023 a 2024, o USDA estima que haverá um aumento na produção e nas exportações globais de carne bovina de aproximadamente 0,2% e 1,3%, respectivamente, enquanto o consumo deverá reduzir em 0,2%.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conforme mencionado no item 1.3.(a), a Companhia atualmente não cria, nem abate em suas instalações, gado bovino utilizado na produção de seus produtos, dependendo do fornecimento por terceiros.

As tabelas seguintes identificam a posição do Brasil dentro da indústria mundial de carne bovina para os anos indicados:

Principais Produtores de Carne Bovina		Produção Mundial de Carne Bovina
		2023
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: “peso em carcaça”)</i>		
EUA		12.287
Brasil		10.560
China		7.500
União Europeia (27 países)		6.430
Índia		4.435
Argentina		3.300
México		2.220
Austrália		2.215
Canadá		1.340
Rússia		1.320
Outros		7.767
Total		59.374

Fonte: USDA. Janeiro 2023.

Principais Consumidores de Carne Bovina		2023
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: “peso em carcaça”)</i>		
EUA		12.645
China		11.057
Brasil		7.717
União Europeia (27 países)		6.180
Índia		3.015
Argentina		2.428
Outros		14.791
Total		57.833

Fonte: USDA. Janeiro 2023.

Principais Exportadores de Carne Bovina		2023
<i>(em milhares de toneladas – equivalente: “peso em carcaça”)</i>		

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Brasil	2.898
Austrália	1.570
Índia	1.420
EUA	1.367
Argentina	875
Outros	3.802
Total	11.932

Fonte: USDA. Janeiro 2023.

No mercado de suínos, os principais países importadores detêm parte ainda maior do crescimento do consumo global, quando comparado à carne de frango.

Mercado brasileiro

O Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de terras e tem a sétima maior população do globo. De acordo com a OCDE, o Brasil tinha uma população estimada de aproximadamente 214,8 milhões de pessoas em 2022, com projeção de crescimento para 216,3 em 2023.

Assim sendo, a dinâmica demográfica do Brasil deve estimular o mercado, considerando o incremento populacional e a projeção do PIB per capita com CAGR de 4,6% entre 2023 e 2028.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo IBGE, diminuiu para 4,62% em comparação com 5,79% e 10,06% para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. A taxa de câmbio de final de período, medida pelo Banco Central do Brasil, foi de R\$ 4,84/US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 5,22/US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 5,58/US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021, com uma valorização do real de 7,2% em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 2022.

O Brasil é um dos maiores consumidores de carne do mundo, com um consumo per capita em 2023 de 95,9 quilos, incluindo produtos de carne bovina, frango e suíno, de acordo com o USDA, um aumento de 0,3% em relação a 2022. A demanda por produtos de aves e suínos no mercado interno é diretamente afetada pelas condições econômicas do País. Dado o aumento dos preços da carne e uma lenta recuperação econômica, o consumo de carne aumentou em 2023 em comparação com 2022. Espera-se uma leve melhora econômica para 2024 em comparação com 2023. Espera-se um aumento no consumo de proteína animal no Brasil de 5,7% para aves e 4,3% para suínos, considerando o período entre 2023 e 2028, já que essas são duas das fontes preferidas de proteína animal para os brasileiros, de acordo com a OCDE.

O mercado interno brasileiro é altamente competitivo, particularmente para alimentos frescos e produtos congelados de aves e suínos. Além da Companhia, existem outros grandes produtores, incluindo a Seara Alimentos S.A. ("Seara") (que foi adquirida da Marfrig pela JBS S.A. ("JBS") em 2013), Cooperativa Central Aurora Alimentos ("Aurora") e JBS. Os principais produtores do mercado de alimentos frescos enfrentam forte concorrência de muitos pequenos produtores que

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

operam na economia informal e às vezes oferecem produtos de baixa qualidade a preços mais baixos do que os dos grandes produtores. A Companhia busca desenvolver produtos de qualidade, com foco em soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes e captem valor para as marcas fortes que a Companhia possui, tais como Sadia e Perdigão.

O setor de alimentos processados é mais concentrado do que o setor de alimentos *in natura* em termos de número de concorrentes. O consumo de produtos processados é influenciado por uma série de fatores, incluindo o nível de renda dos consumidores e os esforços de marketing direcionados a atender a demanda dos consumidores por produtos com maior valor agregado. A Companhia acredita que os alimentos processados também representam uma oportunidade de crescimento – com CAGR projetado entre 2020 e 2028 de 6,1% nos próximos anos, visto que o consumo desses alimentos ainda se encontra em um estágio incipiente no país, evidenciado quando se compara o consumo per capita a outros países - os Estados Unidos apresentam um consumo de 5,3x maior que o Brasil, enquanto o Japão em 19,4x, conforme detalhado abaixo.

A Companhia estima as seguintes informações de mercado com base nos dados disponíveis da A.C. Nielsen, que são relatadas pela mesma e por alguns de seus concorrentes, a partir do 6º bimestre de cada ano:

- O mercado brasileiro de alimentos industrializados teve receitas de aproximadamente R\$34.942 milhões em 2023 contra R\$33.389 milhões em 2022;
- O mercado brasileiro de alimentos congelados teve um faturamento de aproximadamente R\$8.353 milhões em 2023, em comparação com R\$7.841 milhões em 2022; e
- O mercado brasileiro de margarinas teve uma receita de R\$7.475 milhões em 2023, comparado a R\$7.257 milhões em 2022.

Estes números não incluem os dados BRF por região ou categoria de produtos que não são cobertos pela pesquisa realizada pela A.C. Nielsen.

Mercados internacionais

O Brasil é um dos principais players no mercado global de exportação devido a suas vantagens naturais (terra, água e clima), insumos competitivos, custos e aumento de eficiência na produção animal. Como outros grandes produtores brasileiros, a Companhia capitaliza estas vantagens para desenvolver o escopo e a escala de seus negócios.

A demanda global por produtos brasileiros de aves, suínos e bovinos é significativamente afetada por barreiras comerciais, incluindo: (i) barreiras tarifárias, que finalmente protegem certos mercados domésticos; e (ii) barreiras não-tarifárias, principalmente incluindo quotas de importação, barreiras sanitárias e barreiras técnicas/religiosas.

Barreiras tarifárias

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A UE (desde 2007), a Rússia (desde 2012) e o México (desde 2013) têm protegido as suas indústrias de carne aplicando quotas de importação e tarifas elevadas sobre os volumes importados fora da quota.

Em setembro de 2013, a África do Sul elevou as tarifas de importação incidente sobre produtos de frango originários de todos os países, exceto da UE (devido a um acordo de livre comércio entre eles que estabelece tarifa zero sobre produtos de frango). As tarifas aumentaram para 82% sobre o frango inteiro, 12% sobre cortes sem osso e 37% sobre cortes com osso. Em 2020, o governo sul-africano anunciou aumentos nas tarifas de importação, aplicadas às importações de frango com osso (de 37% para 62%) e frango sem osso (de 12% para 42%), o que teve um impacto negativo para a Companhia em relação a sua competitividade e lucratividade naquele País. Em fevereiro de 2021, o governo sul-africano anunciou o início de uma investigação *antidumping* contra certos exportadores de aves brasileiras (a Companhia não está sendo investigada), para frangos com osso congelados. Em dezembro de 2021, a decisão foi publicada no jornal oficial local sobre as tarifas *antidumping* provisórias a serem aplicadas imediatamente na África do Sul (frango com osso). O governo sul-africano decidiu por uma tarifa provisória de 265% para as empresas que não solicitaram uma defesa individual, o que foi o caso da BRF. Em 1º de agosto de 2022, o sistema de solução de controvérsias do acordo bilateral existente com a União Aduaneira da África Austral (“UAAA”) decidiu a favor da UE sobre uma disputa contra a África do Sul em relação a uma medida de salvaguarda que incluía uma tarifa de importação extra para frango congelado de 35,3%. Após esta decisão, o governo sul-africano decidiu suspender a aplicação das tarifas de importação sob a investigação *antidumping* que afetava os exportadores brasileiros, incluindo a BRF, por um período de 12 meses. Em agosto de 2023, a África do Sul reafirmou as tarifas antidumping, que foram aplicadas aos cortes com osso.

A exposição histórica da Companhia à Rússia limitou-se a frango congelado, carne suína congelada e alimentos para animais de estimação, representando menos de 0,4% da receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barreiras não tarifárias

Cotas de importação

Em 2005, o Brasil obteve um resultado favorável em um painel contra a UE na Organização Mundial do Comércio (“OMC”) com relação à reclassificação (e aumento tarifário) das exportações de carne de peito de frango salgadas. Em contrapartida, a UE introduziu quotas na importação de certos códigos tarifários, especialmente para peito de frango salgado, peito de peru marinado e frango processado, e, em julho de 2007, o Brasil recebeu a maioria dessas quotas.

A Rússia utiliza quotas para controlar as importações de carne suína, bovina e de aves. Como parte das negociações em torno de sua adesão à OMC, a Rússia fez algumas mudanças nos seus critérios de quotas em 2013. Aboliu suas quotas para carne de porco em 1º de janeiro de 2020. Como resultado, as importações de carne de porco estão sujeitas a uma tarifa fixa de importação de 25%.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Serviço Federal Russo de Vigilância Veterinária e Fitossanitária anunciou, em 23 de novembro de 2021, a aprovação de exportar para a Rússia um total de 4 plantas de suínos da BRF e de 9 plantas de suínos do Brasil. O MAPA do Brasil anunciou planos russos de estabelecer uma quota de importação isenta de impostos para até 100.000 toneladas de carne suína a serem importadas no primeiro semestre de 2022, juntamente com uma quota de importação isenta de impostos de 200.000 toneladas de carne bovina, a fim de aumentar a oferta interna. Em dezembro de 2023, o governo russo renovou uma cota de 364.000 toneladas para carne de aves e, além disso, uma cota de 140.000 toneladas para importações de carne de frango por processadores. A tarifa intraquota é zero, enquanto a tarifa extraquota é de 65%. Para posições de carne de aves não cobertas por cotas, o imposto de importação é de 25%.

Em setembro de 2021, o governo mexicano anunciou uma quota adicional de 30.000 toneladas de exportação de frango do Brasil. Em maio de 2022, o México removeu as tarifas e cotas aplicadas às importações de carne de aves. Desde então, essa medida tem sido renovada anualmente. Essa renovação não é automática, mas depende da decisão do governo mexicano.

Em junho de 2021, mais de 12 empresas e, entre elas, a Companhia, foram convidadas a participar de uma reunião com o subsecretário do Ministério da Agricultura de Omã. Na reunião fomos informados sobre um programa de quotas que o governo de Omã está planejando implementar para proteger a produção local. De acordo com este programa, eles diminuirão 10% da importação total de aves inteiras de cada empresa que exporta aves inteiras para seu país. O Ministério da Agricultura de Omã enviou uma comunicação a todas as empresas confirmando a implementação deste programa a partir de 1º de janeiro de 2022. Os 10% serão calculados com base em uma média de importações nos últimos 3 anos.

Barreiras Sanitárias

Apesar do progresso nas negociações comerciais, diversos mercados relevantes ainda não estão abertos aos produtos à base de carne brasileira devido a barreiras sanitárias, incluindo a UE e a Colômbia para carne suína, e Taiwan e Panamá para frango.

Entre 29 e 30 de abril de 2020, a unidade de produção da Companhia localizada em Rio Verde/GO, foi temporariamente suspensa em cumprimento à determinação do SIF, devido a desvios encontrados na água local no sistema de abastecimento.

Em 2020, a Administração Geral Aduaneira da China (“AGAC” ou “GACC”) suspendeu a autorização para exportação de aves e suínos de duas unidades da Companhia, localizadas em Dourados (SIF 18) e Lajeado (SIF 3975). A suspensão foi feita em razão de preocupações relacionadas ao COVID-19 no Brasil. As suspensões das unidades de Dourados e da Lajeado foram revertidas pelas autoridades chinesas no próprio ano de 2020 e receberam autorização para retomar as exportações. Em 3 de agosto de 2021, a Companhia tomou conhecimento por meio de uma publicação no site da Administração Geral das Alfândegas da República Popular da China a respeito da suspensão da exportação para o país de carne de porco de sua unidade de Lucas do Rio Verde-MT a partir daquela data. A razão alegada foi o mau funcionamento do sistema de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

refrigeração de um único recipiente de carne de porco, o que mais tarde foi evidenciado pelo descarregamento do registro do sistema de transporte, que era de exclusiva responsabilidade do transportador. Apesar das provas serem enviadas às autoridades chinesas, a suspensão ainda não foi revertida, o que pode indicar que o país pode impor novas restrições similares. Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia foi comunicada pelo MAPA e pela AGAC a respeito da suspensão da exportação de carne de frango à China, proveniente de Marau, sob a alegação de detecção de conteúdo impróprio para consumo humano em um lote de pés de aves. Em 4 de março de 2022, a Companhia foi informada pela AGAC de que estava suspendendo, a partir de 5 de março de 2022, a exportação para a China de carne de aves de sua fábrica Lucas do Rio Verde-MT. O motivo alegado para essa suspensão foi de certas não conformidades identificadas durante uma auditoria de videoconferência executados pela AGAC, como as ocorrências de infecções por COVID-19 entre os colaboradores da Companhia que não foram divulgadas e a falta de tanque de desinfecção e detecções de salmonela acima do limite máximo na recepção de aves e no processamento de produtos avícolas.

Em 2020, as Filipinas impuseram um impedimento temporário de exportação de aves do Brasil após duas cidades chinesas acharem traços de COVID-19 em cargas de comida congelada importada, incluindo asas de frango vindas do Brasil. As Filipinas retiraram o embargo das importações de produtos de frangos brasileiros em dezembro de 2020. Considerando que nenhum outro país adotou políticas iguais ao embargo feito pelo governo filipino e que a não fomos notificados, pelo governo brasileiro, de que algum outro país tenha seguido uma posição similar, a Companhia acredita ser improvável que outros embargos parecidos ocorram.

Além disso, em 6 de maio de 2021, o SFDA notificou o Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC a respeito de uma mudança do regulamento para datas de validade, que consiste na redução do prazo de validade do frango congelado in natura de 1 ano para 3 meses a partir da data de abate. Em março de 2021, o SFDA iniciou um sistema de controle reforçado da carne importada, resultando em até 3 meses de atraso no desembarço dos produtos nos portos da OMC e afetando assim negativamente os resultados comerciais da Companhia. Entretanto, o SFDA retirou a implementação desta medida, mas não há garantias de que ela possa ser restabelecida no futuro.

Barreiras técnicas

A curto prazo, a Companhia deve responder rapidamente à imposição de quaisquer novas restrições, incluindo restrições temporárias relacionadas à saúde, redirecionando produtos para outros mercados ou alterando as especificações do produto para atender às novas exigências, a fim de minimizar seu efeito sobre a sua receita líquida de exportação. A longo prazo, essas restrições poderão afetar a taxa de crescimento dos negócios da Companhia.

Em janeiro de 2019, a autoridade reguladora de alimentos e medicamentos da Arábia Saudita publicou um relatório autorizando 25 unidades brasileiras a produzir carne de frango para o mercado saudita, incluindo oito unidades da Companhia. Uma das unidades da Companhia

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(Lajeado/RS) que já havia produzido carne de frango para o mercado saudita não foi incluída como unidade autorizada. Entretanto, as oito unidades autorizadas possuem capacidade suficiente para atender a demanda desse mercado. A Companhia espera poder continuar a migrar a produção de carne de frango destinada à Arábia Saudita para as unidades autorizadas sem afetar significativamente os seus embarques para a Arábia Saudita. Em 2021, o país suspendeu outras 11 unidades brasileiras, mas nenhuma delas pertencentes à BRF.

Em 2020, a Arábia Saudita continuou sua prática de criar barreira, como suspender importações vindas das unidades de Francisco Beltrão (SIF 2518) e Dois Vizinhos (SIF 1985) em fevereiro de 2020 sem prover nenhuma justificativa técnica, aumentando os custos da certificação halal ao requisitar a certificação no *SFDA Halal Center*, e adotando licenças de importação para controlar o volume de importações. Os requisitos da licença de importação ainda não foram totalmente implementados, e a Companhia não sabe se o governo saudita usará esta ferramenta como uma barreira comercial. A Arábia Saudita também impôs um banimento informal em 2020 contra produtos originários da Turquia, o que afetou a Banvit, subsidiária da Companhia. Em 2021, o país suspendeu outras 11 fábricas brasileiras, mas nenhuma delas pertencentes à Companhia. Em março de 2022, algumas dessas empresas proibidas foram aprovadas para exportar novamente cortes de frango para a Arábia Saudita.

Em 2020, o governo da Indonésia apelou de uma decisão da OMC relacionada a um processo iniciado pelo governo brasileiro contra as barreiras de importação impostas pela Indonésia. As atividades do corpo de apelações da OMC estão suspensas esperando a nomeação dos juízes. Como resultado não é possível estimar quando referido tema será solucionado. Em 2020, foi também observado um aumento nos esforços da Malásia em reforçar as atividades relacionadas a regulações de certificado halal, representando desafio adicional para o cumprimento de todos os requerimentos de referido país. Até a presente data a Companhia obteve êxito em superar referidas dificuldades para envio de carga, e a Companhia acredita que a tendência de imposição de novas barreiras de importação pode se estender no futuro.

Angola também impôs determinados controles para a emissão das licenças de importação em 2020, possivelmente com a finalidade de reduzir suas importações, uma vez que a capacidade de importação de referido país já foi afetada por escassez de moeda estrangeira, principalmente dólares norte-americanos. Adicionalmente, também em 2020, o Iraque impôs barreiras técnicas na forma de banimentos de importações de partes de frango. Em 2019, o Iraque já havia banido a importação de frangos inteiros.

Na Turquia, há risco relacionado à não renovação da licença de validade de eventos transgênicos, o qual, caso viesse a se materializar, impactaria as importações turcas de soja transgênica e, conseqüentemente afetaria os custos de produção local.

Pandemia de COVID-19

A disseminação mundial da COVID-19 desencadeou a implementação de medidas significativas pelos governos e entidades do setor privado que, por sua vez, afetaram os padrões de consumo e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

comércio, cadeias de fornecimento e processos de produção em escala global, especificamente relacionados aos negócios da Companhia, inclusive no que diz respeito ao embarque de produtos.

As operações da Companhia incluem instalações globais de produção e distribuição, e se houver um surto de COVID-19 em suas instalações ou nas comunidades onde opera e distribui seus produtos, sua produção, operações, empregados, fornecedores, clientes e canais de distribuição podem ser gravemente impactados. Portos e outros canais de entrada podem ser fechados ou operar em apenas uma parte da capacidade, uma vez que os trabalhadores podem ser proibidos ou de outra forma impossibilitados de se encaminharem ao trabalho, e os meios de transporte de produtos dentro de regiões ou países podem ser limitados pela mesma razão, juntamente com o potencial de restrições de transporte relacionadas a quarentenas ou proibições de viagens. Além disso, os países para os quais a Companhia exporta seus produtos podem instituir proibições na importação de seus produtos ou aqueles produzidos por seus parceiros ou até mesmo todos os produtos alimentícios do Brasil de maneira geral, com base em preocupações em torno da COVID-19.

A administração da Companhia desenvolveu e implementou planos de contingência para manter as operações e monitorar os efeitos da pandemia através de um comitê permanente de monitoramento multidisciplinar, formado por executivos, especialistas na área de saúde pública e consultores. A Companhia implementou um programa abrangente de testes usando RT-PCR e metodologias serológicas como parte das ações para prevenir a propagação do vírus em suas unidades e, durante 2023, seus planos de trabalho permaneceram sob um sistema híbrido de trabalho remoto e trabalho em escritório em alguns de seus escritórios corporativos. Entretanto, a pandemia COVID-19 afetou suas operações através da redução da força de trabalho disponível, redução da produtividade de suas operações de fabricação, falta de matérias-primas e embalagens, e projetos de manutenção devido à menor disponibilidade de fornecedores terceirizados. Como resultado da pandemia, especialmente durante 2020 e 2021, a Companhia incorreu em despesas que foram incrementais e diretamente atribuíveis aos impactos da pandemia COVID-19, principalmente relacionadas com pessoal, prevenção, controle, logística e doações filantrópicas.

Além disso, a Companhia incorreu ainda em gastos diretos e incrementais, principalmente relacionados com pessoal, prevenção, controle, logística e doações filantrópicas, como resultado da pandemia. A Companhia doou alimentos, suprimentos médicos e outros materiais de apoio para fundos de pesquisa e desenvolvimento social, a fim de contribuir para os esforços de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19, incluindo apoio a hospitais, entidades filantrópicas, organizações de assistência social e profissionais de saúde nos estados e municípios em que atua.

De modo geral, a Companhia não tem experimentado efeitos financeiros negativos significativos decorrentes da pandemia COVID-19 desde que foi declarada. Apesar da Companhia ter mais visibilidade sobre o impacto da pandemia em comparação com março de 2020 (que marcou o início da pandemia para a Companhia), outras variantes e surtos da COVID-19 ainda podem afetar seu desempenho operacional, o que, por sua vez, pode afetar adversamente sua posição financeira. A Companhia também reconhece que resultados operacionais desfavoráveis podem ter um impacto

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

adverso em suas métricas financeiras, tais como alavancagem. Ao mesmo tempo, a Companhia pode experimentar aumentos nas taxas gerais de inadimplência dos clientes em conexão com a pandemia e, como consequência, estar sujeita a perdas de crédito cada vez maiores. A possível deterioração do ciclo de crédito de seus clientes pode afetar adversamente os resultados, posição financeira e fluxos de caixa no futuro. Atualmente, a Companhia possui R\$1.500 milhão não utilizado e disponível sob uma linha de crédito rotativo com o Banco do Brasil. A Companhia adotou várias diretrizes, como parte de sua Política de Gerenciamento de Risco Financeiro, para assegurar que exista um nível adequado de liquidez, estabelecendo um mínimo de caixa e requisitos de liquidez, dependendo das expectativas e obrigações futuras.

A pandemia COVID-19 também resultou em uma crise de saúde generalizada que desestabilizou os preços das commodities e as condições econômicas e mercados financeiros de muitos países, resultando em uma retração econômica que afetou a demanda pelos produtos da Companhia e em um efeito material adverso nos resultados de suas operações. Pandemias futuras também podem afetar adversamente a demanda dos consumidores, uma vez que as quarentenas podem inibir o consumo e as restrições às reuniões ou interações públicas podem limitar a oportunidade para os clientes e consumidores de adquirirem os produtos da Companhia em determinados canais. Além disso, a demanda por produtos da Companhia foi afetada pela pandemia COVID-19 e interrupções relacionadas ao redor do mundo, bem como pelo enfraquecimento das atividades comerciais globais, redução da renda familiar e mudanças nos hábitos de consumo.

Efeito de Doenças Animais

Gripe Aviária

A gripe aviária tem atraído a atenção da comunidade internacional ao longo dos anos, com surtos em aves de criação, tendo sérias consequências tanto na subsistência quanto no comércio internacional em muitos países. Além disso, embora a maioria dos vírus da gripe aviária não infecte seres humanos, alguns, como a gripe aviária H5N1 e H7N9, são bem conhecidos do público, visto ocasionar infecções graves e, por vezes, fatais em pessoas.

A demanda por produtos da Companhia pode ser significativamente afetada por surtos de doenças em animais, como a gripe aviária. Se um número significativo de novos casos de gripe aviária ocorrer em humanos, ainda que não seja em nenhum dos mercados da Companhia, a demanda pelos seus produtos de aves tanto dentro quanto fora do Brasil seria afetada negativamente e a extensão do efeito para a Companhia não pode ser previsto. Em janeiro de 2023, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) emitiu um alerta em resposta à crescente detecção de surtos de gripe aviária em aves em dez países da região das Américas, considerando a confirmação do caso de infecção humana de gripe aviária na América do Sul. No Brasil, segundo a atualização do MAPA, vários casos de influenza aviária foram registrados em aves de subsistência e aves silvestres; no entanto, nenhum foi registrado em aves comerciais. Como resultado, existe a possibilidade de que alguns países suspendam as importações do Brasil ou de algumas regiões brasileiras onde foram registrados surtos. Por exemplo, entre junho e novembro de 2023, o Japão suspendeu as

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

importações de carne de aves, ovos, aves vivas e pintinhos de um dia dos estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, pois esses estados registraram surtos de HPAI em aves de subsistência. Todos os embargos foram suspensos desde então. O MAPA tem trabalhado para desenvolver acordos com países importadores para mitigar o risco de proibição total das exportações brasileiras de frango no caso de HPAI em aves comerciais.

Qualquer surto de gripe aviária no Brasil poderia levar à necessidade de a Companhia descartar lotes de aves, o que resultaria na diminuição das vendas no setor avícola, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de aves e resultaria em despesas adicionais para o descarte de aves. Além disso, mesmo que o MAPA seja bem-sucedido na negociação de acordos com países importadores, alguns países são mais rigorosos em relação à HPAI e, como consequência, qualquer novo surto de gripe aviária em aves brasileiras provavelmente levaria a restrições imediatas à exportação de alguns de nossos produtos para esses mercados mais rigorosos. A Companhia estabeleceu um Plano de Contingência para a Influenza Aviária e a Doença de Newcastle, de acordo com o qual a região afetada é isolada em um raio de 10 km do ponto focal, com qualquer produção dentro dessa área designada apenas para o mercado interno. A Companhia está mapeando soluções para compensar qualquer perda de volume e garantir todas as comunicações necessárias com as partes interessadas e os investidores. As ações preventivas adotadas pela Companhia e pelas autoridades brasileiras, se houver, podem não ser eficazes para impedir a disseminação da gripe aviária no Brasil.

Outras Doenças Animais

Além disso, a demanda nos mercados de exportação da Companhia também pode ser influenciada por outras doenças animais. Por exemplo, as importações de suínos da maioria dos estados brasileiros foram proibidas na Rússia de 2005 a 2007 devido a casos de febre aftosa que afetaram o gado nos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, uma vez que a doença afeta animais biungulados, como suínos.

Outras doenças afetam o comércio internacional, como a doença viral denominada diarreia epidêmica dos suínos ("**PED**"), diagnosticada na América do Norte e na Ásia nos últimos anos. A doença caracterizava-se por diarreia, desidratação, definhamento e/ou atraso no crescimento e elevada mortalidade dos leitões. Consequentemente, a doença causa um enorme impacto econômico na indústria suína. A biossegurança e o saneamento são as medidas mais eficazes para impedir a introdução e a propagação do vírus.

Além do PED, foram relatados surtos de peste suína africana ("**ASF**") em muitas fazendas de suínos na China desde agosto de 2018. Além da China, muitos países da Europa, dos EUA e mais recentemente, a República Dominicana também detectaram a doença. Em nível nacional, uma das principais consequências da ASF é a perda do status de exportação, além do custo de implementação de medidas drásticas para controlar a doença.

Além do PED e ASF, a Peste Suína Clássica ("**PSC**") é considerada uma das doenças mais importantes dos suínos. Embora todos os porcos da Companhia tenham origem no Brasil, em zonas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

livres da PSC, houve uma série de surtos recentes fora dessas zonas. Em 2019, um caso de PSC foi confirmado nos estados brasileiros de Alagoas e Piauí. Em 2020, dois casos adicionais foram relatados no estado brasileiro do Piauí. Em 2022, o Ceará registrou mais um caso de PSC. Em 2023, mais um surto foi registrado no Piauí. O Brasil tem duas zonas com relação ao status sanitário da PSC, a zona livre, que é composta por 16 estados brasileiros e inclui mais de 99% da produção comercial brasileira de carne suína, e uma zona não livre, localizada no norte do Brasil. Todos os estados brasileiros com casos confirmados de PSC estão localizados fora da zona livre de PSC. O governo brasileiro também tomou medidas para conter os surtos quando eles ocorreram. Nenhum embargo comercial formal foi anunciado como resultado desses surtos.

Vendas

A Companhia comercializa seus produtos tanto no mercado interno brasileiro quanto em mercados internacionais. A receita líquida relacionada ao segmento Brasil, incluindo a maioria de seus alimentos processados, que representou 50,1% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A receita líquida relacionada as vendas para os mercados internacionais, incluindo a maioria de seus frangos congelados inteiros e cortados e outros cortes de aves e suínos congelados e cortes de carne bovina, representou 44,5% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A tabela abaixo apresenta a abertura por percentual de representatividade da receita líquida por categoria da Companhia para os segmentos brasileiro, internacional e outros segmentos para o período indicado abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em %)			
Segmento Brasil	2023	2022	2021
<i>In natura</i>	11,0	11,1	12,4
Processados	38,4	38,8	38,7
Outras Vendas	0,6	0,3	0,2
Total Segmento Brasil	50,1	50,2	51,3
Segmento Internacional			
<i>In natura</i>	37,1	37,3	37,7
Processados	7,0	6,8	6,1
Outras Vendas	0,4	0,7	0,7
Total Segmento Internacional	44,5	44,8	44,5
Outros Segmentos			
Total Outros Segmentos	5,4	5,0	4,2
Total	100	100	100

Fonte: Companhia

(ii) condições de competição nos mercados

Brasil

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O mercado interno brasileiro é altamente competitivo, particularmente para alimentos frescos e produtos congelados de aves e suínos. A Companhia procura desenvolver produtos de qualidade, com foco em soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes e que capturem valor para as marcas fortes que a Companhia possui, como a Sadia, a Perdigão e a Qualy.

Nas categorias de carne processada e margarina, a porcentagem mais recente disponível da participação de mercado da Companhia no Brasil em 2023, conforme relatado pela A.C. Nielsen, mostra que a Companhia possui representação significativa de 39,2% no mercado interno.

Como a A.C. Nielsen reúne dados de empresas que reportam a eles voluntariamente, em determinadas áreas do país e categorias cobertas por elas, o tamanho total do mercado em que esses percentuais estão baseados são menores que a estimativa interna da Companhia para o tamanho do mercado, conforme descrito acima em “Mercado Brasileiro”.

Nacionalmente, o principal concorrente da Companhia no mercado brasileiro para o segmento de carnes processadas é a JBS, que detém as marcas Seara e Rezende, seguida pela Aurora. O restante do mercado é representado por diversos pequenos produtores, como a Pif Paf Alimentos S.A. (“**Pif Paf**”) e a Frimesa, que têm atuação relevante nas regiões Sudeste e Sul do País, respectivamente.

No mercado de margarinas, a Companhia manteve a posição de liderança com a marca Qualy por uma ampla margem. O principal concorrente da Companhia também é a JBS, que adquiriu a operação de margarinas da Bunge (tornando-se, conseqüentemente, proprietária das marcas Delícia e Primor, além de suas marcas anteriores, como Doriana), seguida da Vigor Alimentos S.A.

No mercado interno de carne *in natura* (cortes inteiros de aves e suínos), a Companhia enfrenta a concorrência de pequenos produtores, alguns dos quais operam na economia informal e oferecem produtos de menor qualidade a preços mais baixos. O mercado de carne *in natura* é volátil e cíclico (maior custo e oferta de proteína). A fim de evitar margens baixas ao competir com pequenos produtores e manter uma presença mais forte no mercado, a Companhia mudou sua estratégia de preços e desenvolveu um alto valor agregado e uma carteira inovadora. O principal foco no mercado brasileiro é atender às necessidades dos consumidores com foco no aumento de produtos de valor agregado que representaram mais de 76,7% de suas vendas em 2023.

Como mencionado anteriormente, a Companhia também possui operações de ração para cães e gatos, que fazem parte do segmento pet brasileiro. Essa indústria é composta por *pet food*, medicamentos veterinários e cuidados gerais com animais de estimação, que abrangem cuidados com a saúde e higiene.

O tamanho do mercado mundial de alimentos para animais de estimação foi avaliado em US\$94,8 bilhões em 2021, e está projetado para atingir US\$139,3 bilhões até 2030, de acordo com a *Grand View Research*, com o Brasil desempenhando um papel fundamental neste crescimento. O Brasil tem a segunda maior população de cães e gatos do mundo e é o terceiro maior país em população

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

total de animais de estimação, cujo mercado representa 0,36% do PIB total brasileiro, de acordo com dados da ABINPET de 2021.

A Companhia acredita que está bem-posicionada no mercado, sendo o terceiro maior player de alimentos para animais de estimação do Brasil, com 10% de *market share* e potencial para se tornar o segundo maior nos próximos anos, segundo estimativas da Companhia com base nos dados da ABINPET de 2021. O mercado pouco penetrado é propício para que marcas fortes, como as que a Companhia possui, se consolidem e liderem no mercado nacional.

Mercado Internacional

A Companhia enfrenta concorrência significativa nos mercados internacionais, tanto de produtores brasileiros quanto de produtores de outros países. As cooperativas são concorrentes cada vez mais relevantes, pois contam com vantagens tributárias e certa mobilidade para realocar sua produção no mercado externo em momentos em que as exportações se tornam mais atrativas do que o mercado interno. Além disso, a JBS é um dos concorrentes diretos da Companhia no mercado internacional que possui muitas das mesmas vantagens competitivas que a Companhia tem sobre produtores em outros países, incluindo recursos naturais e custos competitivos de insumos.

Os cortes de frangos e suínos da Companhia, em particular, sofrem alta competição em termos de preços e são sensíveis à substituição por outros produtos. Os clientes, por sua vez, procuram diversificar suas fontes de abastecimento através de produtores de diferentes países, mesmo quando a Companhia oferece um custo mais baixo.

Medidas protecionistas entre parceiros comerciais do Brasil também constituem fator competitivo importante. As exportações brasileiras de carne de aves e suína são cada vez mais afetadas por medidas tomadas por outros países para proteger os produtores locais.

A receita líquida no mercado internacional atingiu R\$23.851,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma queda de 1,0% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, a variação do preço da proteína de frango foi influenciada principalmente pelo desequilíbrio entre oferta e demanda em nível global, pressionando as margens do setor. Os primeiros casos de gripe aviária no Brasil também tiveram um impacto negativo sobre os preços das exportações brasileiras de frango, embora a doença não tenha afetado nenhuma granja comercial. Apesar desses fatores, em 2023, a Companhia aumentou seu volume de vendas no segmento internacional em 10,8%, como resultado da sua estratégia de redução da ociosidade, da ocupação das fábricas e de um maior número de destinos de vendas (habilitações), juntamente com a estratégia de redução do capital empregado, que impactou principalmente os estoques mais baixos. A Companhia obteve 66 novas habilitações durante o ano, o que assegurou flexibilidade para capturar oportunidades de mercado em um ano desafiador para o setor de proteínas. Apesar do ambiente desafiador do mercado internacional, a Companhia acredita que é um dos maiores exportadores de aves do mundo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nos mercados internacionais da Companhia, sua vantagem competitiva se baseia na qualidade, custo, preços e serviço aos clientes.

(d) eventual sazonalidade

Brasil

A receita líquida proveniente de carne e produtos processados da Companhia no mercado brasileiro não está sujeita a grandes flutuações sazonais. No entanto, o quarto trimestre da Companhia é geralmente mais forte do que outros trimestres devido ao aumento da demanda por seus produtos durante a temporada de festas, especialmente perus, Chester, lombo de porco e presunto. A Companhia também comercializa certos produtos especificamente para a temporada de festas, tais como pacotes de presentes de seus produtos que alguns empregadores distribuem a seus empregados. Os resultados da Companhia também são afetados pela estação seca e chuvosa do milho, soja e farelo de soja, que são sua principal matéria-prima na produção de rações.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as vendas totais por trimestre representaram, das vendas anuais do segmento Brasil, 23,9% no primeiro trimestre, 24,2% no segundo trimestre, 24,4% no terceiro trimestre e 27,5% no quarto trimestre.

Internacional

As vendas da Companhia para os mercados internacionais como um todo não são materialmente afetadas pela sazonalidade, em parte porque os padrões de compra sazonais variam de acordo com seus mercados internacionais. No entanto, a receita líquida em mercados específicos às vezes varia de acordo com a estação. No mercado halal, por exemplo, a Companhia experimenta receita líquida mais baixa durante o Ramadan e os meses de verão.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as vendas internacionais totais por trimestre representaram, das vendas anuais do segmento internacional, 25,7% no primeiro trimestre, 21,4% no segundo trimestre, 26,9% no terceiro trimestre e 26,0% no quarto trimestre.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Uma das estratégias da Companhia é construir relacionamentos mais eficazes com seus fornecedores, utilizando critérios de seleção para avaliá-los em vários quesitos, incluindo a qualidade do produto, o desempenho do produto e confiabilidade de entrega.

A Companhia conta com um Sistema de Monitoramento de Cadeia estruturado para fortalecer o controle de riscos socioambientais, apoiar um modelo de negócio ético e responsável e desenvolver parcerias sustentáveis. A Companhia procura fazer isso realizando auditorias de qualidade,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

distribuindo e exigindo a adesão do fornecedor ao Código de Conduta de Fornecedores, seguindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, consultando dados públicos, incluindo determinadas obrigações relacionadas em seus contratos com fornecedores. O Código de Conduta de Fornecedores, publicado no site da Companhia e previamente acordado por seus fornecedores, regula o relacionamento e se concentra no comportamento ético, na responsabilidade social e ambiental. A Companhia está focada em uma abordagem mais forte de gerenciamento de riscos, especialmente com relação à qualidade, integridade e segurança, além de sustentabilidade e conformidade.

Em 2019, a Companhia criou um processo interno para os fornecedores cumprirem o Código de Conduta de Parceiros de Negócio e estabeleceu padrões de compras internas ("**Norma de Parceiros de Negócio**"). O processo foi liderado por um grupo de trabalho interno focado em garantir a implementação efetiva do Código de Conduta de Fornecedores, mitigando riscos para a Companhia e fortalecendo o seu relacionamento com os seus stakeholders. A partir de setembro de 2019, todos os novos fornecedores passaram a ter que confirmar a conformidade com o Código de Conduta antes de serem registrados nos sistemas internos da Companhia.

A Norma de Parceiros de Negócios para contratação de fornecedores prevê certas exceções à regra que exige que os fornecedores aceitem o Código de Conduta de Fornecedores da Companhia. Por exemplo, os fornecedores não são obrigados a aceitar o Código de Conduta de Fornecedores se forem uma entidade pública ou se tiverem seu próprio código de conduta; nesse caso, poderão preencher um formulário indicando o site onde o código de conduta está disponível ou anexando-o ao formulário. Se um fornecedor se recusar a aceitar o Código de Conduta da Companhia e não se enquadrar nas exceções estabelecidas pela norma, a situação será direcionada ao comitê interno da Companhia para análise. Referido comitê é composto por membros dos departamentos jurídico, *compliance* e de compras. Se o comitê não puder tomar uma decisão, o assunto será encaminhado à Diretoria Executiva da Companhia para resolução.

Em caso de conflito de interesse com fornecedores, a Companhia conta com uma equipe especializada que analisa o risco de manutenção ou substituição de fornecedores específicos. Além disso, por meio de análises bissemanais de dados disponíveis ao público no Brasil, a Companhia identifica fornecedores que não cumprem as suas exigências legais e/ou as normas internas. Na avaliação de fornecedores, a Companhia analisa regularmente os seguintes itens, entre outros: práticas ambientais, relações de trabalho e práticas e cumprimento geral de leis e regulamentos. Atualmente, a Companhia está em processo de padronização do seu programa de monitoramento em todos os seus departamentos, mas todos os seus fornecedores novos devem cumprir o Código de Conduta de Fornecedores e a Política de Transações com Partes Relacionadas, seja com relação a um contrato ou compras pontuais.

A avaliação, seleção adequada e a manutenção de relacionamentos com seus fornecedores é crítica para a competitividade da Companhia no mercado. O processo da Companhia segue diretrizes estabelecidas, fundamentadas por sistemas e regras a serem seguidas por todos os

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

membros da sua equipe de compras. Em 2018, a Companhia implantou o seu sistema de compras, o Ariba SAP, uma ferramenta avançada destinada a fortalecer a sua função de *compliance*.

Em 2019, a Companhia implantou um novo módulo dentro do sistema de compras, chamado Ariba *Network*, focado na relação entre os fornecedores e os gerentes de contratos. Essa implantação reforça o comprometimento da Companhia com a busca pelas melhores práticas de *compliance* e transparência em seus processos de rotina, ao garantir uma avaliação precisa dos serviços contratados e facilitando uma comunicação robusta entre os fornecedores e o sistema da Companhia.

O acompanhamento e a auditoria são monitorados continuamente por meio de auditorias internas e externas, para garantir que seus processos sejam constantemente aprimorados e estejam alinhados com suas normas e códigos, *compliance* e esforços de sustentabilidade.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui uma vasta lista de fornecedores, não apresentando, portanto, risco de concentração.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

As margens operacionais da Companhia dependem, dentre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, como o fornecimento e a demanda de produtos proteicos, como a carne de frango e de suínos.

A Companhia tenta administrar alguns desses riscos com a utilização de programas de gestão de risco e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda. Contudo, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de *commodities*.

1.5 Principais clientes

1.5 - Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum dos clientes (ou grupo de clientes) da Companhia foi responsável por mais de 10% de sua receita líquida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos clientes (ou grupo de clientes) da Companhia foi responsável por mais de 10% de sua receita líquida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para o exercício das atividades da Companhia, há que se cumprir com legislações, regulamentações e autorregulações, tais como, e não se limitando a: (i) legislação trabalhista; (ii) legislação previdenciária e direitos da criança e do adolescente; (iii) legislação de saúde pública, vigilância sanitária, regulatórias de produtos, proteção ao consumidor; (iv) legislação ambiental; (v) legislação brasileira de rotulagem e comunicação de marca; (vi) regulamentação de valores mobiliários; (vii) legislação de defesas da concorrência; (viii) legislação tributária/fiscal; (ix) autorização para autoprodução de energia elétrica; e (x) autorização para a compra, armazenagem e consumo de produtos químicos controlados.

O MAPA, principal autoridade governamental que fiscaliza os negócios da Companhia, é responsável pela regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas à saúde animal, componentes técnicos (inclusive rotulagem) e critérios de qualidade relacionados à produção de alimentos para animais e aos produtos de origem animal em todas as unidades industriais do Brasil. O MAPA também supervisiona as atividades da Companhia por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária (“SDA”) e do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (“DIPOA”).

A atividade de fiscalização é realizada por meio de verificações oficiais pelas equipes do SIF do MAPA nas unidades industriais, dentre outras práticas, conforme o Decreto nº 9.013/2017. O escopo da fiscalização inclui todos os estágios do processo de produção (por exemplo: recebimento de animais e matérias-primas, produção, rotulagem, armazenamento etc.). Quando identificadas não conformidades durante essas verificações oficiais, elas podem gerar sanções que podem variar desde uma advertência à suspensão permanente nas atividades comerciais das unidades.

O MAPA é também responsável por supervisionar atividades envolvendo a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos de origem vegetal, bem como produtos de uso veterinário, inclusive alimentos para animais.

A Companhia também está sujeita à supervisão de outras autoridades governamentais internacionais e brasileiras (nos níveis federal, estadual e municipal), que incluem, entre outros, vários órgãos ambientais e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), responsável pela vigilância sanitária de produtos alimentícios vendidos no Brasil, entre outras questões. Além disso, a Companhia e seus estabelecimentos estão sujeitos a fiscalização e licenciamento pelas autoridades sanitárias locais, por realizarem atividades de interesse da saúde.

Diante disso, a Companhia realiza periodicamente consultas a listas públicas de áreas embargadas, existência de débitos ambientais e ocorrências de violação de direitos humanos e trabalhistas, fornecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), pela Secretaria do Trabalho e Emprego e pelo Ministério da Economia, para certificar-

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

se de que todas as normas, políticas e leis aplicáveis estão sendo seguidas por seus fornecedores. As consultas são realizadas nos processos de novos contratos e contratos vigentes.

Após a declaração da pandemia mundial do corona vírus (“**COVID-19**”), foram emitidas orientações e portarias conjuntas dos Ministérios da Saúde, Ministério da Agricultura e da Secretaria da Previdência e Trabalho referente às medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios. A Companhia observa todas as recomendações que foram publicadas desde o início da pandemia e, por iniciativa própria, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (“**TAC**”) com o Ministério Público do Trabalho (“**MPT**”) pactuando inúmeras medidas protetivas para o combate do COVID- 19, e passados 2 anos de vigência do TAC e encerramento do estado de pandemia no País, a Companhia passou a pandemia sem nenhum auto de infração, interdições ou embargos de fiscalizações do trabalho e sanitárias.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de leis e regulações ambientais a níveis municipal, estadual e federal, que regulam os aspectos relacionados a água, efluentes, resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e odores. As operações da Companhia também estão sujeitas aos procedimentos de licenciamento ambiental em níveis federal, estadual e/ou municipal.

O não cumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em penalidades administrativas e criminais contra o infrator, além de indenizações por danos ambientais na esfera civil. As penalidades administrativas abrangem: (i) advertência; (ii) multa de até R\$ 50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e (ix) restrição de direitos. As penalidades criminais incluem multas, perda temporária de direitos e prisão (para pessoas físicas), bem como suspensão das atividades, interdição ou proibição de contratar com o Poder (para pessoas jurídicas). As multas por operar sem licença ambiental válida variam de Estado para Estado de acordo com a gravidade da infração incorrida (podendo ou não ocasionar danos ambientais). Além disso, de acordo com a legislação ambiental brasileira, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada, se necessário, quando for um obstáculo para a reparação dos danos ambientais.

Ainda que a Companhia adote todas as medidas preventivas para impedir a ocorrência de danos ambientais, caso sejam verificados, existirá a obrigação da Companhia de reparar o referido dano, desde que seja comprovada a existência do nexo de causalidade entre a conduta da Companhia e o resultado danoso.

A responsabilidade administrativa encontra-se prevista nos artigos 70 a 76 da Lei Federal 9.605/1998, bem como em seu decreto regulamentador (Decreto Federal 6.514/2008) e nas normas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

estaduais e locais pertinentes. Segundo diversos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva. Assim, a sua aplicação depende da demonstração de culpa ou dolo, além do nexo de causalidade entre o agente e a infração ambiental.

A responsabilidade civil está majoritariamente prevista na Lei Federal 6.938/1981, sendo que o sistema jurídico brasileiro adota a responsabilidade objetiva e solidária do poluidor direto e indireto. Assim, aquele que direta ou indiretamente causar danos ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. A Constituição Federal em seu artigo 225, §3º, reforça esta obrigatoriedade em reparar os danos causados.

A responsabilidade penal encontra-se prevista na Lei Federal nº 9.605/1998 que disciplina as sanções administrativas e penais aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas que incorrerem em condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. De modo geral, a responsabilidade penal ambiental é atribuída a todos aqueles que concorrem para a prática de um crime ambiental, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. A referida responsabilidade possui natureza jurídica pessoal, intransferível e subjetiva.

A Companhia possui 04 plantas localizadas no Brasil (em Chapecó/SC, Capinzal/SC, Marau/RS e Serafina Corrêa/SC) que, além de estarem devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, também possuem certificação ISO 14001. Essas plantas foram auditadas por órgãos regulatórios e se submetem regularmente a avaliações por terceira parte.

A Companhia contrata técnicos profissionais na área ambiental e lhes fornece treinamento regular nos aspectos ambientais que são parte integral de sua atividade. Todas as plantas da Companhia são construídas em linha com a legislação ambiental aplicável. A Companhia possui uma Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente ("**Política de SSMA**") que estabelece as diretrizes com relação aos princípios de saúde, segurança e meio ambiente aplicáveis à Companhia e todos os seus colaboradores. A gestão ambiental da Companhia é baseada nas diretrizes da ISO 14001 e orientada pelo Book de Gestão Ambiental do Pilar Meio Ambiente que compõem o Sistema de Excelência Operacional – SEO e por documentos normativos (LAIA – Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais, PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, ISA – Indicador de Sustentabilidade Ambiental, Gestão de Efluentes, entre outros) que abordam os aspectos e possíveis impactos ambientais relacionados ao negócio da Companhia e trazem o cumprimento legal de patamar mínimo de desempenho. O monitoramento da implementação e cumprimento dessa norma é realizado por indicadores técnicos, com metas definidas anualmente e auditorias periódicas que reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, evidenciando o compromisso da alta direção com as obrigações legais ambientais. A Companhia conta com um sistema online para o gerenciamento de requisitos legais aplicáveis à saúde, segurança e meio ambiente. Por meio desse sistema, a Companhia também faz a gestão dos documentos legais aplicáveis às suas atividades.

Na Política de Sustentabilidade, Política de SSMA e no Pilar de Meio Ambiente do Sistema de Excelência Operacional BRF ("**SEO**") da Companhia, estão estabelecidas as diretrizes para a

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

gestão ambiental com base em referências nacionais e internacionais, como a própria ISO 14001. Esses instrumentos buscam garantir que as atividades da Companhia e o seu crescimento sejam realizados de acordo com as normas ambientais aplicáveis.

A Companhia estabelece um conjunto de padrões a serem usados em sua gestão ambiental. O monitoramento da implantação dessas normas é feito por meio de indicadores técnicos, como o Índice de Sustentabilidade Ambiental (“ISA”), aplicado a plantas agrícolas e industriais, com metas estabelecidas anualmente. Ações corretivas são estabelecidas para solucionar os desvios encontrados, e é realizada uma avaliação para verificar se o sistema de gestão ambiental está sendo observado.

A gestão ambiental faz parte do dia a dia da Companhia, e seus controles internos são construídos para melhorar a sustentabilidade em suas operações. A Companhia também desenvolve projetos e participa de iniciativas de monitoramento e controle da questão ambiental e tem como foco o desenvolvimento de tecnologias alternativas para a geração e o uso de energia sustentável e o uso sustentável da água. A diversificação da matriz energética por meio da inclusão de fontes de energia limpa, como solar e eólica, está entre as iniciativas que a Companhia entende mais relevantes para mitigar os possíveis impactos negativos das mudanças climáticas na disponibilidade de energia. Adicionalmente, a Companhia analisa a vulnerabilidade hídrica de suas plantas industriais, aplicando duas abordagens analíticas complementares: uma análise operacional interna, relacionada às operações, e uma análise ambiental externa, relacionada às características da bacia hidrográfica onde a planta está localizada às múltiplas usos da água na região. Em última análise, os indicadores dessas abordagens são integrados, permitindo revisar quantitativamente a vulnerabilidade da planta à água.

A Companhia mantém seus esforços para cumprir com exigências, normas e políticas internas e externas relacionadas à gestão ambiental. Das operações diretas à cadeia de valor, as iniciativas abrangem assuntos como efluentes e resíduos sólidos, consumo de energia e água e emissões de GEE. Anualmente são destinados recursos para investir em pesquisa, projetos e operação dos sistemas de controle ambiental. Todos os novos investimentos que envolvem um aumento na produção ou alteração no processo incluem a avaliação da capacidade dos controles ambientais instalados, com base no dimensionamento dos projetos. O objetivo disso é atender aos padrões já alcançados e aprimorar os indicadores de desempenho da Companhia como um todo.

A Companhia toma ações de prevenção e endereçamento de acidentes ambientais em sua cadeia produtiva. Por meio de um padrão interno para registro e endereçamento de ocorrências ambientais, são estipulados fluxos e responsáveis, bem como padrões de classificação e sistema de lançamentos, registro e investigação de ocorrências ambientais, comportamentos e condições não sustentáveis. As ações envolvem as fábricas e a área corporativa de meio ambiente e vinculam-se à estratégia de mitigação de riscos.

No campo, a parceria que possui com seus produtores integrados é uma das estratégias que a Companhia utiliza para garantir que suas atividades e aquelas praticadas por eles sejam realizadas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de acordo com os padrões socioambientais. Para uma gestão em linha com nossos valores relativos à ética, aos direitos humanos, ao bem-estar animal, à conformidade socioambiental e à segurança operacional, dispomos de uma série de normativos que devem ser seguidos por todos os fornecedores da Companhia. Entre eles, está o Código de Conduta para Fornecedores da Companhia, a Política Corporativa de Direitos Humanos, a Política de Compra Sustentável de Grãos e os Compromissos de Bem-estar Animal. A Companhia supervisiona os produtores integrados, por meio de visitas periódicas para acompanhamento de aspectos e controles ambientais nas granjas, dá suporte técnico e orientações para os produtores no intuito de estabelecer uma operação ambientalmente adequada. Além disso, a Companhia estruturou um programa com seus produtores integrados para a coleta de resíduos de origem animal.

Os produtores integrados são avaliados mensalmente em relação ao licenciamento ambiental e às outorgas de captação de água. Quinzenalmente todos os fornecedores e parceiros são monitorados nas listas públicas, incluindo IBAMA e, no caso de apontamento de possível irregularidade, o responsável na BRF é informado para que atue junto ao possível infrator no sentido de entender os fatos e apoiar nas ações corretivas. No âmbito social, é avaliado o cumprimento de direitos humanos, a prevenção ao trabalho infantil e análogo ao escravo e cumprimento de todas as obrigações trabalhistas. A monitoria é feita através de auditorias internas, pontuais ou permanentes por equipe dedicada a respeito dos aspectos sociais.

A Companhia conta com técnicos ambientais profissionais e os treina nos principais aspectos da regulamentação ambiental. Suas plantas são construídas de acordo com as regulamentações ambientais aplicáveis. A estrutura ambiental da Companhia é composta por gerentes, especialistas, engenheiros e analistas ambientais para auxiliar na implementação e monitoramento dos requisitos legais e diretrizes internas. A Companhia conta também com o apoio do seu departamento jurídico ambiental para assessoria jurídica.

A importância de monitorar questões socioambientais está no impacto que os riscos mapeados podem causar, envolvendo desde imagem e reputação, à paralisação da produção, multas e, em casos críticos, uma possível depreciação da Companhia no mercado de capitais por conta de graves denúncias. Assim, para reduzir esses riscos, a Companhia possui documentos como o Manual de Transparência (Código de Ética e Conduta), o Código de Conduta para Parceiros de Negócio e os próprios contratos de compra, que incluem cláusulas socioambientais. A Companhia é também signatária de diversos pactos e acordos sobre o tema, incentivando a adesão de seus fornecedores.

Os fornecedores de grãos da Companhia são monitorados pelas diretrizes da Política de Compra Sustentável de Grãos. Os critérios de monitoramento estabelecidos na Política, são baseados nas principais bases de dados públicas de órgãos ambientais federais e estaduais, como o IBAMA, ICMBio e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Além disso, a Companhia monitora desmatamento na área de seus fornecedores de grãos e derivados por meio da base de dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento (“**PRODES**”). Para o bioma amazônico, a Companhia se posiciona como “Desmatamento Zero”, ou seja, a Companhia não negocia com fornecedores

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

que tenham praticado desmatamento legal ou ilegal a partir de julho de 2008. Em 2023, esse compromisso foi estendido para todos os biomas, com prazo para dezembro de 2025, antes desse período, em caso de desmatamento, deverá ser atendido pela Lei Federal nº 12.651/2012 (“**Código Florestal**”). Já em relação aos critérios sociais, a Companhia realiza a checagem da Lista Suja do Trabalho Escravo, do Ministério da Economia, a fim de garantir que a Companhia não negocie com seus fornecedores que firam os direitos humanos. Além disso, em respeito às comunidades tradicionais e povos indígenas, a Companhia não utiliza fornecedores cujas áreas possuam sobreposições com terras indígenas e comunidades quilombolas.

Há áreas da Companhia classificadas como propriedades rurais, portanto, sujeitas à aplicação do Código Florestal, bem como do Cadastro Ambiental Rural (“**CAR**”).

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A principal propriedade intelectual da Companhia é constituída pelas suas marcas registradas nacional e internacionalmente. A Companhia vende seus produtos principalmente sob as marcas “Sadia”, “Qualy” e “Perdigão” no mercado brasileiro e principalmente sob as marcas “BRF Ingredients”, “Perdix”, “Perdigão”, “Sadia”, “Confidence”, “Fazenda”, “Qualy”, “Borella”, “Hilal”, “Balance”, “Sulina”, “Onefoods” e “Deline” nos mercados internacionais, conforme descrito abaixo em “Marketing”.

A Companhia também possui várias outras marcas para identificar linhas de produtos específicos. No mercado brasileiro, essas marcas incluem, entre outras, “Sadia Bio”, “Sadia Salaminhos”, “Sadia Veg&Tal”, “Sadia Hot Pocket”, “Perdigão Ouro”, “Chester Perdigão”, “Perdigão NaBrasa” e “Claybom”. No exterior, a Companhia também possui marcas como: “Hilal” e “Unef” (no Oriente Médio), “Sulina” e “Fazenda” (na Europa). A marca “Sadia” está registrada em mais de 90 países. No Oriente Médio, a marca “Sadia” está registrada em países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Jordânia, Bahrein, Iêmen, Irã, Líbano, Catar, Kuwait, Iraque, Líbano e Omã, bem como na região do Cáucaso, em outros países asiáticos e na América Latina. O personagem que serve como mascote da “Sadia” é protegido tanto como marca registrada como por direito autoral, inclusive com o registro na Biblioteca Nacional do Brasil, sendo que essa proteção se estende a outros países.

A Companhia solicitou que as marcas registradas “Sadia”, “Perdigão” e “Qualy” fossem reconhecidas como marcas de alto renome pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concedeu esse reconhecimento à “Sadia” e à “Perdigão” em junho de 2011 e renovou o reconhecimento em setembro de 2018 e à “Qualy” em agosto de 2019. Também solicitou o registro da marca corporativa “BRF” (e o design que a acompanha) em mais de 100 países nas Américas, Europa, Ásia (incluindo Oriente Médio) e África. Além disso, a Companhia possui patentes concedidas no Brasil e em mais de 9 países, bem como desenhos industriais e propriedade intelectual não protegida (know-how).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Por fim, a Companhia possui vários nomes de domínio na Internet, registrados nas autoridades competentes, como “perdigao.com.br”, “claybom.com.br”, “qualy.com.br”, “sadia.com.br”, “brf.com”, “brf-global.com”, “banvit.com”, “banvitas.com”, “deline.com.br” e “kidelli.com.br”.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Companhia, seus administradores e seu controlador não endossam e nem autorizam doações da Companhia a candidatos, partidos políticos ou quaisquer associações políticas. Ainda, a Companhia, seus administradores e seu controlador observam e cumprem com a legislação brasileiras e estrangeira, referente aos países em que a Companhia opera, nos termos do Manual de Transparência da Companhia, além de possuir a Norma Corporativa sobre as “Orientações de Conduta Eleitoral”.

Não há contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não há contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

<i>(em milhares de Reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	% do total
Brasil	26.858.918	50,1
Internacional	23.851.764	44,5
Outros Segmentos	2.904.758	5,4
Receita líquida total da Companhia	53.615.440	100

<i>(em milhares de Reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	% do total
Brasil	26.997.788	50,2
Internacional	24.103.135	44,8
Outros Segmentos	2.704.105	5,0
Receita líquida total da Companhia	53.805.028	100,0

<i>(em milhares de Reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2021	% do total
Brasil	24.808.889	51,3
Internacional	21.514.704	44,5
Outros Segmentos	2.019.712	4,2
Receita líquida total da Companhia	48.343.305	100,0

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a:	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	2023	%
Arabia Saudita	3.931.228	7,3
Turquia	3.106.811	5,8
China	2.317.959	4,3
Emirados Árabes Unidos	2.268.585	4,2
Japão	1.521.200	2,8
Outros países	10.705.981	20,1
Receita líquida do segmento internacional	23.851.764	44,5

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a:	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	2022	%
Arabia Saudita	4.242.342	7,9
Turquia	2.793.326	5,2
Emirados Árabes Unidos	2.185.683	4,1
China	2.020.641	3,8
Japão	1.939.505	3,6
Outros países	10.921.638	20,2
Receita líquida do segmento internacional	24.103.135	44,8

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a:	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	2021	%

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Arabia Saudita	3.231.530	6,7
Turquia	3.113.796	6,4
Emirados Árabes Unidos	1.672.785	3,5
China	3.130.746	6,5
Japão	1.662.354	3,4
Outros países	8.703.493	18,0
Receita líquida do segmento internacional	21.514.704	44,5

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia possui subsidiárias no exterior, as quais atendem à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, comércio exterior, societária e anticorrupção. As regulações às quais as subsidiárias se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições afetam os negócios da Companhia.

Como grande exportadora de seus produtos, a Companhia está sujeita às regulações de natureza tarifárias, bem como não-tarifárias estabelecidas pelos países importadores. O eventual aumento do imposto de importação pode impactar as exportações da Companhia para o país de destino, como foi o caso da África do Sul que, em março de 2020, elevou as tarifas de importação de aves originárias do Brasil de 12% para 42% para cortes sem osso e de 37% para 62% para cortes com osso. Além disso, no ano de 2022 iniciou processo de investigação *antidumping* contra o frango brasileiro, o processo chegou a ter resultados preliminares, sendo suspenso em 1º de agosto pelo prazo de 12 meses, não havendo garantia sobre a sua retomada nem sobre a ausência de impacto da referida medida sobre os negócios da Companhia. As regulações não tarifárias também podem produzir efeitos nas exportações da Companhia por alterarem os procedimentos aduaneiros, ou mesmo modificarem regulamentações técnicas. O processo junto ao comitê SPS da OMC pela delegação da Arábia Saudita sobre a possibilidade de redução da data de validade (*shelf life*) de frangos inteiros e em partes congelados importados de doze para três meses ou os controles reforçados aplicados pelo país árabe às importações de aves congeladas ao longo de grande parte do ano de 2022. Não há garantias de que medidas semelhantes não venham a ser aplicadas no futuro, com potencial impacto à Companhia.

Ademais, a Companhia também tem enfrentado barreiras comerciais aplicadas à temática halal, como foi o caso do Egito que, em abril de 2020, passou a exigir que todas as cargas de produtos halal brasileiras fossem certificadas por uma empresa única, ligada ao próprio governo egípcio (a IS EG halal), assim como a suspensão de uma certificadora para os Emirados Árabes Unidos o que aumentou os custos de certificação em comparação às certificadoras halal que tradicionalmente operam com a Companhia no Brasil

Por ser grande exportadora para os países do Oriente Médio, as regulações religiosas, em particular os padrões de produção de alimentos halal, também são fatores relevantes para a Companhia. Em 2020, conforme citado anteriormente, o Egito passou a credenciar apenas uma certificadora halal para as exportações ao país da mesma maneira que o irã também estabelece este requisito. Não há garantias de que outros governos tomem medidas similares, podendo impactar negativamente no resultado da Companhia.

Ademais, a finalização de processos de negociação de acordos comerciais entre o Brasil ou MERCOSUL e outros países ou blocos econômicos também podem produzir impactos nos negócios da Companhia. Como exemplo, o acordo comercial celebrado entre MERCOSUL e Singapura, o acordo atualmente em implementação entre MERCOSUL e UE e as negociações

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

iniciadas dos acordos comerciais do MERCOSUL com a Coreia do Sul, Canadá e Japão, que possuem potencial de gerar efeitos nas exportações da Companhia.

As habilitações de unidades produtivas para exportação aos mercados específicos, por sua vez, são meios pelos quais os países importadores decidem quais unidades produtivas estão ou não aptas a produzir e exportar para seu país. Estas habilitações podem ser concedidas pelo próprio governo do país importador, após inspeções *in loco* e/ou documentais ou podem ser delegadas ao governo brasileiro, com base em acordos sanitários bilaterais entre Brasil e o país importador.

Países com volumes significativos de importação adotaram durante o ano de 2023 o modelo de *pré-listing* (delegadas ao governo brasileiro), dentre eles destacamos Chile, Singapura e Reino Unido o que facilita o acesso de produtos brasileiros e a habilitação de mais unidades produtoras.

Os países que antes não faziam seleção de unidades produtivas específicas aprovadas para exportação para seu território, podem passar a fazê-la, como foi o caso de Omã em 2019. As auditorias por vídeo despontam como uma possível tendência futura, na medida em que agilizam os processos e reduzem os custos, tanto para a Companhia quanto para as autoridades. A partir de 2020 a Companhia foi objeto de auditorias por vídeo por autoridades estrangeiras (China, México e Omã) e no ano de 2023 China passou a utilizar de maneira recorrente a ferramenta para habilitação de novas unidades.

Em relação à China, importante mercado da Companhia, a flexibilização anunciada pelo governo local da política de “COVID Zero”, que gerou impactos significativos na economia local e afetou as exportações da Companhia para o país asiático, pode impactar positivamente os negócios da Companhia. A evolução do processo interno de disseminação do vírus e eventuais novas políticas mais restritivas podem gerar impactos negativos à Companhia.

Os temas geopolíticos com impactos globais, como a guerra na Ucrânia e o possível escalonamento das tensões militares no Oriente Médio, podem ter impacto na regulação e logística internacional acerca do comércio de alimentos. Tais fatores podem vir a gerar certo deslocamento do fluxo de investimentos impulsionados por investidores e empresas que buscam maior proteção. Ao fim de 2023 mesmo após a abertura do mercado mexicano para entrada de carne suína brasileira, processos judiciais abertos pela associação de produtores suínos locais conseguiram liminar judicial que reteve cargas brasileiras no último bimestre do ano acarretando custos operacionais até liberação pelas autoridades Mexicanas. Ainda assim o México renovou o *Paquete Contra la Inflación y la Carestía* (“**PACIC**”) onde as empresas importadoras de produtos da cesta básica registradas no “*Padrón de Importadores de Productos de la Canasta Básica*”, poderão aplicar os benefícios contidos no presente decreto até 31 de março de 2025.

As guerras e conflitos externos também podem causar impactos nos negócios da Companhia. Os conflitos no Oriente Médio, por exemplo, vêm causando efeitos na cadeia de suprimentos da Companhia. Para importação pequena restrição de itens importados de Israel e para exportação maior impacto em decorrência da necessidade de desvio de rotas na região do Mar Vermelho. A fuga de ataques na região faz com que os navios cargueiros que transportam as cargas do oriente

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

médio desviem o trajeto por meio do cabo da Boa Esperança, o que tem acrescentado de 20 a 25 dias ao percurso, resultando em atrasos na chegada de carga e gerando custos extras com frete marítimo.

Além disso, os mencionados conflitos de Israel também vêm impactando as vendas de grandes cadeias globais, como McDonald's e KFC. O boicote da população muçulmana contra as marcas americanas tem levado a uma redução significativa no volume de vendas, especialmente nos países da Jordânia, Omã, Kuwait e Catar. Empresas americanas, incluindo grandes marcas como McDonald's, Starbucks e Coca-Cola, enfrentam desafios devido a boicotes generalizados em resposta ao apoio percebido a Israel durante a ocupação em Gaza. Essas ações de boicote são impulsionadas por campanhas nas redes sociais e manifestações públicas contra a ofensiva israelense.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia publica Relatório Anual e de Sustentabilidade desde 2008 seguindo padrão do *Global Reporting Initiative* ("GRI") e desde 2013 segue as principais diretrizes do *International Integrated Reporting Council* ("IIRC"), metodologia internacionalmente reconhecida, com periodicidade anual e indicadores considerando escopo global com período de relato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Após período de análise de atendimento aos requisitos do IIRC, o relatório passou, a partir de 2019, a ser denominado de Relatório Integrado. Adicionalmente, são contemplados os ODS da ONU e, em 2022 pela primeira vez, a Companhia reportou indicadores do SASB e do *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD).

Em 2020, a Companhia estabeleceu o Plano Estratégico de Sustentabilidade por meio do qual a BRF reforça o seu comprometimento com a incorporação de aspectos ESG (do inglês "Ambiental, Social e Governança" com a inclusão da dimensão Econômica) dentro da visão de futuro da Companhia. As ambições da Companhia refletem a consciência de sua responsabilidade nos Pilares relativos ao: (a) Gestão da Cadeia de Fornecimento; (b) Mudanças Climáticas; (c) Bem-estar animal; (d) Recursos Naturais; (e) Responsabilidade Social; (f) Economia Circular e Gestão de Resíduos.

Em 2021, a Companhia anunciou o compromisso de ser Net Zero nas emissões de GEE até 2040, tanto em suas operações quanto em sua cadeia. Serão implementadas ações para reduzir, até 2030, 35% das emissões diretas geradas pelas operações da Companhia (Escopo 1) e indiretas originadas pelo consumo de energia elétrica ou térmica (Escopo 2) e 12,3% das emissões indiretas e que não pertencem à Companhia (Escopo 3), além de neutralizar emissões residuais até 2040. Com o avanço dessa jornada, a Companhia aderiu ao *Science Based Targets initiative* ("SBTi"), uma iniciativa global que fornece diretrizes para o estabelecimento de metas baseadas na ciência. A Companhia identificou um conjunto de iniciativas em quatro frentes prioritárias da cadeia de valor, que incluem Compra Sustentável de Grãos, promoção da Agricultura de Baixo Carbono, aumento do uso de Energia Renovável e aumento da Eficiência Operacional.

Além disso, a Companhia possui as seguintes políticas ou manuais:

- Política de Sustentabilidade da BRF: Baseada nos compromissos fundamentais da Companhia de Integridade, Qualidade e Segurança, a Política de Sustentabilidade estabelece as diretrizes da Companhia no que diz respeito a compromissos e princípios a serem aplicados no negócio, com foco na incorporação de aspectos ambientais, sociais, de governança e financeiros às práticas e gestão da Companhia.
- Política de SSMA: A Política de SSMA estabelece as diretrizes com relação aos princípios de Saúde, Segurança e Meio Ambiente aplicáveis à Companhia e a todos os seus colaboradores. A gestão ambiental da Companhia é baseada nas diretrizes da ISO 14001

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

e orientada por documentos normativos, que abordam os aspectos e possíveis impactos ambientais relacionados ao negócio da Companhia e traz o cumprimento legal de patamar mínimo de desempenho.

- Política Corporativa de Direitos Humanos: A política estabelece as diretrizes a respeito dos procedimentos relacionados à proteção aos direitos humanos, respeitando as demais normas internas da BRF, assim como as legislações nacionais e internacionais, melhores práticas e guias globais, a fim de assegurar que os direitos humanos sejam respeitados ao longo de todas as operações da BRF e da sua cadeia, com a geração de impacto social positivo.
- Política de Compra Sustentável de Grãos: Em linha com o compromisso da BRF de assegurar uma cadeia sustentável de fornecimento de grãos, essa política estabelece as diretrizes no que diz respeito aos compromissos e princípios a serem aplicados no negócio, com foco na incorporação de aspectos ambientais, sociais e práticas sustentáveis para gestão da cadeia produtiva da BRF.
- Norma Corporativa Programa de Bem-Estar Animal Feito na BRF: Essa norma estabelece as diretrizes que asseguram a gestão do tema junto aos produtores integrados e colaboradores em todos os países nos quais a Companhia está presente. Além disso, o Plano BRF de Sustentabilidade conta com 11 compromissos relacionados ao tema, conectados a referências internacionais e desafios do setor.
- Manual de Transparência: O Manual de Transparência (Código de Ética e Conduta da Companhia) estabelece os valores e as diretrizes que irão orientar as decisões e atitudes dos colaboradores da Companhia. As diretrizes do documento estão alinhadas com princípios éticos, de coerência, transparência, integridade e respeito às pessoas, à legalidade e à sociedade em geral. Essa é uma política com princípios gerais que orientam diversas outras normas internas específicas.
- Norma de Parceiros de Negócio: O Código é o norteador do Programa de Monitoramento da Cadeia de Fornecedores. O maior objetivo do documento é reafirmar o compromisso da Companhia com a gestão responsável da cadeia, estabelecendo um comportamento ético e padrões mínimos a serem seguidos por fornecedores, tais como a não utilização de mão de obra infantil ou escrava, a gestão ambiental adequada, a qualidade dos bens e serviços, etc.
- Manual de SSMA para Terceiros – Prestadores de Serviços: O Manual orienta os prestadores de serviços atuantes na Companhia quanto aos procedimentos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente exigidos pela Companhia.

Para além de seus compromissos estratégicos e políticas, a Companhia participa ativamente de iniciativas voluntárias globais, bem como de associações e entidades setoriais, a fim de maximizar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e de seu setor de atuação. Sendo elas:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Pacto Global: signatária desde 2007. A partir de 2019, a BRF passou a ser membro do Conselho Orientador da Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU. O Pacto Global incentiva as empresas a alinharem suas estratégias e operações a dez princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção;
- ODS: a BRF conecta o seu Plano Estratégico às metas dos ODS, que criam uma agenda para combater desafios em áreas como fome, saneamento, biodiversidade, ética, direitos humanos e sociais;
- Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo ("InPacto"): iniciativa que mobiliza as empresas no combate ao trabalho escravo em cadeias produtivas;
- Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura: a BRF fez parte da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura que objetiva trabalhar a agenda de proteção, conservação e uso sustentável das florestas como um grande potencial brasileiro de mitigação da mudança do clima;
- Green House Gases: o Registro Público de Emissões é utilizado como ferramenta de divulgação anual do inventário global de emissões de GEE, auditado por entidade independente;
- CDP ("**Climate Change, Water Security and Forest**"): mobiliza investidores, companhias e governos com o intuito de construir e acelerar ações colaborativas para um desenvolvimento que funcione para as atuais e futuras gerações, abordando a gestão responsável das emissões de GEE, recursos hídricos e florestais, conectando esses temas às estratégias das empresas com seus riscos e oportunidades;
- Universidades e ONGs de BEA: a BRF atua em parceria com ONGs internacionais de proteção animal e com universidades de referência no tema para melhorar a cadeia produtiva no que diz respeito ao bem-estar animal. A Companhia tem projetos e metas públicas desde 2014 em relação a esse compromisso;
- GRI e IIRC: as diretrizes de relatos recomendadas por essas duas organizações guiam as práticas e prestações de contas da Companhia, além de contribuírem para a definição de métricas e indicadores socioambientais para suas operações;
- SBTi: A iniciativa SBTi mobiliza as empresas para que adotem metas baseadas na ciência para reduzirem suas emissões de GEE. Em linha com a campanha "Race to Zero" das Nações Unidas, a SBTi visa globalmente o atingimento dos objetivos do Acordo de Paris: limitar o aquecimento global a 1.5°C;
- MOVER: A BRF é sócia-fundadora do MOVER, Movimento pela Equidade Racial, que tem por objetivo ser uma ferramenta efetiva de combate ao racismo, por meio de ações que atuem na redução do cenário da desigualdade racial no Brasil;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ISE: Em dezembro de 2023, a Companhia integrou pela 17ª vez esse índice, que foi criado como uma ferramenta para análise comparativa da performance de sustentabilidade das empresas listadas na B3;
- ICO2: Desde sua criação em 2010, a companhia integra o Índice de Carbono Eficiente (“**ICO2**”), desenvolvido pela BM&FBovespa, (atual B3), em parceria com o BNDES;
- Empresas com Refugiados: a Companhia aderiu ao Fórum Empresas com Refugiados da ONU em 2022;
- Round Table on Responsible Soy (“RTRS”): Em 2021, a Companhia tornou-se membro da RTRS, cujo objetivo é fomentar a produção sustentável da soja, desde o cultivo até o consumo em mercados globais;
- Round Table on Sustainable Palm Oil (“RSPO”): Em 2020, a Companhia tornou-se membro do RSPO, que consiste em assegurar a cadeia de fornecimento sustentável de óleo de palma mundialmente
- Reciclar pelo Brasil: a Companhia aderiu à plataforma em 2019, que fomenta ações de logística reversa, em conjunto com demais empresas brasileiras; e
- Ação Coletiva Anticorrupção da Agroindústria do Pacto Global da ONU: empresa fundadora da ação coletiva em 2022 que promove boas práticas de integridade na Agroindústria;
- INOVA 2030 do Pacto Global da ONU: empresa apoiadora desde 2021 da iniciativa de desenvolvimento de jovens inovadores em ODS;
- Latimpacto: Desde 2022 o Instituto faz parte da Latimpacto, rede latino-americana que mobiliza os provedores de capital social para garantir uma implementação mais eficaz dos recursos financeiros e não financeiros e, assim, gerar impacto social e ambiental ‘positivo, sustentável e de longo prazo’;
- CBVE – Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial: Rede de empresas, institutos, fundações e confederações que atuam diretamente com Voluntariado Corporativo como espaço de inovação, compartilhamento e criação de experiências. Desde 2022 o Instituto BRF faz parte do Comitê Gestor do CBVE e é um dos porta-vozes da Organização;
- COP28 -A Companhia esteve na COP28, que foi realizada em dezembro de 2023 em Dubai e, nessa ocasião, anunciou o compromisso para uma cadeia de suprimentos, direta e indireta, livre de desmatamento até 2025, ampliando seu compromisso para 100% dos biomas onde atua. Com o novo compromisso, a Companhia expandiu sua agenda de rastreabilidade na cadeia de suprimentos, avançando em sua jornada sustentável e gerando ainda mais transparência e valor ao negócio.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia possui o Comitê de Sustentabilidade que é o comitê de assessoramento do Conselho de Administração para temas relacionados à sustentabilidade. Composto por três membros externos que se reúnem a cada 90 dias aproximadamente, com objetivo de acompanhar o andamento da estratégia EESG, bem como o avanço dos compromissos públicos e deliberações sobre temas críticos para tomadas de decisão e suporte via Conselho de Administração.

Os membros do Comitê de Sustentabilidade são: o Sr. Pedro de Camargo Neto (coordenador), membro do Conselho de Administração, a Sra. Flávia Maria Bittencourt, membro do Conselho de Administração, a Sra. Izabella Teixeira (externo), a Sra. Marcella Marçal dos Santos (externo) e o Sr. Paulo Pianez (externo).

A Companhia estruturou um Comitê Executivo dedicado à Sustentabilidade, composto por seis vice-presidentes de áreas relacionadas à temática e uma consultora externa com amplo conhecimento. O órgão se reúne aproximadamente a cada 60 dias, com objetivo de orientar e acompanhar ações estratégicas de sustentabilidade da Companhia.

Em 2022, foi estabelecido Comitê Interno Net Zero composto por líderes das áreas que tem interface com as frentes prioritárias do compromisso Net Zero. O comitê acompanha o desempenho das metas de GEE da Companhia e os projetos e iniciativas previstos. Além deste comitê também foi criada uma meta ESG atrelada ao sistema de remuneração variável dos executivos. Em 2022, atingimos uma redução de 26% nas emissões de gases do efeito estufa nos Escopos 1 e 2, que se referem as emissões diretas e de compra e consumo de energia das operações BRF. Essa redução foi consolidada no último inventário da companhia que passou por auditoria de terceira parte. Ainda, em 2023, a Companhia reduziu em 21% as emissões absolutas de GEE no Escopo 1 e no Escopo 2 em relação ao ano base (2019). Comparado a 2022, a soma dos Escopos 1 e 2 aumentou em 6%, devido a maior incidência de incêndios florestais. Em 2023, a Companhia avançou no mapeamento da cadeia de valor (Escopo 3), que inclui produtores e outros fornecedores. A partir do mapeamento do Escopo 3, foi identificado que o maior impacto de emissões de GEE está na cadeia de fornecimento. Em relação ao Escopo 3, houve um pequeno acréscimo em relação a 2022 e ao baseline 2020, impulsionado pela compra de grãos e derivados.

Em 11 de março de 2021, a Companhia formou um convênio com o Banco do Brasil para a disponibilização de R\$200 milhões em financiamento facilitado, com taxas de juros menores, para financiar investimentos na instalação de painéis de energia solar nas granjas dos integrados, prestando ainda suporte comercial, técnico e jurídico. Além disso, a Companhia paga os produtores com base no consumo de energia medido previamente à implementação dos painéis, independentemente de redução na conta do parceiro. O produtor com usina fotovoltaica instalada em sua propriedade poderá melhorar sua renda em função da pontuação no Checklist estrutural, conforme critério previsto no programa e que compõe o valor recebido pelo integrado. Em 2023, 57% do volume de aves produzidas veio de integrados com energia fotovoltaica em suas propriedades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Além de buscar o uso eficiente de energia elétrica, a Companhia visa aumentar para 50% a participação de energia elétrica a partir de fontes limpas até 2030, de forma a alavancar também seu compromisso Net Zero. Para tanto, a Companhia celebrou acordos para a implementação de projetos de energia limpa, incluindo a criação, em 16 de agosto de 2021, de uma sociedade para a construção de um complexo eólico autogerador com a AES Brasil para geração de energia eólica no Complexo Eólico Cajuína, Rio Grande do Norte, com capacidade instalada de 160MW, gerando 80MWm, que será adquirido por meio de contrato de compra e venda de energia por 15 anos. O investimento estimado do projeto é de aproximadamente R\$985,0 milhões, o que corresponde a R\$6 milhões/MW instalado, com investimento direto aproximado de R\$ 92,1 milhões pela Companhia, realizado ao longo de 2022. O fechamento da operação ocorreu em março de 2022 e o parque entrou em operação em 2023, com o fornecimento de energia iniciado em 2024. Há ainda uma iniciativa conjunta com a Intrepid para implantação de um parque para autogeração de energia solar no estado brasileiro do Ceará. Em 2023, 8% do consumo de energia elétrica da Companhia foi atendido por energia limpa, com rastreabilidade comprovada, sendo 4% de autoprodução. No mês de dezembro, esses números alcançaram 16% e 14%, respectivamente.

Em dezembro de 2023, a Companhia divulgou que foi inserida na 19ª carteira do ISE e na 13ª carteira do ICO2, ambas organizadas pela B3. Tais conquistas reforçam a transparência das ações da Companhia e o compromisso com o crescimento sustentável e ainda reafirmam os esforços para o aprimoramento de suas práticas de gestão em prol da geração de valor para os seus acionistas e a sociedade.

Em 2023, a Companhia alcançou 100% de rastreabilidade dos fornecedores diretos de grãos e 79% dos indiretos nos biomas onde atua. Para Amazônia e Cerrado alcançou 100% de rastreabilidade dos diretos e 77% dos indiretos. Os resultados estão em sintonia com o compromisso assumido pela Companhia para uma cadeia de suprimentos livre de desmatamento até 2025. A Companhia assumiu o compromisso de uma cadeia livre de desmatamento no último trimestre de 2023 que vai além de grãos.

A Companhia finalizou o ano de 2023 com 100% de suas plantas, industriais e agropecuárias com as rotinas de gestão hídrica implementadas e com mais de 75% das operações industriais com medição de todos os macroprocessos, aumentando a capilaridade das medições para melhoria da gestão do consumo de água. Adicionalmente, a Companhia entregou o compromisso público de pôr fim à castração cirúrgica no plantel de suínos (machos) sem uso de anestesia.

Para mais informações sobre os compromissos e avanços, acesse o Relatório Integrado de 2023.

Instituto BRF

Em 2012, a Companhia fundou o Instituto BRF, uma associação privada de interesse público para direcionar de forma estratégica os investimentos sociais da Companhia (“**Instituto BRF**”). O Instituto BRF é responsável pela gestão do Programa de Voluntariado Corporativo da BRF e por toda frente de inteligência social desta, definindo as estratégias para investimento social nas localidades, especialmente onde há unidades produtivas, e atuando com as áreas de negócio para

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

encontrar oportunidades de promoção de impacto social positivo nas comunidades e na sociedade a partir de temas estratégicos, tais como: segurança alimentar, redução do desperdício de alimentos, inclusão socioeconômica, educação e cidadania corporativa.

O Instituto BRF é qualificado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (“OSCIPI”) e atua tanto por meio de recursos próprios e doados pela BRF, quanto pela orientação do investimento de recursos incentivados por meio de leis estaduais. As atividades do Instituto BRF passam por auditoria financeira anual.

- GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas): desde 2012, o Instituto BRF é associado ao GIFE, iniciativa com foco em gerar conhecimento a partir de articulações em rede para aperfeiçoar o ambiente político institucional do investimento social e ampliar a qualidade, legitimidade e relevância da atuação dos investidores sociais privados;
- Latimpecto: desde fevereiro de 2022, o Instituto BRF passou a integrar a Latimpecto, uma rede latino-americana que tem como objetivo mobilizar provedores de capital social para garantir uma implementação mais eficaz de recursos financeiros e não financeiros em projetos socioambientais; e
- CBVE (Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial): o Instituto BRF ingressou em dezembro de 2021 no CBVE, rede plural, independente e apartidária, que estimula grandes empresas, confederações, institutos e fundações empresariais para a promoção e o desenvolvimento do voluntariado, dentro e fora do País. O CBVE atua diretamente com Voluntariado Corporativo como espaço de inovação, compartilhamento e criação de experiências e é um dos porta-vozes da Organização.

Em 2023, o valor total investido foi de R\$1,6 milhão, direcionados pelo Instituto BRF para gestão de projetos, doações e ações sociais nas comunidades em que a BRF possui operação.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Como referências para elaboração do Relatório Integrado, a Companhia adota as Normas da GRI, em sua versão mais recente (2021), as diretrizes de Relato Integrado da *IFRS Foundation*, e os indicadores do SASB e do *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD). A Companhia também referencia seus compromissos e ações vinculados aos ODS e ao Pacto Global da ONU, do qual é signatária desde 2007.

Os dados econômico-financeiros vinculam-se às demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia, e seguem os padrões brasileiros e as normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), conforme padrões da CVM e da *Securities and Exchange Commission* (SEC) norte-americana. Revisões de informações pontuais dos indicadores e variações de escopo são detalhadas em notas de rodapé.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Outras referências de mercado que consideramos são os requisitos de índices como o ISE; o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e os critérios da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

A Companhia tem avançado na conexão entre os dados comunicados e os temas mais relevantes na percepção de seus públicos de relacionamento internos e externos, no que diz respeito ao reporte de conteúdos específicos de desempenho associados a cada tópico material, além de aprofundar a demonstração de suas práticas de governança corporativa. Adicionalmente, a Companhia buscou avançar na demonstração de como cada tema socioambiental possui conexão com os riscos e oportunidades que mapeou para o negócio, além de estar alinhado com os resultados financeiros e operacionais. O Relatório Integrado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi publicado em 30 de abril de 2024.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório Integrado da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi objeto de asseguração limitada sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual Integrado pelo Instituto Totum, tendo sido publicado e disponibilizado em 30 de abril de 2024 para consulta no website de RI da Companhia.

O inventário de emissões de gases de efeito estufa para as operações globais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi objeto de verificação por terceira parte.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Integrado, as políticas e manuais mencionados acima estão disponíveis no seguinte website: <https://ri.brf-global.com/>.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

O Relatório Integrado divulga os temas materiais para a Companhia, alinhados com os ODS e com os respectivos indicadores GRI, SASB e TCFD. Estes temas materiais são resultado da dupla materialidade e são acompanhados da metodologia utilizada. A perspectiva de dupla materialidade considera um olhar integrativo sobre os impactos gerados pelo negócio na Companhia e no ambiente e, também, sobre aspectos externos com poder de influência sobre o processo de criação de valor da Companhia. Para isso, foram identificados *stakeholders*, responsáveis por sinalizar e apoiar o processo de refinamento da lista de tópicos, processo sucedido por etapas de priorização de temas, análise e validação.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O conteúdo sobre materialidade de sustentabilidade poderá ser verificado nas páginas 61 a 63 do Relatório Integrado da Companhia.

(f) se o relatório ou documento considera os ODS estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

A BRF conecta o seu Plano Estratégico às metas dos ODS, que criam uma agenda para combater desafios em áreas como fome, saneamento, biodiversidade, ética, direitos humanos e sociais. Os ODS materiais para o desempenho das atividades da Companhia são:

- ODS 1 - Erradicação da Pobreza: Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;
- ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- ODS 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ODS 6 - Água Potável e Saneamento: assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- ODS 7 – Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
- ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- ODS 10 - Redução das Desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- ODS 15 - Vida Terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade; e
- ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A TCFD (*Task Force on Climate Related Financial Disclosures*) é uma força tarefa que tem como objetivo impulsionar e padronizar a divulgação de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas, nos pilares de governança, gestão de riscos, estratégia, métricas e metas. No Relatório Integrado BRF, a Companhia sinalizou a aderência às recomendações do TCFD, com objetivo de divulgar suas informações referenciando metodologias e *frameworks* reconhecidos no mercado. Neste momento, não se pretende cobrir integralmente todas as recomendações propostas pela TCFD, mas sinalizar o esforço contínuo da organização para atender as melhores práticas de reporte e metodologias que tenham o objetivo de impulsioná-las.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Em 2021, a Companhia levou a jornada digital para a gestão global das emissões de GEE por meio do uso de uma ferramenta automatizada para a coleta de dados e cálculo das emissões, aumentando a acurácia e a frequência de monitoramento do Escopo 1 (emissões diretas provenientes da operação) e Escopo 2 (emissões indiretas proveniente do consumo de energia).

Em 2023, a Companhia avançou no mapeamento da cadeia de valor (Escopo 3) em todas as categorias aplicáveis ao negócio. Os inventários de emissões de GEE Escopo 1, 2 e 3 foram asseguradas por avaliação independente. O inventário de resíduos da BRF pode ser acessado no Registro Público de Emissões, que é uma plataforma desenvolvida pelo Green House Gases que auxilia na publicação dos inventários de emissões de GEE das organizações membro do Programa.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- (i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:
 - (i) a não divulgação de informações ASG
 - (ii) a não adoção de matriz de materialidade
 - (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
 - (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
 - (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
 - (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga Relatório Integrado.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Companhia não efetuou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrem como operação normal nos negócios no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Aumentos de Capital

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (em Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição/ Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/02/2022	Assembleia Geral Extraordinária	04/02/2022	5.400.000.000,00	Subscrição pública	270.000.000	-	270.000.000	33,232000	20,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço por ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com investidores institucionais, no Brasil, pelos coordenadores da oferta brasileira, nos termos do Contrato de Distribuição, e, no exterior, pelos agentes de colocação internacional e pelos coordenadores da oferta internacional, nos termos do contrato de distribuição internacional, tendo como parâmetro: (i) a colocação das ações na B3; (ii) a cotação dos ADRs na New York Stock Exchange; e (iii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) das ações da oferta coletadas junto a investidores institucionais. No âmbito da oferta internacional, o preço por ação sob a forma de ADR é de US\$3,79, equivalente ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), com base na taxa de câmbio de venda dessa moeda (PTAX) DE R\$5,2810, divulgada pelo Banco Central e que pode ser obtida na página da rede mundial de computadores http://www.bcb.gov.br/?txcambio , considerado quatro casas decimais, conforme apurada na data de celebração do contrato de distribuição.								
Forma de integralização		A integralização se deu em moeda corrente nacional.								
13/07/2023	Reunião do Conselho de Administração	13/07/2023	5.400.000.000,00	Subscrição pública	600.000.000	-	600.000.000	0,554286	9,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação pelo Conselho de Administração é justificada pelo fato de que o Preço por Ação foi aferido por meio do resultado de procedimento de coleta de intenções de investimento, tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) pelas ações da oferta coletadas junto a investidores institucionais e, portanto, não promoveu a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.								
Forma de integralização		A integralização se deu em moeda corrente nacional.								

Operações Societárias

Incorporação da VIP S.A. (“VIP”)

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 28 de março de 2024, foi realizada a assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação societária da VIP pela Companhia, nos termos e condições do protocolo de justificação e incorporação da VIP. Considerando que o capital social da VIP, na data do laudo de avaliação realizado para fins da incorporação, é de R\$ 1,3 milhão, dividido em 14.984 (quatorze mil novecentos e oitenta e quatro) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 87,48 (oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos) cada, as quais são todas detidas pela Companhia, não há que se falar em aumento de capital ou emissão de novas ações pela Companhia em detrimento da incorporação.

Incorporação da PSA Laboratório Veterinário Ltda. ("PSA")

Em 28 de março de 2024, foi realizada a assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação societária da PSA pela Companhia, nos termos e condições do protocolo de justificação e incorporação da PSA. Considerando que o capital social da PSA, na data do laudo de avaliação realizado para fins da incorporação, é de R\$ 5,5 milhões, dividido em 5.563.850,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.563.849 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove) quotas detidas pela Companhia e 1 (uma) quota detida pela VIP, a qual, por sua vez, é subsidiária integral da BRF, não há que se falar em aumento de capital ou emissão de novas ações pela Companhia em detrimento da incorporação.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 - Acordos de acionistas

Não foram celebrados, extintos ou modificados acordos de acionistas da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício corrente, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes

Seguro

A Companhia contrata seguro patrimonial com cobertura para danos materiais em suas plantas, equipamentos e estoques, incluindo cobertura de interrupção de negócios. Além disso, a Companhia mantém uma apólice de responsabilidade civil geral com ampla cobertura no caso de danos a terceiros resultantes da produção, distribuição e venda de seus produtos. A Companhia considera os valores cobertos usuais para uma companhia de seu porte e adequados para proteção de riscos previsíveis associados a suas atividades.

Saúde e Segurança

A Companhia está comprometida com a segurança de suas instalações. Todos os empregados da Companhia e contratados no Brasil e em suas operações internacionais devem cumprir os protocolos de segurança. Todos os indicadores, metas e programas de saúde e segurança do trabalho são construídos de acordo com avaliações periódicas de riscos, com envolvimento direto da alta administração da Companhia. Entre as medidas, estão o estabelecimento de metas de saúde e segurança no trabalho, sistematização de indicadores chaves de desempenho (*Key Performance Indicators* – KPI's), monitoramento e controle de riscos de alto potencial, auditorias nas unidades e governança por meio de comitês voltados a temas de saúde e segurança do trabalho.

A Companhia mantém um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho integrado ao sistema gestão, visando que seja participativo e que envolva todos os níveis da organização, de maneira que sejam atendidos os princípios, a política e os requisitos legais, por meio de elementos mandatórios, básicos, intermediários e avançados, utilizando-se de estratégias que envolvem metodologia, instalações e cultura organizacional.

Além disso, a empresa mantém a contratação de serviços de uma consultoria para continuar fortalecendo a governança nos temas relevantes associados à saúde e segurança, inclusive com relação a sistemas de resfriamento de amônia. Neste sentido, intensificou internamente ações de prevenção de incêndio e outras emergências. As políticas de saúde e segurança têm o objetivo de dar robustez à Cultura de Segurança, fortalecendo o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, e conseqüentemente reduzindo acidentes, doenças ocupacionais e incidentes. Desta forma, a empresa continua reduzindo a taxa de frequência de acidentes, em 46% em três anos (2020 a 2023), fato que demonstra seu compromisso com a segurança.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Neste item são apresentadas, pelos Diretores da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Os números financeiros derivados das informações financeiras auditadas da Companhia estão em milhões de reais, salvo se descrito de outra forma.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R\$53.615,4 milhões (0,4% abaixo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022). O lucro antes do resultado financeiro, foi de R\$ 836,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o prejuízo líquido do exercício foi de R\$ 1.868,9 milhões.

O Endividamento Bruto da Companhia totalizou em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$19.593,3 milhões, enquanto a Dívida Líquida (conforme definição constante do item 2.5 deste Formulário de Referência) totalizou R\$ 9.474,5 milhões em 31 de dezembro de 2023, 35,1% abaixo da registrada em 31 de dezembro de 2022, em razão principalmente da oferta primária de ações realizada no ano de 2023, pela melhora de eficiência do ciclo operacional e pelo impacto positivo da queda da Ptax USD na dívida bruta em moeda estrangeira.

A alavancagem da Companhia (medida conforme descrito no item 2.5 deste Formulário de Referência), atingiu 2,01x em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 3,55x em 31 de dezembro de 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 resultado financeiro líquido totalizou R\$ 2.820,8 milhões de despesas, representando um aumento de 5,7% ou R\$152,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$ 2.668,8 milhões. Apesar de um aumento nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos devido ao aumento nos juros do CDI acumulado no ano (o CDI acumulado foi de 13,0% em 2023 ante 12,4% em 2022), esse efeito foi compensado por maiores receitas de juros sobre aplicações financeiras resultante da maior posição de caixa, sobretudo após o aporte de capital (follow-on) em julho de 2023. Ademais houve (i) ganho monetário líquido de R\$ 560,7 milhões de efeitos de correção monetária decorrente de operações em economia hiper inflacionária na Turquia; (ii) maior incidência de juros sobre tributos a recuperar; e (iii) receitas financeiras sobre outros ativos e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

passivos referentes a ganho de prêmio na recompra de *bonds*, realizada no segundo semestre, de R\$ 46,8 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R\$53.805,0 milhões (11,3% acima do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). O prejuízo antes do resultado financeiro, foi de R\$ 136,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e o prejuízo líquido do exercício foi de R\$ 3.141,6 milhões.

O Endividamento Bruto da Companhia totalizou em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$23.643,0 milhões, enquanto a Dívida Líquida, conforme definição constante do item 2.5 deste Formulário de Referência, da Companhia totalizou R\$14.597,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, 15,8% abaixo da registrada em 31 de dezembro de 2021, em razão principalmente da oferta primária de ações realizada no ano de 2022, parcialmente compensado pelo menor fluxo de caixa operacional do ano, bem como maior fluxo de caixa financeiro devido às liquidações de derivativos para proteção da exposição cambial líquida de balanço.

A alavancagem da Companhia (medida conforme descrito no item 2.5 deste Formulário de Referência), atingiu 3,55x em 31 de dezembro de 2022, em comparação a 3,04x em 31 de dezembro de 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as receitas (despesas) financeiras líquidas totalizaram R\$ 2.668,8 milhões, representando uma queda de 12,3% ou R\$375,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 3.044,6 milhões. Apesar de um aumento nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos devido ao aumento no juros do CDI acumulado no ano (o CDI acumulado foi de 12,4% em 2022 ante 4,39% em 2021), esse efeito foi compensado pelas receitas geradas por eventos pontuais em 2022, principalmente por: (i) ganho monetário líquido de R\$ 398,2 milhões de efeitos de correção monetária decorrente de operações em economia hiper inflacionária na Turquia; e (ii) receitas financeiras sobre outros ativos e passivos referente a ganho de prêmio na recompra de títulos, realizada no segundo semestre, de R\$ 275,9 milhões, que também contribuiu para a redução dos juros em moeda estrangeira.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia considera como capital próprio o patrimônio líquido, e como o capital de terceiros o endividamento bruto, composta pelos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, mais os instrumentos financeiros derivativos, líquidos circulantes e não circulantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era composta de 44,4% de capital próprio e 55,6% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 33,3% de capital próprio e 66,7% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 25,6% de capital próprio e 74,4% de capital de terceiros.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de terceiros, sendo este último relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras e/ou emissão de dívidas no mercado de capitais nacional e internacional. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 2.1.f. abaixo.

A Companhia acredita que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma equação equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
Capital de terceiros (Endividamento Bruto)*	19.593.255
Capital próprio (patrimônio líquido)	15.643.656
Capital total (terceiros + próprio)	35.236.911
Parcela de capital de terceiros	55,6%
Parcela de capital próprio	44,4%

* - Contempla empréstimos, financiamentos e instrumentos derivativos financeiros líquidos.

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022
Capital de terceiros (Endividamento Bruto)*	23.643.019
Capital próprio (patrimônio líquido)	11.822.869
Capital total (terceiros + próprio)	35.465.888
Parcela de capital de terceiros	66,7%
Parcela de capital próprio	33,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2021
Capital de terceiros (Endividamento Bruto)*	25.679.979
Capital próprio (patrimônio líquido)	8.825.623
Capital total (terceiros + próprio)	34.505.602
Parcela de capital de terceiros	74,4%
Parcela de capital próprio	25,6%

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia avalia que tem capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos, principalmente considerando que:

- Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento bruto circulante é de R\$2.419,6 milhões, que representa 12,4% do total do endividamento bruto. Em 31 de dezembro de 2022 o endividamento bruto circulante era de R\$3.841,5 milhões, que representava 16,2% do total do endividamento bruto circulante. Em 31 de dezembro de 2021 era de R\$3.395,9 milhões, que representava 13,2% do total do endividamento bruto circulante; e
- O prazo médio de liquidação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é de aproximadamente oito anos; a Companhia mantém saldo de caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito que, somados, atingem o montante de R\$10.118,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, R\$9.045,4 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 8.348,1 milhões em 31 de dezembro de 2021.

O cronograma de vencimento, com a projeção de juros futuros, dos empréstimos e financiamentos da Companhia com base no saldo e curvas em 31 de dezembro de 2023 está disposto conforme abaixo:

Empréstimos e Financiamentos <i>(em milhares de Reais)</i>	Consolidado Em 31 de dezembro de 2023	
	Principal	Juros
2024	2.073.011	1.287.501
2025	1.355.195	1.026.002
2026	2.929.729	936.134
2027	2.984.936	799.242
2028	939.150	568.790
2029 em diante	9.574.333	4.765.461

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total	19.856.354	9.383.130
--------------	-------------------	------------------

Fonte: Companhia

A Companhia entende que apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram de 0,87 e 1,34, respectivamente. A liquidez corrente é apurada pela divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante, enquanto a liquidez geral é apurada pelo ativo circulante somado ao ativo realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante ao passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$20.095,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados (esse saldo não considera os instrumentos financeiros derivativos, líquidos circulantes e não circulantes).

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido a geração de caixa de suas atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos. Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia captou recursos por meio de operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais, os quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo (vide item 1.1 e 2.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia contratará novas operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o plano de investimentos de longo prazo ou com o objetivo de continuar melhorando o perfil do seu endividamento. Sempre que possível, a Companhia priorizará captações de longo prazo e custos atrativos para objetivos específicos.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento serão suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro e de investimentos no curso normal de seus negócios.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A principal fonte de endividamento da Companhia é a captação de recursos destinados ao financiamento dos seus investimentos em imobilizado e capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$20.095,5 milhões, dos quais R\$9.002,2 milhões estavam denominados em moeda local e R\$

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

11.093,4 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$23.517,0 milhões, dos quais R\$10.967,8 milhões estavam denominados em moeda local e R\$12.549,2 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$25.456,0 milhões, dos quais R\$9.112,5 milhões estavam denominados em moeda local e R\$16.343,6 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos.

A Companhia utiliza os recursos líquidos obtidos por meio de financiamento para gastos de capital, gastos associados ao processo produtivo e para manutenção de liquidez.

As principais informações utilizadas para avaliação da situação financeira da Companhia estão apresentadas nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. Adicionalmente, na seção 2.5 deste Formulário de Referência está apresentada a Dívida Líquida, métrica não contábil complementar.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação adicional dos empréstimos e financiamentos da Companhia por tipo:

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Linhas de Crédito de Bancos de Desenvolvimento	-	-	7.679
Linhas de Crédito de Exportação	1.583.597	3.613.555	3.516.273
Linhas de Crédito de Capital de Giro	777.528	409.186	406.962
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	999.646	967.948
Debêntures	6.634.434	5.940.146	4.210.015
Incentivos Fiscais	6.604	5.286	3.601
Moeda nacional	9.002.163	10.967.819	9.112.478
<i>Bonds</i>	7.559.562	11.902.290	15.544.012
Linhas de Crédito de Exportação	2.436.651	132.887	311.385
Adiantamentos de contratos de câmbio	158.420	-	3.103
Linhas de Crédito de Capital de Giro	938.752	514.004	485.052
Moeda estrangeira	11.093.385	12.549.181	16.343.552
Total	20.095.548	23.517.000	25.456.030

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os principais instrumentos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo.

Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional

Linhas de Crédito de Capital de Giro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Financiamento de Crédito Rural. A Companhia possuía empréstimos no montante de R\$ 171,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 com bancos comerciais que, sob um programa do Governo Federal, oferece taxas de juros atrativas de 10,56% a.a., focada no incentivo das atividades rurais com vencimento em 2024.

Outras Linhas de Capital de Giro. A Companhia contava com outras linhas de capital de giro no valor de R\$ 605,9 milhões em 31 de dezembro de 2023 com bancos comerciais, com datas de vencimento em 2024.

Linhas de Crédito de Exportação

Linhas de crédito de exportação. A Companhia possui uma linha de pré-financiamento para exportação com saldo total de R\$ 1.583,6 milhões em 31 de dezembro de 2023. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é denominado em reais, estão atreladas ao CDI, e vencem entre 2023 e 2027.

Incentivos Fiscais

Incentivos Fiscais Estaduais. A Companhia também possui créditos oferecidos pelo Estado de Goiás no âmbito de programas de incentivo fiscal estadual para promover investimento no referido Estado, com saldo de R\$ 6,6 milhões em 31 de dezembro de 2023. Sob esses programas, foi concedido à Companhia crédito proporcional ao pagamento do ICMS gerado pelos investimentos na construção ou expansão das unidades de produção nesses estados. Esses créditos possuem um prazo de 20 anos a partir de 2019 e taxas de juros fixa ou variáveis com base no IGP-M mais margem.

Debêntures

1ª Emissão de Debêntures: Em 30 de abril de 2019, foram emitidas 750.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 totalizando o montante de R\$750,0 milhões, em três séries. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A 1ª série tem um montante de R\$70,0 milhões remunerado a CDI+0,80% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2022. A 2ª série não foi emitida. A 3ª série tem um montante de R\$411,7 milhões remunerado a IPCA+5,50% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026. A 4ª série tem um montante de R\$268,3 milhões remunerado a CDI+1,45% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026 ("**1ª Emissão de Debêntures**"). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto para a 3ª e 4ª séries era de R\$830,1 milhões.

2ª Emissão de Debêntures: Em 14 de julho de 2020, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de 2 séries, para colocação privada, pela Companhia. As debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 46ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da VERT, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das debêntures, os quais foram, em 14 de julho de 2020, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2004, conforme alterada (“**Lei 11.076**”), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 60**”), e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 160**”). Foram subscritas pela VERT, no âmbito da colocação privada, 2.200.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$2.200,0 milhões. A 1ª série tem um montante de R\$705,0 milhões remunerado a IPCA+5,30% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2027 (“**2ª Emissão de Debêntures**”). A 2ª série tem um montante de R\$1.495,0 milhões remunerado a IPCA+5,60% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2028, 2029 e 2030. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto era de R\$ 2.681,3 milhões.

3ª Emissão de Debêntures: Em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, pela Companhia. As debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da VERT, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das debêntures, os quais foram, em 02 de junho de 2021, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Resolução CVM 160. Foram subscritas pela VERT, no âmbito da colocação privada, 1.000.000, de debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$1.000,0 milhões (“**3ª Emissão de Debêntures**”). As debêntures vencerão em 14 de maio de 2031, com juros devidos semestralmente. As debêntures rendem juros equivalentes a IPCA mais 4,7843% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto era de R\$1.214,0 milhões.

4ª Emissão de Debêntures: Em 13 de julho de 2022, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, para colocação privada, pela Companhia. As debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 78ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em duas séries, da VERT, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das debêntures, os quais foram, em 13 de julho de 2022, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Resolução CVM 160. Foram subscritas pela VERT, no âmbito da colocação privada, 1.700.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$1.700,0 milhões (“**4ª Emissão de Debêntures**”). A 1ª série tem um montante de R\$710,0 milhões remunerado a CDI+1,25% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2027. A 2ª série tem um montante de R\$990,0 milhões remunerado a IPCA+6,83% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2030, 2031 e 2032. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto era de R\$ 1.909,0 milhões.

Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira

Linhas de Crédito à Exportação

Linhas crédito de exportação. A Companhia possui uma linha de crédito de exportação com saldo total de R\$ 2.436,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. O endividamento no âmbito dessa linha

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de crédito é denominado em dólares norte-americanos, possuem taxa pré-fixada e atreladas a SOFR, e vencem entre 2024 e 2028.

Linhas de adiantamento de contratos de câmbio: A Companhia possui uma linha de pré-financiamento para exportação, com saldo total de R\$ 158,4 milhões, em 31 de dezembro de 2023. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é geralmente denominado em dólares norte-americanos, com datas de vencimento em 2024. Os juros dessas linhas acumulam no período de seis meses e são pré-fixados a taxa média de 7,10%. No âmbito dessa linha, a Companhia recebeu um empréstimo de um ou mais credores garantido por recebíveis relativos às exportações de seus produtos a clientes específicos, como em todas as operações desta natureza.

Linhas de Crédito de Capital de Giro

São recursos obtidos junto a instituições financeiras internacionais, usados principalmente como capital de giro, principalmente das subsidiárias localizadas na Turquia e Emirados Árabes Unidos. Este financiamento é denominado em Lira turca e Dirham, com vencimento até 2027. Em 31 de dezembro de 2023, saldo em aberto dessa linha de capital de giro era equivalente a R\$ 938,8 milhões.

Bonds

Senior Notes BRF 2024: Em 15 de maio de 2014, a Companhia concluiu uma oferta de Senior Notes de 10 anos, no valor total de US\$750,0 milhões, com vencimento do principal em 22 de maio de 2024 (“**Senior Notes BRF 2024**”), emitidos com cupom (juros) de 4,75% ao ano (*yield to maturity* de 4,952%), a serem pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2014. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$232,1 milhões, sendo o prêmio pago US\$9,3 milhões (equivalente a R\$37,9 milhões), líquido de juros. Em 24 de julho 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$64,1 milhões, sendo o prêmio pago US\$2,0 milhões (equivalente a R\$10,4 milhões), líquido de juros. Em 21 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$158,4 milhões, sendo o prêmio pago US\$10,4 milhões (equivalente a R\$57,7 milhões), líquido de juros. Os prêmios, pagos aos detentores dos títulos existentes, foram registrados como despesa financeira. Em 05 de outubro de 2023 a Companhia concluiu o processo de resgate antecipado total (*make-whole redemption in full*) das Senior Notes BRF 2024 no valor agregado de principal de US\$295,4 milhões acrescido dos juros acumulados no valor de US\$5,2 milhões referentes ao período desde 22 de maio de 2023 até, mas excluindo, 05 de outubro de 2023, de acordo com os termos e condições da *Indenture* das Senior Notes BRF 2024. Nesse sentido, todas as Senior Notes BRF 2024 foram resgatadas.

Senior Notes BRF 2026: Em 29 de setembro de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de *Senior Notes* de 10 anos, no valor total de US\$500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (*yield to maturity* de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017 (“**Senior Notes BRF 2026**”). Em 14 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$0,7 milhões, sendo o prêmio pago US\$0,03 milhões (equivalente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a R\$0,2 milhões), líquido de juros. Em 21 de setembro de 2023, a Companhia finalizou outra oferta de recompra das Senior Notes BRF 2026, com valor principal agregado de US\$200 milhões, sendo o prêmio pago US\$9,5 milhões (equivalente a R\$46,8 milhões), líquido de juros. Em 31 de dezembro de 2023, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* era de R\$ 1.453,8 milhões.

Senior Notes BRF 2030: Em 24 de setembro de 2019, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano ("**Senior Notes BRF 2030**"). Em 30 de junho de 2021, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 59,4 milhões (equivalentes a R\$ 297,1 milhões), sendo o prêmio pago R\$14,1 milhões, líquido de juros. Em 31 de dezembro de 2023, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes BRF 2030* era de R\$ 2.896,1 milhões.

Senior Notes BRF 2050: Em 21 de setembro de 2020, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, a Companhia fez uma captação adicional de US\$300,0 milhões totalizando uma captação de US\$ 800,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano e vencem em 21 de setembro de 2050 ("**Senior Notes BRF 2050**"). Em 31 de dezembro de 2023, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* era de R\$3.209,7 milhões.

Derivativos

No âmbito da Política de Gestão de Riscos Financeiros, com objetivo de proteger a Companhia contra as incertezas dos preços dos fatores de riscos (moedas, *commodities* e juros), a Companhia celebrou contratos de derivativos de moedas que possuíam valor justo no ativo de R\$ 103,7 milhões e valor justo no passivo de R\$122,4 milhões, contratos de derivativos de *commodities* que possuíam valor justo no ativo de R\$ 5,5 milhões e valor justo no passivo de R\$14,4 milhões e contratos de derivativos de juros que possuíam valor justo no ativo de R\$ 529,8 milhões em 31 de dezembro de 2023. As contrapartes incluem diversas instituições financeiras substancialmente brasileiras e envolvem swaps de taxa de juros, swaps de moedas, futuros de moedas e *commodities*, compra e venda de *non-deliverable forwards* e opções de moedas e *commodities*, entre outros. Os derivativos vencem entre 2024 e 2032 e são registrados no balanço patrimonial da Companhia como instrumentos financeiros derivativos.

Demais Linhas de Crédito

Linhas de Crédito Rotativo. Visando manter uma posição prudencial e sustentável de liquidez de curto prazo e em continuidade à estratégia de extensão do prazo médio e redução do custo de suas dívidas, em 27 de dezembro de 2019, a Companhia contratou junto ao Banco do Brasil uma linha de crédito rotativo no valor de até R\$1.500,0 milhões, com vencimento em três anos, sendo renovada para mais dois anos na data de 26 de outubro de 2022. A referida linha de crédito poderá ser desembolsada total ou parcialmente a critério da Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2023 a linha estava disponível, porém não havia sido utilizada.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fundo de Investimento em Recebíveis de Direitos Creditórios

Em 06 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu a estruturação da Primeira Classe do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Clientes BRF II de Responsabilidade Limitada (“**FIDC BRF II**” ou “**Novo Fundo**”), tendo como política de investimentos adquirir direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus clientes no Brasil. As partes envolvidas obtiveram sucesso na colocação inicial das cotas da Primeira Classe do FIDC BRF II de Responsabilidade Limitada, que foram divididas em quatro subclasses distintas e atingiram um volume agregado de R\$960 milhões. O Novo Fundo foi estruturado para substituir e dar continuidade às operações realizadas pelo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Clientes BRF, constituído em dezembro de 2018 que teve resgate final das cotas em dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, as cotas detidas pela BRF no FIDC BRF II eram de R\$ 16,5 milhões, e estão registradas na rubrica de Títulos e valores mobiliários.

Obrigações

Vários dos instrumentos que regem o endividamento da Companhia contêm limitações sobre gravames e alguns dos instrumentos que regem o endividamento contêm outras cláusulas, tais como limitações sobre fusões e vendas de ativos e transações com afiliadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia se encontrava em conformidade com as cláusulas contidas nos instrumentos de dívida. Tais instrumentos de dívida incluem eventos habituais de inadimplência. Os instrumentos que regem uma parte substancial do endividamento da Companhia contêm cláusulas de inadimplência cruzada ou aceleração cruzada, de modo que a ocorrência de um evento de inadimplência em um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência em outro endividamento ou permitir a um credor, sob outro instrumento de dívida, que acelere o evento de vencimento.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui convênios com instituições financeiras cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito dos seus produtores rurais parceiros para a construção de aviários, granjas e adequações.

A Companhia possui também convênios (risco sacado) que buscam facilitar o acesso ao crédito dos seus fornecedores que desejarem antecipar recebíveis da Companhia.

Por fim, a Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais, preços das commodities e taxas de juros, sem fins especulativos. Essas operações estão contabilizadas pelo seu valor justo.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. Atualmente a Companhia não tem dívidas financeiras que possuam garantia real.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As dívidas da Companhia descritas neste item 2.1 (f)₁ possuem, conforme o caso, *covenants* não financeiros habituais de contratos celebrados no mercado financeiro e de capitais, que podem causar o vencimento antecipado de um ou mais contratos devido, por exemplo: (i) ao inadimplemento por parte da Companhia, a partir de limites definidos, conforme o caso; (ii) às restrições à distribuição de dividendos, em caso de mora; (iii) à restrição de alienação de ativos, a partir de determinados limites, excluindo-se tipos de ativos e operações, conforme caso; (iv) à alienação de controle societário etc.; e (v) à alteração de controle, entre outros. Tais obrigações estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos.

Ainda, os Sênior Notes 2026, Senior Notes 2030, Senior Notes 2050, a 1ª Emissão de Debêntures, 2ª Emissão de Debêntures, 3ª Emissão de Debêntures e a 4ª Emissão de Debêntures, já descritas neste item 2.1 (f), possuem *covenants* não financeiros específicos relacionados (i) ao *cross-default*, a partir de limites definidos, conforme o caso; e (ii) ao ocorrer o vencimento antecipado de outras dívidas (*Cross acceleration*), a partir de limites definidos, conforme o caso, nos termos da tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contratos	Valor do Contrato	Cross Acceleration	Cross Default	Saldo Devedor em 31/12/2023
1ª Emissão de Debêntures	R\$70,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$830,1 milhões
2ª Emissão de Debêntures	R\$2.200,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$ 2.681,3 milhões
3ª Emissão de Debêntures	R\$1.000,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de	R\$1.214,0 milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	
4ª Emissão de Debêntures	R\$1.700,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R\$ 1.909,0 milhões
Senior Notes BRF 2026	US\$500,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US\$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;		R\$ 1.453,8 milhões
Senior Notes BRF 2030	US\$750,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US\$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;		R\$ 2.896,1 milhões
Senior Notes BRF 2050	US\$500,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US\$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;		R\$3.209,7milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os contratos de financiamento firmados pela Companhia foram integralmente desembolsados, exceto a *Revolving Credit Facility*, mencionada acima, que permaneceu disponível conforme saldo inicial de R\$ 1.500,0 milhões, porém não desembolsada.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PERÍODO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

As discussões a seguir fornecem uma comparação dos resultados operacionais da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 com os resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossos resultados operacionais em milhares de reais e como percentual de representatividade sobre receita líquida para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
exercício social findo em 31 de dezembro de				
(em milhares de Reais)	2023	AV%	2022	AV%
Operações Continuadas				
Receita Líquida	53.615.440	100,0	53.805.028	100,0
Custo dos produtos vendidos	(44.781.739)	(83,5)	(45.672.376)	(84,9)
Lucro Bruto	8.833.701	16,5	8.132.652	15,1
Receitas (Despesas) Operacionais				
Vendas	(7.454.163)	(13,9)	(7.067.148)	(13,1)
Gerais e administrativas	(757.836)	(1,4)	(644.827)	(1,2)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(32.809)	(0,1)	(12.772)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	250.512	0,5	(545.270)	(1,0)
Equivalência patrimonial	(3.264)	-	1.076	-
Lucro (Prejuízo) Antes Do Resultado Financeiro	836.141	1,6	(136.289)	(0,3)
Receitas financeiras	1.202.520	2,2	1.082.935	2,0
Despesas financeiras	(4.136.312)	(7,7)	(3.585.765)	(6,7)
Variações monetárias e cambiais	112.945	0,2	(165.925)	(0,3)
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	(2.820.847)	(5,3)	(2.668.755)	(5,0)
Prejuízo Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(1.984.706)	(3,7)	(2.805.044)	(5,2)
Tributos Sobre O Lucro	115.854	0,2	(285.634)	(0,5)
Prejuízo Líquido Das Operações Continuadas	(1.868.852)	(3,5)	(3.090.678)	(5,7)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Operações Descontinuadas				
Prejuízo Líquido Das Operações Descontinuadas	-	-	(50.948)	(0,1)
Prejuízo Líquido Do Exercício	(1.868.852)	(3,5)	(3.141.626)	(5,8)
Lucro (Prejuízo) Líquido Operações Continuadas Atribuível a				
Acionistas controladores	(2.028.559)	(3,8)	(3.115.455)	(5,8)
Acionistas não controladores	159.707	0,3	24.777	-
Prejuízo Líquido Operações Descontinuadas Atribuível a	-	-	(50.948)	(0,1)
Acionistas controladores	-	-	(50.948)	(0,1)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

Apresentação dos segmentos operacionais e informações de receitas líquidas

Os segmentos operacionais da Companhia incluem: (i) Brasil; (ii) Internacional, que concentra todas as operações da Companhia fora do Brasil; e (iii) Outros segmentos. Esses segmentos incluem vendas em todos os nossos canais de distribuição e operações, subdivididos de acordo com a natureza dos seguintes produtos: (i) *in natura*: aves inteiras e em cortes e suínos e outros em cortes; (ii) processados (alimentos processados, produtos congelados e processados derivados de aves, suínos, margarinas, vegetais e produtos à base de soja); e (iii) outras vendas (farinhas para *food service* e outras). Outros segmentos se dividem em comercialização e desenvolvimento de ingredientes para nutrição animal, nutrição humana, nutrição vegetal (fertilizantes), saúde, bem-estar e alimentação para animais de estimação, além da comercialização de produtos agrícolas.

A Companhia reporta a receita líquida após a dedução dos impostos sobre a receita bruta e descontos e devoluções. As deduções totais de receitas da Companhia podem ser divididas da seguinte forma:

- **ICMS** – O ICMS é um imposto estadual sobre valor agregado sobre as receitas brutas no mercado brasileiro, a uma alíquota que varia de acordo com o estado e o produto vendido. A alíquota média de ICMS da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 9,37%. No entanto, as exportações não estão sujeitas a esses impostos.
- **PIS e COFINS** – Os impostos PIS e COFINS são contribuições sociais federais incidentes sobre as receitas brutas do mercado brasileiro às alíquotas de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, (1) as exportações não estão sujeitas a esses impostos, (2) atualmente a Companhia se beneficia de uma redução da alíquota para zero com relação aos nossos cortes *in natura* de suínos e aves e (3) as receitas financeiras da Companhia estão sujeitas ao PIS e COFINS na tributação taxas de 0,65% e 4,0%, respectivamente.
- **Descontos, Devoluções e Outras Deduções** – Descontos, devoluções e outras deduções são descontos incondicionais concedidos a clientes, devoluções de produtos e outras deduções das receitas brutas.

A maior parte das deduções de receita bruta da Companhia é atribuível aos impostos ICMS, PIS e COFINS. Consequentemente, as deduções de receita bruta da Companhia no mercado interno,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que estão sujeitas a esses impostos, são significativamente maiores do que as deduções das receitas brutas de exportação.

A tabela abaixo apresenta a receita bruta e deduções da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em milhares de Reais)	Exercício social findo em		
	31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Receita bruta			
Brasil	32.922.332	33.325.565	(1,2)
Internacional	25.203.968	25.253.452	(0,2)
Outros segmentos	3.494.983	3.305.974	5,7
	61.621.283	61.884.991	(0,4)
Deduções da receita bruta			
Brasil	(6.063.414)	(6.327.777)	(4,2)
Internacional	(1.352.204)	(1.150.317)	17,6
Outros segmentos	(590.225)	(601.869)	(1,9)
	(8.005.843)	(8.079.963)	(0,9)
Receita líquida			
Brasil	26.858.918	26.997.788	(0,5)
Internacional	23.851.764	24.103.135	(1,0)
Outros segmentos	2.904.758	2.704.105	7,4
Total	53.615.440	53.805.028	(0,4)

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia diminuiu R\$189,6 milhões ou 0,4%, para R\$ 53.615,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação ao valor de R\$ 53.805,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução é justificada, majoritariamente, i) pelo impacto da sobreoferta global, principalmente da proteína de frango, que persistiu durante grande parte do ano de 2023, reduzindo o preço médio em 2,5%, ii) pela valorização do real perante o dólar (Ptax média 2022 R\$5,17 versus R\$5,00 em 2023), reduzindo nossa receita em reais nos mercados internacionais. Estes impactos foram parcialmente compensados pelo aumento de 2,2% do volume de vendas.

A Companhia apresenta a seguir as tabelas contendo o desempenho da receita líquida de cada segmento.

Segmento Brasil

A receita líquida do segmento Brasil diminuiu em R\$ 138,9 milhões ou 0,5%, passando de R\$ 26.997,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 26.858,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido a uma redução de 2% nos volumes vendidos, que foi parcialmente compensada por um aumento de 1,5% nos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

preços médios puxado principalmente pelo desempenho do nosso portfólio de processados, visto que o cenário de *in natura* também no mercado doméstico sofreu com os efeitos da sobre oferta de frango, sendo ainda agravado pelos bloqueios temporários impostos pelo Japão.

Em execução comercial, no ano de 2023, a Companhia revisitou sua estratégia de atendimento ao cliente, o que lhe permitiu aumentar a disponibilidade de produto em loja, melhorar o nível de atendimento logístico, ampliar sua base de clientes movimentados versus 2022. Tais avanços contribuíram de maneira relevante para a expansão de rentabilidade observada no período.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do Segmento Brasil.

(em milhares de Reais)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Receita líquida			
<i>In natura</i>	5.914.882	5.976.960	(1,0)
Processados	20.601.576	20.878.697	(1,3)
Outras vendas	342.460	142.131	140,9
Total	26.858.918	26.997.788	(0,5)

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento Brasil:

(em Reais por kg)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Brasil	12,05	11,87	1,5%

Segmento Internacional

A receita líquida do segmento internacional da Companhia diminuiu R\$251,3 milhões ou 1,0%, passando de R\$ 24.103,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 23.851,8 milhões no período correspondente em 2023. Os principais fatores foram: i) redução de 10,7% nos preços médios dos produtos vendidos pela Companhia no mercado externo, majoritariamente, pela sobre oferta global de frango; ii) a valorização do real versus o dólar, impactando nossa receita no segmento. Esse cenário foi parcialmente mitigado pelo aumento dos volumes de venda (212,2 mil toneladas ou +10,8% *versus* 2022) como resultado da evolução do indicador de rendimento industrial do nosso programa de eficiência, o BRF+, e da estratégia de diversificação de mercados. A Companhia conquistou 66 novas habilitações ao longo de 2023 para novos destinos na América Latina, Ásia, Europa e África do Sul, que lhe permitiram flexibilidade para capturar as melhores oportunidades de mercado em um ano desafiador para o setor de proteínas.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do segmento internacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Receita líquida			
In natura	19.888.732	20.044.710	(0,8)
Processados	3.765.633	3.679.233	2,3
Outras vendas	197.399	379.192	(47,9)
Total	23.851.764	24.103.135	(1,0)

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento internacional:

(em Reais por kg)	exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Internacional	10,99	12,32	(10,7)

Outros segmentos

A receita líquida dos outros segmentos aumentou em R\$200,7 milhões ou 7,4%, passando de R\$2.704,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$2.904,8 milhões no período correspondente em 2023, principalmente como resultado de: i) uma maior participação de hidrolisados no portfólio de Ingredientes, produto este que apresenta maior valor agregado, ii) crescimento do segmento super premium natural em Pet Food, refletindo um maior prêmio de preço e iii) pela execução de operações pontuais de arbitragem envolvendo a comercialização de grãos entre regiões (praças) como resultado de uma atuação mais ativa na identificação de oportunidades de mercado que permitam redução dos custos de origem. Também ressaltamos o aumento dos destinos de exportação como resultado da estratégia de diversificação de mercados, com destaque para as exportações para a Noruega em Ingredientes e para o Equador e Emirados Árabes Unidos em Pet Food.

A tabela a seguir apresenta os preços médios dos outros segmentos:

(em Reais por kg)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Outros segmentos	6,38	5,20	22,5%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 44.781,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma queda de 2,0% em comparação com R\$ 45.672,4 milhões no período correspondente em 2022. Essa redução no custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 é explicado principalmente: i) pelo efeito da queda do preço dos grãos em 2023 em função de uma maior safra no Brasil. Devido ao ciclo da cadeia da BRF, esta redução começou a impactar o resultado da Companhia no 3T23. No quarto trimestre, a variação da média

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

móvel de 6 meses do preço do milho apresentou uma queda de 30,6% a/a e o farelo de soja uma queda de 13,4% a/a; ii) pela redução do preço dos óleos usados como matéria-prima nas margarinas, sendo o efeito mais relevante no óleo de soja que apresentou queda de 30,5% a/a; iii) pelos efeitos do programa de eficiência, o BRF+, que majoritariamente se materializa no resultado através da redução de custos. Durante o ano a plano avançou de maneira consistente em praticamente todas as frentes, sendo as mais relevantes e com maior impacto no resultado, os indicadores agropecuários de eclosão, que evoluiu 5,6 p.p. a/a, conversão alimentar de frango, que evoluiu 2,5% a/a e mortalidade, que evoluiu 2,0 p.p. a/a para frango e 0,7 p.p. para suíno. Também pode-se destacar o indicador de rendimento na indústria que apresentou evolução de 5,0 p.p. a/a (sendo 5,6 p.p. a/a para o rendimento do frango e 3,5 a/a para o rendimento suíno). O plano de eficiência foi responsável pela captura de R\$ 525,4 milhões no trimestre e de R\$ 2,2 bilhões no ano.

Excluindo os efeitos da hiperinflação da Turquia, que em 2023 impactou o custo dos produtos vendidos em R\$ 221,2 milhões, a Companhia apresentou uma redução de R\$ 809,8 milhões ou - 1,8% no CPV, passando de R\$ 45.370,4 milhões (R\$9,55/kg) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 44.560,6 milhões (R\$9,18/kg) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou R\$ 701,0 milhões ou 8,6%, passando de R\$ 8.132,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 8.833,7 milhões no período correspondente em 2023, com margem bruta de 16,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 15,1% no período correspondente em 2022. Este desempenho é resultado da redução do nosso custo médio unitário, em função da queda do preço dos grãos e óleos usados em nossa cadeia e dos efeitos do nosso programa de eficiência, o BRF+.

A tabela a seguir detalha o lucro bruto da Companhia para os segmentos Brasil, Internacional e Outros.

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Brasil	5.916.699	3.892.719	52,0
Internacional	2.121.851	3.523.769	(39,8)
Outros segmentos	764.791	716.164	6,8
Subtotal	8.803.341	8.132.652	8,3
Corporate	30.360	-	-
Total	8.833.701	8.132.652	8,6

Receitas (despesas) operacionais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas operacionais da Companhia diminuíram 3,3% (ou R\$ 271,3 milhões) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 8.268,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 7.997,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Despesas com venda

As despesas com vendas da Companhia aumentaram R\$ 387,1 milhões ou 5,5%, passando de R\$ 7.067,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 7.454,2 milhões no período correspondente em 2023, principalmente como resultado das maiores despesas com frete. As despesas com vendas da Companhia representaram 13,9% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 0,8 p.p. em comparação com 13,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R\$ 113,0 milhões ou 17,5%, passando de R\$ 644,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 757,8 milhões no período correspondente em 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, totalizaram uma receita de R\$ 250,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparada a uma despesa de R\$ 545,3 milhões no período correspondente em 2022. Essa variação é explicada principalmente pela redução de R\$ 587,7 milhões referente aos gastos com acordo de leniência e investigações envolvendo a Companhia, relacionados às operações Carne Fraca e Trapaça, bem como pelo ganho de R\$ 63,2 milhões na alienação de imóveis não vinculados a produção e despesa de R\$ 33,5 milhões referente a redução ao valor recuperável de ativos imobilizados reclassificados para ativos mantidos para a venda (conforme nota explicativa 26 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023).

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

A Companhia apresentou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, lucro antes do resultado financeiro no montante de R\$ 836,1 milhões, ante a um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$ 136,3 milhões no período correspondente em 2022, representando uma melhora no resultado de R\$ 972,4 milhões ou 713,5%.

O Segmento Brasil apresentou lucro antes do resultado de R\$ 1.602,3 milhões, com melhor desempenho na comparação com o exercício de 2022. Em 2023, o segmento Internacional apresentou prejuízo antes do resultado financeiro de R\$ 1.214,2 milhões, diante da pressão de preço pelo excesso de oferta mundial de proteína, principalmente frango. Já os outros segmentos apresentaram um lucro antes do resultado financeiro de R\$ 357,7 milhões no ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro da Companhia para cada segmento e para o *Corporate*:

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH%
Brasil	1.602.298	(352.138)	(555,0)
Internacional	(1.214.167)	403.661	(400,8)
Outros segmentos	357.720	440.062	(18,7)
Subtotal	745.851	491.585	51,7
<i>Corporate</i>	90.290	(627.874)	(114,4)
Total	836.141	(136.289)	(713,5)

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 resultado financeiro líquido totalizou R\$ 2.820,8 milhões de despesas, representando um aumento de 5,7% ou R\$152,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$ 2.668,8 milhões. Apesar de um aumento nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos devido ao aumento nos juros do CDI acumulado no ano (o CDI acumulado foi de 13,0% em 2023 ante 12,4% em 2022), esse efeito foi compensado por maiores receitas de juros sobre aplicações financeiras resultante da maior posição de caixa, sobretudo após o aporte de capital (follow-on) em julho de 2023. Ademais houve (i) ganho monetário líquido de R\$ 560,7 milhões de efeitos de correção monetária decorrente de operações em economia hiper inflacionária na Turquia; (ii) maior incidência de juros sobre tributos a recuperar; e (iii) receitas financeiras sobre outros ativos e passivos referentes a ganho de prêmio na recompra de *bonds*, realizada no segundo semestre, de R\$ 46,8 milhões.

Por sua vez, no que tange às variações monetárias, cambiais e resultado de derivativos que afetam o resultado financeiro, no ano de 2023, o efeito líquido da variação cambial de ativos e passivos monetários e derivativos de proteção da exposição cambial de balanço totalizou -R\$ 151 milhões, e os juros e valor justo de derivativos somaram -R\$285 milhões. Os ganhos monetários relativos à hiperinflação da Turquia tiveram impacto total de +R\$ 561 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado do exposto acima, o prejuízo antes dos tributos sobre o lucro da Companhia totalizou R\$ 1.984,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução do prejuízo antes dos tributos sobre o lucro de R\$ 820,3 milhões (ou de 29,2%) em comparação ao período correspondente em 2022.

Tributos sobre o lucro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os tributos sobre o lucro da Companhia geraram uma receita de R\$ 115,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com uma despesa de R\$ 285,6 milhões no período correspondente em 2022. A alíquota efetiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de um crédito correspondente a 5,8% do prejuízo antes dos impostos em comparação com uma alíquota efetiva que representou uma despesa de 10,2% no período correspondente em 2022. Essa mudança ocorreu principalmente devido aos efeitos da variação cambial sobre os investimentos da Companhia em subsidiárias estrangeiras e prejuízos fiscais gerado em cada período sem o reconhecimento de impostos diferidos ativos.

Prejuízo líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 1.868,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de R\$ 1.272,7 milhões ou 40,5%, em comparação com um prejuízo de R\$ 3.141,6 milhões no período correspondente em 2022. Eliminando os efeitos contábeis da hiperinflação na Turquia e da dívida designada como *hedge accounting* nos resultados consolidados, o resultado teria sido um prejuízo líquido de R\$ 1.717,4 milhões em 2023.

FLUXO DE CAIXA

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.939.397	1.876.384
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.113.844)	(3.258.787)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(861.837)	2.255.538
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	170.019	(271.026)
Aumento (decrécimo) líquido no saldo de em caixa e equivalentes de caixa	1.133.735	602.109

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R\$ 3.939,4 milhões, em 2023, em comparação com os fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R\$1.876,4 milhões em 2022. O aumento de R\$ 2.063,0 milhões é principalmente devido a redução dos estoques (totalizando R\$1.248,9 milhões) e a redução em perdas com instrumentos derivativos (totalizando R\$953,7 milhões).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento no montante de R\$ 2.113,8 milhões, em 2023, em comparação com fluxos de caixa líquidos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aplicados nas atividades de investimento de R\$ 3.258,8 milhões em 2022. A redução de R\$ 1.145,0 milhões é principalmente devida ao menor investimento em imobilizado e ao fato de não haver ocorrido aumentos de capital significativos em coligadas durante 2023.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de atividades de financiamento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento no montante de R\$ 861,8 milhões, em 2023, em comparação com fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento de R\$ 2.255,5 milhões em 2022. Esta redução de 3.117,3 milhões é principalmente decorrente das recompras de US\$295,4 milhões em *senior notes* com vencimento em 2026 através de um *tender offer* e do resgate total antecipado das *senior notes* com vencimento em 2024 no montante de US\$300,5 milhões, ambos ocorridos no segundo semestre de 2023.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

As tabelas a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A tabela a seguir apresenta os componentes dos resultados operacionais da Companhia como porcentagem das receitas líquidas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em milhares de Reais, exceto quando %)	2022	AV%	2021	AV%
OPERAÇÕES CONTINUADAS				
RECEITA LIQUIDA	53.805.028	100,0	48.343.305	100,0
Custo dos produtos vendidos	(45.672.376)	(84,9)	(38.650.772)	(80,0)
LUCRO BRUTO	8.132.652	15,1	9.692.533	20,0
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	(7.067.148)	(13,1)	(6.058.250)	(12,5)
Gerais e administrativas	(644.827)	(1,2)	(822.960)	(1,7)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(12.772)	-	(12.799)	0,0
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(545.270)	(1,0)	211.263	0,4
Equivalência patrimonial	1.076	-	-	0,0
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(136.289)	(0,3)	3.009.787	6,2
Receitas financeiras	1.082.935	2,0	537.736	1,1
Despesas financeiras	(3.585.765)	(6,7)	(3.331.615)	(6,9)
Variações monetárias e cambiais	(165.925)	(0,3)	(250.696)	(0,5)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.668.755)	(4,5)	(3.044.575)	(6,3)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(2.805.044)	(5,2)	(34.788)	(0,1)
Tributos sobre o lucro	(285.634)	(0,5)	552.102	1,1
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(3.090.678)	(5,7)	517.314	1,1
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS				
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(50.948)	(0,1)	(79.930)	(0,2)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.141.626)	(5,8)	437.384	0,9
Lucro (Prejuízo) Líquido Operações Continuadas Atribuível a Acionistas controladores	(3.115.455)	(5,8)	499.385	1,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acionistas não controladores	24.777	-	17.929	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Operações Descontinuadas Atribuível a				
Acionistas controladores	(50.948)	(0,1)	(79.930)	(0,2)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

Salvo disposição em contrário, os resultados que a Companhia apresenta abaixo não consideram os resultados das operações descontinuadas da Companhia.

Apresentação dos segmentos operacionais e informações de receitas líquidas

Os segmentos operacionais da Companhia incluem: (i) Brasil; (ii) Internacional, que concentra todas as operações da Companhia fora do Brasil; e (iii) Outros segmentos. Esses segmentos incluem vendas em todos os nossos canais de distribuição e operações, subdivididos de acordo com a natureza dos seguintes produtos: (i) aves (aves inteiras e cortes *in natura*), (ii) suínos e outros (cortes *in natura*); (iii) processados (alimentos processados, produtos congelados e processados derivados de aves, suínos, margarinas, vegetais e produtos à base de soja); e (iv) outras vendas (farinhas para *food service* e outras). Outros segmentos se dividem em comercialização e desenvolvimento de ingredientes para nutrição animal, nutrição humana, nutrição vegetal (fertilizantes), saúde (saúde e bem-estar) e alimentação para animais de estimação, além da comercialização de produtos agrícolas. Para mais informações, vide nota 25 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para obter uma divisão da receita líquida por segmento.

A Companhia reporta a receita líquida após a dedução dos impostos sobre a receita bruta e descontos e devoluções. As deduções totais de receitas da Companhia podem ser divididas da seguinte forma:

- **ICMS** – O ICMS é um imposto estadual sobre valor agregado sobre as receitas brutas no mercado brasileiro, a uma alíquota que varia de acordo com o estado e o produto vendido. A alíquota média de ICMS da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de 9,38%. No entanto, as exportações não estão sujeitas a esses impostos.
- **PIS e COFINS** – Os impostos PIS e COFINS são contribuições sociais federais incidentes sobre as receitas brutas do mercado brasileiro às alíquotas de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, as exportações não estão sujeitas a esses impostos, (2) atualmente a Companhia se beneficia de uma redução da alíquota para zero com relação aos nossos cortes *in natura* de suínos e aves e (3) as receitas financeiras da Companhia estão sujeitas ao PIS e COFINS na tributação taxas de 0,65% e 4,0%, respectivamente.
- **Descontos, Devoluções e Outras Deduções** – Descontos, devoluções e outras deduções são descontos incondicionais concedidos a clientes, devoluções de produtos e outras deduções das receitas brutas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A maior parte das deduções de receita bruta da Companhia é atribuível aos impostos ICMS, PIS e COFINS. Conseqüentemente, as deduções de receita bruta da Companhia no mercado interno, que estão sujeitas a esses impostos, são significativamente maiores do que as deduções das receitas brutas de exportação.

A tabela abaixo apresenta a receita bruta e deduções da Companhia para os exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH%
Receita bruta			
Brasil	33.325.565	30.700.510	8,6
Internacional	25.253.452	22.959.318	10,0
Outros segmentos	3.305.974	2.319.991	42,5
	61.884.991	55.979.819	10,5
Deduções da receita bruta			
Brasil	(6.327.777)	(5.891.621)	7,4
Internacional	(1.150.317)	(1.444.614)	(20,4)
Outros segmentos	(601.869)	(300.279)	100,4
	(8.079.963)	(7.636.514)	5,8
Receita líquida			
Brasil	26.997.788	24.808.889	8,8
Internacional	24.103.135	21.514.704	12,0
Outros segmentos	2.704.105	2.019.712	33,9
	53.805.028	48.343.305	11,3

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia aumentou R\$5.461,7 milhões, ou 11,3%, para R\$53.805,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação a R\$48.343,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia apresenta a seguir tabela contendo o aumento da receita líquida de cada segmento.

Receita Líquida por Segmentos Operacionais

Em 2022, a Companhia registrou as seguintes receitas líquidas conforme abertura por segmentos operacionais e por natureza de produtos.

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH%
Receita líquida			
Brasil			
In-natura	5.976.960	6.002.585	(0,4)
Processados	20.878.697	18.729.686	11,5

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras vendas	142.131	76.618	85,5
	26.997.788	24.808.889	8,8
Internacional			
In-natura	20.044.710	18.212.688	10,1
Processados	3.679.233	2.955.431	24,5
Outras vendas	379.192	346.585	9,4
	24.103.135	21.514.704	12,0
Outros segmentos			
Outros	2.704.105	2.019.712	33,9
Total	53.805.028	48.343.305	11,3

Em 2022, a Companhia registrou os seguintes preços médios em seus segmentos de atuação:

(em Reais por kg)	Preços médios no exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH%
Brasil	11,87	10,78	10,1
Internacional	12,46	10,99	13,4
Outros segmentos	5,20	5,57	(6,6)
Total	11,32	10,46	8,2

Segmento Brasil

A receita líquida aumentou em R\$2.188,9 milhões, ou 8,8%, passando de R\$24.808,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$26.997,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tal aumento é decorrente principalmente de investimentos nas marcas da Companhia, expansão do portfólio de produtos com alto valor agregado, que resultou em um aumento de 11,5% na receita de produtos industrializados, crescimento de sua atuação em novos canais e fortalecimento daqueles em que a Companhia já se encontrava presente, além de melhora no nível de serviços aos seus clientes. Apesar do cenário de consumo no Brasil continuar pressionado principalmente pelo elevado nível de endividamento das famílias e dos patamares elevados de custos, a Companhia apresentou: (i) evolução sequencial das margens no mercado interno; (ii) ganho de *market share* em todas as subcategorias, segundo a Nielsen, na leitura do 6º bimestre, com destaque para margarinas (+ 3,6 p.p.), embutidos (+1,0 p.p.), frios (+0,7 p.p.) e congelados (+0,1 p.p.); (iii) liderança na preferência do cliente; e (iv) ótima execução da campanha de comemorativos, alcançados através do acompanhamento disciplinado da execução no ponto de venda e melhora dos níveis de serviço. Em termos quantitativos, o crescimento da receita líquida é explicado principalmente pelo aumento de 10,1% nos preços médios por quilo (em reais) em 2022 em relação a 2021.

Segmento Internacional

A receita líquida aumentou em R\$2.588,4 milhões, ou 12,0%, passando de R\$21.514,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$24.103,1 milhões, no exercício

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os principais fatores foram: (i) aumento na participação de produtos de alto valor agregado; (ii) aumento do número de habilitações, visando potencializar os mercados que a Companhia atua, assim como novas geografias e produtos; e (iii) a desvalorização do real versus o dólar norte-americano, que favoreceu os preços em reais. Em 2022, houve uma retração de 6,5% da receita líquida da Ásia que é explicada pelos menores volumes de exportação para a China e apreciação de 4,6% do real brasileiro, que foram parcialmente mitigados por maiores preços de carne de frango para Japão, Coréia do Sul e China. Por outro lado, os segmentos halal DDP e Exportações Diretas apresentaram crescimento na receita líquida anual. O segmento halal DDP apresentou expansão de 23,1% da receita líquida em razão de: (i) aumento de 15,1% do volume de vendas para região; (ii) aumento na participação de produtos de alto valor agregado; e (iii) maiores preços na região devido a oscilações da oferta de carne de frango local que compensam a apreciação do real frente ao dólar norte-americano, que desfavorece os preços em reais. Já em Exportações Diretas apresentou expansão de 19,4% da receita líquida, decorrente de: (i) aumento na participação de produtos de alto valor agregado; (ii) maiores preços para GCC e Américas, devido a restrição das exportações ucranianas para o Oriente Médio e surtos de gripe aviária nos EUA que fomentaram preços de exportação para México e Chile, que compensaram o efeito negativo nos preços em reais da valorização da moeda brasileira; e (iii) aumento do número de habilitações, visando potencializar os mercados que a Companhia atua, assim como novas geografias e produtos. Em termos quantitativos, o crescimento da receita líquida é explicado principalmente pelo aumento de 13,4% nos preços médios por quilo (em reais) em 2022 em relação a 2021.

A receita líquida do segmento Internacional referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ainda sofreu impacto relacionado ao reconhecimento de uma perda na realização de instrumentos financeiros não derivativos designados como hedge de fluxo de caixa para proteção das exportações, no montante de R\$445,0 milhões (conforme nota explicativa 24.5 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022).

Outros segmentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida aumentou em R\$684,4 milhões, ou 33,9%, de R\$2.019,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$2.704,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente devido a: (i) melhores preços praticados nos negócios da BRF Ingredients; (ii) maiores volumes comercializados; e (iii) a consolidação das operações de Pet Food.

Custo dos produtos vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$45.672,4 milhões, com aumento de 18,2% ou R\$7.021,6 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o qual foi de R\$38.650,8 milhões. Esse aumento no custo de vendas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 é atribuído principalmente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a um aumento nos preços da soja (+9,7%) e do farelo de soja (+17,7%), aumento nos custos de mão de obra (índice de inflação acumulado do INPC de 12,0% durante o período de negociações com os sindicatos), aumento dos preços dos combustíveis diesel ANP (Agência Nacional do Petróleo) +23,8% e Brent +16,0% ano a ano) e aumento dos custos de produção de frango e suínos em 6,2% e 16,9% nos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 conforme Índices de Custo Embrapa, principalmente em função do aumento dos custos nas linhas de produção de nutrição e mão de obra. Esta rubrica inclui o reconhecimento de um ganho na avaliação do valor justo de florestas nos montantes de R\$33,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$16,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto totalizou R\$8.132,6 milhões, registrando uma queda de 16,1%, ou R\$1.559,8 milhões, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$9.692,5 milhões, com margem bruta, que é apurada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida, de 15,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação a 20,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa queda na margem bruta foi impulsionada principalmente por um aumento nos preços da soja e do farelo de soja, na mão de obra custos e preços de combustível mais altos.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais da Companhia aumentaram 23,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de R\$6.682,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$8.268,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Despesas com vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas com vendas da Companhia aumentaram R\$1.008,8 milhões ou 16,7%, passando de R\$6.058,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 7.067,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente como resultado de um aumento nas despesas diretas e indiretas de logística e aumento das despesas de *marketing* e *trade marketing* relacionadas ao patrocínio da Copa do Mundo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia diminuíram 21,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$822,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 644,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devido a uma reorganização societária. Essa redução ajuda a mitigar parcialmente os movimentos inflacionários de custos e serviços, por meio dos sistemas internos desenvolvidos pela Companhia para gestão de despesas (Gestão Matricial de Despesas).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Destaca-se que as despesas administrativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 incluem R\$0,3 milhão e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 incluem R\$29,4 milhões referente a gastos com aquisições e integrações (conforme nota 29 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, da Companhia, totalizaram despesas de R\$545,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação com uma receita de R\$211,2 milhões no período correspondente em 2021. Esse aumento nas despesas é atribuído principalmente ao impacto de R\$588,8 milhões com gastos com investigações que incluem o Acordo de Leniência com a CGU e AGU abordando temas relacionados às operações conduzidas pelas entidades governamentais brasileiras (nota explicativa 1.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022) e, R\$9,0 milhões relacionados a gastos com investigações envolvendo a Companhia, relacionado as operações Carne Fraca e Trapaça, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (conforme nota explicativa 25 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

Em decorrência dos efeitos destacados acima, o prejuízo antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$136,3 milhões, comparado a um lucro de R\$3.009,8 milhões em 2021. O prejuízo referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 engloba R\$45,2 milhões de gastos referentes a reestruturação que foram lançados conforme função (conforme nota 29 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022) e, R\$76,1 milhões referentes *impairment* e resultado na alienação de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (conforme nota 25 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro da Companhia para cada segmento e para o *Corporate*.

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH%
Brasil	(352.138)	1.583.899	(122,2)
Internacional	403.661	942.006	(57,1)
Outros segmentos	440.062	393.477	11,8
Subtotal	491.585	2.919.382	(83,2)
<i>Corporate</i>	(627.874)	90.405	(794,5)
Total	(136.289)	3.009.787	(104,5)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa financeira líquida totalizou R\$2.668,8 milhões, representando uma queda de 12,3% ou R\$375,8 milhões, em comparação com 2021, que foi de R\$3.044,6 milhões. Apesar de um aumento nas despesas com juros devido ao maior juro do CDI acumulado no ano, que elevou os juros em reais (o CDI acumulado foi de 12,4% em 2022 ante 4,39% em 2021), esse efeito foi compensado pelas receitas geradas por eventos pontuais em 2022, principalmente por: (i) ganhos monetários líquidos de R\$398,2 milhões de efeitos de correção monetária decorrente de operações em economia hiper inflacionária na Turquia; e (ii) receitas financeiras sobre outros ativos e passivos referente a ganho de prêmio na recompra de títulos, realizada no segundo semestre, de R\$275,9 milhões, que também contribuiu para a compensação do efeito dos juros em moeda estrangeira.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado do exposto acima, o prejuízo antes dos tributos sobre o lucro apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.805,0 milhões, representando um aumento no prejuízo em comparação ao prejuízo de R\$34,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Tributos sobre o lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os tributos sobre o lucro da Companhia totalizaram uma despesa de R\$285,6 milhões, representando um aumento na despesa de 151,7% em comparação a uma receita de R\$552,1 milhões em 2021. A alíquota efetiva em 2022 foi de -10,2% em comparação com uma alíquota efetiva que representou um benefício de 1.587,0% em 2021. Essa variação deveu-se principalmente: (i) aos efeitos causados pelas diferenças de alíquotas sobre o resultado das controladas no exterior, (ii) ao efeito das variações cambiais em moeda estrangeira em relação às controladas que operam com diferentes moedas funcionais; e (iii) a baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais a compensar de R\$ 78,0 milhões em 2022 ante R\$ 1.025,0 milhão reconhecido em 2021 (conforme política contábil divulgada na nota 3.9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022).

Lucro (prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas

Como resultado do exposto acima, o prejuízo nas operações continuadas da Companhia foi de R\$3.090,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 697,4% em comparação ao lucro líquido nas operações continuadas de R\$517,3 milhões em 2021.

Prejuízo líquido das operações descontinuadas

O prejuízo líquido das operações descontinuadas totalizou R\$ 50,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação com um prejuízo de R\$ 79,9 milhões de operações descontinuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente devido à conclusão de certas disputas relacionadas a contingências incorridas pelas entidades alienadas na Europa e Tailândia em 2018 e 2019, bem como contingências tributárias referentes a períodos anteriores à alienação.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, o prejuízo líquido da Companhia foi de R\$3.141,6 milhões em 2022, comparado a um lucro líquido de R\$437,4 milhões em 2021, uma redução de 818,3%.

FLUXO DE CAIXA

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.876.384	3.923.636
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.258.787)	(3.548.791)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	2.255.538	(572.476)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(271.026)	149.826
Aumento (decrécimo) líquido no saldo de em caixa e equivalentes de caixa	602.109	(47.805)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R\$ 1.876,4 milhão, em 2022, em comparação com os fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R\$ 3.923,6 milhões em 2021. A redução de R\$ 2.047,2 milhões está atrelada a variação no resultado líquido entre períodos no montante de R\$3.607,9 milhões, somado à redução de R\$1.457,9 milhão no efeito caixa dos derivativos no período, parcialmente compensado por aumento de outros direitos e obrigações, líquido, em R\$1.138,8 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento no montante de R\$ 3.258,8 milhões, em 2022, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento de R\$ 3.548,8 milhões em 2021. A redução de R\$ 290,0 milhões é principalmente devida ao maior fluxo de caixa destinado à aquisição das empresas Hercosul e Mogiana Alimentos, no montante de R\$ 827,2 milhões no de 2021.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de atividades de financiamento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento no montante de R\$ 2.255,5 milhões, em 2022, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$572,5 milhões em 2021. Esta mudança é principalmente devida ao aumento de capital com emissão de ações em 2022 (no valor de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$5.275,4 milhões), parcialmente compensada pelo maior pagamento de empréstimos e financiamentos em R\$ 2.589,0 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, um detalhamento dos produtos da Companhia vendidos no Brasil e a clientes internacionais:

Produtos à base da Carne, incluindo:

- carne *in natura* resfriada e/ou congelada, que definidos como frango inteiro e em cortes, assim como carne suína congelada e peru; e
- produtos halal para o mercado islâmico de acordo com o método halal de abate.

Produtos Alimentícios Processados, incluindo o seguinte:

- frangos inteiros e em cortes, congelados, marinados (vendidos sob a marca Chester);
- carnes de especialidades, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter*, salames, bacon e outros produtos defumados;
- *snacks* (Salamitos);
- carnes processadas congeladas, como hambúrgueres, *steaks*, empanados, kibes e almôndegas;
- comidas prontas congeladas, como lasanhas, macarrão com queijo, tortas, pizzas, assim como outras comidas congeladas;
- produtos *plant-based*, como nuggets, tortas, vegetais e hamburgueres;
- sobremesas congeladas e pão de queijo;
- margarinas, manteigas, requeijão e patês; e
- **outros**, incluindo farelo de soja, farinha de soja refinada, ração animal e *pet food*.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e continuarão sendo influenciados por uma ampla gama de fatores, incluindo, além dos fatores já indicados no item 1.4 (c) deste Formulário de referência (barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias, barreiras sanitárias, barreiras técnicas, pandemias, surtos e doenças animais):

- Condições econômicas no Brasil e no exterior;
- O efeito das barreiras comerciais e outras restrições de importações;

2.2 Resultados operacional e financeiro

- Interrupções nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de abastecimento e nos processos de produção resultantes da pandemia de COVID-19; preocupações com a ASF, a gripe aviária e outras doenças de origem humana e animal;
- A sensibilidade do mercado doméstico às mudanças na demanda global, incluindo o efeito das ações dos principais concorrentes brasileiros e aumentos temporários na oferta de produtores em outros países;
- Mudanças nos preços de commodities;
- Flutuações na taxa de câmbio e inflação;
- Conflitos geopolíticos de alto impacto (Ucrânia x Rússia; Oriente Médio);
- Taxas de juros; e
- Custos de frete e volume.

Fatores sazonais e volatilidade que afetam tanto os preços de matéria-prima quanto os preços de vendas podem afetar materialmente os resultados da Companhia.

O custo de produção da Companhia depende, principalmente, do preço e oferta de milho e farelo de soja. Entre outras matérias-primas, estão soja em grãos, suínos e bovinos, por exemplo. Os preços de venda dos produtos da Companhia são determinados por alterações constantes na oferta e demanda que podem flutuar de maneira significativa, além de outros fatores externos que a Companhia não consegue controlar, como flutuações nos níveis de produção doméstica global de aves, suínos e bovinos, mudanças nas regulamentações ambientais, mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças em animais e na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio. Qualquer mudança no preço ou na disponibilidade de matéria-prima necessária para a produção de produtos da Companhia causadas por esses ou outros fatores poderão impactar a Companhia.

O setor econômico no qual a Companhia está inserida também é caracterizado por períodos cíclicos, onde preços e rentabilidade oscilam em decorrência dos patamares de oferta e demanda. Não há certeza de que a Companhia conseguirá se adaptar adequadamente aos períodos cíclicos ou à volatilidade, sendo que podem ter efeitos adversos nas operações ou resultados financeiros da Companhia.

Desastres naturais, pandemias ou variações climáticas extremas, incluindo enchentes, secas, calor ou frio excessivo, furacões ou outras tempestades, assim como qualquer interrupção em plantas da Companhia que necessitem a realocação temporária de funções para outras instalações podem prejudicar o crescimento e a saúde de animais vivos ou interferir em suas operações em razão de faltas de energia, danos à produção e instalações de processamento ou interrupção de canais ou sistemas de informação da Companhia.

O surto do COVID-19, originado na China no final de 2019 e declarado como pandemia global pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, afetou adversamente os negócios e as

2.2 Resultados operacional e financeiro

operações da Companhia. Além disso, as operações da Companhia incluem instalações globais de produção e distribuição e, caso haja novo surto de COVID-19 nas suas instalações ou nas comunidades onde a Companhia opera e distribui os seus produtos, a sua distribuição, operação, empregados, fornecedores, consumidores e canais de distribuição poderão ser severamente afetados. Uma nova declaração de pandemia poderá também ter um impacto adverso na demanda de consumo, no preço das commodities, na economia e nos mercados financeiros de diversos países, resultando em um desaquecimento econômico que poderá afetar a demanda pelos produtos da Companhia e causar um efeito material adverso sobre o resultado de suas operações. Para maiores informações sobre os riscos e as medidas preventivas adotadas pela Companhia, consulte o item 5.5 - Outras informações relevantes e 2.11 – Outros fatores com influência relevante – “Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia” deste Formulário de Referência, bem como no fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o COVID-10=9, podem afetar negativamente a nossa atividade e operações".

A seguir, a Companhia apresenta maiores detalhes sobre estes fatores:

Situação econômica mundial e brasileira

O Conselho Monetário Nacional definiu a meta de inflação no Brasil em 3,00% para 2024, com uma variação de 1,50 ponto percentual para cima ou para baixo. A taxa de inflação, que esteve acima do teto da meta em 2021 (inflação efetiva/variação acumulada do IPCA em 12 meses – 10,06%; teto da meta – 5,25%) e em 2022 (inflação efetiva/variação acumulada do IPCA em 12 meses – 5,79%; teto da meta – 5,0%), diminuiu até atingir 4,62% em dezembro de 2023, ficando abaixo do teto da meta de 4,75%. Os aumentos de preços geralmente reduzem o poder de compra dos consumidores, especialmente entre as classes de renda mais baixas e acabam limitando o consumo. O mercado de trabalho brasileiro registrou taxa média de desocupação de 7,4% em dezembro de 2023, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, o que representa melhoria quando comparado a 7,9% em 31 de dezembro de 2022 e os 11,1% registrados em 31 de dezembro de 2021. Além disso, após atingir 88,0 pontos em dezembro de 2022, a confiança do consumidor brasileiro continuou avançando e encerrou o ano de 2023 aos 93,7 pontos, segundo a pesquisa de Sondagem de Expectativas do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em 2023, o PIB cresceu 2,9% em relação ao ano anterior, sendo que o PIB per capita apresentou um avanço real de 2,2% na comparação com 2022. A atividade econômica no Brasil recuperou em 2022 e 2021, com o PIB real aumentando 3,0% e 4,8%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de juros SELIC era de 11,75%, em comparação com os 13,75% de 31 de dezembro de 2022 e na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros SELIC era de 10,50%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o índice de inflação IPCA foi de 4,62%, recuando frente aos 5,79% de 31 de dezembro de 2022 e com os 10,06% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 31 de dezembro de 2023, o real, valorizou 7,2% em relação à mesma data em 2022, passando de R\$ 5,22 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2022 comparado a R\$ 4,84 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2023.

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em dezembro de 2023, o consumo das famílias brasileiras (ex-vendas de supermercados) em termos reais (ajustado pelo IPCA), aumentou 10,73% em relação a dezembro de 2022. No acumulado do ano, as vendas reais dos supermercados cresceram 3,09% em 2023 em relação a 2022.

Efeito da demanda do mercado exportador e suas consequências no mercado doméstico

As flutuações na demanda de produtos de aves, suínos e bovinos no mercado internacional podem afetar os preços de comercialização desses itens no mercado brasileiro. Os exportadores brasileiros tendem a redirecionar os produtos do mercado internacional para o mercado doméstico, aumentando o fornecimento desses produtos localmente e, muitas vezes, afetando de forma negativa o preço local. Consequentemente, isso pode afetar a receita líquida da Companhia no mercado doméstico.

Em 2019, a demanda chinesa por proteínas importadas cresceu significativamente em razão da ASF, um vírus mortal para os animais que reduziu drasticamente a oferta local de carne suína e, consequentemente, aumentou o preço local e global de proteína. Em 2019, a China habilitou 9 plantas de frango, seis plantas de suínos e vinte e duas plantas de bovinos brasileiras para aumentar o volume de importação e reduzir seu déficit de proteínas. No entanto, em agosto de 2021, a GACC da China suspendeu a exportação para a China de carne suína da fábrica da Companhia de Lucas do Rio Verde/MT. Além disso, o GACC também suspendeu a exportação para a China de carne de aves. Em 16 de dezembro de 2021, também a Companhia foi informada pelo MAPA e GACC da suspensão da exportação para a China de carne de frango produzida na unidade de Marau, sob a alegação de apuração de conteúdo impróprio para consumo humano em lote de pés de frango. Em 4 de março de 2022, foi informado pelo GACC que estava sendo suspensa, a partir de 5 de março de 2022, a exportação para a China de carne de frango, também da planta localizada em Lucas do Rio Verde-MT. O motivo alegado para esta suspensão era de que haviam sido identificadas inconformidades, durante a auditoria por videoconferência realizada pelo GACC, tais como as ocorrências de infecções por COVID- 19 entre os colaboradores que não lhe foram comunicadas e a falta de desinfecção do tanque e foi detectada a contaminação de salmonelas acima do limite máximo na recepção de aves vivas e no processamento de produtos avícolas. Em 24 de março de 2023, a Companhia recebeu autorização do GACC para retomar a exportação de carne de frango da planta de Marau, e em 16 de maio de 2023, a planta de Lucas do Rio Verde-MT recebeu a autorização para retomar as exportações de carne suína e de frango.

Em 2021, a Arábia Saudita proibiu a importação de frango de alguns frigoríficos brasileiros. Essa proibição afetou apenas a concorrência, enquanto a Companhia continuou podendo exportar. Além disso, a Rússia e outros países da região aumentaram suas quotas de importação de carne suína brasileira, criando maiores oportunidades de negociações internacionais. Em relação à China, o

2.2 Resultados operacional e financeiro

país proibiu a importação de carne bovina do Brasil de setembro a dezembro de 2021, além de proibir a importação de carne suína da Alemanha devido a casos de ASF.

Em 2023, o Japão suspendeu temporariamente as exportações de frango de fábricas localizadas nos estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, em função da detecção do vírus da gripe aviária de alta patogenicidade em aves de subsistência nessas localidades. Além dos acordos comerciais regulares, o Japão adotou uma política mais restrita, não permitindo qualquer exportação desses estados até um período sem caso positivo. Ao final de 2023, as exportações para o Japão já haviam sido retomadas e operavam com normalidade.

A Companhia monitora as ações de seus concorrentes nacionais, uma vez que também são impactados por mudanças no mercado externo e podem redirecionar seus produtos para o mercado interno ou externo. Além disso, monitora as flutuações na oferta gerada pelos produtores na China, nos EUA, na UE e em outras regiões, pois o aumento da produção nesses mercados pode levar a uma maior oferta em outros países.

Custo com transporte

O custo de transporte de nossos produtos através de nossa rede de distribuição nacional e para os nossos clientes estrangeiros é significativo e afetado pelas flutuações no preço do petróleo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, os custos de frete de nossas operações contínuas representaram aproximadamente 6,9%, 6,3% e 5,6% de nossas vendas líquidas, respectivamente. Na exportação, enviamos muitos de nossos produtos nas modalidades CFR (custo e frete), CIF (custo, seguro e frete) ou DDP (entregue com direitos pagos), incluindo o pagamento de custos de frete e seguro. Nos últimos anos, devido à instabilidade política global que poderia afetar os preços do petróleo, incluímos em nossos acordos com as companhias marítimas um fator de ajuste do óleo bunker (combustível utilizado nas embarcações). Apesar das ameaças persistentes, como a guerra em curso na Ucrânia e a crescente população mundial que continua a impulsionar a procura incessante de bens perecíveis, o setor frigorífico provou ser resiliente, com todas as rotas comerciais a registrarem um crescimento desde o início de 2023, pela primeira vez em mais de 24 meses.

Em relação a Guerra de Israel em Gaza em 2023, a principal ameaça é o movimento Houthi do Iêmen, tendo como alvo todos os navios com destino a Israel, independentemente da sua nacionalidade, alertando todas as companhias marítimas internacionais a não negociar com portos israelitas, no entanto o impacto das rotas dos navios era mínimo no final de 2023, estes riscos podem se intensificar no próximo período.

Espera-se também que a demanda global de proteínas e todas as outras cargas refrigeradas exerçam pressão sobre o volume de carga e restrinjam a disponibilidade de contêineres, especialmente em rotas marítimas com capacidade restrita como a da América do Sul para a Ásia. Devido à incerteza desse aumento da demanda global e a oferta limitada dos contêineres refrigerados, em 2022 sofremos pressão na logística ao redor do mundo, nossos gastos com frete marítimo em 2022 aumentaram aproximadamente 75,5%, mas em 2023 o cenário mudou e as taxas

2.2 Resultados operacional e financeiro

foram renegociadas, o preço do bunker teve uma pequena variação, mas as tarifas diminuíram cerca de 40% devido aos ajustes de mercado de oferta e demanda pelos volumes de exportação.

Para informações sobre o impacto dos preços de commodities e os efeitos das variações da taxa de câmbio, inflação e taxa de juros na receita da Companhia, vide item 2.2.c abaixo.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é significativamente afetada por mudanças no câmbio do real frente a outras moedas, como o dólar norte-americano, euro e libra esterlina. A receita também é impactada diretamente por variações do preço dos produtos da Companhia nos mercados que a Companhia atua por correção monetária, devido a altas taxas de inflação, das informações financeiras de subsidiárias da Companhia. Para mais informações, vide seção 2.2 (c) abaixo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Preços de commodities

Várias das matérias-primas da Companhia são commodities cujos preços flutuam constantemente em resposta às forças de mercado de oferta e procura. A Companhia compra grandes quantidades de farelo de soja, soja (grão) e milho, usados substancialmente na produção de toda ração animal própria. Em sua maior parte, os preços das commodities que a Companhia compra são expressos em reais. Embora os custos dos insumos sejam denominados em reais, os preços das commodities tendem a acompanhar os preços internacionais e são influenciados por flutuações das taxas de câmbio. Até 31 de dezembro de 2023 as compras de milho, farelo de soja e soja representaram aproximadamente 41,4 % do custo de produção da Companhia, em comparação a 47,3% no mesmo período em 2022, que por sua vez foi 8,2% maior do que a média do preço em 2021. Ainda, representaram aproximadamente 47,3% do custo de produção da Companhia em 2022, que por sua vez foi 28,6% maior que em 2021, em comparação a 46,5% em 2021. Embora a Companhia produza a maior parte do rebanho suíno que utiliza nos seus produtos de carne suína, a Companhia também comprou suínos no mercado à vista em 2023 (0,4% do abate total de suínos).

Além disso, os preços de venda de muitos de seus produtos, incluindo todos os seus produtos para o mercado internacional, são altamente sensíveis ao preço de mercado dessas commodities e flutuam com esse preço. Até 31 de dezembro de 2023, a média do preço do farelo de soja no Brasil foi 0,5% menor do que a média do preço no mesmo período em 2022 e média do preço do óleo de soja no Brasil foi 31,5% menor que o mesmo período em 2022. O efeito da queda ou aumento de preços de matérias-primas sobre a margem bruta da Companhia é maior no tocante a produtos de natureza mais similar a produtos frescos do que em relação a produtos de maior valor agregado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A capacidade da Companhia de repassar aumentos de preços de matéria-prima a seus preços de venda é limitada pelos preços vigentes dos produtos vendidos em seus mercados internos e internacionais, especialmente com relação aos produtos *in natura*.

A tabela abaixo apresenta, nos períodos indicados, a flutuação do real frente ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio diárias médias e de encerramento de período e inflação brasileira medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”), IPCA e Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”).

(em Reais)	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Apreciação (depreciação) do real frente ao dólar norte-americano	7,21%	6,50%	(7,39%)
Taxa de câmbio do encerramento do período (U.S.\$1.00)	4,84	5,22	5,58
Média (diária) da taxa de câmbio (U.S.\$1.00) ⁽¹⁾	4,99	5,17	5,40
Taxa de câmbio básica SELIC (meta) do encerramento do período ⁽²⁾	11,75%	13,75%	9,25%
Inflação (INPC) ⁽³⁾	3,71%	5,93%	10,16%
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	4,62%	5,79%	10,06%
Inflação (IGP-M) ⁽⁵⁾	(-) 3,18%	5,45%	17,78%

Fonte: IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil.

- (1) A média (diária) da taxa de câmbio é a soma das taxas de câmbio diárias com base na transação PTAX 800 Opção 5, dividida pelo número de dias úteis do período.
- (2) A taxa de juros SELIC é a principal taxa de juros de referência brasileira.
- (3) O INPC é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e oito salários-mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.
- (4) O IPCA é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e 40 salários-mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.
- (5) O IGP-M atribui pesos diferentes ao consumidor, preços de atacado e preços de construção. O IGP-M é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, fundação privada.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são significativamente afetados por mudanças no câmbio do real frente ao dólar norte-americano, euro e libra esterlina. As vendas da Companhia nos mercados internacionais são faturadas principalmente em dólares norte-americanos e, na Europa, em euros e libras esterlinas, porém seus resultados operacionais são registrados em reais. A apreciação do real frente a essas moedas reduz o valor que a Companhia recebeu em reais, diminuindo, dessa forma, a receita líquida da Companhia relacionada aos mercados internacionais, sendo que o oposto ocorre quando o real deprecia em relação às outras moedas.

Os preços do farelo de soja e da soja, importantes ingredientes das rações para animais da Companhia, estão diretamente vinculados ao dólar norte-americano. O preço do milho, outro importante ingrediente das rações, também é indexado, porém em níveis inferiores ao da soja e ao farelo de soja. Além do farelo de soja, da soja e do milho, a Companhia compra dos seus fornecedores localizados no exterior, tripas para linguiças, nutrientes minerais para ração, embalagens e outras matérias-primas, assim como equipamentos para uso em suas unidades de

2.2 Resultados operacional e financeiro

produção, os quais são pagos em dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se deprecia frente ao dólar norte-americano, o custo em reais das matérias-primas e equipamentos da Companhia atrelados à moeda dos Estados Unidos aumenta, sendo que tais aumentos podem afetar negativa e materialmente seus resultados operacionais. Por outro lado, a apreciação do real tem um efeito positivo nos seus custos já que parte deles são fixados em dólar norte-americano, contudo essa redução não afeta imediatamente seus resultados operacionais por causa da duração do seu ciclo de produção de aves e suínos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R\$ 11.093,4 milhões, representando 55,2% do total de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R\$ 12.549,2 milhões, representando 53,4% do total de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R\$16.343,6 milhões, representando, na data, 64,2% do total de empréstimos e financiamentos. Apesar de administrar uma parcela dos seus riscos cambiais por meio de derivativos e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares norte-americanos e outras moedas estrangeiras, as obrigações de dívida da Companhia em moeda estrangeira não se encontram completamente protegidas. Uma acentuada depreciação do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas aumentaria o montante em reais que seriam necessários para atender os requisitos do serviço de dívida das suas obrigações em moeda estrangeira. A Companhia atua no sentido de proteger o fluxo de caixa proveniente das receitas e custos denominados ou com importante influência da variação cambial, com base em limites estabelecidos em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros, de forma a evitar uma distorção de suas margens pela apreciação do real frente ao dólar norte-americano. Em caso de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, o efeito favorável nestas margens é parcialmente mitigado pelo volume de operações de *hedge* contratados com efeito no horizonte de tempo determinado pela Política de Gestão de Riscos Financeiros. Para maiores detalhes sobre a exposição operacional da Companhia ao câmbio ver itens 4.3.ii.b – “Exposição de Resultado Operacional” e 4.3.b – “Riscos Cambiais” acima.

Historicamente, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A demanda de seus produtos no mercado doméstico é sensível à inflação dos preços ao consumidor, conforme refletido em variações no INPC e IPCA, sendo que os custos e despesas da Companhia são incorridos em sua maioria em reais. Devido ao fato de que contratos de longo prazo com fornecedores e clientes não são habituais no setor da Companhia e os preços são geralmente negociados mensal ou trimestralmente, altas na inflação causam um impacto imediato na sua receita líquida e custos.

O índice IGP-M geralmente é usado na negociação de preços que a Companhia paga aos seus fornecedores como referência para a inflação. Além disso, a Companhia adquire energia elétrica para operar suas unidades de produção por meio de contratos de longo prazo que incluem ajustes periódicos de inflação majoritariamente indexado ao IPCA e em menor escala indexado ao IGP-M.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em termos de custos com pessoal, os salários são ajustados geralmente uma vez ao ano, com base em Acordos Coletivos de Trabalho negociados entre representantes da Companhia e entidades sindicais dos trabalhadores. Geralmente, as partes, Companhia e sindicato, utilizam o INPC/IBGE como parâmetro para essas negociações.

Efeitos das taxas de juros

As despesas financeiras da Companhia são afetadas por alterações nas taxas de juros que se aplicam às suas dívidas de taxas flutuantes. As principais taxas que a Companhia estava exposta são o CDI (taxa do certificado de depósito interbancário aplicado aos seus contratos de swap cambial e algumas de suas outras dívidas denominadas em real), IPCA, *Secured Overnight Financing Rate* (Taxa de Financiamento Garantida da Noite, ou "SOFR") e na *Emirates Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária Oferecida dos Emirados, ou "EIBOR"). Qualquer aumento nas taxas CDI, IPCA, SOFR ou EIBOR pode ter um impacto adverso nas despesas financeiras da Companhia e em seus resultados operacionais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia, bem como não constou ênfase nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorre em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para a tomada de decisão. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve qualquer introdução ou alienação de segmentos operacionais.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além da Aquisição da Joody Al Sharqiya Food, Aquisição da BRF Kuwait, Alienação Banvit Foods, Aquisição Hercosul, Aquisição Mogiana Alimentos, Acordo de Investimento AES Brasil, Compra e Venda Intrepid, Aditivo Qatar Holding, Constituição BRF Arabia e outros já descritos no item 1.1 deste Formulário de Referência, em 25 de outubro de 2022, a One Foods, subsidiária integral da Companhia, assinou um contrato de compra e venda de ações com a Al Nowais Investment Company LLC para aquisição de 51% das ações da Al Wafi Food Products Factory, sociedade emirati que produz alimentos processados nos Emirados Árabes Unidos e que já era 49% detida pela One Foods. O valor da transação foi de cerca de US\$ 1,3 milhão (equivalente a R\$7,2 milhões), pago no fechamento em 28 de novembro de 2022. Nessa data, a One Foods passou a deter 100% da Al Wafi Food Products Factory.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 qualquer evento ou operação não usual com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA Ajustado ou LAJIDA Ajustado é mensurado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e corresponde ao resultado líquido do período, deduzido o resultado líquido das operações descontinuadas, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido (inclui receitas financeiras, despesas financeiras e variações monetárias e cambiais) e das depreciações, amortizações e exaustões. Os ajustes também incluem os impactos das Operações Carne Fraca e Trapaça, reestruturação, gastos relacionados à alienação de negócios, valor justo de florestas, gastos com aquisições e integrações, dívida designada como *hedge accounting*, efeitos de hiperinflação e resultado da equivalência patrimonial.

A Administração utiliza o EBITDA Ajustado para tomada de certas decisões e entende que é uma medida complementar apropriada de desempenho financeiro que permite comparabilidade entre períodos e demonstra o potencial de geração de caixa operacional da Companhia. Da mesma forma, a Companhia utiliza métricas derivadas do EBITDA Ajustado, como Margem EBITDA Ajustado, para avaliação de desempenho em relação à receita líquida. EBITDA Ajustado é uma medição não prevista em IFRS (medição não contábil) e não deve ser considerado um substituto de lucro (prejuízo) líquido, fluxo de caixa operacional nem como base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional existentes de acordo com as normas contábeis brasileiras nem nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). O EBITDA Ajustado, conforme mensurado pela Companhia, pode não ser comparável a medidas similares de outras companhias.

A Administração também utiliza a medição não contábil de Dívida Líquida para mensuração da condição financeira e da capacidade de pagamento de certos passivos da Companhia, por meio da comparação entre certos saldos passivos e certos saldos ativos, conforme descrito no item 2.5 (a).

Esta medição é relevante dado que a Companhia possui política financeira que tem por objetivo estabelecer diretrizes para a gestão de sua estrutura de capital e monitoramento desta.

A Dívida Líquida é uma medição não prevista nas normas contábeis brasileiras nem no IFRS aplicáveis a Companhia (medições não contábeis) e não indica que todo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários estão disponíveis para pagar os empréstimos e financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

Por fim, a Companhia utiliza a métrica de Alavancagem, derivada das métricas de Dívida Líquida e de EBITDA Ajustado conforme indicado no item 2.5 (a), para fins de complemento na avaliação da sua capacidade potencial de pagamento de certos passivos por meio da geração potencial de caixa operacional. A Alavancagem é uma medição complementar, não prevista nas normas contábeis

2.5 Medições não contábeis

brasileiras nem nos IFRS aplicáveis a Companhia (medição não contábil), e não deve ser utilizada como substituta de quaisquer métricas contábeis.

(a) valor das medições não contábeis

As reconciliações entre estas informações e os valores divulgados nas demonstrações financeiras estão apresentadas no item seguinte deste documento.

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Dívida Líquida	9.474.509
EBITDA Ajustado	4.721.077
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	2,01
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado / Receita Líquida)	8,8%

Medições não contábeis são geralmente definidas como aquelas utilizadas para mensurar desempenho histórico, posição financeira ou fluxos de caixa, porém excluem ou incluem valores que não seriam ajustados nas métricas constantes nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Medições não contábeis não possuem significados padronizados nem definições e podem não ser diretamente comparáveis a medições similarmente adotadas por outras companhias em função de diferenças em como são calculadas.

A Companhia adota as seguintes medições não contábeis:

Dívida Líquida

Mensurada como empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, menos caixa restrito circulante e não circulante, menos títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes menos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, líquidos. Dívida Líquida é uma medida não contábil complementar da condição financeira da Companhia e é utilizada na tomada de certas decisões pela Administração. A apresentação desta métrica não indica que todo o saldo de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos e valores mobiliários estão disponíveis para pagar os empréstimos e financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

2.5 Medições não contábeis

<i>(em milhares de Reais)</i>	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(11.093.385)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(9.002.163)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	502.293
Endividamento Bruto	(19.593.255)
Caixa e equivalentes de caixa	9.264.664
Títulos e valores mobiliários	767.873
Caixa restrito	86.209
Dívida Líquida	(9.474.509)

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia ainda utiliza a métrica de EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*) Ajustado ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) Ajustado que é mensurada de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e corresponde ao resultado líquido do período, deduzido o resultado líquido das operações descontinuadas, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras (composta por receita de juros sobre caixa e equivalentes de caixa, juros sobre tributos a recuperar e outras receitas financeiras, por despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente e por efeito de variação cambial sobre ativos e passivos e resultado de instrumentos financeiros derivativos) e das depreciações, amortizações e exaustões.

Os ajustes também incluem os impactos das Operações Carne Fraca e Trapaça, reestruturação, gastos relacionados à alienação de negócios, valor justo de florestas, gastos com aquisições e integrações, dívida designada como *hedge accounting*, efeitos de hiperinflação e resultado da equivalência patrimonial. O EBITDA Ajustado é utilizado para tomada de certas decisões pela Administração e é uma medida complementar de desempenho financeiro e de habilidade de geração de caixa operacional. O EBITDA Ajustado é uma medição não prevista nas normas contábeis brasileiras nem no IFRS (medição não contábil) e não deve ser considerado como um substituto de lucro (prejuízo) líquido, fluxo de caixa operacional, nem como base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional existentes de acordo com o IFRS.

A Margem EBITDA Ajustado é mensurado dividindo o EBITDA Ajustado pela receita líquida do período ou exercício.

Por fim, a Companhia utiliza a métrica de Alavancagem, derivada das métricas de Dívida Líquida e de EBITDA Ajustado, para fins de complemento na avaliação da sua capacidade potencial de

2.5 Medições não contábeis

pagamento de certos passivos por meio da geração potencial de caixa operacional. A Alavancagem é uma medição complementar, não prevista nas normas contábeis brasileiras nem nos IFRS aplicáveis a Companhia (medição não contábil), e não deve ser utilizada como substituta de quaisquer métricas contábeis.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

<i>(em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(1.868.852)
(+) Tributos sobre o lucro	(115.854)
(+) Receitas (Despesas) financeiras líquidas ⁽¹⁾	2.820.847
(+) Depreciação, amortização e exaustão	3.224.781
(+) Impactos operação Carne Fraca e Trapaça ⁽²⁾	2.453
(+) Valor justo de florestas ⁽³⁾	(187.736)
(+) Gastos com aquisições e integrações ⁽⁴⁾	11.020
(+) <i>Impairment</i> ⁽⁵⁾	33.499
(+) Dívida designada como <i>hedge accounting</i> ⁽⁶⁾	548.639
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	3.263
(+) Efeitos de hiperinflação ⁽⁷⁾	249.017
EBITDA Ajustado	4.721.077
Receita líquida	53.615.440
Margem EBITDA Ajustada	8,8%

Detalhamento dos ajustes:

⁽¹⁾ Inclui receitas financeiras, despesas financeiras e variações monetárias e cambiais.

⁽²⁾ Impactos das operações Carne Fraca e Trapaça: inclui despesas diretamente atribuíveis a estas operações, como despesas com mídia, advogados, assessorias, consultorias, fretes, armazenagem e Perdas.

⁽³⁾ Valor de justos de florestas: aumentos ou decréscimos, conforme aplicável para cada período/exercício, no valor justo das florestas, reconhecido no custo dos produtos vendidos.

⁽⁴⁾ Inclui despesas com consultorias, advogados e outras atribuíveis diretamente a combinações de negócios.

⁽⁵⁾ *Impairment*: inclui a redução no valor recuperável de ativos reclassificados para ativos mantidos para venda.

⁽⁶⁾ Dívida designada como *hedge accounting*: efeitos referentes a realização na linha de receita bruta da variação cambial em dívidas designadas para a proteção de exportações futuras (designado quando da sua contratação).

⁽⁷⁾ Hiperinflação: perdas líquidas decorrentes dos efeitos economia hiperinflacionária na Argentina, onde a Companhia possuía subsidiárias, registradas em cada rubrica das demonstrações do resultado de cada período.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes com relação as últimas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

	2023	2022	2021
a. regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.</p> <p>Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em</p>	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.</p> <p>Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em</p>	<p>De acordo com Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.</p> <p>Após o pagamento do dividendo obrigatório, Social da estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	<p>bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>
<p>b. regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).	dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).	<p>optar pelo pagamento dos dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).</p> <p>De acordo com a Política de Destinação de Resultados da Companhia, o Conselho de Administração, em linha com o quanto disposto na Política Financeira da Companhia, deverá avaliar os impactos do pagamento de dividendos obrigatórios e/ou juros sobre o capital próprio (que venham a ser imputados ao dividendo obrigatório) em relação aos limites de alavancagem especificados na Política Financeira, ou a outros fatores que considerar relevantes, e poderá deliberar pela submissão de parecer à aprovação da Assembleia Geral relativamente a desobrigação de distribuição dos mesmos tendo em vista a situação financeira da Companhia, nos termos do parágrafo 4o do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, indicando eventuais desenquadramentos de referidos limites.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados	Nos termos do Estatuto Social, da Política de Destinação de Resultados da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	<p>verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Por força de nota de crédito à exportação, cédula de crédito bancário, escritura de emissão debêntures e contrato de cessão de créditos vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Companhia, é vedada a distribuição, pela Companhia, de lucros, dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em tal nota, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na</p>	<p>Por força de nota de crédito à exportação, cédula de crédito bancário, escritura de emissão debêntures e contrato de cessão de créditos vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Companhia, é vedada a distribuição, pela Companhia, de lucros, dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em tal nota, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na</p>	<p>Por força de nota de crédito à exportação, cédula de crédito bancário, escritura de emissão debêntures e contrato de cessão de créditos vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Companhia, é vedada a distribuição, pela Companhia, de lucros, dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em tal nota, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	<p>data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em dia com o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia.</p>	<p>data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em dia com o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia.</p>	<p>data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em dia com o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia. Adicionalmente, de acordo com a Política de Destinação de Resultados da Companhia, o Conselho de Administração, em linha com o quanto disposto na Política Financeira da Companhia, deverá avaliar os impactos do pagamento de dividendos obrigatórios e/ou juros sobre o capital próprio (que venham a ser imputados ao dividendo obrigatório) em relação aos limites de alavancagem especificados na Política Financeira, ou a outros fatores que considerar relevantes, e poderá deliberar pela submissão de parecer à aprovação da Assembleia Geral relativamente a desobrigação de distribuição dos mesmos tendo em vista a situação financeira da Companhia, nos termos do parágrafo 4o do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, indicando eventuais desenquadramentos de referidos limites.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
e. política de destinação de resultados	<p>Em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados.</p> <p>O texto integral da Política poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia: https://ri.brf-global.com/https://ri.brf-global.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/.</p>	<p>Em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados.</p> <p>O texto integral da Política poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia: https://ri.brf-global.com/https://ri.brf-global.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/.</p>	<p>Sim, em 10 de novembro de 2021 a Política de Destinação de Resultados, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, foi publicada nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Em 31.12.23 os compromissos firmes de compra totalizaram R\$5.023.227.

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade tenha retido ou não transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente a 31 de dezembro de 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras que têm ou que são suscetíveis de ter efeitos sobre a sua condição financeira, receitas e despesas, resultados das operações, liquidez, despesas de capital que sejam materiais para investidores.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8 e irão afetar os custos e despesas da Companhia, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia. A gestão de tais riscos é feita em concordância à Política de Gestão de Riscos Financeiros da BRF.

(b) natureza e o propósito da operação

Tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e são compostas por contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Para uma descrição sobre a natureza de cada operação, assim como o montante das obrigações assumidas e os direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras, vide item 2.8 deste Formulário de Referência.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos ou em andamento são relacionados a aquisição de ativo imobilizado, ativo intangível e ativos biológicos, sendo prevista a realização de investimentos no valor de aproximadamente R\$ 2.136,8 milhões durante o exercício social corrente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram realizados investimentos em valor total de R\$ 2.416,6 milhões, uma redução de aproximadamente 21,26% em relação aos investimentos realizados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 3.069,1 milhões.

As principais despesas de capital até 31 de dezembro de 2023 estão descritas abaixo:

Crescimento. Na plataforma Brasil a Companhia investiu em capacidade ao longo de toda a cadeia produtiva para ampliar a oferta de produtos in natura, processados e hidrolisados para atendimento aos mercados em que atua e em adequações das plantas em cumprimento aos requisitos para novas habilitações no mercado externo. Na plataforma internacional, concluiu projetos para ampliação de capacidade de abate e produção de empanados na unidade de Bandirma e atendimento ao mercado Saudita a partir da unidade de İzmir, ambas localizadas na Turquia.

Eficiência. A Companhia investiu para incrementar a eficiência operacional das unidades de abate, fábricas de ração e centros de distribuição, visando diluição de custos fixos, redução de gastos e aumento de produtividade com a adoção de novas tecnologias e otimização dos processos de produção. Continuadas as iniciativas na jornada digital com ferramentas para gestão operacional nas unidades produtivas e nos processos voltados à logística, controladoria, planejamento de produção e vendas de comemorativos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes da geração de caixa operacional, bem como linhas de crédito com instituições financeiras e de fomento, incluindo empréstimos com objetivo de incentivo às atividades rurais e emissão de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional (vide item 2.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

2.10 Planos de negócios

A Companhia não tem nenhum investimento relevante em andamento e não tem nenhum desinvestimento relevante previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Além da Aquisição Hercosul, da Aquisição Mogiana Alimentos e da Aquisição da Joody Al Sharqiya Food já descritos no item 1.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não efetuou outras aquisições de plantas equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (“**PD&I**”) da Companhia compreendem a pesquisa e inovação agropecuária e a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos. O time de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos está localizado em Jundiaí, no Estado de São Paulo, onde fica o *BRF Innovation Center* (“**BIC**”).

O BIC tem área total de 13.500m². O prédio exemplifica o compromisso da Companhia com o investimento em PD&I para criar e agregar valor aos seus produtos, processos e serviços. Sua estrutura foi desenvolvida para estabelecer padrões de desenvolvimento tecnológico na indústria de alimentos, incluindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento de carnes, massas, margarinas, vegetais, embalagens, artes gráficas, padronização visual de embalagens, qualidade de fornecedores, assuntos regulatórios, sustentabilidade e bem-estar animal. A instalação conta com salas de reunião, unidade piloto, áreas para testes e avaliação sensorial, laboratórios de embalagens, cozinhas com serviço de alimentação, biblioteca e espaços para *brainstorming* e *benchmarking* com potenciais parceiros. A unidade piloto instalada no BIC pode reproduzir com fidelidade todos os processos fabris disponíveis em escala industrial na BRF, permitindo que o desenvolvimento de novos produtos e a otimização de produtos já existentes no portfólio da Companhia sejam feitos de forma rápida, eficaz e econômica.

A Companhia considera os investimentos em PD&I como fator fundamental para a manutenção de vantagens competitivas, inclusive visando otimizar a cadeia produtiva, melhorar fatores de sustentabilidade, e lançar produtos inovadores atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados. Além dos investimentos, a gestão dos conhecimentos técnicos é um ativo fundamental para a construção e manutenção do valor do seu portfólio de produtos. O processo de gestão do conhecimento ao longo de 2023 foi incorporado em mais de 60 projetos de produtos. A incorporação de ferramentas de gestão do conhecimento permite que os aprendizados e as tecnologias desenvolvidas nos projetos sejam organizados de forma a facilitar a consulta, registrar as tecnologias e permitir agilidade na execução de projetos futuros.

2.10 Planos de negócios

A área de PD&I agropecuária visa fortalecer a competitividade por meio da introdução contínua de novas tecnologias. O objetivo dessas atividades é reduzir os custos de produção, melhorar a qualidade do produto e a satisfação do cliente e atender às demandas dos consumidores, bem como proporcionar um melhor bem-estar animal. Para isso, há a manutenção de uma equipe de especialistas qualificados e experientes para experimentar novos produtos e novas tecnologias aplicadas a agropecuária. Essa equipe inclui pesquisadores altamente qualificados, doutores e mestres, veterinários, agrônomos, zootecnistas e técnicos. Além disso, existem acordos de colaboração com diversas universidades, instituições governamentais de pesquisa e empresas privadas inovadoras, e são utilizados vários incentivos à pesquisa disponibilizados por agências governamentais de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia acredita possuir uma das maiores instalações de pesquisa experimental agropecuária de aves e suínos do mundo e possui estrutura experimental de pesquisa para aves e suínos, com uma fábrica de rações experimental e 19 galpões experimentais, os quais são distribuídos em quatro granjas experimentais, localizadas no Estado de Santa Catarina, com um total de 1.392 baias experimentais para avaliações das características de impacto na cadeia de produção. Além disso, a Companhia possui oito laboratórios bromatológicos, cinco laboratórios com espectroscopia do infravermelho próximo (NIRS – *Near Infrared Spectroscopy*) para recebimento de grãos e cinco laboratórios de saúde animal que suportam as atividades de pesquisa e a operação.

Em 2017, a Companhia implementou uma tecnologia de formulação de ração em tempo real, também conhecida como NIRS em linha. Esta tecnologia utiliza a análise em tempo real das matérias-primas na linha de produção através do NIRS, e integra os dados gerados com um software de otimização de formulação de ração que otimiza a fórmula de ração a ser produzida em cada lote de ração. Esse processo melhora a precisão e a qualidade das rações produzidas e está alinhado ao compromisso com a qualidade em todo o processo. A BRF foi uma das pioneiras no uso dessa tecnologia no Brasil. Nos próximos anos o objetivo é continuar a expandir a tecnologia dentro da Companhia.

O departamento de pesquisa formal, possui iniciativas de pesquisa de campo no sistema de produção que permite avaliar todas as tecnologias em condições reais de produção. A pesquisa de campo também é utilizada para calcular a produtividade e o impacto financeiro das inovações e estabelecer o momento adequado para introduzir uma nova tecnologia. A Companhia acredita que o sistema de pesquisa de campo traz uma vantagem em relação a outros centros de pesquisa e outras Companhias do setor. Com relação aos projetos de produtos de PD&I, está em andamento projetos de pesquisa sobre redução de aditivos em produtos cárneos, soluções naturais de ingredientes para prolongar o prazo de validade dos produtos com garantia de segurança alimentar, novas embalagens e redução do uso de materiais de embalagem. Outra frente importante nos projetos de pesquisa está relacionada à redução e otimização de custos na formulação de produtos, sempre equilibrando a acessibilidade, os aspectos sensoriais e nutricionais com as exigências do consumidor.

2.10 Planos de negócios

Além disso, a Companhia possui um programa próprio de melhoramento genético de suínos em oito granjas, competindo com os pacotes genéticos comerciais globais, o qual supre 70% da demanda anual da BRF. O programa conta com uma equipe altamente qualificada que inclui geneticistas, especialistas em reprodução, qualidade da carne e manejo. Em 2022 foi iniciado um upgrade no setor de genômica, o qual vem sendo aprimorado e otimizado quanto ao controle de qualidade da informação genômica.

Desde 2009, a Companhia se beneficia de créditos fiscais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) para incentivar a pesquisa em inovação, chamada Lei do Bem. Este programa apoia a inovação tecnológica com base no desenvolvimento de novos produtos e novos processos de fabricação e melhoria incremental em produtos ou processos reais. Nos últimos anos, foram estabelecidas parcerias de pesquisa em projetos financiados pela EMBRAPA, FINEP, CNPq e BNDES, em diferentes áreas de pesquisa.

A Companhia possui pesquisadores e gerentes de projetos que se dedicam a contribuir continuamente com ideias inovadoras para o segmento de PD&I, ao mesmo tempo em que otimizam custos, processos e formulações. A Companhia desenvolveu um processo por etapas exclusivo, que é gerenciado por uma equipe multifuncional para tomar decisões bimestrais sobre possíveis inovações. Com isso, a Companhia pode acelerar o processo de tomada de decisão, em uma cadeia muito complexa, considerando múltiplos pontos de vista.

A Companhia está constantemente atenta às tendências e transformações do mercado, com escuta ativa do consumidor para definirmos nossa agenda de crescimento: mapeamento oportunidades para nossas marcas em diferentes ocasiões de consumo, assim como um padrão de melhoria constante de nossos produtos e serviços. A marca Perdigão tem foco nas ocasiões de churrasco, natal e dia a dia, sendo líder e marca mais escolhidas (de acordo com Nielsen (processados) e Kantar Panel - *Footprint* 2023) no segmento de processados. A marca Sadia, marca preferida e mais valiosa em alimentos (de acordo com Kantar Panel - *Preferencia e Brand Z* 2023) está presente em 9 em 10 lares brasileiros e tem a inovação como propósito de marca desde seu início, antecipando necessidades e produtos em diferentes ocasiões de consumo; em 2023, inovou em pratos prontos (Hot Bowls), empanados (Big Chicken) e também em experiências (NBA, Lollapaloza) e serviços (bot Sadi.a, utilizando inteligência artificial em nossa plataforma de receitas e CRM). Em Spreads, a marca Qualy é líder de mercado e está presente em 7 de cada 10 lares brasileiros sendo a marca mais escolhida nos lares brasileiros; com atuação na principal ocasião da categoria e na qual é referência: café da manhã, além da expansão para novos usos e ocasiões, como uso culinário. Deline é a segunda marca mais vendida no Brasil, com atuação regional no Norte e Nordeste, através de produtos e campanhas desenhadas especificamente para o consumidor das regiões N/NE (de acordo com Nielsen - margarinas 2023 - e Kantar - penetração, *footprint*).

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia gastou R\$48,0 milhões em atividades de PD&I de acordo com os critérios de contabilização da Lei do Bem. A Companhia entende que investir em PD&I é um fator chave para manter suas vantagens competitivas, seja para otimizar sua cadeia produtiva, melhorando a sustentabilidade, bem como lançando produtos inovadores, atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia conta com um programa próprio de melhoramento genético de suínos, competitivo com os programas das empresas de genética internacionais. Tal programa atende, atualmente, por opção, 70% da produção da Companhia. O programa conta com seis granjas núcleo no Estado de Santa Catarina, com um quadro de 136 colaboradores ativos, uma granja no Estado de Goiás, com um quadro de 42 colaboradores ativos, além de uma granja backup no estado de Minas Gerais. Hoje a Companhia possui um banco de tecidos com mais de 610 mil amostras de material genético e uma série de trabalhos foram realizados para a incorporação da avaliação genômica e no ano de 2021 iniciou o processo de seleção dos animais utilizando os valores genéticos genômicos. Para viabilizar esse salto tecnológico, a Companhia estabeleceu parcerias com seis centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, centros de pesquisa, universidades e órgãos de pesquisa e desenvolvimento (BNDES, Finep, CNPq e FAPESP) e formou um quadro com sete geneticistas.

O processo integrado de inovação agropecuária da Companhia parte de interfaces com empresas e centros de pesquisa, caracterizado pelo compartilhamento da utilização de estruturas físicas e corpo técnico, para solução das principais demandas pelo desenvolvimento de trabalho em conjunto, mas principalmente resultando na retroalimentação de novas propostas de inovação a partir da própria rede de desenvolvimento tecnológico.

A equipe de PD&I do BIC trabalha em conjunto com a área de Garantia da Qualidade na adoção de práticas internacionais de garantia de qualidade, *food safety* e *food fraud*, além do desenvolvimento de sistemas de acompanhamento para monitoramento de produtos e processos industriais.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Além dos montantes apresentados no item (ii) acima, em 2023, alinhada as principais de tendências de consumo, como conveniência, praticidade e indulgência, a Companhia lançou sob a marca Sadia o *Hot Bowls*, um *bowl* de massa pronta que fica pronto em 4 minutos, e ampliou a linha Na Receita Sadia, com novos cortes de carne suína *in natura*. No segmento *Plant Based*, a Companhia reformulou o portfólio de produtos vendidos sob a marca Sadia Veg&Tal, que conta com produtos como asas de couve-flor, hambúrgueres de abóbora e grão de bico, brócolis e espinafre e nuggets de vegetais. Para o período comemorativo, a Companhia expandiu o portfólio sob a marca Chester Perdigão com duas novas tortas desenvolvidas especialmente para o Natal.

2.10 Planos de negócios

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia formalizou o compromisso de ser Net Zero até 2040, contribuindo para os esforços mundiais contra o aquecimento global, e deu passos concretos nesta direção. Foram anunciados aportes de cerca de R\$130 milhões em energia limpa, cobrindo três importantes pilares de sustentação do negócio da Companhia: a sustentabilidade, pela redução da emissão de gases do efeito estufa; o econômico, pela competitividade de custos; e operacional, pela garantia de fornecimento de energia para suas unidades. A Companhia alcançará, assim, aproximadamente 90% da sua geração de energia no Brasil por meio de fontes limpas.

Neste âmbito da descarbonização e dos avanços relativos aos seus compromissos ESG (ambiental, social e de governança, na sigla em inglês), outro marco foi a publicação de sua Política de Compra Sustentável de Grãos. Em 2023, atingimos 100% de rastreabilidade dos fornecedores diretos de grãos e 77% dos indiretos na Amazônia e Cerrado, que correspondem a 62% do volume adquirido. No cômputo de todos os biomas, alcançamos 99,9% de rastreabilidade dos diretos e 79% dos indiretos. Os resultados estão em sintonia com o compromisso assumido pela Companhia para uma cadeia de suprimentos livre de desmatamento até 2025 no último trimestre de 2023.

Em dezembro de 2024 a BRF assumiu o compromisso de uma cadeia livre de desmatamento até 2025, assim incorporando os demais biomas que atua.

Para atingir esse resultado foi implementada uma plataforma tecnológica de monitoramento territorial, que permite cadastrar as propriedades dos seus fornecedores e monitorá-las para garantir um fornecimento mais sustentável. Dentre as ferramentas utilizadas para confirmar a elegibilidade dos fornecedores, a Companhia destaca os seguintes procedimentos: Embargos do IBAMA, ICMBio e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (quando disponíveis), desmatamentos detectados pelo PRODES, sobreposições com terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação. Esses critérios estão alinhados com as melhores práticas de mercado. Além disso, as análises são realizadas de forma sistemática a cada 15 dias, em toda a nossa base de fornecedores. Para fornecedores que descumpram os critérios estabelecidos em nossa Política de Compra Sustentável de Grãos, a Companhia faz o bloqueio preventivo e avalia o caso. Para casos extraordinários, que não se encaixam no fluxo Decisório a Companhia formou o Comitê Multidisciplinar de Sustentabilidade de Grãos, composto pelas áreas de Commodities, Sustentabilidade, Reputação, Compliance e Jurídico. O Comitê avalia, do ponto de vista de cada área, sobre a manutenção ou a suspensão da negociação. Para além do monitoramento, a Companhia atua no engajamento com seus parceiros para soluções conjuntas que tragam benefícios à cadeia como um todo. A Companhia segue comprometida em avançar nesse percentual nos próximos anos para entregar o compromisso de garantir a rastreabilidade de 100% dos grãos originados da Amazônia e do Cerrado.

Reforçando seu comprometimento e padronização em bem-estar animal, em 2023 a Companhia cumpriu o compromisso público relacionado a criação de aves livres de gaiolas no âmbito global e

2.10 Planos de negócios

concluiu a certificação de 100% das unidades industriais na temática do abate de aves e suínos no Brasil. Por meio do programa global Bem-Estar Animal Feito na BRF, a Companhia estabeleceu políticas, normas, processos e indicadores de acordo com as especificidades de cada localidade onde atua. O programa tem como premissa o conceito dos cinco domínios do Bem-Estar Animal, uma evolução das cinco liberdades dos animais desenvolvidas no ano de 1979 pelo *Farm Animal Welfare Committee* (FAWC). A alta liderança está engajada pelo programa e a Companhia conta com um grupo diversificado de especialistas para a tomada de decisão sobre os cuidados e instalações que envolvem os animais.

Desde 2012 o Instituto BRF atua em todos os municípios do Brasil com presença da BRF com foco na aceleração de iniciativas de impacto social e na gestão do Programa de Voluntariado Corporativo da empresa. Os eixos de atuação do Instituto BRF compreendem os temas de saúde e segurança alimentar, redução do desperdício de alimentos, empreendedorismo e educação profissional. O Instituto contribui para aproximar a BRF da comunidade do entorno, através do relacionamento e desenvolvimento social e da construção de reputação positiva para a Companhia. Por fim, como desdobramento das investigações independentes, em 28 de dezembro de 2022 a Companhia assinou um Acordo de Leniência com a CGU AGU abordando temas relacionados às operações conduzidas pelas entidades governamentais brasileiras, demonstrando também avanços na área de Governança.

Por meio do Acordo de Leniência, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: (i) sanear as práticas identificadas e adotar medidas preventivas para impedir que tais práticas viessem novamente a ocorrer; (ii) pagar o montante total de R\$ 583,9 milhões; e (iii) aperfeiçoar continuamente seu programa de integridade com o apoio e monitoramento da CGU. Ainda, em razão do Acordo de Leniência, as autoridades signatárias promoverão o arquivamento de eventuais processos administrativos contra a BRF, além de assumirem o compromisso de não promoverem ações judiciais contra a Companhia, envolvendo as condutas objeto do Acordo de Leniência.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante no desempenho operacional da Companhia.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1.- Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2.- Acompanhamento das projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento em ações da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4. Fatores de Risco”.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

(a) à Companhia

Deterioração das condições econômicas e geopolíticas, incluindo o conflito militar em curso entre Rússia e Ucrânia e conflitos no Oriente Médio, podem ter um efeito adverso nos nossos negócios.

Os negócios da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade em seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

mercados. Os mercados globais sofreram incertezas econômicas, volatilidade e perturbações após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022 e o início do conflito no Oriente Médio em 7 de outubro de 2023. Embora a duração e o impacto desses conflitos militares em andamento sejam altamente imprevisíveis, os conflitos na Ucrânia, na Faixa de Gaza e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade comercial em todo o mundo e levar a:

- impactos no mercado de crédito e de capitais;
- volatilidade significativa nos preços das commodities (como grãos, insumos de fertilizantes, petróleo e gás);
- aumento das despesas relacionadas a materiais diretos e indiretos utilizados no processo produtivo (ou seja, embalagens, logística e insumos, entre outros) da Companhia;
- aumento dos custos de recursos (como energia, biomassa, gás natural e carvão) para as operações da Companhia;
- desaceleração ou impactos na cadeia de suprimentos global e local, o que pode levar à escassez e falta de materiais, commodities e produtos críticos no mercado e, conseqüentemente, um aumento substancial dos preços das nossas matérias-primas;
- potencial valorização do dólar norte-americano;
- aumento das taxas de juros e inflação nos mercados em que a Companhia atua, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços de energia, petróleo e outras commodities; e
- crescimento global mais baixo ou negativo.

Qualquer evento desse tipo pode aumentar os custos e afetar adversamente os negócios da Companhia se não for capaz de repassar esse aumento de custos aos seus clientes. Além disso, no caso de haver um desaceleramento ou perturbação das cadeias de abastecimento globais e locais, a Companhia pode enfrentar interrupções em sua produção se não for capaz de gerir proativamente seu inventário e estabelecer parcerias estratégicas com fornecedores.

A anexação anterior da Crimeia pela Rússia, o recente reconhecimento de duas repúblicas separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia e as subseqüentes intervenções militares na Ucrânia levaram a sanções e outras penalidades impostas pelos Estados Unidos, UE e outros países contra a Rússia, Bielorrússia, a região da Crimeia da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk e a chamada República Popular de Luhansk, incluindo o acordo para remover certas instituições financeiras russas do sistema de pagamento *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*, ou SWIFT. Potenciais sanções e penalidades adicionais também foram propostas e/ou ameaçadas. As ações militares russas, as sanções resultantes e as contramedidas russas ou ações de retaliação (incluindo ciberataques e espionagem) podem afetar adversamente a economia global e os mercados financeiros e levar a mais instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capitais. Consulte o fator de risco “O descumprimento das leis e regulamentos de controle de exportação ou sanções econômicas pode ter um impacto material

4.1 Descrição dos fatores de risco

adverso nos resultados operacionais da Companhia, na sua condição financeira e reputacional.” Os impactos dessas medidas, bem como as possíveis respostas a elas por parte da Rússia, são atualmente desconhecidos. Medidas atuais e futuras podem afetar significativa e adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais, incluindo, por exemplo, cancelamento e dificuldade na exportação de mercadorias para a Rússia, sanções potenciais na comercialização de seus produtos para a Rússia e ameaças à segurança de seus empregados na Rússia e em outros locais próximos ao conflito.

Além disso, a invasão da Ucrânia pela Rússia afetou profundamente a cadeia de suprimentos de grãos integrais e aves em todo o mundo. Como um dos maiores produtores e exportadores de trigo e aves, a Ucrânia enfrenta severas restrições em sua capacidade de produção e exportação devido à guerra, o que contribuiu para o aumento dos preços dos grãos e das aves em nível internacional. As limitações de produção da Ucrânia reduziram o fornecimento internacional de aves e matérias-primas essenciais para nosso setor e, portanto, contribuíram para o aumento dos preços em todo o mundo. Não é possível prever quando a guerra terminará e, conseqüentemente, quando a cadeia de suprimentos se estabilizará, o que pode afetar negativamente as margens da Companhia. Se a guerra resultar em uma divisão no território da Ucrânia e a Rússia bloquear as exportações ucranianas pelo Mar Negro, o mercado global de alimentos poderá sofrer uma turbulência.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia também levou a um aumento nos preços de energia na Europa (especialmente gás natural, eletricidade e insumos de biomassa). Em particular, o conflito estimulou a demanda por insumos de biomassa no mercado europeu, reduzindo a oferta para atender à demanda internacional e levando a preços mais altos e, conseqüentemente, a uma inflação mais alta. Essas condições, em geral, aumentaram os custos da Companhia e trouxeram maior volatilidade às suas margens. Por exemplo, houve um aumento de 19,6% no custo dos insumos de biomassa em 2023 em comparação com 2022, e de 46,4% em 2022 em comparação com o ano anterior. As sanções econômicas impostas à Rússia também causaram uma escassez aguda no fornecimento de petróleo e gás natural nos mercados globais, levando a um aumento nos preços da energia a partir de janeiro de 2022 e atingindo o maior crescimento ano a ano desde o início do rastreamento em 1971 na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, ou OCDE, em junho de 2022.

Em 7 de outubro de 2023, militantes do Hamas se infiltraram na fronteira sul de Israel a partir da Faixa de Gaza e realizaram uma série de ataques terroristas contra alvos civis e militares. Depois disso, o Hamas lançou extensos ataques com foguetes contra a população israelense e centros industriais localizados ao longo da fronteira israelense com a Faixa de Gaza. Logo após o ataque, o gabinete de segurança de Israel declarou guerra contra o Hamas. A intensidade e a duração da atual guerra de Israel contra o Hamas são difíceis de prever, assim como as implicações econômicas dessa guerra em nossos negócios e operações, bem como na instabilidade geopolítica global. De acordo com o Banco Mundial, um conflito prolongado no Oriente e uma escalada do conflito na região poderiam desencadear interrupções substanciais no fornecimento de petróleo e

4.1 Descrição dos fatores de risco

outros tipos de energia, o que aumentaria os custos de produção e transporte de alimentos e fertilizantes.

Desde outubro de 2023, após a resposta de Israel ao ataque do Hamas, os Houthis do Iêmen, ligados ao Irã, vêm lançando ataques contínuos contra embarcações que navegam no Mar Vermelho e cruzam o estreito de Bab-El-Mandeb, causando interrupções no fluxo de carga e perturbando o transporte marítimo global. Em resposta, as empresas de navegação, inclusive aquelas que contratamos para transportar nossos produtos, tomaram medidas proativas temporárias para proteger sua frota, os navios e a carga que estão transportando, redirecionando os navios no Canal de Suez e no comércio do Mediterrâneo Oriental, conforme permitido pela legislação internacional. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, o frete que passa pelo Canal de Suez caiu 45% no último trimestre de 2023. O redirecionamento das embarcações aumentou significativamente o tráfego nos portos de abastecimento de combustível nas rotas alternativas e fez com que a demanda por combustível de bancas nessas rotas aumentasse drasticamente. As empresas de navegação têm repassado os custos de redirecionamento das embarcações para seus clientes, inclusive para nós, o que aumentou significativamente nossos custos de frete para o envio de produtos para a Europa ou outros países na mesma rota.

Os riscos geopolíticos e econômicos também aumentaram nos últimos anos em decorrência das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, do Brexit e da ascensão do populismo. A complexidade das relações comerciais e a mudança nas políticas tarifárias podem resultar em flutuações em nossos custos de transporte e logística. As cadeias de suprimentos globais, das quais dependemos fortemente, também podem enfrentar desafios adicionais, exigindo estratégias de mitigação eficazes. As tensões crescentes podem levar, entre outras coisas, a uma desglobalização da economia mundial, a um aumento do protecionismo ou de barreiras à imigração, a uma redução geral do comércio internacional de bens e serviços e a uma redução da integração dos mercados financeiros, o que pode afetar de forma significativa e adversa nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

A incerteza econômica e política e os possíveis aumentos da taxa de juros nos Estados Unidos também podem criar incerteza na economia brasileira. As eleições presidenciais e para o Congresso dos Estados Unidos estão programadas para ocorrer em novembro de 2024. O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos pode ser afetado negativamente, dependendo do resultado das eleições de 2024 nos Estados Unidos. Além disso, as eleições podem resultar em incertezas significativas com relação a, e podem resultar em mudanças na, legislação, regulamentação e política governamental nos níveis federal, estadual e local. Tais mudanças podem afetar significativamente os negócios da Companhia, bem como os mercados nos quais compete nos Estados Unidos. Mudanças legislativas e regulatórias específicas que podem afetar a Companhia de forma significativa incluem, entre outras, a renegociação de acordos comerciais existentes, mudanças nas regulamentações de importação e exportação e a adoção de novos e maiores impostos de importação, tarifas (incluindo a ameaça de uma tarifa de 10% a ser aplicada

4.1 Descrição dos fatores de risco

de forma generalizada) e outras barreiras à importação e taxas alfandegárias, exigências de relatórios de empresas públicas, regulamentação ambiental e aplicação de leis antitruste. A cooperação ambiental, por sua vez, incluindo fundos para combater o desmatamento e outros investimentos verdes, também pode enfrentar mais dificuldades. A Companhia não pode garantir que essas mudanças ocorrerão ou em que momento, nem pode estimar seu impacto. Na medida em que as mudanças no ambiente político dos EUA tiverem um impacto negativo sobre a Companhia ou sobre os mercados em que atua, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão ser afetados negativamente.

Além disso, os resultados da Companhia podem ser afetados negativamente pela inflação global, pelo contínuo impacto econômico e social desestabilizador da pandemia da COVID-19, especialmente nos países em desenvolvimento, pela tendência atual de altas taxas de juros estabelecidas pelos bancos centrais em muitos países para desviar os efeitos do aumento dos preços e por uma expectativa geral de desaceleração do crescimento econômico global, impulsionada pelas baixas perspectivas de crescimento da economia chinesa para 2024, o que, por sua vez, pode ter um impacto negativo nas taxas de crescimento no Brasil. Altas taxas de inflação, especialmente nos preços dos alimentos, tendem a afetar mais drasticamente - mas não exclusivamente - as classes de renda mais baixa, resultando em um amplo impacto negativo no poder de compra e nos níveis de consumo. A instabilidade geopolítica também pode causar volatilidade nas moedas locais, o que pode afetar negativamente as transações comerciais internacionais e os custos do setor.

A Companhia monitorara a situação na Rússia, na Ucrânia, no Oriente Médio e globalmente e avalia seu possível impacto em seus negócios. Qualquer um dos fatores mencionados acima pode afetar negativamente os negócios da Companhia, perspectivas, condição financeira e resultados operacionais. É impossível prever a extensão e a duração das ações militares, das sanções e das interrupções de mercado resultantes, mas elas podem ser substanciais. Quaisquer interrupções desse tipo podem ampliar o impacto de outros riscos descritos neste relatório anual.

Os riscos à saúde e à segurança alimentar relacionados aos negócios da Companhia e ao setor de alimentos podem afetar negativamente os processos de produção e expedição da Companhia, bem como sua capacidade de vender produtos.

A Companhia está sujeita aos riscos que afetam o setor de alimentos em geral, incluindo os riscos apresentados por contaminação ou deterioração de alimentos, preocupações nutricionais e relacionadas à saúde em evolução, reclamações de responsabilidade civil de produtos de consumo, adulteração e sabotagem de produtos, a possível indisponibilidade e despesa de seguro de responsabilidade civil, a percepção pública da segurança do produto para o setor como um todo e também para nossos produtos especificamente, mas não exclusivamente, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos, o custo potencial e a interrupção de um recall de produtos e possíveis impactos em nossa imagem e marcas. Entre esses riscos estão aqueles relacionados à criação de animais, incluindo doenças e condições climáticas adversas. Por exemplo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal, em 2022 houve um aumento nas preocupações com

4.1 Descrição dos fatores de risco

a contaminação relacionada à gripe aviária e à peste suína africana, com níveis de alerta considerados altos. As preocupações com a biossegurança podem causar o fechamento de determinados mercados e levar a interrupções na produção, no transporte e nas vendas no Brasil e em nossos mercados de exportação.

A carne pode estar sujeita a contaminação durante o processamento e a distribuição. Em particular, a carne processada pode ficar exposta a vários patógenos produtores de doenças, incluindo *Listeria monocytogenes*, *Salmonella enteritidis*, *Salmonella tiphimurium* e *E. coli* O157:H7. Esses patógenos também podem ser introduzidos em nossos produtos durante a produção (campo, transporte ou abatedouro) ou como resultado do manuseio inadequado por processadores de alimentos terceirizados, franqueados, distribuidores, prestadores de serviços de alimentação ou consumidores. A deterioração, especialmente a deterioração decorrente de falhas nos sistemas de armazenamento e transporte com temperatura controlada, também é um risco. Os sistemas que mantemos para monitorar os riscos de segurança alimentar em todos os estágios de produção e distribuição podem não funcionar adequadamente e a contaminação do produto ainda pode ocorrer. Falhas em nossos sistemas para garantir a segurança dos alimentos podem resultar em publicidade prejudicial que pode causar danos às nossas marcas, reputação e imagem e afetar negativamente as vendas, o que pode ter um impacto adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

No primeiro semestre de 2022, durante a análise laboratorial de rotina da carne de aves produzida nas instalações da Companhia, em Dois Vizinhos, no estado brasileiro do Paraná, a Companhia identificou um desvio significativo no nível de dioxina em uma amostra de carne de aves devido a um desvio inadvertido nos ingredientes da ração. Depois de realizar uma análise de risco correspondente e uma revisão laboratorial da qualidade de nossa carne de aves, iniciamos procedimentos de segurança para identificar possíveis desvios em outros lotes de carne de aves e para remediar a fonte de tais desvios. Incorremos em custos substanciais com análises laboratoriais, alocação de força de trabalho especial, substituição de ingredientes de ração e descarte e transporte de determinados lotes de carne de aves como resultado desses procedimentos de segurança e custos comerciais como resultado de atrasos na remessa. No futuro, um produto que tenha sido real ou supostamente contaminado pode resultar em retiradas ou recalls de produtos, descarte de estoque de produtos, publicidade negativa, fechamento temporário de fábricas, custos substanciais de conformidade ou remediação e julgamentos potencialmente significativos de responsabilidade pelo produto contra nós. Qualquer um desses eventos pode resultar em uma perda de demanda por produtos comercializados pela Companhia, o que pode gerar um efeito adverso relevante em seus negócios, na reputação de suas marcas, resultados das operações, condição financeira e em suas perspectivas.

Mesmo que próprios produtos da Companhia não sejam afetados pela contaminação, nosso setor pode enfrentar publicidade negativa em alguns de seus mercados se os produtos de outros produtores forem contaminados, o que pode resultar em uma percepção pública negativa sobre a segurança de nossos produtos e na redução da demanda dos consumidores por nossos produtos

4.1 Descrição dos fatores de risco

na categoria afetada. Ações judiciais significativas, recalls generalizados de produtos e outros eventos negativos enfrentados pela Companhia ou por seus concorrentes podem resultar em uma perda generalizada da confiança do consumidor na segurança e na qualidade de nossos produtos. Nossas vendas dependem, em última instância, das preferências dos consumidores, e quaisquer riscos à saúde, reais ou percebidos, associados aos nossos produtos podem fazer com que os clientes percam a confiança na segurança e na qualidade de nossos produtos e ter um impacto adverso relevante em nos negócios da Companhia, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias mais rígidas em mercados relevantes de exportação podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Em vista do crescente *market share* de produtos à base de aves, carnes suína e bovina brasileiros nos mercados internacionais, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados por medidas de proteção aos produtores locais adotadas pelos países importadores. A competitividade das companhias brasileiras levou determinados países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso dessas companhias a seus mercados. As barreiras comerciais podem consistir em barreiras tarifárias e não tarifárias. Na indústria na qual a Companhia atua, barreiras não tarifárias representam uma preocupação particular, especialmente as restrições sanitárias e técnicas.

Em 2017 e 2018, como resultado das investigações dos órgãos reguladores e do anúncio público de alegações de irregularidades envolvendo a Companhia e outras empresas do setor de carnes brasileiro no contexto da Operação Carne Fraca e da Operação Trapaça , alguns mercados de exportação foram temporariamente fechados e levantaram barreiras comerciais adicionais, e seus preços médios de venda de alguns produtos e em alguns mercados diminuíram. Por exemplo, a UE impôs certas sanções comerciais contra nós devido às operações mencionadas acima, o que levou a Companhia a reduzir significativamente sua produção de peru desde 2018, uma vez que a UE era seu principal mercado consumidor para esse produto. Alguns países, como a Rússia e a África do Sul, possuem um histórico de imposição de barreiras comerciais às importações de produtos alimentícios. A UE, outro importante mercado de atuação da Companhia, adotou um sistema de cotas para determinados produtos à base de aves e tarifas proibitivas para determinados produtos que não possuem cotas, a fim de atenuar os efeitos dos custos de produção, que são menores no Brasil para os produtores locais em comparação aos custos dos produtores europeus. Recentemente, a UE e o Reino Unido vêm discutindo e já estão aplicando certas medidas relacionadas à sustentabilidade que podem resultar em barreiras comerciais, tais como a *Due Diligence* em Desmatamento e o Mecanismo de Ajuste de Imposto de Carbono. Existe uma tendência dentre os mercados relevantes na aplicação de regulamentos relacionados com o ambiente que podem afetar negativamente os resultados no futuro, caso referidos regulamentos não sejam cumpridos. A Lei do Meio Ambiente do Reino Unido foi adotada em 9 de novembro de 2021, estabelecendo um quadro para abordar a desmatamento, segundo o qual uma pessoa ou entidade regulamentada não deve utilizar uma mercadoria associada ao risco florestal ou produto derivado nas suas atividades comerciais. Da mesma forma, a Regulamentação sobre

4.1 Descrição dos fatores de risco

Desmatamento da UE, que entrou em vigor em 29 de junho de 2023, exige que as empresas que comercializam sete commodities (gado, cacau, café, óleo de palma, borracha, soja e madeira), bem como produtos derivados dessas commodities, realizem uma ampla diligência para garantir cadeias de suprimentos livres de desmatamento. O Departamento de Estado dos EUA abriu uma consulta pública, de outubro a dezembro de 2022, intitulada "*Request for Stakeholder Input on Options for Combating International Deforestation Associated with Commodities*", que poderá resultar na discussão ou criação de legislação específica sobre o assunto. O projeto de lei U.S. FOREST Act of 2021, atualmente em análise pelo Congresso dos EUA, proibiria a importação de produtos feitos total ou parcialmente de seis commodities listadas - óleo de palma, soja, cacau, gado, borracha e polpa de madeira - produzidos em terras desmatadas ilegalmente após a data em que a lei entrar em vigor. Essas regulamentações ou leis relacionadas, em especial aquelas incluídas na "Estratégia do Prado ao Prato" da UE, bem como regulamentações relacionadas em outros países inspiradas por essas políticas, podem nos impor uma carga maior de conformidade e afetar negativamente nossas operações e nossos resultados.

Outros países também impuseram barreiras comerciais contra os produtos da Companhia. Por exemplo, em agosto de 2018, o Iraque aumentou a tarifa sobre produtos de aves de 10% para 60%. Adicionalmente, em 2021, o governo sul-africano abriu uma investigação antidumping contra os exportadores avícolas brasileiros, o que pode resultar na imposição de novas medidas restritivas contra estes. O governo sul-africano impôs uma tarifa provisória de 265% para as empresas que não solicitaram defesa individual, como foi o caso da Companhia. Em 1º de agosto de 2022, o sistema de resolução de litígios do acordo bilateral existente com a União Aduaneira da África Austral ("UAAA") decidiu, a favor da UE, sobre um litígio contra a África do Sul relativamente a uma medida de salvaguarda que incluía uma tarifa de importação extra para frango congelado de 35,3%. Tais decisões contrárias às medidas da África do Sul possuem impacto também nas investigações de *antidumping* que o país realiza contra o Brasil, demonstrando internacionalmente sua intenção protecionista. No entanto, em agosto de 2023, as tarifas antidumping sobre o frango brasileiro foram restauradas e atualmente estão afetando as exportações brasileiras de frango para a África do Sul.

Não há certeza de que os governos locais não imporão mais restrições ao comércio de aves e/ou alimentos. No Oriente Médio, a Arábia Saudita, um dos principais importadores mercados de exportação, a *Saudi Food & Drug Authority*, ou a SFDA, tentou diminuir as importações reduzindo o prazo de validade exigido para as aves de capoeira, de um ano para 90 dias. A mudança no regulamento técnico de validade de frangos in natura congelados e seus cortes foi notificada à OMC e, em maio de 2021, a Arábia Saudita recuou e desistiu de realizar a alteração em agosto de 2021. Adicionalmente, em março de 2021, o SFDA iniciou um sistema de controle reforçado sobre a carne importada, o que resultou em atrasos de três meses na autorização dos produtos nos portos da OMC, afetando assim negativamente os resultados dos negócios da Companhia. No entanto, o SFDA também retirou a implementação desta medida.

A Companhia enfrenta outros riscos sob uma perspectiva sanitária, por exemplo, a ASF ou a gripe aviária patogênica em aves comerciais em alguns países das Américas traz consigo o risco de

4.1 Descrição dos fatores de risco

encerramento do mercado em caso de um surto em território brasileiro. Especialmente no final de 2022, a região das Américas registrou um surto de casos de gripe aviária altamente patogênica em certos países, incluindo Canadá, Estados Unidos da América, México, Argentina, Colômbia, Chile, Venezuela, Uruguai e Peru. Ainda, recentemente em 2023, foram verificados novos casos de gripe aviária no Brasil. Como resultado, existe a possibilidade de certos países suspenderem as importações do Brasil, especialmente tendo em conta que o Brasil não tem muitos acordos comerciais regionais que abrangem a venda de aves. Se forem confirmados casos de gripe aviária altamente patogênica dentro do território brasileiro, são incertas as consequências relacionadas aos mercados de exportação, considerando que qualquer restrição às importações do Brasil poderá ter um impacto negativo nos negócios da Companhia. Para mais informações, ver "*Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais.*".

Muitos países desenvolvidos contam com subsídios diretos e indiretos para aumentar a competitividade de seus produtores em outros mercados. Ademais, produtores locais, importadores e até exportadores, em alguns mercados podem exercer pressão política sobre seus governos para impedir que produtores estrangeiros exportem para o seu mercado, especificamente em meio a condições econômicas desfavoráveis, tais como ocorreu durante a pandemia do COVID-19. Qualquer uma das restrições supracitadas pode afetar substancialmente os volumes de exportação da Companhia e, conseqüentemente, suas vendas e seu desempenho financeiro. Se novas barreiras comerciais surgirem nos principais mercados internacionais, a Companhia poderá enfrentar dificuldades na realocação para outros mercados em termos favoráveis, e seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais podem ser afetados de forma adversa.

Disputas comerciais entre outros países também criam incertezas que podem afetar adversamente as exportações brasileiras e as operações da Companhia. Por exemplo, os Estados Unidos e a China se envolveram em uma disputa comercial por quase 18 meses, o que afetou a economia global e os preços de determinadas matérias primas, incluindo milho, farelo de soja e soja. Em 1º de janeiro de 2020, os Estados Unidos e a China assinaram a primeira fase de um acordo comercial que visa aliviar as tensões entre os dois países, que expirou em dezembro de 2021 com quase todas as tarifas dos dois lados em vigor. Espera-se que uma segunda fase do acordo seja ainda mais difícil de alcançar. Não há garantias de que a disputa comercial será totalmente resolvida e de que a economia global (assim como os preços de determinadas matérias primas) não será mais afetada por ela. Espera-se que os Estados Unidos mantenham as tarifas de 25% sobre uma ampla faixa de US\$250 bilhões de bens industriais chineses e componentes usados pelo setor manufatureiro dos EUA. Tanto as melhorias nas relações comerciais dos países quanto os novos

4.1 Descrição dos fatores de risco

acordos comerciais mutuamente benéficos às custas de outros países podem ter um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

Não há garantias de que a disputa comercial será totalmente resolvida e que a economia global (bem como os preços de algumas de nossas matérias-primas) não será ainda mais afetada por ela. O setor do agronegócio dos Estados Unidos, por outro lado, tem se beneficiado em grande parte do acordo, com aumento significativo nas exportações de aves e suínos, reabertura do mercado chinês às exportações de aves dos Estados Unidos, interrompida desde 2015 por conta de surto de gripe aviária, e o credenciamento de mais de 1.000 (mil) fábricas nos Estados Unidos. Esses fatores afetaram positivamente a participação de mercado dos Estados Unidos nas importações agrícolas chinesas, o que, por sua vez, afetou negativamente a participação dos produtos brasileiros. A Companhia não tem controle sobre a possibilidade de as tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos aumentarem novamente ou se seus negócios serão adversamente afetados como resultado de referido aumento. Tanto as melhorias nas relações comerciais dos países quanto os novos acordos comerciais mutuamente benéficos em detrimento de outros países podem ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais

Em abril de 2018, a Arábia Saudita instituiu a exigência de não insensibilização (*stunning*) dos animais no processo de abate. A Arábia Saudita alegou que as práticas de abate de frango das empresas brasileiras violavam as práticas halal devido ao uso de choque elétrico para deixar as aves insensibilizadas momentos antes do abate. A Companhia e outras empresas brasileiras foram então obrigadas a migrar seus processos de produção para abatedouros que não utilizam práticas de atordoamento dos animais para poder abastecer o mercado saudita. Mais recentemente, a Arábia Saudita instituiu requisitos de conformidade halal adicionais, complexos e caros. A Companhia incorreu e espera incorrer em custos adicionais quanto a tais exigências de exportação para a Arábia Saudita.

Em janeiro de 2019, a Autoridade de Alimentos e Medicamentos da Arábia Saudita publicou um relatório autorizando 25 instalações brasileiras a produzir carne de frango para o mercado da Arábia Saudita, o que incluía 8 plantas industriais da Companhia. A habilitação de plantas e o cancelamento ou suspensão de habilitação de plantas para a exportação para a Arábia Saudita ocorrem de forma rotineira ao longo dos anos. Tais mudanças podem resultar em redução de receitas e ocorrência de despesas adicionais.

Em agosto de 2019, a Arábia Saudita que proibiu a importação de carne de frango produzida nas instalações de Kizad, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos. Ainda, o embargo foi o resultado do Plano Visão 2030 da Arábia Saudita, anunciado em abril de 2016 como um plano de desenvolvimento nacional, políticas para reduzir a dependência do país do petróleo, diversificar a sua economia e substituir as importações pela produção local. O governo Saudita poderá restringir ainda mais a capacidade da Companhia de exportação de produtos para a Arábia Saudita, o que poderia prejudicar significativamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, o governo saudita exige a emissão de uma licença de importação para aves, seus produtos, ovos e outros produtos de origem animal. No futuro, esse sistema pode afetar adversamente as exportações da Companhia para o país, uma vez que poderá ser utilizado pelas autoridades locais como meio de controlar a entrada de produtos e, assim, afetar artificialmente a demanda e a oferta e, conseqüentemente, os preços, que vão contra os princípios básicos das regras e regulamentos do comércio internacional, no desembaraço de produtos nos portos da OMC, afetando negativamente os resultados da Companhia. No entanto, em agosto de 2021, o SFDA recuou e retirou a implementação desta medida.

No passado, o governo chinês suspendeu as exportações de aves e suínos de nossa fábrica em Lucas do Rio Verde-MT e de aves de nossa fábrica em Marau-RS. Consulte o "Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras - A. Resultados operacionais - Principais fatores que afetam nossos resultados operacionais - Efeitos do comércio e outras barreiras - Barreiras não tarifárias - Barreiras sanitárias". Ademais, a China anunciou o fim da tarifa especial de importação de suínos de 8%, implementada em 2019, e o conseqüente retorno para a tarifa normal de 12% a partir de primeiro de janeiro de 2022. O fim da tarifa especial foi uma resposta do governo chinês ao regresso do preço local dos suínos ao seu preço normal níveis. O volume de carne de suíno e seus produtos importados pela China diminuiu 5.3% em 2023 quando comparado com 2022 quando comparado ao último trimestre de 2022. Uma diminuição na capacidade da Companhia de exportar os seus produtos para mercados-chave em razão do aumento de tarifas pode resultar em um impacto material adverso nos seus negócios, situação financeira e resultados de operações.

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo um possível ataque cibernético, podem interromper as operações e impactar negativamente os negócios e a reputação da Companhia.

A tecnologia da informação é uma parte essencial do funcionamento dos negócios da Companhia, que depende cada vez mais de sistemas computadorizados para gerenciar as informações de seus negócios e aumentar a eficiência de suas unidades produtivas, centros de distribuição e dos processos de gestão de estoque. A Companhia utiliza a tecnologia da informação para processar informações financeiras e resultados operacionais em relatórios internos e atender às exigências regulatórias, legais e tributárias. Além disso, a Companhia depende da tecnologia da informação para realizar o marketing digital e trocar mensagens eletrônicas entre suas plantas, pessoal, clientes e fornecedores. A Companhia também trata os dados pessoais de seus empregados e clientes. Para garantir a segurança da informação, a Companhia depende de diversas tecnologias, inclusive de criptografia e de programas de autenticação eletrônica, as quais são fornecidas por terceiros, e visam a garantir a segurança da informação em todo o ciclo de vida dos dados, desde a sua coleta, armazenamento, e eventual compartilhamento, sendo o mesmo nível de segurança da informação aplicável também ao tratamento de quaisquer outras informações da Companhia, inclusive as caracterizadas como confidenciais.

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem ser vulneráveis a uma variedade de interrupções e ameaças e incidentes de segurança cibernética. Há inúmeros riscos em evolução

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionados à segurança cibernética e à privacidade, incluindo hackers criminosos, hacktivistas, invasões patrocinadas pelo Estado, espionagem industrial, má conduta de funcionários e erros humanos ou tecnológicos. Hackers de computador e outros tentam rotineiramente violar a segurança dos sistemas de tecnologia da informação e induzir de forma fraudulenta funcionários, clientes e outros terceiros a divulgar informações ou fornecer acesso involuntário a sistemas ou dados. Ataques bem-sucedidos à segurança cibernética, violações, má conduta de funcionários ou erros humanos ou tecnológicos podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de dados ou sistemas, inclusive aqueles que pertencem a nós, a nossos clientes ou a terceiros; roubo de dados sensíveis, regulamentados ou confidenciais, inclusive informações pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos por meio de *ransomware*, ataques destrutivos ou outros meios, erros de transação; atrasos nos negócios e interrupções de serviços ou sistemas. No caso de tais ações, a Companhia, seus clientes e outros terceiros podem estar expostos a possíveis responsabilidades, litígios e ações regulatórias ou governamentais, perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca e à reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se a Companhia não for capaz de evitar violações de segurança, poderá sofrer danos financeiros e à reputação ou penalidades devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes a Companhia ou a seus parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores. O custo e as consequências operacionais da resposta a incidentes de segurança cibernética e da implementação de medidas de correção podem ser significativos e podem não ser cobertos por seguro. Nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como ações, práticas e investimentos de clientes, contratados, parceiros comerciais, fornecedores e outros terceiros. Os esforços da Companhia para monitorar, identificar, investigar, responder e remediar incidentes de segurança, inclusive aqueles associados a ataques cibernéticos, podem não ser adequados ou suficientes. As medidas que a Companhia implementa quanto à segurança da informação e ao plano de recuperação de desastres podem não ser adequados ou suficientes. A Companhia não pode garantir que esses esforços e medidas serão bem-sucedidos na prevenção de ataques cibernéticos, ou de outros incidentes envolvendo questões de segurança da informação. A ocorrência de qualquer evento dessa natureza poderá ter um efeito adverso significativo sobre as operações, negócios e reputação da Companhia. Além disso, à medida que os negócios da Companhia e o cenário de segurança da informação evoluem, a Companhia poderá necessitar realizar investimentos adicionais significativos para proteger os dados da Companhia e a sua infraestrutura tecnológica, o que pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

O ambiente regulatório relacionado às questões de segurança da informação, privacidade e proteção de dados pessoais é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos negócios da Companhia, incluindo aumento de riscos, custos e aumento das obrigações de *compliance*. Por exemplo, em 25 de maio de 2018, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 sobre a proteção de pessoas físicas com relação ao processamento de dados pessoais e da livre movimentação desses dados (“**GDPR**”) se tornou diretamente aplicável em todos os países-membro da UE. O não cumprimento do GDPR resulta

4.1 Descrição dos fatores de risco

em riscos financeiros, devido às penalidades em casos de vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais, por exemplo (incluindo uma possível multa de até 4% do total do faturamento mundial anual do exercício anterior para infrações mais graves), e poderá também afetar negativamente a reputação e as atividades da Companhia. No Brasil, por sua vez, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**" ou "**LGPD**"), entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. O crescente número de leis de proteção de dados em todo o mundo pode continuar a resultar em maiores custos e riscos de *compliance* às Leis aplicáveis. Mais informações sobre o assunto estão devidamente explicitadas no fator de risco "*A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção*". Os possíveis custos de *compliance*, impostos pelas atuais ou novas Leis e regulamentações aplicáveis podem afetar os negócios da Companhia e ter um impacto adverso relevante nos seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados aplicáveis e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção.

A Companhia está sujeita a diversas leis de proteção de dados nas jurisdições em que operamos, incluindo, entre outras, a LGPD, o GDPR, a Lei de Proteção de Dados Pessoais da Turquia nº 6698, de 7 de abril de 2016 ("**LPPD**"), e a Lei de Proteção de Informações Pessoais da China, de 20 de agosto de 2021 ("**PIPL**"). Especificamente com relação ao Brasil, a LGPD prevê, entre outras coisas, os direitos dos proprietários de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, obrigações, requisitos relativos a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, bem como a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados do Brasil ("**ANPD**").

Embora a Companhia busque tornar suas operações compatíveis com essas leis e aumentar a segurança de nossas atividades de processamento de dados pessoais, caso não cumpra qualquer lei de proteção de dados à qual está sujeita, tanto a Companhia quanto suas subsidiárias podem estar sujeitas a sanções, individual ou cumulativamente, incluindo advertências, obrigações de divulgar incidentes, bloqueio temporário ou exclusão de dados pessoais e penalidades de até 2% da receita de nosso grupo (limitado a R\$ 50,0 milhões), de acordo com a LGPD, e até 4% da receita do grupo econômico da Companhia, de acordo com o GDPR. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por atos próprios, além de poder ser responsabilizada solidariamente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias.

A não proteção dos dados pessoais processados pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a não adequação à legislação aplicável, pode resultar em multas significativas para a Companhia e suas subsidiárias, divulgação de quaisquer incidentes na mídia, exclusão de dados pessoais de seu banco de dados e suspensão de suas atividades, o que pode afetar negativamente a reputação da Companhia, negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As pandemias ou surtos de doenças humanas, tais como o COVID-19, podem afetar adversamente os negócios e operações da Companhia.

As operações da Companhia incluem instalações globais de produção e distribuição, e se houver um surto de uma doença humana como a COVID-19 nas instalações ou nas comunidades operárias e de distribuição dos produtos, a produção, operações, empregados, fornecedores, clientes e canais de distribuição poderão ser gravemente afetados. Os portos e outros pontos de entrada podem ser fechados ou funcionar apenas com capacidade limitada, uma vez que os trabalhadores podem ser proibidos ou de outra forma impossibilitados de se apresentarem ao trabalho e os meios de transporte de produtos dentro de regiões ou países podem ser limitados pela mesma razão, juntamente com o potencial de restrições de transporte relacionadas com proibições de viagens. Além disso, os países para os quais a Companhia exporta seus produtos podem instituir proibições na importação dos seus produtos, produtos produzidos pelos seus parceiros ou em todos ou alguns produtos alimentares do Brasil em geral, com base em preocupações percebidas sobre doenças humanas, tais como a COVID-19. Qualquer pandemia ou disseminação futura de doenças humanas altamente patogênicas também podem afetar negativamente a demanda do consumidor, pois as restrições de reuniões ou interações públicas podem limitar a oportunidade dos clientes da Companhia e consumidores comprarem seus produtos em determinados canais. Ao mesmo tempo, podemos experimentar aumentos nas taxas gerais de inadimplência dos clientes e, como consequência Companhia está sujeita a perdas de crédito cada vez maiores. A possível deterioração do ciclo de crédito dos clientes da Companhia pode afetar negativamente seus resultados, sua posição financeira e seus fluxos de caixa no futuro.

Em 2020, a disseminação mundial da COVID-19 desencadeou a implementação de medidas significativas por parte de governos e entidades do setor privado que, por sua vez, interromperam os padrões de consumo e comércio, as cadeias de suprimentos e os processos de produção em escala global e especificamente relacionados aos negócios da Companhia, inclusive no que diz respeito às remessas de produtos. A pandemia da COVID-19 afetou as operações da Companhia por meio da redução da força de trabalho disponível, da redução da produtividade de suas operações de fabricação, da falta de matérias-primas e embalagens e de projetos de manutenção devido à redução da disponibilidade de fornecedores terceirizados. Como resultado da pandemia, especialmente durante 2020 e 2021, a Companhia incorreu em despesas incrementais e diretamente atribuíveis aos impactos da pandemia da COVID-19, principalmente relacionadas a pessoal, prevenção, controle, logística e doações filantrópicas. A pandemia de COVID-19 e as interrupções sociais e econômicas relacionadas também desestabilizaram os preços das commodities e as condições macroeconômicas de muitos países. A demanda pelos produtos da Companhia foi afetada pela pandemia da COVID-19 e pelas interrupções relacionadas em todo o mundo, bem como pelo enfraquecimento das atividades comerciais globais, pela redução da renda familiar e pelas mudanças nos hábitos de consumo. O aumento da volatilidade dos riscos de mercado resultante da pandemia da COVID-19 afetou significativamente o valor justo de dos ativos

4.1 Descrição dos fatores de risco

e passivos da Companhia em 2020 e 2021, principalmente considerando as grandes variações nas taxas de câmbio.

Aquisições ou desinvestimentos recentes e futuros ou joint ventures podem desviar recursos de gestão ou provar serem prejudiciais para a Companhia.

A Companhia analisa e busca regularmente oportunidades para foco e geração de sinergia nos negócios por meio de aquisições, desinvestimentos ou expansão, joint ventures e outras iniciativas. A Companhia concluiu diversas operações de desinvestimentos e aquisições no passado, incluindo a aquisição de companhias que fazem parte do Hercosul e Mogiana Alimentos, desinvestimentos, novos negócios e joint ventures, especialmente operações envolvendo companhias de grande porte, podem apresentar incertezas financeiras, administrativas, operacionais, legais, de *compliance* e reputacionais que incluem:

- Desafios na consumação dos benefícios esperados da transação;
- Dificuldades com a administração de variáveis macroeconômicas e seus impactos nos negócios da Companhia;
- Dificuldades com a administração de relações comerciais em diversos países;
- Desvios da atenção da Administração aos negócios existentes;
- Dificuldades de integração de pessoal, especialmente com relação às diferentes práticas de gestão;
- Dificuldade na integração ou montagem de sistemas financeiros, tecnológicos e outros;
- Dificuldade na identificação de possíveis bons negócios ou na conclusão de uma transação em termos favoráveis para a Companhia;
- Desafios de retenção de clientes e empregados fundamentais da companhia adquirida;
- Desafios com relação à perda de empregados-chave, em casos de desinvestimento;
- Aumento nas despesas de remuneração com empregados recém-contratados;
- Exposição a passivos ou problemas desconhecidos com as companhias adquiridas ou *joint ventures*;
- Pedidos de garantia e de pagamento de indenização que podem estar limitados quanto ao teor, prazo e valor, de forma a não fazer frente às contingências identificadas no processo de diligência;
- Desafios jurídicos, inclusive pedidos de indenização;
- Desafios resultantes da falta de familiaridade com novos mercados, cujas normas e costumes comerciais e culturais sejam diferentes, podendo afetar de modo adverso os objetivos estratégicos da Companhia;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Necessidade de adaptação do seu modelo de marketing e vendas para países específicos;
- Cumprimento da legislação e regulamentação estrangeiras;
- Dificuldades de transferência de capital a novas jurisdições;
- Dificuldades na obtenção de aprovações necessárias de governos e autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência (incluindo CADE); e
- Restrições impostas pelos reguladores locais, que não forem identificadas antes da conclusão da transação.

Os benefícios estratégicos de aquisições ou desinvestimentos podem não se concretizar no prazo previsto ou fora dele. Além disso, a Companhia pode não conseguir identificar, negociar ou financiar futuras aquisições, desinvestimentos ou outras iniciativas estratégicas, com êxito ou em condições favoráveis. Quaisquer joint ventures ou aquisições futuras de empresas, tecnologias, serviços ou produtos podem exigir que a Companhia obtenha financiamento adicional por meio de emissões de ações ou títulos de dívida, o que talvez não esteja disponível em termos favoráveis ou não esteja disponível de forma alguma. Desinvestimentos, aquisições e/ou joint ventures futuras também podem resultar em dificuldades operacionais e despesas imprevisíveis, assim como sobrecarregar a estrutura organizacional da Companhia.

Falhas da Companhia em continuamente inovar e lançar novos produtos com sucesso que atendam às necessidades e exigências dos clientes da Companhia, assim como manter a imagem de sua marca, podem impactar adversamente seus resultados operacionais.

O sucesso financeiro da Companhia depende de sua capacidade de prever mudanças nas preferências e hábitos alimentares dos consumidores, além da sua capacidade de desenvolver e lançar novos produtos e variações de produtos com êxito, conforme o desejo desses consumidores. Os recursos que a Companhia emprega ao desenvolvimento de novos produtos e extensões de produtos podem ser insuficientes e conseqüentemente a Companhia pode não ser capaz de desenvolver produtos inovadores com êxito ou seus novos produtos podem não ter sucesso comercial. Por exemplo, as tendências para priorizar a saúde e o bem-estar representam um desafio para o desenvolvimento e a comercialização de novas linhas de produtos de sucesso para atender a essas preferências do consumidor. Além disso, uma redução de investimentos no desenvolvimento de produtos pode não só afetar negativamente a capacidade da Companhia de gerar soluções inovadoras, mas também afetar no sucesso de tais produtos. Ademais, os empregados da Companhia que trabalham com pesquisa, inovação e desenvolvimento de produtos podem migrar para um de seus competidores, o que poderá comprometer a capacidade da Companhia em gerar novos produtos e poderá fazer com que seus competidores tenham acesso às informações que, na análise da Companhia, são de sua propriedade. Se a Companhia não conseguir estimar de modo eficaz o direcionamento dos seus principais mercados e identificar, desenvolver, produzir e comercializar produtos novos ou aprimorados para estes mercados em constante evolução, de forma oportuna ou rentável, os seus produtos, marcas, resultados

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiros e posição competitiva podem ser afetados, impactando de maneira adversa os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A Companhia também busca manter e ampliar a imagem de nossas marcas por meio de marketing, incluindo publicidade e promoções para o consumidor. Devido aos riscos inerentes do mercado associados à publicidade, promoções e lançamentos de novos produtos, incluindo incertezas sobre mercados e aceitação do consumidor, os investimentos da Companhia em marketing podem não ser bem-sucedidos para manter ou aumentar a participação da Companhia no mercado. O foco global contínuo na saúde e no bem-estar, incluindo o controle de peso, o aumento da atenção que a mídia dedica ao papel do marketing de alimentos e a cobertura negativa da mídia sobre os controles de qualidade e produtos da Companhia, podem afetar negativamente a imagem da marca da Companhia ou levar a regulamentações mais rígidas e um maior escrutínio das práticas de marketing de alimentos. Por exemplo, as novas regras de rotulagem nutricional para alimentos embalados poderão exigir que a Companhia mude 100% dos rótulos de suas embalagens no Brasil em outubro de 2024, de modo que os rótulos apresentem na parte frontal os níveis que os produtos excedam os limites diários estabelecidos de sódio, adição de açúcares e gorduras saturadas, bem como um ajuste na forma de tabela nutricional. A Companhia também espera enfrentar mudanças regulatórias que afetarão a classificação de determinadas categorias de produtos. Em outros países da América Latina onde esses tipos de regulamentação relacionada à saúde já estão em vigor, a Companhia notou que o volume de vendas de alimentos processados foi afetado adversamente e o mesmo pode ocorrer no mercado brasileiro.

O sucesso da Companhia em manter, estender e expandir a imagem de suas marcas depende também da sua capacidade de adaptação rápida às mudanças no ambiente da mídia em rápida transformação, incluindo o aumento da confiança nas redes sociais e a disseminação de campanhas online. O aumento crescente do uso de redes sociais e da mídia digital aumentou a velocidade e a extensão em que informações ou desinformações e opiniões podem ser compartilhadas. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, suas marcas ou produtos em redes sociais ou mídias digitais podem prejudicar significativamente a reputação e a imagem das marcas da Companhia. Caso a Companhia não consiga reverter impressões negativas para melhorar sua imagem, a venda, situação financeira e resultados operacionais podem ser significativa e adversamente afetados.

A Companhia pode enfrentar situações de conflito de interesses nas operações com partes relacionadas. Eventual não observância de condições comutativas poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui contratos com acionistas controladores, incluindo a Marfrig, e certamente controladas envolvendo, por exemplo, compra e venda de mercadorias. Poderão surgir situações em que ocorram conflitos de interesses no relacionamento entre a Companhia e tais partes relacionadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso as contratações entre a Companhia e suas partes relacionadas não observem condições de mercado, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente. Ademais, caso descumpridas as regras atinentes aplicáveis a transações com partes relacionadas, as operações e os administradores da Companhia envolvidos poderão estar sujeitos a questionamentos e penalidades pelos órgãos competentes. Para maiores informações, consulte item 11.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na expansão de seus produtos, bem como na expansão para novas linhas de negócios, indústrias e/ou mercados estrangeiros.

A Companhia pode enfrentar desafios relacionados à expansão de seus produtos, bem como na expansão para novas linhas de negócios, indústrias e/ou novas regiões geográficas dentro ou fora do Brasil, de forma que a Companhia poderá ter pouca ou nenhuma experiência, bem como o negócio da Companhia pode não ser conhecido. Em particular, à medida que ocorre uma expansão para novas linhas de negócios, a Companhia pode enfrentar desafios na integração das empresas ou negócios recém adquiridos com as operações existentes da Companhia, bem como na condução da curva de aprendizado associada à entrada em uma nova linha de negócios. Oferecer novos produtos e serviços ou oferecer produtos existentes em novos setores ou novas regiões geográficas pode exigir gastos significativos e levar um tempo considerável, de forma que a Companhia pode não conseguir recuperar seus investimentos em novos mercados em tempo hábil ou de forma alguma.

A Companhia pode falhar em cumprir suas políticas de compliance e a legislação nacional e internacional sobre antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, e outras normas internacionais.

A Companhia está sujeita a leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro e outras leis e regulamentos internacionais. A Companhia é obrigada a cumprir as leis e regulamentos brasileiros e de outras jurisdições onde realiza operações ou tem títulos de sua emissão negociados. Em particular, está sujeita à Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846, à Lei Americana Anticorrupção no Exterior de 1977 (*U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, “**FCPA**”) e à Lei de Suborno do Reino Unido (*United Kingdom Bribery Act of 2010*). Dentre outras proibições, o FCPA proíbe fornecer qualquer coisa de valor a autoridades estrangeiras com o objetivo de obter ou manter negócios ou assegurar qualquer vantagem comercial imprópria. Como parte dos negócios, a Companhia pode lidar com entidades e empregados que são considerados autoridades estrangeiras para fins do FCPA. Ademais, a Companhia participa de algumas ofertas públicas e licitações para contratos envolvendo órgãos públicos no Brasil e possivelmente em outros países onde atua, cujas atividades costumam estar sujeitas a maior fiscalização regulatória e exigir conformidade com leis e regulamentos internacionais específicos contra fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Embora a Companhia tenha políticas e procedimentos internos criados para garantir a conformidade com as leis e regulamentações internacionais aplicáveis de combate à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e outras, possíveis violações da lei foram identificadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

ocasionalmente como parte de seus processos de conformidade e controle interno. Além disso, a Companhia foi notificada sobre alegações de possíveis desvios de conduta de alguns de seus empregados no contexto da Operação Carne Fraca, Operação Trapaça e outras investigações. Como resultado de investigações internas no âmbito da Operação Carne Fraca e Operação Trapaça e assuntos relacionados, a Companhia incorreu em despesas no valor total de R\$ 1,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, R\$ 4,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 9,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que impactou negativamente os resultados de operações da Companhia.

Adicionalmente, em 28 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou um acordo de leniência com a CGU e a AGU, o Acordo de Leniência, em relação a esses processos e, entre outros compromissos, se comprometeu a pagar aproximadamente R\$583,9 milhões em relação ao acordo, o qual foi integralmente pago em 30 de junho de 2023, incluindo juros, por meio da compensação de créditos fiscais, conforme descrito na nota 1.2 de suas demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, qualquer reflexo negativo na imagem da Companhia ou em sua marca decorrente dessas ou de outras atividades poderia ter um impacto negativo em seus resultados operacionais, bem como em sua capacidade de atingir sua estratégia de crescimento.

Em função do tamanho das operações da Companhia e da complexidade da cadeia de produção, a Companhia não pode garantir que suas políticas e procedimentos internos serão suficientes para impedir ou detectar todas as práticas impróprias ou ilegais, incluindo fraudes ou violações da lei ou das políticas e procedimentos internos por parte de seus empregados, diretores, executivos, parceiros ou quaisquer representantes terceirizados e prestadores de serviços. A Companhia também não pode garantir que tais pessoas não realizarão ações que violem as políticas e procedimentos (ou, que de outra forma, violem as leis antifraude, anticorrupção e outras leis e regulamentos aplicáveis) com relação aos quais a Companhia e tais pessoas estejam sujeitas. As violações das leis e regulamentos antifraude, anticorrupção, antitruste ou outras leis ou regulações internacionais podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marca, preços de venda, resultados operacionais e condição financeira, inclusive como resultado do fechamento de mercados internacionais. A Companhia pode estar sujeita a um ou mais processos de fiscalização, investigações ou processos pelas autoridades por alegada violação dessas leis. Esses processos podem resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilização da Companhia e podem afetar negativamente o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia, bem como de seus ADRs.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos antitruste e concorrencial e pode não ser capaz de garantir o cumprimento de tais leis e regulamentos.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações concorrenciais e antitruste nas jurisdições em que opera. Conseqüentemente, a Companhia pode estar sujeita a escrutínio regulatório em algumas dessas jurisdições. Por exemplo, em setembro de 2019 a subsidiária turca Banvit e outros produtores foram acusados pela Autoridade de Concorrência Turca, ou TCA, de multa administrativa por supostas práticas anticompetitivas relacionadas à carne de frango.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não existe nenhuma garantia de que as políticas e procedimentos internos da Companhia projetados para garantir o cumprimento das leis e regulamentos antitruste aplicáveis serão suficientes para prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas ou ilegais por parte dos empregados da Companhia. Nesse sentido, a Companhia está sujeita a medidas administrativas ou judiciais, investigações ou processos pelas autoridades por alegada violação de tais leis e regulamentos. Esses processos podem resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilização e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, na reputação, na marca, nos preços de venda, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, inclusive com o fechamento no mercado internacional no qual a Companhia opera. Além disso, não há garantias de que a introdução de novas leis e regulamentações concorrenciais nas jurisdições em que a Companhia opera, a interpretação de leis antitruste existentes, a aplicação de leis antitruste por autoridades ou processos judiciais cíveis relacionados à defesa da concorrência ajuizados por particulares ou quaisquer acordos com autoridades antitruste, contra a Companhia ou suas subsidiárias, não terão impacto adverso relevante nos negócios, resultados de operações ou na condição financeira da Companhia.

O descumprimento das leis e regulamentos de controle de exportação ou sanções econômicas pode ter um impacto adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia, na sua condição financeira e reputacional.

A Companhia opera globalmente e enfrenta riscos relacionados à observância de leis e regulamentações de controle de exportação e sanções econômicas, incluindo aquelas administradas pela ONU, UE e pelos Estados Unidos, incluindo a Agência de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (*U.S. Treasury Department's Office of Foreign Assets Control*). Os programas de sanções econômicas restringem as negociações da Companhia com certos países, indivíduos, territórios e entidades sancionados. As sanções econômicas são complexas, mudam com frequência e geralmente aumentam em número, e podem impor proibições adicionais ou obrigações de conformidade nas negociações da Companhia em determinados países e territórios. A Companhia fez e pode buscar fazer, no futuro, negócios em determinados países que estão sujeitos a sanções sob as leis dos Estados Unidos, a UE ou de outros países. Embora a Companhia tenha realizado essas transações e pretende realizar quaisquer transações futuras, em total conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, não há como garantir o cumprimento das limitações ou restrições de negócios com empresas nesses países. Se a Companhia violar leis ou regulamentações aplicáveis, poderá sofrer multas e outras penas nas esferas cível e penal, bem como impactos adversos em sua reputação, em seus resultados operacionais e na sua condição financeira. Além disso, a Companhia não pode garantir que seus empregados, diretores, sócios, executivos, parceiros ou quaisquer terceiros com quem mantém negócios, incluindo, dentre outros, distribuidores e fornecedores, não violam ou não violarão tais leis e regulamentos. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer violação das leis e regulamentos relativos às sanções por tais indivíduos, o que poderia resultar em multas de natureza cível ou penal, bem como outras penalidades, além de ter um impacto adverso

4.1 Descrição dos fatores de risco

relevante em seus resultados operacionais, em sua condição financeira e prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias.

Além de ter operações próprias, a Companhia detém participações societárias em outras empresas. Portanto, além dos resultados gerados por sua própria operação, a Companhia também depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias e controladas. A capacidade da Companhia de honrar suas dívidas e outras obrigações depende não apenas de sua geração de fluxo de caixa, mas também da geração de fluxo de caixa de suas subsidiárias, controladas e coligadas e sua capacidade de disponibilizar caixa para a Companhia na forma de pagamento de juros sobre patrimônio líquido, pagamento de dívidas, dividendos, entre outros.

Qualquer alteração adversa na situação financeira ou nos resultados das operações de suas subsidiárias, controladas e coligadas pode afetar significativa e adversamente seus negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Além disso, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos prevista na legislação brasileira vigente poderá ser revista e os dividendos poderão se tornar tributáveis no futuro, impactando negativamente a holding da Companhia, uma vez que os impostos podem ser devidos sobre a distribuição de dividendos por suas subsidiárias para a Companhia.

Além dos riscos mencionados acima, as subsidiárias que realizam as operações relevantes da Companhia estão sujeitas aos mesmos riscos aplicáveis à Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia, suas controladas e seus administradores, podem reduzir a liquidez da Companhia e afetá-la negativamente.

A Companhia e alguns de seus administradores são réus em processos judiciais, administrativos e criminais e a Companhia está sujeita a Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) celebrados para encerrar alguns processos que tramitaram no passado contra a Companhia. As decisões desfavoráveis em tais processos judiciais e administrativos podem reduzir a liquidez da Companhia e ter um impacto adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e situação financeira. Além disso, os administradores e empregados da Companhia podem estar sujeitos a investigações, inquéritos, processos e reclamações judiciais, arbitrais e/ou administrativos.

Com relação a contingências fiscais, a Companhia é ré em diversos processos, que incluem, por exemplo, disputas relativas à compensação de créditos fiscais e ao uso de incentivos fiscais em vários estados que ainda não chegaram a uma decisão final nos tribunais brasileiros. Além disso, a Companhia pode enfrentar riscos decorrentes da potencial deterioração do imposto estadual sobre valor agregado, ou IVA, que acumula nas exportações.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha R\$1.203,2 milhões em provisões para contingências, sendo R\$352,4 milhões para contingências cíveis e outras contingências (incluindo

4.1 Descrição dos fatores de risco

de natureza administrativa, regulatória e ambiental), R\$322,0 milhões para contingências fiscais, e R\$435,9 milhões para contingências trabalhistas e R\$92,8 milhões para contingência relacionadas a combinações de negócios. Litígios classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$18.627,5 milhões, o que poderia impactar negativamente a situação financeira da Companhia em caso de mudança nas circunstâncias relacionadas à classificação de probabilidade de perda, devido à complexidade e discricionariedade envolvidas na avaliação, medição e definição do momento de reconhecimento e divulgação de litígios nas mais variadas instâncias em que são conduzidos.

Além disso, em 2017 e 2018, a Companhia esteve envolvida em investigações significativas e processos judiciais relacionados à Operação Carne Fraca e à Operação Trapaça, respectivamente. Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou o Acordo de Leniência, que extinguiu todos os processos administrativos da CGU contra a BRF relacionados a essas operações. Entre outros compromissos, nos comprometemos a pagar aproximadamente R\$583,9 milhões às autoridades brasileiras em relação ao acordo, que foi totalmente pago em 30 de junho de 2023, incluindo juros, por meio da compensação de créditos fiscais, conforme descrito na nota 1.2 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Em março de 2020, três pedidos de arbitragem foram propostos contra a Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 por investidores que haviam comprado as ações de emissão da Companhia, visando o ressarcimento de supostos prejuízos incorridos por eles em razão da queda no preço das ações da Companhia, a partir de 4 de abril de 2013. Em setembro de 2020, a Câmara de Arbitragem do Mercado decidiu consolidar as três arbitragens em uma única arbitragem. Em novembro de 2022, o tribunal arbitral foi convocado e, em dezembro de 2022, a Companhia iniciou formalmente o processo de arbitragem. Em novembro de 2023, foi proferida uma sentença arbitral parcial reconhecendo a regularidade processual de alguns dos requerentes (não houve decisão sobre o mérito do processo arbitral). A Companhia entrou com um pedido de esclarecimento contra a sentença arbitral parcial, que está aguardando julgamento. Acreditamos que a possível perda ou faixa de perdas, se houver, não pode ser estimada. Caso esse litígio ou processo de arbitragem seja decidido contra nós, ou se entrarmos em um acordo, não há garantia de que um resultado ou acordo desfavorável não teria um impacto adverso relevante sobre nós.

A Companhia não pode garantir que qualquer atualização e/ou de novos processos ou novas investigações terão desfechos favoráveis à Companhia e/ou aos seus administradores. Qualquer investigação atualmente desconhecida para a Companhia, por autoridades governamentais, com relação a qualquer prática comercial potencialmente ilegal também pode resultar em penalidades, multas e sanções ou outras formas de responsabilidade. No caso de procedimentos de que é parte, a Companhia não pode garantir a dimensão dos impactos que os resultados podem causar sobre seus negócios, condição financeira e/ou reputação, nem tampouco que mantém ou manterá provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Além disso, a Companhia não pode assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente a ela ligada, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros,

4.1 Descrição dos fatores de risco

fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores, não sejam envolvidos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais. O envolvimento da Companhia ou de qualquer pessoa em processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, investigações ou inquéritos policiais relevantes pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, condição financeira, resultados de operações, perspectivas e reputação.

A falha ou a incapacidade da Companhia em proteger a sua propriedade intelectual e qualquer violação à sua propriedade intelectual poderá ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

A propriedade intelectual de maior relevância da Companhia consiste em suas marcas nacionais e internacionais, patentes e desenhos industriais. A capacidade da Companhia de efetivamente competir nestes mercados depende, em parte, de seus direitos a marcas comerciais, desenhos industriais, bem como outros direitos referentes à propriedade intelectual que a Companhia possui ou licencia. A Companhia não procura e nem sempre é possível registrar ou proteger todas as suas marcas em todos os países em que são ou podem ser usadas, o que significa que terceiros podem limitar ou contestar os direitos de marca da Companhia nesses países. Além disso, as diferenças das leis referentes à propriedade intelectual ou direitos de propriedade nos países em que a Companhia atua podem levar a níveis diferentes de proteção legal nessas jurisdições. Desta forma, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Caso, nestas ações, os direitos da Companhia não sejam assegurados, esta poderá sofrer efeitos adversos relevantes sobre seus negócios, o valor de seus intangíveis, bem como na sua reputação, situação financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Litígios poderão ser necessários para validar os direitos de propriedade intelectual da Companhia e, se não prevalecer, a Companhia pode sofrer impactos adversos relevantes em seus negócios, ágio, posição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa. Além disso, terceiros podem alegar que a propriedade intelectual ou atividades comerciais infringem a sua própria propriedade intelectual ou direitos de propriedade e qualquer litígio a este respeito seria dispendioso, independentemente do mérito tratado. Se a Companhia não obtiver êxito na defesa destas reclamações ou na celebração de acordos, a Companhia poderá ser obrigada a pagar indenizações, cessar o uso da propriedade intelectual de titularidade de terceiros ou celebrar contratos de licenciamento em termos desfavoráveis à Companhia. Ademais, a Companhia poderá ser obrigada a reformular ou remodelar o licenciamento conjunto ou propriedade intelectual de seus produtos, de forma a evitar infrações, o que poderá resultar em custos significativos em determinados mercados. Caso as decisões considerem que a Companhia infringiu direitos de propriedade intelectual de qualquer terceiro, esta poderá vir a sofrer impactos adversos relevantes em sua reputação, negócios, posição financeira, resultado operacional e fluxos de caixa.

Danos não cobertos pelas apólices de seguros da Companhia podem resultar em perdas à Companhia, o que poderia ter um efeito adverso em seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Embora a Companhia acredite que a extensão de nossa cobertura de seguro seja consistente com a prática do setor, essa cobertura não cobre todas as perdas em que podemos incorrer, mesmo em áreas para as quais temos cobertura, e nossas apólices de seguro estão sujeitas a limites e exclusões de responsabilidade. Por exemplo, ocasionalmente, as instalações da Companhia podem ser afetadas negativamente por incêndios, explosões, danos elétricos e outros eventos destrutivos semelhantes. As instalações da Companhia em Vitória de Santo Antão, no estado brasileiro de Pernambuco, sofreram incêndios em 2022, e houve explosões em suas instalações em Lucas do Rio Verde, no estado brasileiro de Mato Grosso, em 2022, e em Uberlândia, no estado brasileiro de Minas Gerais, em 2021. A instalação da Companhia de subestação em Concórdia, no estado brasileiro de Santa Catarina, desmoronou em 2021. As perdas resultantes desses eventos não foram totalmente cobertas por apólices de seguro

Riscos políticos, eventos ambientais e climáticos, fraude, greve, recall de produtos, multas e encargos, terrorismo, os próprios animais, vazamentos de amônia, riscos financeiros, como queda no preço das ações, riscos de segurança cibernética, sabotagem, espionagem industrial, desastres naturais ou outros eventos catastróficos podem causar danos ou a interrupção das operações da Companhia não são completamente cobertos pelas apólices de seguro. Além disso, a Companhia está exposta a certos riscos de qualidade do produto, como contaminação criminoso, peste suína, gripe aviária, salmonela e outras doenças que contaminem animais, que podem afetar os seus negócios e podem não estar cobertos pelo seguro. Na hipótese de ocorrência de um evento que não esteja coberto por uma apólice de seguro contratada pela Companhia, ou no caso de os danos ultrapassarem os limites contratados nas apólices, a Companhia poderá incorrer em custos significativos. Ademais, existe ainda o risco de a Companhia ser instada a indenizar pessoas afetadas por tais eventos. Além disso, mesmo com relação a perdas que estão, em última análise, cobertas por seguros, a Companhia pode ter despesas adicionais para atenuá-las, como, por exemplo, no caso o deslocamento da produção para diferentes instalações, as quais podem não ser totalmente protegidas pelo seguro da Companhia. Tais custos podem não estar cobertos pelas apólices de seguro.

O seguro de interrupção de negócios da Companhia pode não cobrir todos os custos diretos e indiretos e custos intangíveis relacionados a interrupções em suas operações. Por exemplo, os impactos negativos nos negócios da Companhia advindos da greve dos caminhoneiros de 2018 e dos protestos dos caminhoneiros associados às eleições brasileiras de 2022, incluindo a suspensão das operações nas instalações de produção e aumento dos custos de transporte e logística, não foram cobertos por nenhuma das apólices de seguro da Companhia. Quaisquer eventos semelhantes no futuro podem ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, bem como em seus resultados operacionais, sua condição financeira e suas perspectivas.

Além disso, as apólices de seguro da Companhia podem não cobrir os custos incorridos para nos defendermos de processos judiciais e administrativos. Nos últimos anos, incorremos em custos significativos com investigações e custos de defesa contra processos judiciais e administrativos

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionados à Operação Carne Fraca e à Operação Trapaça, e podemos não ser totalmente reembolsados por esses custos de acordo com nossas apólices de seguro.

Qualquer reivindicação feita pela Companhia pode não ser totalmente honrada por seus provedores de seguro, em tempo hábil ou de forma alguma, e podemos não ter adquirido seguro suficiente para cobrir todas as perdas incorridas. Se a Companhia incorrer em responsabilidades substanciais ou se suas operações comerciais forem interrompidas por um período substancial, poderá incorrer em custos e sofrer perdas. Além disso, no futuro, a cobertura de seguro pode não estar disponível para nós a prêmios comercialmente aceitáveis, ou não estar disponível.

A Companhia depende de membros de sua alta administração e da sua capacidade de recrutar e reter profissionais qualificados para implementar sua estratégia.

A Companhia depende de membros de sua gerência sênior e de outros profissionais qualificados para implementar suas estratégias de negócios. Os esforços para recrutar e reter profissionais podem resultar em despesas adicionais significativas, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Além disso, a perda de profissionais relevantes pode afetar negativamente sua capacidade de implementar estratégias, bem como as despesas associadas a essas perdas podem afetar seus resultados. A Companhia sofreu com a saída de um vice-presidente em 2021. Durante 2022, os desafios geopolíticos globais impactaram seu desempenho e resultaram em mudanças importantes em sua estratégia e equipe de liderança. Em abril de 2022, a Companhia anunciou a saída de seu então Diretor Financeiro e Vice-Presidente, bem como a nomeação de seu atual Diretor Financeiro, Sr. Fabio Luis Mendes Mariano, e de seu atual Vice-Presidente Comercial no Brasil, Sr. Manoel Reinaldo Manzano Martins Junior. Em julho de 2022, a então Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Companhia deixou seu cargo. Em agosto de 2022, a Companhia anunciou a saída de seu então Diretor-Presidente, que foi substituído por seu atual Diretor-Presidente, Sr. Miguel de Souza Gularte. Em janeiro de 2023, a Companhia anunciou a nomeação do Sr. Artemio Listoni como novo Vice-Presidente de Operações Industriais e Logística. Essas mudanças e outras possíveis mudanças na composição da equipe de gerência sênior da Companhia e de seu conselho de administração podem resultar em modificações em sua estratégia de negócios e ter um impacto significativo sobre a Companhia.

A escassez de mão de obra, a incapacidade da Companhia de recrutar ou reter trabalhadores para fábricas e a concorrência por trabalhadores com outras empresas podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Para apoiar as operações de suas fábricas, a Companhia deve contratar e manter um número suficiente de trabalhadores e pagar uma remuneração adequada. A operação bem-sucedida das fábricas pode ser prejudicada pela falha da Companhia em recrutar ou reter o número de trabalhadores necessário para operar suas instalações industriais em níveis adequados. Se a Companhia for forçada a executar suas operações significativamente abaixo de sua capacidade, os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Além disso, se a Companhia operar suas instalações com um número reduzido de trabalhadores, pode ser forçada

4.1 Descrição dos fatores de risco

a escolher um mix de produtos que requer menos trabalhadores na linha de produção, mas pode não representar a alternativa mais rentável entre suas capacidades, o que pode ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia tem enfrentado uma escassez geral de mão de obra em suas instalações localizadas no Mato Grosso e em Santa Catarina. Nestas localidades, a taxa de desemprego pode ser inferior a 4% e o número de habitantes em idade ativa pode ser limitado. Para reduzir o impacto em suas operações, a Companhia traz trabalhadores de outras regiões do país onde os índices de desemprego são maiores, o que resulta em custos adicionais relacionados à realocação. Por exemplo, no Mato Grosso, aproximadamente 70% dos trabalhadores da Companhia vêm das regiões Norte ou Nordeste do Brasil ou são refugiados ou imigrantes de países vizinhos.

Essas condições aumentam a competição por trabalhadores com outras indústrias e podem forçar a Companhia a aumentar seu pacote de remuneração para reter trabalhadores e administrar adequadamente a rotatividade excessiva. Isso impacta diretamente no processo produtivo da Companhia e pode ocasionar aumento nos custos de produção. O setor do agronegócio é um dos negócios que mais cresce no País e um concorrente relevante para os trabalhadores. Por exemplo, em outubro e novembro de 2023, a JBS anunciou a inauguração de duas fábricas na Rolândia, Paraná, e a reabertura de um abatedouro no Mato Grosso após um incêndio. A expectativa é que as fábricas e o frigorífico gerem 1.500 e 1.600 novos empregos nas regiões, respectivamente. Essas unidades industriais competirão por trabalhadores com nossas plantas industriais no Paraná e no Mato Grosso. A Companhia pode não conseguir reter um número adequado de trabalhadores, especialmente em decorrência da maior concorrência, ou pode incorrer em custos mais altos em suas operações para oferecer uma remuneração mais alta do que a de seus concorrentes. A incapacidade da Companhia de oferecer remuneração atraente ou de atender adequadamente à demanda de sua força de trabalho devido à escassez de mão de obra pode afetar negativamente nossos planos estratégicos e seu desempenho operacional.

Falhas na manutenção de controles internos da Companhia podem afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

A administração da Companhia é responsável por elaborar e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros que forneçam garantia razoável da confiabilidade da elaboração e do relatório das demonstrações financeiras da Companhia para uso externo. Controles internos inadequados podem resultar em falhas no cumprimento das regulamentações aplicáveis, nos prazos aplicáveis, o que pode afetar negativamente a reputação da Companhia. De qualquer forma, os controles podem não ser capazes de prevenir ou detectar todas as fraudes e informações imprecisas, independentemente da adequação desses controles e, portanto, a Companhia não tem como garantir que deficiências relevantes não serão identificadas no futuro, o que pode gerar impacto reputacional e adverso aos negócios da Companhia.

Parte das atividades da Companhia é conduzida em imóveis de terceiros. Caso não seja capaz de manter ou renovar os contratos que regulam a ocupação da Companhia nesses

4.1 Descrição dos fatores de risco

imóveis ou de celebrar novos contratos em condições que sejam comercialmente adequadas, as atividades da Companhia podem ser adversamente afetadas.

A Companhia conduz parte de suas atividades em imóveis de terceiros, a título de contratos de locação.

De acordo com a legislação brasileira aplicável, em geral, qualquer uma das partes pode solicitar em uma ação judicial a revisão do preço do aluguel se houver uma alteração adversa relevante que cause um desequilíbrio nos direitos e obrigações econômicas das partes nos termos do contrato. Um aumento significativo no valor do aluguel como resultado da revisão de tais ações judiciais poderiam afetar negativamente a posição financeira da Companhia e seu resultado operacional.

Além disso, os contratos de aluguel celebrados pela Companhia estabelecem que os aluguéis serão ajustados anualmente por um índice oficial de inflação. Em um cenário de hiperinflação, esses ajustes podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Desta forma, se, por qualquer motivo, a Companhia não for capaz de manter seus contratos de locação, celebrar novos contratos ou renová-los em condições que entenda serem adequadas, a Companhia pode ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de: (i) custos decorrentes da realocação de operações; e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas atividades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A impossibilidade de obtenção ou renovação de licenças dos imóveis onde a Companhia exerce suas atividades pode impactar negativamente seus negócios.

O exercício das atividades da Companhia depende da obtenção de licenças dos imóveis, tais como, mas não se limitando a “habite-se” das edificações e alvará de funcionamento, ambos emitidos pelas Prefeituras municipais competentes, bem como auto de vistoria, emitido pelo Corpo de Bombeiros. Em geral, essas licenças têm prazo de validade, devendo ser renovadas de tempos em tempos e podem estar sujeitas ao pagamento de taxas para sua renovação. Além disso, eventuais irregularidades ou alterações nas edificações dos imóveis podem ter efeito adverso na manutenção de tais licenças. A expansão das operações e/ou mudanças na legislação aplicável também pode demandar novas licenças, autorizações e/ou registros a serem solicitados às autoridades competentes.

A Companhia não pode garantir que referidas licenças foram e serão obtidas (ou mantidas em vigor ou tempestivamente renovadas) com relação a cada um dos imóveis próprios ou locados onde exerce suas atividades. A ausência de licenças municipais, estaduais ou federais válidas pode acarretar a instauração de autos de infração e na aplicação de multas pelos órgãos competentes. Além disso, caso a Companhia não seja capaz de remediar eventuais irregularidades de suas licenças, pode ter suas operações interrompidas ou suspensas nos locais irregulares, sem prejuízo da possível necessidade de investimentos significativos e inesperados para sanar tais irregularidades. Assim, a Companhia poderá incorrer em custos imprevisíveis para realocação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

seus estabelecimentos, caso não seja possível emitir ou renovar alguma dessas licenças. Esses cenários poderão impactar de forma negativa os negócios, rendimentos e resultados da Companhia.

O nível de endividamento da Companhia é substancial e a sua alavancagem pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de refinar suas dívidas e expandir seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizavam R\$20.095,5 milhões, sendo que um aumento na alavancagem da Companhia pode ter grandes consequências para a Companhia, incluindo:

- Exigência de que uma parte substancial do fluxo de caixa da Companhia proveniente de operações seja utilizada para o pagamento do valor principal e dos juros sobre a dívida da Companhia, reduzindo os recursos disponíveis para operações, gastos de capital ou outras necessidades de capital;
- Limitação da flexibilidade da Companhia no planejamento ou na reação a mudanças nos seus negócios e no setor em que opera, pois o fluxo de caixa da Companhia disponível após o pagamento do valor principal e dos juros sobre a sua dívida pode não ser suficiente para fazer com que o capital e outros gastos necessários trate dessas mudanças;
- Aumento da vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas e industriais adversas gerais, pois, durante os períodos nos quais a Companhia experimenta rendimentos e fluxos de caixa menores, ela seria obrigada a dedicar uma quantidade proporcionalmente maior do seu fluxo de caixa ao pagamento do valor principal e juros de dívidas;
- Aumento dos gastos da Companhia devido a desvalorizações do Real, o que pode levar a um aumento no montante de capital necessário para o serviço de endividamento denominado em dólares norte-americanos; e
- Dificuldade em refinar o endividamento da Companhia ou fazer isso em termos favoráveis, inclusive com relação a securitizações de contas a receber existentes.

Se uma ou mais dessas consequências ou limitações se materializarem, elas poderão afetar adversamente os resultados operacionais e posição financeira da Companhia.

Um rebaixamento de nossa classificação de crédito (rating) provavelmente aumentaria nosso custo de financiamento e afetaria negativamente nossos resultados operacionais.

As classificações de crédito (*ratings*) afetam o custo e outros termos nos quais a Companhia pode obter financiamento. As agências de classificação de risco nos avaliam regularmente e suas classificações das dívidas de longo e curto prazo da Companhia e baseiam-se em diversos fatores, incluindo sua capacidade de geração de caixa, níveis de endividamento, políticas com relação a distribuições aos acionistas e solidez financeira em geral, bem como fatores fora de nosso controle, como as condições que geralmente afetam o setor de processamento de carne e o ambiente

4.1 Descrição dos fatores de risco

econômico em que opera. Em vista de suas atuais métricas de crédito e de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelas agências de classificação para avaliar a capacidade de crédito de uma empresa, além de outros fatores, a classificação de crédito da Companhia está atualmente abaixo do "grau de investimento" por todas as agências de classificação que a avaliam. Em 15 de março de 2023, a Moody's rebaixou a classificação de crédito da Companhia de "Ba2" para "Ba3". Qualquer novo rebaixamento nas classificações de crédito da Companhia por uma agência de classificação de crédito, seja como resultado de suas ações ou de fatores que estão fora de seu controle, pode aumentar seus custos futuros de empréstimos, prejudicar sua capacidade de acessar os mercados de capital e de crédito em termos comercialmente aceitáveis para a Companhia ou de forma alguma e resultar em uma redução de sua liquidez. Os custos de empréstimo da Companhia e acesso aos mercados de capital também podem ser afetados negativamente se uma agência de classificação de crédito anunciar que as classificações da Companhia estão sendo analisadas para um possível rebaixamento. Um aumento em custos de empréstimos da Companhia, limitações em sua capacidade de acessar o mercado global de capitais e a possibilidade de rebaixamento de sua classificação de risco podem afetar negativamente a liquidez da Companhia.

A Companhia tem dívidas substanciais que vencem nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha de empréstimos e financiamentos R\$ 2.073,0 milhões em aberto no valor principal com vencimento em 2024, R\$1.355,2 milhões em aberto no valor principal com vencimento em 2025, R\$2.929,7 milhões em aberto no valor principal com vencimento em 2026, R\$2.984,9 milhões em aberto no valor do principal com vencimento em 2027, R\$939,2 milhões em aberto no valor do principal com vencimento em 2028 e R\$9.574,3 milhões em aberto no valor do principal com vencimento em 2029 e posteriores.

Uma parte substancial dos empréstimos e financiamentos em aberto da Companhia são denominadas em moedas estrangeiras, principalmente em dólares americanos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha R\$ 11.093,4 milhões em aberto em principal e juros de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, dos quais R\$ 1.521,6 milhões são classificados como dívida de curto prazo. Os empréstimos da Companhia e financiamentos denominados em dólares americanos devem ser atendidos por fundos gerados pelas vendas de suas subsidiárias, a maioria dos quais não é denominada em dólares americanos. Conseqüentemente, quando a Companhia não gera receitas suficientes em dólares americanos para cobrir o serviço da dívida, precisa usar suas receitas geradas em reais ou em outras moedas para pagar o serviço de sua dívida denominada em dólares americanos. Em 31 de dezembro de 2023, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano em 7,2% em comparação com 31 de dezembro de 2022.

Qualquer incerteza futura nos mercados de ações e de crédito também poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazo, o que poderia impactar negativamente a liquidez e situação financeira da Companhia. Se, nos próximos anos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- As pressões sobre o crédito retornarem como resultado de interrupções nos mercados globais de ações e crédito;
- Os resultados operacionais da Companhia piorarem significativamente;
- A Companhia for incapaz de concluir quaisquer alienações necessárias de ativos não essenciais e o fluxo de caixa da Companhia ou os recursos de capital da Companhia comprovem ser inadequados; ou
- A Companhia for incapaz de refinanciar ou repagar qualquer dívida que tenha vencido, que venha a ser devida, o que poderia ter um efeito adverso relevante nos negócios consolidados e na situação financeira da Companhia.

Os termos do endividamento da Companhia impõem à Companhia restrições significativas.

Os instrumentos que regem o endividamento existente da Companhia impõem à Companhia significativas restrições e os instrumentos regendo qualquer endividamento que a Companhia venha a incorrer no futuro também poderá impor restrições adicionais. As restrições existentes limitam e quaisquer restrições futuras podem limitar, direta ou indiretamente, a capacidade da Companhia, entre outras coisas, de realizar as seguintes ações:

- Obter empréstimos;
- Realizar investimentos;
- Vender ativos, incluindo capital social de subsidiárias;
- Fornecer garantia sobre o endividamento;
- Celebrar acordos que limitem dividendos ou outras distribuições de determinadas subsidiárias;
- Realizar transações com afiliadas;
- Criar ou assumir ônus; e
- Realizar operações de fusões e aquisições.

As cláusulas às quais a Companhia está atualmente sujeita contêm exceções e qualificações. A violação de quaisquer de referidas cláusulas poderia resultar em inadimplência nos termos de outras obrigações de dívida existentes. Caso tal evento de inadimplência ocorra, todos os montantes em aberto de acordo com os instrumentos de dívida aplicáveis e a dívida emitida conforme outros instrumentos de dívida contendo cláusulas de vinculação automática ou de vencimento cruzado (*cross default*), juntamente com juros acumulados não pagos, se houver, poderão se tornar ou serem declarados imediatamente devidos e pagáveis. Caso tal endividamento venha a ser antecipado, a Companhia poderá não dispor de fundos suficientes para pagar integralmente essa dívida. Além disso, com relação à entrada em novos financiamentos ou alterações de acordos de financiamento existentes, a flexibilidade financeira e operacional das

4.1 Descrição dos fatores de risco

subsidiárias da Companhia poderá ser reduzida ainda mais como resultado da imposição de compromissos mais restritivos, exigências para segurança adicional e outros termos.

As flutuações ou mudanças nas taxas de juros, ou a substituição delas, podem afetar o custo do serviço das dívidas da Companhia ou reduzir sua receita financeira, afetando seu desempenho financeiro.

As despesas financeiras da Companhia são afetadas por alterações nas taxas de juros que se aplicam às suas dívidas de taxas flutuantes. As principais taxas que a Companhia estava exposta são o CDI (taxa do certificado de depósito interbancário aplicado aos seus contratos de swap cambial e algumas de suas outras dívidas denominadas em real), IPCA, *Secured Overnight Financing Rate* (Taxa de Financiamento Garantida da Noite, ou "SOFR") e na *Emirates Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária Oferecida dos Emirados, ou "EIBOR"). Qualquer aumento nas taxas CDI, IPCA, SOFR ou EIBOR pode ter um impacto adverso nas despesas financeiras da Companhia e em seus resultados operacionais.

(b) aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

O acionista controlador da Companhia pode tomar medidas que não são necessariamente de seu interesse ou do interesse de seus outros detentores de ações ordinárias ou ADRs.

Em 2023, a Marfrig aumentou sua participação acionária na Companhia por meio de aquisições de ações ordinárias no mercado de capitais. A Marfrig é proprietária beneficiária de ações ordinárias que representam 50,08% do total de ações ordinárias e ADRs da Companhia em circulação, com base nos dados informados incluídos na Política de Negociações com Partes Relacionadas, conforme arquivada na CVM, nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021. Dessa forma, a Marfrig controla e deverá controlar o resultado da maioria das questões submetidas aos nossos acionistas em um futuro próximo, incluindo a eleição e destituição de diretores, que, por sua vez, nomeiam a administração executiva, certas alterações de nossos documentos organizacionais, aprovação de políticas corporativas e de gestão, possíveis fusões ou aquisições, pagamento de dividendos, vendas de ativos e outras transações corporativas significativas. Esse controle também dá à Marfrig a capacidade de levar questões à votação dos acionistas que podem não ser do melhor interesse de nossos outros acionistas ou partes interessadas, ou de impedir ou adiar determinadas transações ou estratégias comerciais que nossos outros acionistas possam ver com bons olhos.

Além disso, fazemos parte de determinados contratos de financiamento que contêm cláusulas de vencimento antecipado, resgate antecipado, *cross-acceleration*, *cross-default* e/ou rescisão, caso se considere que ocorreu uma alteração de controle, inclusive como resultado do recente aumento da participação da Marfrig no capital social da Companhia. Em qualquer um desses casos, é possível que a Companhia não tenha a capacidade de obter isenções de tais disposições das respectivas contrapartes contratuais em tempo hábil. A Marfrig também tem a poderá alienar todas ou parte das ações ordinárias que detém da Companhia, o que poderia desencadear certas disposições de alteração de controle. O vencimento antecipado, resgate antecipado, *cross-acceleration*, *cross-default* e/ou rescisão de um número relevante dos contratos de financiamento da Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem afetar negativamente sua condição financeira e gerar efeitos relevantes adversos à Companhia.

Além disso, a Marfrig é uma empresa de capital aberto com ações listadas na B3, e qualquer desenvolvimento desfavorável à Marfrig, inclusive desenvolvimentos comerciais, sociais, econômicos ou políticos do setor, que resultem em um declínio no preço de negociação das ações ordinárias da Marfrig ou que levem a uma deterioração do valor das marcas da Marfrig, podem gerar efeitos relevantes adversos sobre o preço de negociação das ações ordinárias e ADRs da Companhia, bem como à sua condição financeira, resultados operacionais, classificações de crédito ou reputação.

Os impostos nacionais podem ser aplicados sob acionistas estrangeiros no momento de alienação de ações ordinárias a outro acionista estrangeiro.

O lucro obtido por um detentor estrangeiro, no momento de alienação de ações ordinárias para outro detentor estrangeiro (que não seja uma alienação de ações detidas de acordo com a Resolução nº 4.373, conforme alterada, da CMN) é geralmente visto como sujeito à tributação no Brasil. De acordo com o artigo 26 da Lei nº 10.833/03, as autoridades fiscais brasileiras podem cobrar imposto de renda sobre ganhos de capital obtidos por não residentes no Brasil em transações envolvendo ativos nacionais. De acordo com a legislação brasileira, as regras e as alíquotas aplicáveis do imposto de renda retido na fonte sobre esses ganhos podem variar dependendo do domicílio do detentor estrangeiro (se o detentor estrangeiro for ou não residente ou domiciliado em uma jurisdição de paraíso fiscal, ou seja um país: (i) que não impõe imposto de renda ou cuja alíquota de imposto de renda é inferior a 20%; ou (ii) que não permite a divulgação da identidade dos acionistas de entidades organizadas sob sua jurisdição), o tipo de registro do investimento mantido pelo detentor estrangeiro no Banco Central do Brasil e como a disposição é realizada. Os ganhos de capital estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte a uma alíquota de até 25%, dependendo do caso específico aplicável.

Quaisquer outros ganhos realizados na alienação de ações ordinárias que não sejam realizados na bolsa de valores brasileira estão sujeitos ao imposto de renda à seguinte alíquota progressiva quando realizados por qualquer detentor estrangeiro que não seja residente em paraíso fiscal, quer esse detentor seja ou não um titular registrado:

- i. 15% sobre a parcela de ganhos de capital que não exceda R\$ 5.000.000,00;
- ii. 17,5% sobre a parcela dos ganhos de capital que exceder R\$5.000.000,00, mas não exceder R\$10.000.000,00;
- iii. 20% sobre a parcela dos ganhos de capital que exceder R\$ 10.000.000,00, mas não exceder R\$ 30.000.000,00; e
- iv. 22,5% sobre a parcela dos ganhos de capital que exceder R\$ 30.000.000,00.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, estão sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 25% quando realizados por uma pessoa física ou jurídica que seja residente em paraíso fiscal, independentemente de tal titular ser ou não um titular registrado.

Os acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente nos mercados emergentes, podem afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias e ADRs.

O mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras é influenciado, em graus variados, pelas condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode causar flutuações nos mercados de capitais de outros países. Os desenvolvimentos ou condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram, algumas vezes, em saídas significativas de fundos e quedas no montante de moeda estrangeira investido no Brasil. Além disso, crises econômicas e políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar significativamente a percepção do risco inerente ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira, bem como o mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras, também é afetada, em graus variados, por retrações econômicas globais e pela instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional, especialmente as condições econômicas e de mercado nos Estados Unidos. Os preços das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, têm sido historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como aos movimentos dos principais índices de ações dos Estados Unidos.

As recessões econômicas globais reduzem a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e a expansão de nossas operações comerciais em todo o mundo. Embora o Brasil exporte um conjunto diversificado de produtos para vários países, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a União Europeia, a China ou os Estados Unidos, poderia ter um impacto adverso relevante sobre as exportações e a balança comercial do Brasil e afetar negativamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, as incertezas relacionadas à atividade econômica global podem resultar em volatilidade significativa nos mercados financeiros e indicadores econômicos brasileiros e internacionais, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. Por exemplo, como resultado da maior volatilidade gerada pelo início da pandemia da COVID-19 e seu impacto futuro percebido na atividade econômica global, o *circuit breaker* da B3 foi acionado oito vezes em março de 2020.

Qualquer mudança significativa nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países nos quais a Companhia faz negócios, incluindo suas ações ordinárias, o que pode afetar negativamente o preço de negociação suas ações ordinárias e ADRs, ou diminuir a liquidez de suas ações ordinárias e ADRs

4.1 Descrição dos fatores de risco

em geral, além de dificultar seu acesso aos mercados de capital acionário e a financiamentos no futuro em termos aceitáveis ou de forma alguma.

A volatilidade relativa e a liquidez limitada dos mercados de valores mobiliários brasileiros podem afetar negativamente a liquidez e o preço de mercado das ações ordinárias e ADRs da Companhia

Os mercados de valores mobiliários brasileiros, incluindo a bolsa B3, são substancialmente menores, menos líquidos e mais voláteis do que os principais mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos. Os mercados de valores mobiliários brasileiros também são caracterizados por uma considerável concentração de ações.

As dez maiores empresas em termos de capitalização de mercado representavam aproximadamente 47% da capitalização de mercado agregada da Bolsa de Valores de São Paulo em 31 de dezembro de 2023. Além disso, as dez ações mais negociadas em termos de volume de negociação representavam aproximadamente 35% de todas as ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo em 31 de dezembro de 2023. Essas características do mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ADRs de vender ações ordinárias subjacentes às ADRs comprovadas por ADRs a um preço e em um momento em que desejarem fazê-lo e, como resultado, podem afetar negativamente os preços de mercado desses títulos.

(c) às controladas e coligadas da Companhia

Não há riscos específicos relacionados a suas controladas e coligadas, além do fator de risco mencionado na alínea (a) deste item "Aquisições ou desinvestimentos recentes e futuros ou joint ventures podem desviar recursos de gestão ou provar serem prejudiciais para a Companhia". Dada a estrutura operacional da Companhia os riscos aplicáveis a Companhia se aplicam as suas coligadas e controladas de forma geral.

(d) aos administradores da Companhia

Não há riscos específicos originados aos administradores da Companhia, ou seja, riscos cuja fonte sejam os administradores, que devam ser tratados neste subitem

(e) aos fornecedores da Companhia

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à ciclicidade, à volatilidade, aos preços das commodities, carne de frango e carne de porco, podendo afetar negativamente todo o negócio da Companhia.

O negócio da Companhia é amplamente dependente do custo e fornecimento de milho, farelo de soja, óleo, soja, embalagem (resina e petróleo), ingredientes alimentícios, insumos de alimento animal e outras matérias-primas, bem como dos preços de venda de suas aves, suínos e produtos processados. O referido custo é influenciado pela oferta e demanda, o que pode flutuar

4.1 Descrição dos fatores de risco

significativamente, além de outros fatores sobre os quais há pouco ou nenhum controle como, por exemplo, a guerra na Ucrânia, que trouxe um aumento significativo dos preços de produtos agrícolas como o milho, trigo e soja, em parte causado pelo aumento da utilização destes produtos para fins de geração de energia, reduzindo a oferta para consumo internacional. Isto afetou diretamente os custos e aumentou a volatilidade da margem da Companhia. Além disso, o preço das aves também aumentou como resultado da guerra, considerando que a Ucrânia é parte importante na produção avícola. Ainda, os preços dos grãos e das proteínas animais baixaram mais recentemente, se no futuro o custo das mercadorias estiver ainda mais elevado do que o esperado e o preço das aves não seguir a mesma tendência, a Companhia poderá ser afetada negativamente. A guerra de Israel poderá gerar custos adicionais de aumento na escala de produção de alimentos e fertilizantes caso a guerra cause um pico do preço do petróleo. Outros fatores que afetam a oferta e a demanda incluindo, entre outros, a flutuação nos níveis locais e globais de produção de aves e suínos, regulamentações ambientais e de conservação, condições econômicas, novas variantes do COVID-19, e/ou um novo vírus de magnitude global, condições climáticas, doenças dos animais e condições das safras, custo de frete nacional e internacional, taxa de câmbio e flutuações das taxas de juros. Além disso, os preços também são constantemente afetados por eventos climáticos e sazonalidade, meteorológicos, preços de fertilizantes, políticas de biocombustíveis, imposto de exportação, bem como disputas políticas e comerciais ao redor do mundo, expectativas e/ou incerteza sobre o futuro terremotos. Quaisquer mudanças nos preços das matérias-primas causam um impacto relevante nos negócios da Companhia.

A indústria em que a Companhia atua, tanto no Brasil quanto no exterior, é geralmente caracterizada por períodos cíclicos de preços mais elevados e maior lucratividade, seguidos por excesso de oferta, levando a períodos de preços mais baixos, de menor lucratividade ou de perdas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de se adaptar adequadamente a qualquer ciclicidade ou volatilidade, o que pode ter um efeito adverso sobre suas operações e resultados financeiros.

Desastres naturais, condições meteorológicas extremas, terremotos, inundações, pandemias ou surtos de doenças, frio excessivo, calor, furacões ou tempestades, bem como qualquer interrupção nas plantas da Companhia que possa exigir a realocação temporária das funções da planta para outras instalações ou a interrupção, ainda que temporária, das operações de uma ou mais plantas podem, dentre outras consequências, prejudicar a saúde ou crescimento das aves e suínos, o momento adequado de abate ou interferir com as operações da Companhia devido a quedas de energia, danos às instalações de produção e processamento ou interrupção nos canais de transporte e sistemas de informação.

A Companhia está sujeita a riscos de transporte e logística de terceiros e depende de um número limitado de fornecedores terceirizados disponíveis para entregar alguns materiais especializados necessários para as suas atividades de produção.

A Companhia depende de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para, entre outras coisas, entregar matéria-prima às suas instalações de produção, entregar ração animal aos

4.1 Descrição dos fatores de risco

produtores de aves e suínos, entregar ovos, pintinhos de um dia, perus de um dia e suínos para produtores integrados, entregar suínos para abatedouros e distribuir os produtos. Qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em 21 de maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento de matérias-primas para as instalações de produção e a entrega de ração animal para os produtores de aves e suínos da Companhia e, em seu auge, levou à suspensão ou redução da operação de todas as suas instalações de produção localizadas no Brasil. Além disso, essa greve também afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são exportados. Não há garantia de que os caminhoneiros não tentarão se envolver em greves futuras se, por exemplo, houver um aumento acentuado dos preços dos combustíveis e o governo federal brasileiro ou qualquer outra parte envolvida não conseguir atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória. Qualquer greve desse tipo não poderá afetar negativamente nossa cadeia de suprimentos ou a operação de nossas instalações de produção. Além disso, um aumento significativo nos preços dos combustíveis e nas taxas de serviços de transporte, bem como qualquer outra redução na confiabilidade ou disponibilidade de serviços de transporte ou logística, inclusive como resultado de, entre outras coisas, inundações em portos, incêndios em armazéns, escassez global de contêineres de transporte ou greves trabalhistas, poderia afetar negativamente nossa capacidade de atender às exigências de nossa cadeia de suprimentos e entregar nossos produtos aos clientes de maneira comercialmente viável. Qualquer interrupção desse tipo nos serviços de transporte ou logística dos quais dependemos pode ter um impacto adverso significativo em nossos resultados operacionais e em nossa condição financeira.

Em 30 de junho de 2023, o Supremo Tribunal Federal brasileiro, ou STF, tornou nulas e sem efeito determinadas partes da Lei nº 13.103/2015, ou Lei do Caminhoneiro, relacionadas a horas de trabalho e períodos de descanso diário e semanal. Essa decisão aumentou os custos de contratação de motoristas de caminhão e, como resultado, esperamos que cause um aumento nos custos de frete, o que exigirá uma frota adicional para apoiar nossas operações e terá um impacto adverso na produtividade do transporte e em nossos resultados operacionais

Ademais, parte das atividades de produção da Companhia exigem materiais especializados que a Companhia adquire de um número limitado de fornecedores disponíveis. Por exemplo, a Companhia depende de compras de material genético utilizado em seus programas de criação de animais fornecido por empresas do ramo de genética animal. Se qualquer um desses fornecedores não for capaz de fornecer os materiais na quantidade e frequência com que normalmente a Companhia os adquire, e se a Companhia não conseguir substituir o fornecedor de forma aceitável ou em absoluto, a Companhia poderá ser impossibilitada de manter o seu nível usual de produção e vendas na categoria de produto afetada, o que poderá prejudicar significativamente os seus negócios e operações e, conseqüentemente, os resultados das suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os negócios dependem do fornecimento de insumos produzidos por agricultores e produtores integrados, bem como o desempenho da Companhia depende da sua capacidade de atrair e manter uma rede de agricultores e produtores integrados qualificados.

A Companhia é uma produtora verticalmente integrada de produtos alimentícios que depende de grande quantidade de insumos de origem animal para conduzir seus negócios. Parcela significativa dos insumos de origem animal utilizados pela Companhia em suas atividades é produzida por uma rede de agricultores e produtores no âmbito de acordos de produção integrada celebrados com a Companhia ("**Produtores Integrados**"). Os Produtores Integrados são responsáveis pelo manejo e criação das aves e suínos que a Companhia, como integradora, supervisiona. Em 2022, a Companhia adquiriu, aproximadamente, 3.289,6 milhões de toneladas de frangos de corte, 133,7 mil toneladas de perus e 1.276,9 milhões de toneladas de suínos dos Produtores Integrados.

A seleção e retenção de agricultores e produtores é altamente competitiva e a concorrência entre as integradoras foi intensificada nos últimos anos. A maioria dos Produtores Integrados da Companhia estão localizados em cidades próximas às unidades industriais da Companhia, onde integram com participantes regionais que realizam atividades similares às atividades conduzidas pela Companhia. A Companhia pode não ser capaz de selecionar e reter esses agricultores e produtores, em particular em tempos de maior concorrência, ou pode ser obrigada a aumentar os preços pagos pelos insumos e os benefícios oferecidos para reter esses agricultores e produtores. A incapacidade de reter um número adequado desses agricultores e produtores pode impactar negativamente os planos estratégicos da Companhia e resultar na diminuição de seu desempenho operacional.

Além disso, os Produtores Integrados são financiados, em grande parte, por linhas de crédito rural contratadas diretamente pelos respectivos Produtores Integrados junto a determinadas instituições financeiras. Tais linhas de crédito rural são oferecidas no âmbito de convênios de colaboração financeira celebrados entre a Companhia e as respectivas instituições financeiras que preveem obrigações para a Companhia relativas à: (i) seleção dos Produtores Integrados aptos à obtenção do financiamento; (ii) manutenção de fluxo de pagamento aos Produtores Integrados em montante suficiente para amortização e liquidação das parcelas dos financiamentos concedidos no âmbito desses convênios de colaboração financeira; e (iii) acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros concedidos aos Produtores Integrados. Em situações excepcionais, como no caso de interrupção das atividades de alguma unidade produtiva da Companhia ou de alienação e/ou arrendamento de alguma das unidades industriais da Companhia que adquirem a produção dos Produtores Integrados financiados no âmbito dos referidos convênios de colaboração financeira, a Companhia poderá ser obrigada a arcar com a liquidação antecipada dos financiamentos obtidos pelos Produtores Integrados ou com a manutenção do fluxo de pagamento aos respectivos Produtores Integrados em montante suficiente para amortização e liquidação das parcelas dos financiamentos concedidos até que uma nova integradora eventualmente suceda a unidade produtiva em questão perante os Produtores Integrados com relação aos respectivos acordos de produção integrada, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva, condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor da Companhia se envolver com essas práticas, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente. Ainda, a depender da irregularidade atribuída ao fornecedor, caso tenha agido em benefício da Companhia, de modo exclusivo ou não, poderá haver incidência das sanções previstas na Lei Anticorrupção. Não há garantia de que a Companhia será capaz de identificar e/ou evitar, em tempo hábil, tais violações por seus fornecedores.

A Companhia poderá ser responsabilizada por danos ambientais causados por seus fornecedores.

Caso as empresas que prestam serviços terceirizados para a Companhia ou que lhe forneçam matérias-primas e produtos não atendam aos requisitos da legislação aplicável, a Companhia poderá ser responsabilizada pelos danos ambientais causados por essas empresas.

Adicionalmente, danos ambientais no Brasil implicam em responsabilidade objetiva e solidária da Companhia. Isso significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da culpa dos agentes, o que pode afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Além disso, a contratação de terceiros para realizar qualquer gerenciamento das atividades da Companhia, como gerenciamento de áreas contaminadas, reformas ou disposição final de resíduos, ou para o fornecimento de matérias-primas e produtos, não exime a Companhia da responsabilidade por qualquer dano ambiental causado por um fornecedor contratado, desde que comprovado o nexo de causalidade. Se a Companhia for responsabilizada por tais danos, seus resultados e imagem poderão ser afetados adversamente.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia enfrenta concorrência significativa de produtores brasileiros e estrangeiros, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A Companhia enfrenta, no Brasil, uma forte concorrência de outros produtores brasileiros e, no exterior, de produtores estrangeiros e brasileiros. O mercado interno de aves inteiras, cortes de aves e de suínos é altamente fragmentado. Pequenos produtores podem ser concorrentes importantes, alguns dos quais operam na economia informal e são capazes de oferecer preços mais baixos com padrões inferiores de qualidade. Por exemplo, as cooperativas agropecuárias são concorrentes cada vez mais relevantes nos mercados em que a Companhia atua, pois possuem certas vantagens fiscais e geralmente têm maior mobilidade para direcionar sua produção para o mercado externo em momentos em que as exportações se tornam mais atrativas do que seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

respectivos mercados internos. Em relação às exportações, a Companhia concorre com produtores estrangeiros e outros grandes produtores brasileiros, verticalmente integrados, que conseguem produzir produtos de qualidade a custos similarmente competitivos.

Além disso, o tamanho e o potencial de crescimento do mercado interno para alimentos processados, aves, suínos e bovinos, combinados aos baixos custos de produção no Brasil são atrativos para os concorrentes internacionais. A principal barreira que as empresas que entram no mercado brasileiro enfrentam é a necessidade de construir uma rede de distribuição abrangente e uma rede de integrados para a criação de animais, inclusive uma rede de subcontratados (produtores terceirizados). Não obstante, os concorrentes internacionais com importantes recursos poderiam construir uma ampla rede de distribuição e uma rede de produtores ou adquirir e expandir as já existentes.

Os mercados brasileiros de cortes de aves e suínos, em particular, são altamente competitivos em termos de preço e sensíveis à substituição de produtos. Mesmo que a Companhia continue sendo um produtor de baixo custo, com marcas fortes, os consumidores podem optar por adquirir outros produtos ou marcas.

A Companhia acredita que continuará a enfrentar forte concorrência em todos os seus mercados e prevê que os atuais ou novos concorrentes poderão ampliar suas linhas de produtos e expandir seu alcance geográfico, o que poderá afetar de forma negativa o seu desempenho financeiro. Qualquer atraso ou falha da Companhia em relação aos produtos, preços e outras estratégias por parte dos concorrentes pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados, do cumprimento das leis trabalhistas e da segurança de suas instalações. Qualquer deterioração dessas relações, aumento dos custos relacionados a questões trabalhistas e lesões nas instalações da Companhia pode afetar adversamente seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha um total de aproximadamente 100.000 empregados no mundo todo. Todos os empregados da produção, no Brasil e em países que possuem sindicatos trabalhistas, costumam ser representados por sindicatos. Após o fim da vigência dos acordos coletivos de trabalho existentes ou outros acordos coletivos de trabalho, a Companhia pode não ser capaz de celebrar novos acordos com os sindicatos. Além disso, alguns desses acordos podem não apresentar condições satisfatórias para a Companhia, como o pagamento de salários ou benefícios maiores aos trabalhadores sindicalizados. Se a Companhia não for capaz de negociar acordos em termos aceitáveis com os sindicatos, a Companhia estará sujeita a paralisações ou greves, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia.

As negociações com os sindicatos podem se tornar mais desafiadoras e a Companhia pode estar sujeita a salários mais altos e mais paralisações ou greves se o novo governo federal brasileiro for bem-sucedido na implementação de mudanças nas leis trabalhistas e no aumento de fundos para

4.1 Descrição dos fatores de risco

os sindicatos. Como parte da reforma da legislação trabalhista de 2017 (“**Reforma Trabalhista**”), o financiamento sindical pelos trabalhadores não é mais obrigatório no Brasil. No entanto, em outubro de 2022, os brasileiros reelegeram o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva como presidente, e ele assumiu o cargo em janeiro de 2023. O Sr. Lula da Silva iniciou sua carreira como sindicalista e foi eleito presidente do Brasil pela primeira vez em 2002, permanecendo no cargo de janeiro de 2003 até dezembro de 2010. Se o novo governo orientar mudanças na Reforma Trabalhista e a volta da obrigatoriedade de financiamento dos sindicatos e órgãos administrativos relacionados (como centrais sindicais, federações e confederações), tais entidades poderão aumentar o poder de negociação de novos direitos dos trabalhadores, inclusive dos empregados brasileiros. Como resultado, os sindicatos podem buscar negociações mais agressivas para aumentos salariais, incluindo salários-mínimos acima da inflação. Consequentemente, os salários-mínimos regionais também poderão ser aumentados acima da inflação. Os custos de mão-de-obra estão entre as despesas mais significativas da Companhia. Esses custos representaram 11,5% do custo de vendas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. No caso de uma revisão da estrutura de contratação de empregados da Companhia e um aumento nos salários, despesas operacionais adicionais podem ser incorridas.

Além disso, no curso normal dos negócios, a Companhia utiliza-se de mão-de-obra terceirizada, o que a expõe a possíveis contingências derivadas dessa relação. Tais contingências podem envolver reclamações diretas contra a Companhia, como se fosse empregador direto desses terceirizados. Caso um número significativo dessas reclamações resulte em decisões desfavoráveis à Companhia, esta pode ser condenada ao pagamento de valores superiores aos valores provisionados, o que pode causar um efeito adverso significativo sobre os seus negócios, situação operacional e financeira e resultados operacionais. Além disso, se na relação com os empregados terceirizados estiverem presentes os requisitos da relação de emprego, a terceirização pode ser considerada ilegal e os terceirizados podem ser considerados empregados, o que poderia aumentar significativamente seus custos e sujeitar a Companhia a processos administrativos e judiciais ajuizados pelas autoridades competentes, além do pagamento de multas.

Além disso, a Companhia enfrenta riscos relacionados à segurança de suas instalações. Se a Companhia não conseguir implementar procedimentos de segurança ou se os procedimentos que implementamos forem ineficazes ou não forem seguidos por seus funcionários ou outras pessoas, seus funcionários e outras pessoas podem se acidentar, o que pode resultar em custos por lesões e perda de produtividade. Qualquer uma das situações acima pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, resultados operacionais e reputação.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

A crescente regulamentação relacionada à segurança dos alimentos e ao bem-estar animal pode aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente os resultados de suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As unidades industriais e produtos da Companhia estão sujeitos a inspeções governamentais e a regulamentos abrangentes na área sanitárias e de segurança dos alimentos, incluindo controles governamentais de processamento de alimentos em todos os países para os quais a Companhia exporta. A Companhia já incorreu em custos significativos relativos aos seus esforços para cumprir com as regras aplicáveis. Não obstante, mudanças nos regulamentos sanitários, inclusive como resultado da pandemia de COVID-19, ou relativos à segurança dos alimentos e bem-estar animal podem exigir outros investimentos ou custos para atender às novas especificações exigidas. Os produtos são muitas vezes inspecionados fora do Brasil por autoridades alfandegárias ou de segurança dos alimentos estrangeiras e qualquer reprovação durante tais inspeções pode acarretar a devolução total ou parcial de produtos ao Brasil, recall dos lotes, descarte total ou parcial de produtos ou custos devido a atrasos na entrega aos clientes. Qualquer nova regra, procedimento ou restrição imposta no que tange à saúde alimentar e bem-estar animal pode aumentar os custos e afetar de forma adversa e significativa os negócios e resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

As leis e os regulamentos ambientais requerem grandes gastos e despesas para seu cumprimento por parte da Companhia.

A Companhia, como os outros produtores alimentícios brasileiros, está sujeita a leis, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais no Brasil, relativos, entre outras coisas, à realização de atividades potencialmente poluidoras, à interferência em áreas especialmente protegidas (tais como, unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas, patrimônio de interesse histórico ou arqueológico e áreas de preservação permanente), ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, ruídos, contaminações, entre outros, os quais afetam os seus negócios.

Além disso, se caso a Companhia não cumpra com a legislação de proteção ambiental, também poderá estar sujeita à responsabilidade direta e indireta, estrita e solidária, sendo obrigada a reparar danos ambientais, independentemente de culpa. A responsabilidade das empresas não exclui as pessoas físicas, infratores, mandantes ou cúmplices, muitas vezes estendendo a responsabilidade por esses atos aos membros da administração dessas empresas, que participaram de decisões ou se omitiram, quando poderiam ter evitado os prejuízos resultantes. Além disso, o artigo 4º da Lei de Crimes Ambientais brasileira (Lei nº 9.605/98) prevê a desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta representar um obstáculo à reparação de danos ambientais. Nesse caso, os acionistas das empresas tornam-se pessoalmente responsáveis pela reparação dos danos ambientais.

A Companhia incorre, e continuará a incorrer, em despesas operacionais e requisitos de despesas de capital para cumprir essas leis e regulamentos ambientais. Devido à possibilidade de medidas regulatórias imprevistas ou outros desenvolvimentos, especialmente à medida que as leis ambientais se tornam mais rigorosas no Brasil, o valor e o momento das despesas futuras necessárias para manter a conformidade podem aumentar em relação aos níveis atuais e podem afetar negativamente a disponibilidade de fundos para despesas de capital e outras prioridades. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

conformidade com as leis e regulamentos ambientais existentes ou novos, bem como as obrigações em acordos com entidades públicas, podem resultar em aumento de custos e despesas.

As instalações da Companhia estão sujeitas a licenciamento ambiental e operacional com base em seu potencial de poluição e uso de recursos naturais. Se as referidas instalações forem construídas ou ampliadas sem uma licença ambiental, ou se as licenças ambientais da Companhia expirarem e não forem renovadas em tempo hábil ou tiverem seu pedido de renovação rejeitado pela autoridade ambiental competente, a Companhia poderá incorrer em multas e outras penalidades administrativas, como a suspensão das operações ou o fechamento das instalações em questão e, em alguns casos, a Companhia estará sujeita a responsabilidades civis e/ou criminais. Essas mesmas penalidades também podem ser aplicáveis no caso de não cumprimento das condições de validade das licenças ambientais já detidas pela Companhia. Atualmente, algumas das licenças ambientais da Companhia estão em processo de renovação, e não é possível garantir que os órgãos ambientais aprovarão os referidos pedidos de renovação. A Resolução nº 237 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) do Brasil estabelece que a renovação das licenças ambientais deve ser solicitada com pelo menos 120 dias de antecedência de sua expiração, de modo que as licenças possam ser automaticamente prorrogadas até que haja uma decisão final da autoridade ambiental. Além disso, a agência ambiental pode condicionar a renovação a atualizações dispendiosas das instalações se houver mudanças regulatórias nos padrões ambientais que a usina deve atender, o que pode resultar em atrasos, interrupções ou na negação da licença.

A Companhia também está sujeita a leis e restrições ambientais semelhantes em todas as jurisdições onde possui instalações e operações, o que pode obrigá-la a incorrer em custos significativos.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países onde a Companhia atua podem limitar a lucratividade de suas operações e sua capacidade de executar sua estratégia.

O segmento operacional internacional da Companhia é responsável por uma parte significativa de suas vendas líquidas globais e representou 44,5% de nossas vendas líquidas em 2023, 44,8% de nossas vendas líquidas em 2022 e 44,5% de suas vendas líquidas em 2021. O segmento da operacional internacional da Companhia compreende os mercados islâmicos (incluindo Turquia, Norte da África, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Malásia), Ásia, Europa, Eurásia, África e Américas, onde está sujeita a muitos dos mesmos riscos descritos aqui em relação ao Brasil. Além disso, a Companhia pode tentar expandir as vendas de seus produtos para outros mercados internacionais. Seu desempenho financeiro futuro depende, em grande parte, das condições econômicas, políticas e sociais nessas regiões, bem como de suas condições de fornecimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Uma vez que a Companhia desenvolve suas atividades em diferentes países, ela está sujeita a uma série de situações que podem afetar seu resultado financeiro adversamente, como por exemplo:

- instabilidade política, como distúrbios sociais, tumultos, controles de câmbio e incerteza em relação às políticas governamentais;
- riscos e conflitos geopolíticos (como guerra, terrorismo e conflitos civis) e econômicos;
- imposição de controles de câmbio ou preço;
- imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias-primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a companhia possui atividades de produção e/ou atividades distribuição);
- flutuação de moedas globais contra o real;
- flutuação da taxa de juros e o impacto da hiperinflação;
- volatilidade dos preços das commodities;
- reduções na demanda, especialmente de grandes mercados, como China e Arábia Saudita;
- nacionalização dos bens da companhia;
- influência política de governos locais em comunidades onde a companhia atua que exigem investimentos ou outros gastos;
- aumento das tarifas de exportações e das alíquotas do imposto de renda sobre produtos da companhia;
- imposição de tarifas mais altas, direitos antidumping ou outras barreiras comerciais não tarifárias;
- fechamentos imprevisíveis de fronteiras internacionais que restringem produtos, materiais e pessoas;
- acordo de livre comércio entre países e regiões, excluindo o Brasil;
- conformidade com diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros, e mudança na regulamentação dos mercados para os quais a companhia exporta;
- greves, não apenas de nossos funcionários, mas também de funcionários do porto, motoristas de caminhão, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes do governo nos portos brasileiros de onde exportamos vários de nossos produtos;
- acesso à infraestrutura adequada, que pode ser afetada por enchentes ou eventos semelhantes;
- danos aos nossos produtos;
- exposição negativa na mídia relacionada à agricultura brasileira ou aos setores de processamento de carne, especialmente em relação à Operação Carne Fraca, Operação

4.1 Descrição dos fatores de risco

Trapaça ou outras investigações; preconceitos negativos influenciados pela deterioração da reputação internacional do Brasil devido ao desmatamento e a outras questões ambientais e de sustentabilidade;

- epidemias e pandemias imprevisíveis ou incontroláveis, que afetem a vida humana e/ou animal;
- falta de transparência e/ou suborno ou quaisquer ganhos ilegais tentados por empregados estrangeiros; e
- mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como resultado desses fatores, os resultados operacionais e condição financeira da Companhia nas regiões onde tem atividades de produção e distribuição e em seus mercados de exportação podem ser afetados negativamente, e podem gerar variações significativas em sua receita proveniente dessas operações.

Em 2019, a UE chegou a um acordo comercial em princípio com o bloco comercial do Mercosul, do qual o Brasil é o maior membro, sujeito a ser finalizado e ratificado pelos estados membros da UE. No entanto, desde então, o acordo tem enfrentado a oposição de alguns membros da UE e dos parlamentos nacionais, devido a preocupações com as políticas de proteção ambiental brasileiras e sua aplicação, e devido à postura protecionista de algumas partes. Espera-se que as negociações políticas do acordo sejam retomadas após as eleições parlamentares da UE em junho, a depender de seus resultados. O atraso ou a não finalização e ratificação do acordo podem prejudicar os esforços para expandir o acesso aos mercados europeus pela Companhia. Além disso, diversos países da Ásia atualmente não tributam a importação de carne de aves e suínos, o que aumenta a competitividade dos produtos da Companhia nesses países. No entanto, tendo em vista que a regulamentação de impostos de importação pode mudar em breve, a Companhia não pode prever qualquer mudança na regulamentação sobre impostos de importação, o que pode ter um efeito adverso relevante na competitividade de seus produtos. O impacto dessas mudanças na capacidade de entregar os projetos planejados da Companhia e executar sua estratégia não pode ser determinado com qualquer grau de certeza, e essas mudanças podem afetar negativamente suas operações e resultados financeiros.

Além disso, acordos comerciais específicos entre os principais mercados e outros países exportadores concorrentes podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia e sua competitividade. Por exemplo, o acordo de livre comércio e o acordo de parceria econômica entre os EUA e a Coreia do Sul reduziram a tarifa de importação de produtos pecuários europeus

4.1 Descrição dos fatores de risco

e americanos em 2022. Esses acordos causaram um impacto na competitividade regional da Companhia e exerceram pressão adicional sobre nossa participação no mercado.

(j) às questões sociais

Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais.

As operações da Companhia envolvem a criação de aves e suínos e o processamento de sua carne, o que exige que a Companhia mantenha certos padrões de saúde animal e controle de doenças. A Companhia pode ser obrigada a abater animais ou a suspender a venda ou distribuição de alguns de seus produtos para clientes no Brasil e no exterior, no caso de um surto de doença que afete animais, como: (i) febre aftosa e gripe, no caso de suínos e alguns outros animais (H5N1) e ASF; e (ii) no caso das aves de criadouro, gripe aviária e doença de Newcastle. Além disso, se a Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos (SRRP), que surgiu na Europa e nos Estados Unidos em 1985 e 1990, respectivamente, e a Diarreia Epidêmica Suína (DES), que eclodiu na Europa e nos Estados Unidos em 2014 e 2013, respectivamente, e a ASF, que começou na China em 2018, chegarem no Brasil, a Companhia pode ser obrigada a abater os suínos precocemente, o que afetará negativamente seus resultados e operações futuras.

Houve surtos da PSC no Brasil. A ocorrência de PSC em áreas de onde proveem os suínos da Companhia para produção pode obrigar a Companhia a descartar os animais afetados. O abate precoce ou sanitário de aves, suínos ou outros animais impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra desses animais e resultaria em despesas adicionais para o seu descarte, além de causar perda de estoque. Um surto de febre aftosa ou de doenças similares pode afetar o rebanho da Companhia e a disponibilidade de rebanhos de terceiros para compra. Além disso, os efeitos globais da gripe aviária ou de outras doenças similares afetariam a percepção dos consumidores sobre a qualidade de determinadas proteínas e a capacidade da Companhia de acesso a certos mercados, o que poderia prejudicar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Frangos e outras aves têm sido contaminados por gripe aviária altamente patogênica nos últimos anos. Em um pequeno número de casos altamente divulgados, a gripe aviária foi transmitida de aves para humanos, resultando em doença e, às vezes, morte de seus portadores. Conseqüentemente, as autoridades de saúde de muitos países tomaram medidas para prevenir surtos desta doença viral, incluindo o abate sanitário de aves afetadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nos últimos anos, alguns casos humanos de gripe aviária e mortes relacionadas foram relatados, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), causados pelo vírus H1N1. Os casos relatados foram causados pelo vírus H5N1. No início de 2017, o Chile confirmou a ocorrência de gripe aviária. Em 2019 e 2020, diversos países da Europa, Ásia e África registraram casos de gripe aviária altamente patogênica em aves. Adicionalmente, o México reportou casos em 2019, os Estados Unidos reportaram casos em 2020 e o Japão, a China e outros países dentro da Europa relataram casos em 2021. Finalmente, em 2022, de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal, vários subtipos altamente patogênicos de influenza aviária foram relatados em muitos países da Europa, Ásia e Américas, com casos envolvendo aves de criação e não avícolas. Além disso, de acordo com informações divulgadas pelo MAPA em 2022, casos de gripe aviária de alta patogenicidade envolvendo aves de criação e aves não avícolas foram relatadas em países próximos ao Brasil, incluindo Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela, com casos notificados na Argentina, Equador, Chile e Peru envolvendo aves criadas para a indústria.

No final de 2022, a região das Américas registrou um aumento nos casos de gripe aviária em alguns países, incluindo Canadá, Estados Unidos, México, Colômbia, Chile, Venezuela e Peru. Em janeiro de 2023, a Organização Pan-Americana da Saúde emitiu um alerta em resposta à crescente detecção de surtos de gripe aviária em aves em dez países da região das Américas, considerando a confirmação do caso de infecção humana por gripe aviária na América do Sul. De acordo com o MAPA, foram registrados 151 casos de influenza aviária no Brasil (148 em aves silvestres e 3 em aves de subsistência). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os *Thalasseus acutiflavus* e *Thalasseus maximus*, pertencentes à família das andorinhas-do-mar, foram responsáveis por aproximadamente 75% dos casos em aves silvestres, diagnosticados principalmente ao longo da costa brasileira. No entanto, nenhum caso foi registrado em aves comerciais, e não há registros de contaminação pelo consumo de frango ou ovos preparados adequadamente. Como resultado do surto de gripe aviária, alguns países podem suspender as importações do Brasil, especialmente considerando que o Brasil não tem muitos acordos comerciais regionais para a venda de aves. Por exemplo, entre junho e novembro de 2023, o Japão suspendeu as importações de carne de aves, ovos, aves vivas e pintinhos de um dia dos estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Todos os embargos foram suspensos desde então. No entanto, o Japão adotou uma política de importação mais restritiva, permitindo as exportações desses estados somente após um período sem novos casos de infecção e desde que seja entregue um relatório detalhado da gripe aviária.

Ainda que não ocorra um surto de gripe aviária no Brasil, novos surtos de gripe aviária em qualquer lugar do mundo podem ter um impacto negativo no consumo de aves nos principais mercados de exportação da Companhia ou no Brasil, e um surto significativo afetaria negativamente os resultados de operações e condição financeira da Companhia. Qualquer surto poderia levar à imposição de controles preventivos dispendiosos sobre as importações de aves nos mercados de exportação. Assim, qualquer disseminação da gripe aviária, ou aumento das preocupações sobre esta doença, pode ter um efeito material e adverso sobre a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(k) às questões ambientais

A escassez ou falta de água e qualquer descumprimento das regras e dos regulamentos aplicáveis relacionados ao uso e à gestão da água, poderão afetar de forma adversa os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

No último século, o uso da água aumentou em âmbito global. De acordo com o OECD Perspectivas ambientais da OCDE para 2050: As consequências da não intervenção - Fatos e números essenciais, até 2050 a escassez de água afetará mais de 40% da população mundial, ou seja, é esperado que cerca de 2,3 bilhões de pessoas em todo o mundo estarão vivendo em áreas de estresse hídrico se nenhuma ação for tomada. A água é um recurso fundamental para os negócios da Companhia, sendo utilizada na produção de grãos, outros insumos agrícolas e no próprio processo produtivo da Companhia. O uso industrial da água também poderá afetar negativamente sua disponibilidade. Em algumas das unidades da Companhia nos estados brasileiros de Santa Catarina, Paraná e Goiás e na unidade localizada na Turquia, foi identificada uma redução no abastecimento de água nos últimos dez anos. Para gerir a escassez de água e manter as operações regulares, foram incorridos custos incrementais para obter água de fontes hidrográficas mais abundantes, as quais se situam longe das instalações de produção (por vezes utilizando caminhões de água). Por exemplo, em 2023, devido a uma seca extrema nos rios próximos, tivemos que ativar nosso plano de contingência para o fornecimento de água nas unidades de Concórdia e Chapecó, localizadas no estado de Santa Catarina, o que incluiu o uso de caminhões-pipa para fornecer água em um raio de cerca de 40 quilômetros dessas unidades. Consequentemente, a escassez ou falta de água, incluindo o aumento do risco de secas nas regiões onde a Companhia opera, e os custos associados para minimizar o impacto nas operações, representam um risco crítico para os negócios da Companhia. A Companhia está ciente de que o uso industrial da água pode afetar a sua produtividade de forma adversa e significativa. A Companhia e sua cadeia de fornecedores também estão sujeitas a restrições no volume de água que podem coletar do meio ambiente de acordo com suas outorgas de uso de água, que podem ser inferiores às demandas reais de água de seus negócios nessas áreas. No caso de não conseguirem coletar água suficiente para atender às suas demandas operacionais, devido a restrições nas outorgas de água ou de outra forma, os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Os procedimentos que a Companhia desenvolve para reduzir o seu consumo de água e aumentar o reuso de água para cumprir as regras e os regulamentos aplicáveis e minimizar o seu impacto sobre o meio ambiente e a comunidade podem ser insuficientes ou não efetivos. Ademais, a Companhia avalia os riscos de escassez de água nos locais onde opera, a fim de compreender os impactos específicos de seu negócio nessas regiões e, consequentemente, reduzir o seu consumo de água e a exposição aos riscos de escassez de água nas unidades aplicáveis. As bacias hidrográficas na região de atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos são analisadas a fim de compreender o crescimento da demanda local e antecipar os riscos. Os métodos utilizados pela Companhia para análise de vulnerabilidade de água de suas plantas, bem como as análises da Companhia de microbacias e macro bacias hidrográficas nas regiões onde a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia atua, as atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos podem ser imprecisas para compreender o crescimento da demanda local por água. Além disso, a metodologia de avaliação de riscos da Companhia relacionados à água nas áreas em que possui operação pode não estimar com precisão o abastecimento de água ou antecipar os riscos relacionados à água e o aumento do uso industrial de água por meio de negócios que demandam o uso intensivo de água também pode afetar adversamente a disponibilidade e a qualidade contínua da água no Brasil. Todos esses fatores poderão afetar de forma adversa a imagem, os negócios e resultados operacionais da Companhia.

(I) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas podem afetar negativamente o negócio da Companhia e o resultado de sua operação.

De acordo com o 19.º Relatório de Riscos Globais publicado pelo Fórum Económico Mundial em janeiro de 2024, os riscos relacionados com condições meteorológicas extremas são considerados os mais prementes para o mundo no curto prazo (ou seja, 2024 e 2025) e para os próximos 10 anos. Após a adoção do Acordo de Paris em 2015, foram promovidas a nível mundial medidas para reduzir os gases com efeito de estufa que são vistos como a causa das alterações climáticas. Como as nações participantes concordaram com a meta de limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Glasgow (COP26), realizada em 2021, e tal meta foi reafirmada na COP27, realizada em Sharm el-Sheikh em 2022 e novamente na COP28 realizada no Dubai em 2023, governos e outros têm acelerado as suas medidas para combater as alterações climáticas. No entanto, de acordo com o Primeiro Relatório de Balanço Global sobre a implementação do acordo histórico climático divulgado pela ONU sobre Alterações Climáticas em dezembro de 2023, apesar dos esforços crescentes de alguns países, as ações levadas a cabo até agora são insuficientes para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus Celsius e cumprir as metas do Acordo de Paris. Num esforço para manter esta meta dentro do alcance, quase 200 partes participantes na COP28, incluindo o Brasil, concordaram com um acordo que apela à transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de modo a atingir o zero líquido até 2050. Portanto, abordar os riscos das alterações climáticas, entre várias questões ambientais e sociais, tornou-se cada vez mais importante.

A contribuição nacionalmente determinada (NDC) do Brasil é reduzir os gases de efeito estufa em 37% em 2025 e 43% em 2030, em comparação com os níveis de 2005. Novas secretarias foram criadas com foco na agenda climática, na bioeconomia e no combate ao desmatamento. O objetivo é combater as alterações climáticas, aumentar a utilização de bioenergia sustentável e de fontes de energia renováveis, definir diretrizes para Net Zero e implementar iniciativas para a proteção da biodiversidade.

Considerando que as mudanças climáticas contribuem para a insegurança da produção de alimentos e ameaçam a nutrição da comunidade, levamos em consideração os efeitos potenciais

4.1 Descrição dos fatores de risco

das mudanças climáticas em nossas operações e cadeia de suprimentos e reconhecemos as vulnerabilidades associadas aos recursos naturais e produtos agrícolas que são essenciais para nossas atividades. Os principais riscos para nossos negócios que identificamos com relação às mudanças climáticas estão relacionados às mudanças de temperatura (aquecimento global) e chuvas, incluindo secas e desastres naturais (como inundações e tempestades), que podem afetar a produtividade agrícola, o bem-estar animal e a disponibilidade de água e energia. Essas mudanças podem afetar adversamente nossos custos operacionais e resultados operacionais, inclusive aumentando o preço de commodities agrícolas como resultado de longos períodos de seca ou chuvas excessivas, aumentando os custos operacionais para garantir o bem-estar animal como acesso a ração e condições de temperatura, aumentando o risco de racionamento e aumentando o preço da eletricidade e acesso à água, custos adicionais caso o acesso a logística de nossa cadeia seja comprometido e até paralização de unidades produtivas impactadas em casos de calamidade pública em municípios os quais atuamos. É possível que deixemos de efetivamente implantar programas ou obter certificações ambientais e de sustentabilidade relevantes para reduzir nossa exposição às mudanças climáticas, o que poderá ter impactos negativos em nossos negócios e resultados operacionais no futuro.

Também estamos sujeitos a mudanças regulatórias, como precificação ou tributação de carbono, e mudanças na legislação para emissões de gases de efeito estufa nos níveis doméstico e internacional. Quaisquer mudanças na precificação ou tributação do carbono e mudanças na legislação para emissões de gases de efeito estufa podem aumentar nossos custos e afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Nossas operações dependem em grande parte da eletricidade, e as despesas relacionadas à energia são um dos nossos maiores custos fixos. Os custos de energia historicamente flutuaram significativamente ao longo do tempo – com aumentos significativos sendo experimentados durante secas ou desvio de água para outros fins, já que a matriz energética brasileira é principalmente apoiada por usinas hidrelétricas – e aumentos nos custos de energia podem resultar em lucros reduzidos. Uma interrupção significativa no fornecimento de energia ou perda total de energia em qualquer uma de nossas instalações também pode resultar em uma interrupção temporária na produção e entrega de produtos aos clientes e custos adicionais, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

As condições econômicas, política e outras do Brasil e as ações e políticas do governo brasileiro em respostas a essas condições poderão afetar negativamente os negócios, resultados operacionais da Companhia e, portanto, o preço de seus valores mobiliários.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), em 2021, 2022 e 2023, a economia brasileira mostrou sinais de recuperação após a pandemia da COVID-19, conforme medido pelo PIB, que aumentou 4,6%, 2,9% e 2,9% em relação ao ano anterior, de acordo com o

4.1 Descrição dos fatores de risco

IBGE. Em 31 de dezembro de 2023, o desemprego diminuiu para 7,4%, de 7,9% em 2022 e 11,1% em 2021, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio publicada pelo IBGE.

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por intervenções do governo brasileiro e ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem mudado frequentemente as políticas monetárias, de controle de preços, tributação, crédito, tarifas e outras políticas para influenciar o curso da economia brasileira. Os negócios, resultados de operações, condição financeira, perspectivas da Companhia e preço de mercado de suas ações ordinárias e ADRs podem ser prejudicados por fatores que estão além do seu controle, tais como:

- Flutuações nas taxas de juros e câmbio;
- Expansão ou contração da economia brasileira;
- Flutuação nas taxas de inflação;
- Mudanças nas políticas fiscais ou monetárias;
- Flutuações no preço das commodities;
- Aumento das taxas de juros;
- Controles cambiais e restrições às remessas ao exterior;
- Volatilidade e liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito;
- Desastres naturais e mudanças nos padrões climáticos;
- Escassez ou racionamento de energia ou água;
- Mudanças na regulamentação ambiental;
- Instabilidade social e política, principalmente em função das incertezas envolvendo a administração do novo presidente Sr. Luiz Inácio Lula da Silva;
- Greves, não só dos empregados da Companhia, mas também de empregados portuários, caminhoneiros, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais a Companhia exporta os seus produtos; e
- Outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais no Brasil ou que afetem o Brasil, inclusive com relação à suposta conduta antiética ou ilegal do governo brasileiro e seus legisladores, que estão atualmente sob investigação.

O Ministério Público Federal brasileiro, incluindo a maior dessas investigações, conhecida como "Operação Lava Jato", afetou negativamente a imagem e a reputação das empresas envolvidas, bem como a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e os mercados de capitais brasileiros. A Companhia não tem controle e não pode prever se essas investigações ou alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se novas investigações ou alegações contra autoridades governamentais surgirão no futuro.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e emitir atos governamentais relacionados à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o

4.1 Descrição dos fatores de risco

desempenho financeiro das empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o governo federal brasileiro poderá adotar ou alterar para promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e níveis adequados de investimento interno e externo, ou o efeito que tais políticas poderão ter efeitos sobre os negócios da Companhia ou sobre a economia brasileira. Por exemplo, o Ministro da Economia, Sr. Fernando Haddad, tem uma visão crítica sobre os incentivos fiscais para determinados setores econômicos e sugeriu cortar alguns desses incentivos. Em 2024, esperamos um aumento na arrecadação de impostos e, em médio prazo, um aumento nos gastos do governo.

Em março de 2021, para custear o auxílio emergencial à população de baixa renda, o Congresso Nacional brasileiro aprovou uma emenda constitucional que alterou as regras orçamentárias do governo. A partir de 2022, os estados, cidades e municípios brasileiros que atingirem o limite de endividamento de 95% de sua receita terão seus incentivos fiscais e financeiros concedidos reduzidos em 10%. Além disso, em dezembro de 2021, o Congresso Nacional brasileiro aprovou uma emenda constitucional para alterar as regras de pagamentos de créditos (precatórios) entre estados, cidades e municípios brasileiros. O prazo para esses pagamentos foi adiado por até quinze anos. A pressão nos governos locais de todo o país gerada pelas novas regras resultou em aumentos de impostos.

Em dezembro de 2022, antes mesmo de sua posse, o Presidente Lula obteve a aprovação do Congresso para uma renúncia às limitações de gastos fiscais e para a promulgação de novos regulamentos que permitem que a nova âncora fiscal seja apresentada por meio de legislação suplementar, exigindo um quórum menor para aprovação em 2024. Não há garantias de que essa ou outras políticas semelhantes não terão um impacto negativo em nossos negócios no futuro.

A incerteza quanto à possibilidade de o governo brasileiro implementar reformas significativas na política pública no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade nos mercados de títulos brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros domésticos no curto prazo, e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Dessa forma, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que pode ter um efeito adverso sobre nas operações da Companhia e resultados financeiros. O agravamento das condições políticas e econômicas no Brasil pode aumentar os custos de produção e da cadeia de suprimentos e afetar negativamente os negócios da Companhia, resultados operacionais e condição financeira.

Os detentores de ações de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser integralmente disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia não efetue tal distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso a mesma seja incompatível com a situação financeira da Companhia. Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não distribuiu dividendos. Ademais, com base nas informações financeiras da Companhia referentes a 31 de

4.1 Descrição dos fatores de risco

dezembro de 2023, o prejuízo acumulado era de R\$4.375,1 milhões, os quais em 31.12.23 foram compensados com reservas de capital, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. A Companhia somente poderá distribuir dividendos após compensar o prejuízo acumulado com lucros ou utilizando reservas. Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações talvez não recebam dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre capital próprio previsto na legislação atual está sendo revista por diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que têm por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas e alteração e/ou extinção do regime de tributário incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. Assim sendo, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter o seu regime tributação extinto no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados da Companhia.

Riscos relacionados à inflação e às medidas governamentais tomadas para controlá-la podem afetar adversamente a economia brasileira, o mercado de valores mobiliários, os negócios e operações da Companhia, sua situação financeira e o preço de mercado de suas ações ordinárias e ADRs

O Brasil já sofreu hiperinflação no passado. As taxas de inflação brasileiras, conforme medidas pelo IPCA, publicado pelo IBGE, diminuíram para 4,62% no acumulado dos últimos doze meses anteriores a 31 de dezembro de 2023, de 5,79% em 2022 e 10,06% em 2021.

Não há garantias de que as taxas de inflação diminuirão ou se estabilizarão. O Brasil experimentou um aumento abrupto dos níveis de inflação durante 2021, atingindo os níveis mais altos desde 1994. Períodos de inflação mais alta retardam a taxa de crescimento da economia brasileira, o que pode levar a um menor crescimento no consumo de produtos alimentícios. A alta inflação também pressiona os custos industriais de produção e despesas, o que pode forçar as empresas a buscar soluções inovadoras para manterem sua competitividade no mercado. A Companhia pode não ser capaz de repassar qualquer aumento de custos para seus clientes e, desta forma, como resultado, poderá afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a alta da inflação geralmente leva a taxas de juros internas mais altas, o que resulta em aumentos nos custos de manutenção da dívida da Companhia. Ademais, a inflação e seu efeito sobre as taxas de juros domésticas podem levar à redução da liquidez nos mercados de capital doméstico e de empréstimos, o que pode afetar a capacidade da Companhia de refinar seu endividamento e afetar negativamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os preços de mercado das ações ordinárias e ADRs da Companhia.

As flutuações nas taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira e os preços de mercado de suas ações ordinárias e ADRs.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A partir de 31 de dezembro de 2023, o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“**Sistema Especial de Liquidação e de Custódia**”, ou “**SELIC**”), a taxa de juros de referência primária brasileira, diminuiu para 11,75%, de 13,75% em 2022 e 9,25% em 2021. Na data deste Formulário de Referência, a SELIC era de 10,50%. O Banco Central do Brasil utiliza as taxas de juros para tentar manter a inflação sob controle ou para estimular a economia. Se as taxas de juros diminuem, geralmente há maior acesso ao crédito e o consumo de bens normalmente aumenta. Esse aumento na demanda pode, por sua vez, resultar em inflação. Por outro lado, se as taxas de juros sobem, o custo do empréstimo aumenta, o que pode inibir o consumo e os investimentos adicionais. Outra consequência do aumento da taxa de juros é que um retorno maior é pago em relação aos títulos públicos, o que pode afetar outros investimentos, tornando-os menos atraentes em comparação. Como resultado, pode haver um investimento adicional na dívida pública, que absorve o dinheiro que poderia financiar o setor privado.

As flutuações da taxa de câmbio podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

De tempos em tempos, houve flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar norte-americano e outras moedas. Após o início da pandemia da COVID-19, o real se desvalorizou significativamente em relação ao dólar americano, refletindo as baixas taxas de juros, um ambiente econômico em deterioração e uma crise política. O real se desvalorizou 7,4% em 2021 em relação ao dólar norte-americano, e se valorizou 6,5% em 2022 e 7,2% em 2023, refletindo as taxas de juros mais altas no Brasil e os preços mais altos das exportações de commodities. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio real/dólar norte-americano era de R\$ 4,8413 para US\$ 1,00 e, na data deste Formulário de Referência, a taxa de câmbio real/dólar norte-americano era de R\$ 5,10 para US\$ 1,00.

A valorização do real brasileiro em relação ao dólar americano pode levar a um enfraquecimento do crescimento impulsionado pelas exportações. Nossos custos de produção são denominados em reais, mas as vendas internacionais da Companhia são, em sua maioria, denominadas em dólares americanos. As receitas geradas pelas exportações são reduzidas quando convertidas para reais nos períodos em que o real se valoriza em relação ao dólar americano. Qualquer valorização poderia reduzir a competitividade das exportações da Companhia e afetar negativamente suas vendas líquidas e seus fluxos de caixa provenientes de exportações. Por outro lado, uma desvalorização do real em relação ao dólar americano pode levar a exportações e receitas mais altas, mas os custos podem ser maiores.

Os custos também são diretamente afetados pelas taxas de câmbio. Qualquer desvalorização do real em relação ao dólar americano poderia criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, aumentando o preço dos produtos importados e exigindo políticas governamentais deflacionárias. Além disso, os preços do farelo de soja e dos grãos de soja, que são ingredientes importantes para a matéria-prima animal, estão intimamente ligados ao dólar americano, e muitos dos nutrientes minerais adicionados à matéria-prima utilizada pela Companhia são comprados em dólares americanos. O preço do milho, outro importante ingrediente da matéria-prima da Companhia,

4.1 Descrição dos fatores de risco

também está vinculado ao dólar americano, mas em menor grau. Além dos ingredientes da matéria-prima, a Companhia compra tripas de salsicha, ovos de galinha reprodutora, embalagens e outras matérias-primas, bem como equipamentos para uso em suas instalações de produção, de fornecedores localizados no exterior, aos quais devem ser pagos em dólares americanos ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se desvaloriza em relação ao dólar norte-americano, o custo em reais das matérias-primas e equipamentos vinculados ao dólar norte-americano utilizados pela Companhia aumenta, e esses aumentos podem afetar negativamente seus resultados operacionais. A Companhia estabelece políticas e procedimentos para gerenciar sua sensibilidade a esses riscos, incluindo a Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros. Essa política, no entanto, pode não cobrir plenamente a exposição de receita e custo às taxas de câmbio pela Companhia.

A Companhia tinha um total de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira em um valor agregado de R\$ 11.093,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando 55,2% de seu endividamento total consolidado nessa data. Embora a Companhia administre uma parte de seu risco de taxa de câmbio por meio de instrumentos derivativos de moeda estrangeira e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares americanos e outras moedas estrangeiras, suas obrigações de dívida em moeda estrangeira não são totalmente protegidas. Uma desvalorização significativa do real em relação ao dólar norte-americano ou a outras moedas aumentaria a quantidade de reais que a companhia necessitaria para atender às exigências do serviço da dívida de nossas obrigações denominadas em moeda estrangeira.

Mudanças nas leis tributárias ou mudanças em sua interpretação podem aumentar a carga tributária da Companhia e, conseqüentemente, afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças nos regimes tributários que podem aumentar a carga tributária da Companhia e a de seus fornecedores e clientes, o que, por sua vez, pode aumentar os preços cobrados pelos produtos vendidos pela Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes e, portanto, afetar adversamente de forma relevante os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Essas mudanças incluem modificações nas alíquotas de impostos e, ocasionalmente, a promulgação de impostos com recursos destinados a fins governamentais específicos.

Em 15 de dezembro de 2023, o Congresso brasileiro aprovou o projeto de reforma tributária (PEC 45/2019), que entrará em vigor em um período de transição de 7 anos a partir de 2026. O projeto de lei visa a simplificar a estrutura tributária brasileira. Ele prevê a fusão de cinco impostos, incluindo o imposto estadual sobre o valor agregado (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), em dois novos impostos sobre o valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A cobrança de impostos sobre os novos impostos sobre valor agregado, ou IVA, será um imposto sobre o consumo (em vez de um imposto sobre a produção, como no sistema anterior). De acordo com a PEC 45/2019, o CBS e o IBS serão regulamentados por meio de uma lei

4.1 Descrição dos fatores de risco

complementar, que ainda não foi elaborada e aprovada. Alíquotas diferentes de IBS e CBS poderão ser aplicadas a bens e serviços específicos listados na Constituição Brasileira, com 42 reduções de impostos incluídas no projeto de lei. Embora ainda não seja possível calcular as alíquotas reais do IBS e do CBS, projeta-se que elas cheguem a 28%, o que seria a maior alíquota de IVA do mundo. O projeto de lei também estabelece um novo imposto (Imposto Seletivo, ou IS) que pode ser considerado um imposto de penalidade para a produção, venda e importação de bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Além disso, estabeleceu um período de 90 dias para que o governo brasileiro apresentasse um projeto de lei para a reforma do imposto de renda e outro para a reforma do imposto sobre a folha de pagamento, o que não ocorreu. Outros regimes tributários, como o programa de incentivo fiscal à pesquisa e desenvolvimento (Lei do Bem) e a dedução de juros sobre o capital próprio, podem ser revogados para aumentar a receita do governo em função de uma possível redução na alíquota do imposto de renda. Os efeitos das medidas de reforma tributária e quaisquer outras alterações que possam resultar da promulgação de regulamentações tributárias novas e adicionais ainda não foram, e não podem ser quantificados. A Companhia não pode garantir que as alíquotas do IBS e da CBS não serão mais altas do que as alíquotas atualmente aplicadas aos seus negócios, que o governo brasileiro não imporá multas tributárias a algumas de suas matérias-primas ou que as novas regulamentações tributárias a serem aprovadas pelo Congresso não terão um efeito adverso relevante sobre seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e perspectivas.

Em 29 de dezembro de 2022, o governo brasileiro publicou a Medida Provisória nº 1.152 ("**MP 1.152**"), que introduz alterações na legislação do imposto de renda de pessoa jurídica e prevê novas regras de preços de transferência com o objetivo de alinhar as regras do país aos padrões internacionais propostos pela OCDE. Em maio de 2023, o Senado brasileiro aprovou a MP 1.152, posteriormente sancionada pelo Presidente da República. As novas regras entraram em vigor em 2024 e espera-se que aumentem nossa tributação.

Além disso, em maio de 2018, a Lei nº 13.670/18 restabeleceu a permissão para as empresas substituírem o pagamento de uma taxa de contribuição social de 20% sobre a folha de pagamento pelo pagamento de uma taxa que varia de 1% a 4,5% (dependendo do setor) sobre a receita operacional bruta até dezembro de 2020. Esse prazo foi posteriormente adiado para dezembro de 2023 pelas Leis 14.020/20 e 14.288/21. Em 28 de dezembro de 2023, o Congresso brasileiro promulgou a Lei 14.784/23, estendendo esse prazo até 31 de dezembro de 2027. No mesmo dia, o presidente brasileiro emitiu a medida provisória nº 1.202/23 revogando essa permissão e aplicando taxas gradualmente crescentes, começando de 10% a 15% (dependendo do setor) a partir de 1º de abril de 2024 e chegando a 20% em 2028. A MP 1.202/23 também restringiu o uso de créditos tributários com valor igual ou superior a R\$10,0 milhões, apesar de tal uso ter sido previamente permitido por decisões judiciais definitivas e irrecorríveis. De acordo com a MP 1.202/23, os contribuintes devem utilizar esses créditos fiscais em um período mínimo de 12 a 60 meses, dependendo dos valores envolvidos. Tais restrições podem afetar negativamente nossos resultados operacionais. Em 28 de fevereiro de 2024, o presidente brasileiro promulgou a MP

4.1 Descrição dos fatores de risco

1.208/24, que revogou parcialmente a MP 1.202/23 e restabeleceu a permissão de dedução para determinados setores, limitando o uso de créditos resultantes de procedimentos fiscais. Paralelamente, o Ministério da Fazenda apresentou o Projeto de Lei 493/24 ao Congresso Nacional para promover discussões sobre uma nova legislação sobre o assunto. Espera-se que haja mais discussões entre o Senado, o Ministério da Fazenda e outros legisladores para buscar fontes alternativas de receita como forma de financiar a política de redução de impostos sobre a folha de pagamento. A Companhia não pode garantir que a atual desoneração permanecerá em vigor se uma nova lei for aprovada, ou que poderemos usar totalmente seus créditos fiscais pendentes quando e como esperado.

Mudanças na legislação tributária estadual brasileira também podem ter um impacto negativo sobre os negócios e resultados financeiros da Companhia, especialmente considerando os resultados das eleições brasileiras de 2022, nas quais vários governadores eleitos ou reeleitos fizeram promessas de campanha de buscar maior disciplina fiscal e orçamentos equilibrados para seus respectivos estados. Os efeitos mais negativos da pandemia no Brasil têm melhorado gradualmente, mas os estados brasileiros ainda precisam lidar com o aumento das demandas de políticas sociais e a redução da receita tributária causada pela aplicação limitada do ICMS sobre combustíveis, eletricidade e serviços de telecomunicações. Essas circunstâncias, juntamente com a alteração dos critérios de cobrança do IBS, motivaram propostas de aumento da tributação do ICMS nos estados, como observado nos estados brasileiros de Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás. Os governadores estaduais podem adotar medidas mais extremas para aumentar a receita tributária dos estados. Essa situação foi ainda mais exacerbada pelas incertezas relacionadas à compensação de perdas nas receitas tributárias dos estados pelo governo federal e, em particular, nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que estão atualmente sujeitos ao regime de recuperação fiscal.

Algumas dessas medidas, se promulgadas, podem resultar em aumentos na carga tributária geral da Companhia, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro geral. Além disso, determinadas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas por parte das autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, a Companhia poderá ser afetada negativamente.

As decisões dos julgamentos acerca dos temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal podem vir a ser desfavoráveis à Companhia, podendo impactar de maneira adversa na situação financeira da Companhia.

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável às empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária.

O tema 881 diz respeito ao recurso extraordinário em que se discute o limite da coisa julgada no âmbito tributário, na hipótese de o contribuinte ter em seu favor decisão transitada em julgado que

4.1 Descrição dos fatores de risco

declare a inexistência de relação jurídico-tributária, ao fundamento de inconstitucionalidade incidental de tributo, por sua vez declarado constitucional, em momento posterior, na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade exercido pelo STF.

Já o tema 885 trata de recurso extraordinário em que se discute se e como as decisões do STF em controle difuso fazem cessar os efeitos futuros da coisa julgada em matéria tributária, quando a sentença tiver se baseado na constitucionalidade ou inconstitucionalidade do tributo.

A Companhia avaliou os temas julgados nestas decisões que abrangem a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Ainda, avaliou outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida e até o momento não há causas com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF.

A Companhia não pode garantir que eventuais desdobramentos e decisões que venham a ser proferidas pelo STF sobre o tema não gerarão impactos financeiros relevantes à Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Descrição dos 5 principais fatores de risco

Os 5 principais fatores de riscos mencionados no campo 4.1 são:

- Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais;
- Deterioração das condições econômicas e geopolíticas, incluindo o conflito militar em curso entre Rússia e Ucrânia e conflitos no Oriente Médio, podem ter um efeito adverso nos nossos negócios;
- Os riscos à saúde e à segurança alimentar relacionados aos negócios da Companhia e ao setor de alimentos podem afetar negativamente os processos de produção e expedição da Companhia, bem como sua capacidade de vender produtos.
- Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à ciclicidade, à volatilidade, aos preços das commodities, carne de frango e carne de porco, podendo afetar negativamente todo o negócio da Companhia; e
- Mudanças climáticas podem afetar negativamente o negócio da Companhia e o resultado de sua operação.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de deterioração das condições econômicas gerais

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas, políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir para perdas líquidas.

A desaceleração econômica global e a instabilidade relacionada ao sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. A recessão econômica global, como verificada nos últimos anos, reduz a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações de negócios em todo o mundo. Um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como Oriente Médio, China ou Japão, poderia ter impacto material adverso sobre as exportações e a balança comercial do Brasil e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente produz, algumas vezes, um efeito de “contágio”, onde toda uma região ou classe de investimentos é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, conseqüentemente, os resultados operacionais da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas na política pública no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Conseqüentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

Riscos relacionados à inflação e às medidas governamentais tomadas para controlá-la

O Brasil experimentou altas taxas de inflação no passado. Em 2022, o Brasil enfrentou baixos índices de inflação. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação ao consumidor no Brasil foram, 10,06% em 2021, 5,79% em 2022 e em 4,62% em 2023.

Não há garantias de que as taxas de inflação não aumentarão em breve. Períodos de inflação mais alta retardam a taxa de crescimento da economia brasileira, o que pode levar a um menor crescimento no consumo de produtos alimentícios. A alta inflação também pressiona os custos industriais de produção e despesas, o que pode forçar as empresas a buscar soluções inovadoras para manterem sua competitividade no mercado. A Companhia pode não ser capaz de repassar qualquer aumento de custos para seus clientes e, desta forma, como resultado, poderá afetar

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a alta da inflação geralmente leva a taxas de juros internas mais altas, o que resulta em aumentos nos custos de manutenção da dívida da Companhia. Ademais, a inflação e seu efeito sobre as taxas de juros domésticas podem levar à redução da liquidez nos mercados de capital doméstico e de empréstimos, o que pode afetar a capacidade da Companhia de refinar seu endividamento e afetar negativamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os preços de mercado das ações ordinárias e ADRs da Companhia.

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado conforme a seguir:

i. Riscos cambiais

Estes riscos referem-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam ocasionar perdas não esperadas para a Companhia, redução dos ativos e receitas, bem como o aumento dos passivos e custos. A Companhia está exposta em três dimensões: exposição de balanço patrimonial, exposição de resultado operacional e exposição de investimentos.

a. Exposição de Balanço Patrimonial

O risco provém da exposição contábil de balanço patrimonial das entidades que compõem o balanço consolidado da Companhia aos saldos ativos e passivos indexados em moeda diferente da moeda funcional das respectivas entidades.

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e que impactam o resultado da Companhia são demonstrados a seguir, de forma sumarizada:

Ativos e passivos em moedas estrangeiras	Consolidado – exercício findo em
<i>(em milhares de Reais)</i>	31 de dezembro de
	2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.970.268
Contas a receber de clientes	4.788.635
Fornecedores	(1.195.133)
Empréstimos e financiamentos	(8.715.484)
Outros ativos e passivos líquidos	(30.310)
Exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira	(2.182.024)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	2.033.346
Exposição líquida em resultado	(148.678)

A exposição líquida em resultado é composta, principalmente, pelas seguintes moedas:

Exposição cambial líquida em resultado	Consolidado – exercício findo em
<i>(em milhares de Reais)</i>	31 de dezembro de
	2023

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Pesos Argentinos (ARS)	(3.146)
Kwanza Angolano (AOA)	97.368
Euros (EUR)	(25.050)
Pesos Chilenos (CLP)	220.116
Ienes (JPY)	(1.241)
Liras Turcas (TRY)	76.439
Dólares dos EUA (USD)	(513.164)
Total	(148.678)

Os instrumentos financeiros derivativos para exposição cambial de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Instrumentos derivativos não designados	Ativo	Passivo	Vencimento	Notional	Taxa de exercício	Valor justo (R\$ mil) 31.12.2023
Futuros	BRL	USD	1º Tri. 2024	USD (224.250)	4,8690	(3.289)
Futuros	USD	BRL	1º Tri. 2024	USD (224.250)	4,8690	3.444
Swap	USD+4,35% a.a.	86,52% do CDI	3º Tri. 2026	USD 145.000	N/A	(41.087)
Swap	USD +4,35%a.a.	CDI - 0,51% a.a.	3º Tri. 2026	USD 115.000	N/A	(18.732)
Non-deliverable forward	EUR	TRY	1º Tri. 2024	EUR 5.000	31,1500	460
Non-deliverable forward	USD	TRY	1º Tri. 2024	USD 14.900	30,6070	(2.008)
Non-deliverable forward	USD	AOA	1º Tri. 2024	USD 10.000	860,5000	(1.041)
Non-deliverable forward	USD	AOA	2º Tri. 2024	USD 2.000	893,0000	(241)
Total Consolidado						(62.494)

Instrumentos derivativos designados – Hedge de valor justo	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional	Instrumento	Objeto (1)
Swap de câmbio e juros	Dívida USD	1º Tri 2024	VC + 7,33% a.a.	100% CDI + 2,20% a.a.	30.000 USD	(17.201)	(80.378)
Swap de câmbio e juros	Dívida USD	2º Tri 2024	VC + 6,32% a.a.	100% CDI + 1,61% a.a.	130.000 USD	(34.948)	80.534
Total					160.000	(52.149)	156

(1) Corresponde ao valor acumulado de hedge de valor justo sobre os itens protegidos, incluído no valor contábil dos *senior unsecured notes*.

b. Exposição de resultado operacional

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteção da exposição cambial de resultado operacional, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Notional	Taxa de designação	Valor justo ⁽¹⁾ (R\$ mil) 31.12.23
--	--------------------	-------	---------	------------	----------	--------------------	---

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

<i>Non-deliverable forward</i>	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2024	USD 128.500	5,2959	52.159
<i>Non-deliverable forward</i>	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2024	USD 65.500	5,1633	14.564
<i>Non-deliverable forward</i>	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2024	USD 45.500	5,2487	11.528
<i>Collar</i>	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2024	USD 295.000	5,0122	15.693
<i>Collar</i>	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2024	USD 40.000	5,0151	2.014
Total Consolidado					USD 574.500		95.958

(1) Corresponde à parcela não realizada do resultado do hedge registrada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

c. Exposição de Investimento

Os instrumentos financeiros não derivativos designados como *hedge accounting* de investimento líquido em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de investimento líquido – Instrumentos não derivativos	Objeto (investimento)	Passivo	Vencimento	Notional	Taxa	Variação cambial ⁽¹⁾
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Federal Foods LLC	USD	3º Tri. 2050	USD 44.158 ⁽²⁾	3,7649	(82.409)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Kuwait Food Management Company WLL	USD	3º Tri. 2050	USD 88.552 ⁽²⁾	3,7649	(96.199)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al Khan Foodstuff LLC	USD	3º Tri. 2050	USD 53.446 ⁽²⁾	3,7649	(70.185)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Foods GmbH	USD	3º Tri. 2050	USD 170.721 ⁽³⁾	5,1629	33.138
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	USD	3º Tri. 2050	USD 23.426 ⁽³⁾	5,1629	8.639
Total				380.303		(207.016)

(1) Corresponde à parcela efetiva do resultado do hedge acumulada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

(2) Designado em 01.08.19.

(3) Designado em 09.11.22.

ii. Riscos de preços de commodities

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de preço de commodities a fixar em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Hedge de fluxo de caixa – Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade		Taxa de preço ⁽¹⁾	Valor justo (R\$) 31.12.23
<i>Non-deliverable forward - compra</i>	Compras de Farelo de Soja - preço a fixar	Farelo de Soja - CBOT	1º Tri. 2024	4.000	ton	445,83	(390)
<i>Collar - compra</i>	Compras de farelo de soja - preço a fixar	Farelo de Soja - CBOT	1º Tri. 2024	8.000	ton	458,42	(357)
<i>Collar - compra</i>	Compras de farelo de soja - preço a fixar	Farelo de Soja - CBOT	2º Tri. 2024	31.992	ton	460,11	(3.009)
<i>Non-deliverable forward - compra</i>	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	2º Tri. 2024	119.944	ton	198,28	(2.154)
<i>Non-deliverable forward - compra</i>	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	3º Tri. 2024	119.944	ton	198,57	(1.633)
<i>Non-deliverable forward - compra</i>	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	4º Tri. 2024	119.944	ton	200,93	(1.509)
<i>Collar - compra</i>	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	2º Tri. 2024	82.008	ton	199,53	(1.153)
<i>Collar - compra</i>	Compras de milho - preço a fixar	Milho - B3	1º Tri. 2024	49.545	ton	1.136,19	1.106
<i>Non-deliverable forward - compra</i>	Compras de óleo de soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	2º Tri. 2024	6.001	ton	1.107,23	(918)
<i>Non-deliverable forward - compra</i>	Compras de óleo de soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	3º Tri. 2024	4.001	ton	1.094,04	(451)
<i>Collar - compra</i>	Compras de milho - preço a fixar	Milho - B3	2º Tri. 2024	87.750	ton	1.178,85	2.207
Total Consolidado				633.129			(8.261)

(1) Preço base de cada commodity em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R\$/ton.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de valor justo para proteção da exposição ao risco de preço fixo de commodities em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de valor justo – Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade		Taxa de preço ⁽¹⁾	Valor justo (R\$) 31.12.23
Futuros de milho - venda	Compras de milho - preço fixo	Milho - B3	3º Tri. 2024	69.633	ton	1.199,42	(592)
Total Consolidado				69.633			(592)

(1) Preço base de cada commodity em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R\$/ton.

iii. Riscos de taxa de juros

O risco de taxas de juros pode ocasionar perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem os ativos e passivos da Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição a taxas de juros em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela abaixo:

Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo 31.12.2023

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional	Instrumento	Objeto (1)
Swap de juros	Debênture - 1ª Emissão - 3ª Série - IPCA + 5,50% a.a.	2º Tri. de 2026	IPCA + 5,50% a.a.	CDI + 0,57% a.a.	200.000 BRL	30.943	8.710
Swap de juros	Debênture - 1ª Emissão - 3ª Série - IPCA + 5,50% a.a.	2º Tri. de 2026	IPCA + 5,50% a.a.	100% do CDI	200.000 BRL	25.580	10.238
Swap de juros	Debênture - 2ª Emissão - 1ª Série - IPCA + 5,30% a.a.	3º Tri. de 2027	IPCA + 5,30% a.a.	CDI + 2,20% a.a.	400.000 BRL	63.003	(15.575)
Swap de juros	Debênture - 2ª Emissão - 2ª Série - IPCA + 5,60% a.a.	3º Tri. de 2030	IPCA + 5,60% a.a.	CDI + 2,29% a.a.	595.000 BRL	80.526	(89.632)
Swap de juros	Debênture - 3ª Emissão - Série única - IPCA + 4,78% a.a.	2º Tri. de 2031	IPCA + 4,78% a.a.	CDI + 0,12% a.a.	1.000.000 BRL	177.896	54.509
Swap de juros	Debênture - 1ª Emissão - 1ª série - IPCA + 6,83% a.a.	3º Tri. de 2032	IPCA + 6,83% a.a.	109,32% do CDI	990.000 BRL	151.881	130.182
Total					3.385.000	529.829	98.432

(1) Corresponde ao valor acumulado dos ajustes de *hedge* de valor justo sobre os itens protegidos, incluído no valor contábil das debêntures.

vi. Análise de Sensibilidade

A Administração considera que os riscos mais relevantes que podem afetar os resultados da Companhia são a volatilidade nos preços de commodities e nas taxas de câmbio. Atualmente, a Companhia optou por manter taxas fixas de juros para parte considerável de suas dívidas com o fim de limitar sua exposição a taxas variáveis.

Os valores apresentados abaixo representam os possíveis impactos (resultados incrementais) dos instrumentos financeiros de *hedge* e de suas respectivas posições, considerando cenários de apreciação e depreciação dos fatores de risco elencados.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2023, detalhadas nos itens acima. Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

Câmbio - Balanço Patrimonial	Remoto - 30%	Possível - 15%	Provável	Possível + 15%	Remoto + 30%
USD	3,5000	4,2500	5,0000	5,7500	6,5000
Ativos e Passivos Monetários	741.601	326.928	(87.745)	(502.418)	(917.091)
Instrumentos Derivativos não designados	(599.427)	(264.252)	70.923	406.098	741.273
Efeito líquido	142.174	62.676	(16.822)	(96.320)	(175.818)
EUR	3,9690	4,8195	5,6700	6,5205	7,3710
Ativos e Passivos Monetários	13.385	5.151	(3.082)	(11.316)	(19.550)
Instrumentos Derivativos não designados	(6.913)	(2.661)	1.592	5.844	10.097
Efeito líquido	6.472	2.490	(1.490)	(5.472)	(9.453)
JPY	0,0263	0,0319	0,0375	0,0431	0,0488
Ativos e Passivos Monetários	289	85	(119)	(323)	(526)
Efeito líquido	289	85	(119)	(323)	(526)
TRY	0,1149	0,1395	0,1641	0,1887	0,2133
Ativos e Passivos Monetários	(52.450)	(26.118)	214	26.546	52.878
Instrumentos Derivativos não designados	29.584	14.731	(121)	(14.973)	(29.825)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Efeito líquido	(22.866)	(11.387)	93	11.573	23.053
AOA	0,0041	0,0049	0,0058	0,0067	0,0075
Ativos e Passivos Monetários	(45.655)	(22.124)	1.406	24.936	48.467
Instrumentos Derivativos não designados	17.061	8.268	(525)	(9.319)	(18.112)
Efeito líquido	(28.594)	(13.856)	881	15.617	30.355
ARS	0,0019	0,0023	0,0027	0,0031	0,0035
Ativos e Passivos Monetários	2.160	1.949	1.738	1.527	1.316
Efeito líquido	2.160	1.949	1.738	1.527	1.316
CLP	0,0038	0,0047	0,0055	0,0063	0,0071
Ativos e Passivos Monetários	(66.315)	(33.358)	(400)	32.557	65.515
Efeito líquido	(66.315)	(33.358)	(400)	32.557	65.515

Câmbio Resultado Operacional	Remoto - 30%	Possível - 15%	Provável	Possível + 15%	Remoto + 35%
USD	3,5000	4,2500	5,0000	5,7500	6,5000
Receitas em USD	(770.577)	(339.702)	91.173	522.048	952.923
NDF	321.241	141.616	(38.009)	(217.634)	(397.259)
Collar	442.768	191.518	(12.307)	(208.500)	(459.750)
Efeito líquido	(6.568)	(6.568)	40.857	95.914	95.914

Commodities - Resultado Operacional	Remoto - 30%	Possível - 15%	Provável	Possível + 15%	Remoto + 35%
Farelo de Soja - CBOT	289	350	412	474	536
Custo dos Produtos Vendidos	5.440	2.720	-	(2.720)	(5.440)
Collar	(4.628)	(2.079)	-	359	1.831
NDF	(496)	(248)	-	248	496
Efeito líquido	316	393	-	(2.113)	(3.113)
Óleo de Soja - CBOT	835	1.014	1.193	1.372	1.551
Custo dos Produtos Vendidos	3.579	1.789	-	(1.789)	(3.579)
NDF	(3.579)	(1.789)	-	1.789	3.579
Efeito líquido	-	-	-	-	-
Milho - CBOT	139	169	199	228	258
Custo dos Produtos Vendidos	26.323	13.162	-	(13.162)	(26.323)
Collar	(3.755)	(1.412)	-	343	2.282
NDF	(21.476)	(10.738)	-	10.738	21.476
Efeito líquido	1.092	1.012	-	(2.081)	(2.565)
Milho - B3	756	918	1.079	1.241	1.403
Custo dos Produtos Vendidos	21.911	10.955	-	(10.955)	(21.911)
Collar	(15.696)	(349)	-	12.520	38.068
Futuro	22.039	11.019	-	(11.019)	(22.039)
Efeito líquido	28.254	21.625	-	(9.454)	(5.882)

(1) Preço base de cada commodity em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R\$/ton.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos originados no curso regular de seus negócios. Tais processos dizem respeito principalmente a questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, regulatórias e administrativas. O total de provisões para contingências em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.203,2 milhões. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contingências possíveis no montante de R\$18.627,5 milhões.

A Companhia classifica o risco de perda nos processos judiciais, administrativos ou arbitrais segundo o critério de perda “remota”, “possível” ou “provável”. A Companhia registrou provisões em suas demonstrações financeiras apenas para os processos classificados pela Administração como perda provável, sendo que a quantificação das contingências é realizada por valor determinado pela sua administração com base em aconselhamento jurídico. A Companhia divulga as quantias agregadas desses processos classificados como perda possível, na medida em que esses valores possam ser razoavelmente estimados e registrou provisões somente para perdas que considera prováveis. Considerando que os valores envolvidos em alguns dos processos são substanciais, as perdas podem, portanto, ser significativamente maiores do que os valores para os quais registrou-se provisões, se houver. Mesmo para os valores registrados como provisões para perdas prováveis, uma decisão desfavorável à Companhia pode ainda ter efeito sobre o fluxo de caixa, se a Companhia for obrigada a pagar tais valores.

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava envolvida no polo passivo de 11.403 processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza trabalhista em trâmite e 5.037 em arquivo provisório, atingindo o montante total de R\$ 952,0 milhões (o valor inclui os riscos considerados “remotos”, “possíveis” e “prováveis”), sendo que, os principais pleitos são decorrentes de interpretações divergentes quanto ao cumprimento de preceitos normativos e legais relacionados às horas extras, insalubridade, as pausas previstas no artigo 253 da CLT, doenças supostamente contraídas no trabalho e acidentes de trabalho. Os referidos processos são de âmbito nacional e com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis e referentes a demandas envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas no valor de R\$ 435,9 milhões, em 31 de dezembro de 2023. Não há contingências trabalhistas, judiciais ou administrativas que a Companhia considere individualmente relevantes.

Além dos processos trabalhistas descritos acima, há uma série de processos judiciais propostos pelo MPT e Sindicato de forma coletiva relativos ao pagamento de horas extras, intervalos de descanso obrigatórios e outras questões trabalhistas. Outras empresas do setor têm sofrido processos semelhantes e a Companhia não acredita que esses processos terão um efeito relevante adverso sobre ela. Dos 69 processos em tramitação, o caso de valor mais alto totaliza aproximadamente R\$ 42,9 milhões e refere-se a uma Ação Civil Pública (“ACP”) que versa sobre o tema de horas *In Itinere* na unidade de Chapecó/SC. O segundo caso totaliza aproximadamente R\$ 19,9 milhões e refere-se a uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Carambeí/PR, cujo tema principal é o pedido de adicional noturno. Ainda, temos uma outra ação coletiva que totaliza o montante de R\$ 10,1 milhões, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Concórdia/SC cujo objeto é horas *In Itinere*. Todos estes valores estão inclusos no total apresentado acima. A Companhia e seus assessores jurídicos não concordam com os argumentos apresentados pelo MPT e Sindicatos, bem como com as sentenças proferidas e interpôs os recursos cabíveis.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Contingências cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava envolvida no polo passivo de 4.000 processos cíveis, comerciais e outros (ambientais, regulatórios, administrativos, etc.), atingindo o montante total de aproximadamente R\$ 4.006,0 milhões, sendo que os principais pleitos são decorrentes de discussões contratuais bem como de alegações de violação da legislação cível, ambiental, administrativa, regulatória, consumerista, ou de outra natureza. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis e referentes a demandas envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas no valor de R\$ 352,4 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia apresenta, a seguir, uma breve descrição dos processos cíveis e outros que são considerados relevantes, em 31 de dezembro de 2023, nos quais a Companhia e/ou suas controladas figuram como parte. Não obstante as descrições abaixo, ressalva-se que a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos outros processos. Todos os valores estão expressos em reais, exceto nos casos em que haja menção expressa.

Ação Civil Pública nº 0282913-62.2014.8.19.0001	
a. juízo	4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21 de agosto de 2014
d. partes no processo	Autor: Procon Estadual do Rio de Janeiro Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a necessidade de indenizar consumidores e a coletividade alegadamente lesados pelo fato de a Companhia ter supostamente colocado à venda leite impróprio para consumo. Pedidos da parte contrária: (i) indenização por danos morais e materiais causados aos consumidores, individualmente; (ii) indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R\$ 1 milhão; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidores, sob pena de multa diária de R\$ 0,05 milhão; e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais.
f. principais fatos	<p>Na inicial, o PROCON requereu que a Companhia fosse condenada a arcar: (i) com a indenização por danos morais e materiais causados aos consumidores, individualmente; (ii) com a indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R\$ 1 milhão; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidores, sob pena de multa diária de R\$ 0,05 milhão; e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais.</p> <p>Ao sentenciar o feito, em 03 de maio de 2016, o juiz deu parcial provimento à demanda, condenando a Companhia a indenizar os consumidores por danos materiais e morais causados pelo consumo do leite supostamente impróprio, tendo em vista a responsabilidade objetiva da Companhia (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença). No entanto, afastou o pedido de indenização por danos morais coletivos, observando a falta de comportamento potencialmente lesivo e conduta irregular da Companhia, bem como afastou o pagamento de custas e honorários advocatícios.</p> <p>O PROCON interpôs Recurso de Apelação, tendo a Companhia apresentado contrarrazões e o TJ/RJ negado provimento ao recurso de apelação interposto pelo PROCON e, em seguida, sido apresentado Recurso Especial pelo autor.</p> <p>Em outubro de 2017, o Recurso Especial do Procon foi inadmitido e o Procon/RJ apresentou agravo em recurso especial. Posteriormente, conhecido o agravo, foi dado provimento ao Recurso Especial, a fim de julgar procedente o pedido indenizatório por danos morais coletivos e condenar ao pagamento de R\$ 0,1 milhão.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>A Companhia interpôs Agravo Interno, ao qual foi negado o provimento. Na sequência, opôs Embargos de Declaração em face do referido acórdão, os quais foram rejeitados, de modo que houve o esgotamento da via recursal. O PROCON deu início ao cumprimento de sentença para a execução dos danos morais e honorários advocatícios, no valor de aproximadamente R\$ 2,154 milhões e a Companhia realizou o pagamento voluntário do débito. Em 12 de abril de 2021, foi proferida decisão julgando extinto o cumprimento de sentença com relação aos danos morais coletivos e honorários advocatícios.</p> <p>Em 22 de agosto de 2023, o PROCON desistiu do cumprimento de sentença e requereu a instauração de liquidação de sentença para apuração do valor fixado na sentença referente ao dano moral individual e ao dano material individual.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença deu parcial provimento à demanda, condenando a Companhia a indenizar os consumidores por danos materiais e morais causados pelo consumo do leite supostamente impróprio, tendo em vista a responsabilidade objetiva da Companhia (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença). Acórdão negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo PROCON. Decisão monocrática deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo PROCON, a fim julgar procedente o pedido indenizatório por danos morais coletivos e condenar ao pagamento de R\$ 0,1 milhão. Acórdão negou provimento ao Agravo Interno interposto pela BRF, mantendo a decisão monocrática. Acórdão rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela BRF.</p>
h. estágio do processo	Fase de execução.
i. Risco de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Expressivo valor da condenação e danos à imagem da Companhia.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	A BRF perdeu o processo e realizou o depósito judicial da condenação referente aos danos morais coletivos. No momento, aguarda-se a eventual liquidação de outros itens da sentença condenatória.

Ação Indenizatória nº 0000259-79.2011.8.02.0033	
a. juízo	Vara Única de Quebrangulo – Alagoas
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21 de setembro de 2011
d. partes no processo	<p>Autor: Associação das Vítimas dos Vales dos Rios Paraíba e Mundaú (“Associação”)</p> <p>Réus: BRF S.A., Município de Bom Conselho e Estado de Pernambuco.</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	<p>Discussão sobre a necessidade de indenizar as vítimas das enchentes da região dos vales dos Rios Paraíba e Mundaú, em razão de rompimento da barragem do Açude das Nações. Os autores requerem a condenação dos réus no pagamento de danos materiais, bem como a fixação de danos morais no valor de 5% do faturamento anual da Companhia, valores à época da propositura da ação. A existência – ou não – de nexos de causalidade entre o rompimento da barragem com a Companhia está sendo avaliada em perícia judicial.</p>
f. principais fatos	<p>Na inicial, a Associação requereu a condenação dos réus no pagamento de R\$ 6,035 milhões a título de danos materiais e de 5% do faturamento anual da Companhia a título de danos morais, o que correspondia a R\$40,2 milhões à época da propositura da ação. A demanda foi ajuizada em 21 de setembro de 2011, tendo a Companhia arguido em sua defesa, em suma, preliminarmente: (i) ilegitimidade passiva; (ii) falta de interesse de agir; e (iii) ilegitimidade ativa da Associação. A contestação do Estado de Pernambuco alega a ausência de responsabilidade do Estado pelo evento, imputa a responsabilidade de conservação à Prefeitura, além da inexistência do dever de indenizar, bem como aduz que o evento</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>enquadrar-se-ia como força maior (excesso de precipitação pluviométrica). O Município também contestou alegando que: (i) a responsabilidade é do Estado de Pernambuco e da Companhia, (ii) a consubstanciação de caso fortuito e força maior; (iii) ausência de comprovação de danos materiais; e (iv) inexistência de danos morais. Em 18 de março de 2015, foi proferido despacho saneador, determinando realização de perícia e a oitiva das testemunhas. Com a audiência de instrução e respectiva oitiva de testemunhas realizada em 07 de julho de 2015 ficou evidenciada a impossibilidade de fechamento da barragem pela Companhia, vez que a barragem possui vertedouros e não comportas. Realizada perícia e apresentado laudo pericial, sendo que as partes apresentam suas manifestações em maio de 2022. Em 15 de setembro de 2022, o perito foi intimado a prestar seus esclarecimentos. Em 17 de outubro de 2022 as partes foram intimadas a se manifestarem sobre os esclarecimentos do perito. Em junho de 2023, o Estado de Pernambuco ressaltou que a justiça de Alagoas não tem competência para julgar e condenar o Estado de Pernambuco, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADI 5492 (julgado em 24/04/2023). Aguarda-se decisão a respeito da competência.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão interlocutória que determinou a produção de prova pericial.
h. estágio do processo	Produção de Provas
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em caso de condenação a Companhia será condenada ao pagamento de valor expressivo, bem como terá sua imagem ligada ao sinistro narrado na inicial.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Processo em face de produção de provas, de modo que não há sentença.

Ação Civil Pública nº 0032034-28.2012.4.01.3400	
a. juízo	4ª Vara da Federal de Brasília – Distrito Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	29 de junho de 2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável. O valor em risco é ilíquido, na medida em que a indenização ainda não foi fixada pois pende de liquidação da sentença. De todo modo, ao iniciar o procedimento de liquidação de sentença, o Ministério Público Federal indicou como devido o valor histórico de aproximadamente R\$ 13,2 milhões.
f. principais fatos	<p>Em 2012 foi distribuída petição inicial da ACP. Em junho de 2013 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos, na medida em que já há penalidade prevista para o transporte de carga em excesso de peso. O MPF apresentou recurso de apelação e o processo seguiu para as instâncias superiores, tendo sido dado provimento ao agravo interno do Ministério Público Federal para dar provimento ao recurso especial e julgar procedentes todos os pedidos nos termos e patamares requeridos na petição inicial.</p> <p>Opostos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, apenas para esclarecer contradição a respeito do valor da multa por autuação em excesso de peso. A Companhia apresentou embargos de divergência, os quais foram indeferidos liminarmente.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Em fevereiro de 2021 a Companhia interpôs agravo contra a decisão que inadmitiu o Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento pela Presidência do Supremo Tribunal Federal. Contra esta decisão, a Companhia interpôs agravo interno, o qual teve seu provimento negado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal com imposição de multa de 5% do valor atualizado da causa e majoração de honorários advocatícios para o máximo legal em desfavor da Companhia. Após certificado o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo interno, determinou-se o retorno dos autos ao Superior Tribunal de Justiça. Foi determinada nova remessa ao Supremo Tribunal Federal em setembro de 2021, para julgamento do agravo em recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal.</p> <p>O Agravo do Ministério Público foi julgado prejudicado e em 3 de dezembro de 2021 foi certificado o trânsito em julgado da decisão e determinada a remessa dos autos à 1ª instância para início do cumprimento definitivo de sentença.</p> <p>Em julho de 2022 o MPF apresentou petição requerendo o início do procedimento de liquidação de sentença. Nessa ocasião, indicou que entende como devido os valores históricos de: (i) aproximadamente R\$ 6,63 milhões pelos danos materiais causados às rodovias; (ii) aproximadamente R\$ 1,99 milhões pelos danos causados ao meio ambiente e à ordem econômica; e (iii) aproximadamente R\$ 4,64 milhões pelo dano moral coletivo; os quais devem ser atualizados pela taxa SELIC até a data do efetivo pagamento. Por fim, o MPF também requereu a intimação do DNIT e da PRF para informar nos autos do processo eventuais novos Avisos de Ocorrência de Excesso de Peso lavrados em desfavor da Companhia desde o ajuizamento da demanda, para aplicação da multa de R\$ 0,02 milhão para cada nova ocorrência. Ação rescisória ajuizada em agosto de 2023.</p>
<p>g. resumo das decisões de mérito proferidas</p>	<p>Em 30 de junho de 2013, em primeira instância, foi proferida sentença que julgou a demanda improcedente, na medida em que já há penalidade prevista em lei para coibir e ressarcir os danos que causados pelo transporte de carga em excesso de peso, de modo que não cabe ao Poder Judiciário alterá-la. Em 12 de setembro de 2016, em segunda instância, foi proferido acórdão que negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal, para manter a sentença que julgou a demanda improcedente, em razão de já haver uma penalidade prevista em lei para coibir a conduta em questão, bem como pela ausência da comprovação do nexo de causalidade e dos próprios danos que supostamente teriam sido causados para fixação de eventual indenização. Em 3 de setembro de 2019, no Superior Tribunal de Justiça, foi proferido acórdão que deu provimento ao agravo interno em agravo em recurso especial interposto pelo Ministério Público Federal, para dar provimento ao recurso especial e julgar procedentes todos os pedidos nos termos e patamares requeridos na petição inicial, ao entender que o dano causado pelo tráfego de veículo com excesso de peso é fato notório, que prescinde da comprovação do nexo de causalidade e do dano em si.</p>
<p>h. estágio do processo</p>	<p>Atualmente aguarda-se o prosseguimento do procedimento de liquidação e cumprimento de sentença.</p>
<p>i. Risco de perda</p>	<p>Provável</p>
<p>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</p>	<p>O processo é considerado relevante em razão do tema e do impacto financeiro que pode trazer à Companhia, delimitados abaixo, especialmente no que se refere à multa de R\$ 0,02 milhão por cada nova infração por tráfego de veículo com excesso de peso que for lavrada em desfavor da Companhia.</p>
<p>k. Análise de impacto em caso de perda do processo:</p>	<p>Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa cominatória de R\$ 0,02 milhão por ocorrência. Desembolso de valores a título de indenização por danos materiais e morais coletivos e difusos, os quais serão fixados em liquidação de sentença, além da multa processual fixada em 5% do valor atualizado da causa.</p>

Ação Civil Pública nº 1000524-40.2018.4.01.3603

<p>a. juízo</p>	<p>1ª Vara Federal Cível e Criminal de Sinop/MT</p>
------------------------	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	2ª instância - Atualmente o processo tramita perante a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
c. data de instauração	02 de julho de 2018
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável. O valor em risco é ilíquido, na medida em que eventual condenação terá que passar por procedimento de liquidação de sentença para apurar o valor indenizatório.
f. principais fatos	<p>Trata-se de ACP proposta pelo Ministério Público Federal, reproduzindo fundamentação genérica elaborada por outras Procuradorias e replicada em escala nacional, cuja causa de pedir se baseia em supostas ocorrências de transporte de cargas da Companhia com excesso de peso, especificamente oriundas das filiais localizadas no Município de Lucas do Rio Verde/MT.</p> <p>Em agosto de 2018, foi proferida decisão diferindo a análise do pedido de tutela provisória para momento posterior à manifestação da Companhia, bem como determinando a citação.</p> <p>Em março de 2019, foi proferida sentença julgando extinto o processo, sem resolução de mérito em relação: (i) ao pedido de tutela inibitória, por acolher o argumento de existência de litispendência e coisa julgada; e (ii) ao pedido de indenização por danos materiais, por reconhecer a ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal. O pedido de indenização por danos morais coletivos foi julgado improcedente.</p> <p>Em abril de 2019, foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público Federal e apresentadas contrarrazões pela Companhia.</p> <p>Em 14 de junho de 2019, o processo foi distribuído para a 6ª Turma do TRF1. Na mesma data, o Ministério Público Federal foi intimado para apresentar parecer e em 14 de outubro de 2019 o Ministério Público Federal apresentou parecer opinando pelo provimento do recurso.</p> <p>Em maio de 2023 os autos do processo foram redistribuídos para a 11ª Turma, em razão de criação de unidade judiciária.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 27 de março de 2019, em primeira instância, foi proferida sentença que julgou o processo extinto, sem resolução de mérito: (i) ao acolher o argumento de existência de litispendência e coisa julgada com relação ao pedido de tutela inibitória; e (ii) por reconhecer a ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal no que se refere ao pedido de indenização pelos supostos danos materiais causados. Já o pedido de indenização por danos morais coletivos foi julgado improcedente por se entender que o dano moral só pode ser individual e não coletivo.
h. estágio do processo	Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal contra a sentença que julgou a demanda improcedente.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão do tema e do impacto financeiro que pode trazer à Companhia, delimitados abaixo, especialmente no que se refere à multa por cada nova infração por tráfego de veículo com excesso de peso que for lavrada em desfavor da Companhia.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa em valor equivalente ao da carga transportada. Desembolso de valores a título de indenização por danos materiais, a ser arbitrada pelo juízo, e por danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 0,02 milhão.

Processo nº 0311793-90.2015.8.24.0033 (Embargos de Título Extrajudicial); Embargos à Execução nº 0313094-72.2015.8.24.0033; Agravo de Instrumento nº 5049759-67.2021.8.24.0000

a. juízo 1ª Vara Cível da Comarca de Itajaí/SC e 3ª Câmara de Direito Comercial

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª e 2ª Instância
c. data de instauração	23 de outubro de 2015
d. partes no processo	Autor: Perdue Foods LLC Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Execução de título executivo extrajudicial proposta pela Perdue para exigir o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer assumidas pela Companhia no Acordo de Coexistência Mundial e respectivo Aditivo (cancelamento dos registros e/ou a denúncia aos pedidos de registro da marca nominativa PERDIX), mediante a imposição de multa de R\$ 0,05 milhão por dia de atraso no cumprimento das obrigações. Como o pedido envolve obrigações de fazer e não fazer e possível liquidação de perdas e danos, o valor envolvido é inestimável.
f. principais fatos	Em outubro de 2015, a ação de execução foi proposta. Em novembro de 2015, foram opostos embargos à execução pela Companhia, os quais foram recebidos com efeito suspensivo. Em abril de 2021, foi proferida decisão saneadora nos embargos à execução por meio da qual se rejeitou as preliminares arguidas e a prejudicial levantada, bem como determinou-se a intimação das partes para especificarem provas. Em maio de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração. Na mesma data, nos autos dos embargos à execução, a Perdue requereu a improcedência dos pedidos, a revogação do efeito suspensivo com o consequente prosseguimento da execução, além da imposição de multa à Companhia para dar cumprimento ao acordo. A Perdue apresentou resposta aos embargos de declaração e em agosto de 2021, foi proferida decisão rejeitando os embargos de declaração da Companhia. Após interposição de recursos por parte da Companhia, em junho de 2022, o agravo interno foi desprovido. Em julho de 2022, a Companhia opôs embargos de declaração contra o acórdão que negou provimento ao agravo interno, o qual não foi acolhido. Em novembro de 2022, a Companhia interpôs recurso especial, que foi inadmitido. Em abril de 2023, a Companhia interpôs agravo em recurso especial. Em junho de 2023, os autos foram recebidos pelo STJ, e encontram-se aguardando decisão.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 13 de abril de 2021, foi proferido despacho saneador que resolveu as alegações preliminares de mérito, decidindo pela rejeição das preliminares de ausência de título executivo e de inépcia, e pela não ocorrência de prescrição. Não houve a prolação de decisões de mérito até o momento.
h. estágio do processo	Fase recursal.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em caso de perda, a Companhia está sujeita ao cumprimento do Acordo de Coexistência Mundial e respectivo Aditivo, com possível cancelamento dos registros e/ou a renúncia aos pedidos de registro da marca nominativa PERDIX. Além disso, há possibilidade do pagamento de multa em valor a ser fixado pelo juiz (a Perdue requereu R\$ 0,05 milhão por dia) e, ainda, possível liquidação de eventuais perdas e danos que a Perdue tenha suportado.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Caso os embargos à execução sejam julgados improcedentes, a Companhia deve ser condenada a obrigações de fazer e não fazer, e ao pagamento de danos materiais em valor a ser liquidado.

Ação Civil Pública nº 0001042-85.2008.4.04.7007

a. juízo	1ª Vara Federal da Comarca de Francisco Beltrão/PR
b. instância	Superior Tribunal de Justiça

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	20 de agosto de 2008
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Rés: BRF S.A. (na qualidade de sucessora legal da Sadia, Diplomata Ind. e Com. Ltda. e União)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ACP ajuizada pelo Ministério Público Federal alegando excesso de água absorvida nas carcaças de aves congeladas, pleiteando, por supostamente causar prejuízos aos consumidores: (i) indenização a todos os clientes que compraram o produto com vício na quantidade e qualidade; (ii) indenização por danos morais coletivos; e (iii) divulgação em nível nacional (jornais, rádio, etc.), explicando aos consumidores o ocorrido e permitindo que os consumidores alegadamente prejudicados se pronunciassem para o recebimento da indenização.
f. principais fatos	<p>Recebida a citação, a Companhia e os demais réus apresentaram defesa.</p> <p>Em 10 de setembro de 2009, foi proferida sentença afastando as matérias preliminares arguidas e no mérito, julgando a ação parcialmente procedente, reconhecendo a ausência de solidariedade da União e condenando a Companhia e a Diplomata Indústria e Comércio Ltda. ao pagamento de indenização aos consumidores que se sentirem individualmente prejudicados (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença) e ao pagamento de R\$ 0,7 milhão, a título de dano moral coletivo, extinguindo o pedido de embargo da produção de frango das Rés.</p> <p>Em face da sentença, tanto o Ministério Público Federal, quanto a Companhia e a Diplomata Indústria e Comércio Ltda. interpuseram recurso de apelação. Os recursos da Companhia e da Diplomata Indústria e Comércio Ltda. foram improvidos pelo Tribunal, com o acolhimento do apelo do Ministério Público Federal, para impor às Rés a divulgação nacional da procedência da demanda (06 de abril de 2011).</p> <p>Referido Acórdão ensejou a interposição de Recurso Especial pela Companhia, pelo Ministério Público Federal e pela Diplomata Indústria e Comércio Ltda., os quais foram todos admitidos.</p> <p>Em 20 de abril de 2022 foi disponibilizado despacho intimando o MPF a apresentar seu parecer. Em 01 de julho de 2022 foi dado parcial provimento ao recurso especial para: (i) reconhecer a prescrição à pretensão de reparação de danos referente às autuações lavradas antes de 20 de agosto de 2003; e (ii) anular a sentença e determinar que seja prolatada outra após a produção de provas requeridas pelas requeridas. Em 21 de junho de 2022 o MPF interpôs agravo interno. Em 22 de agosto de 2022 a Companhia apresentou impugnação ao agravo interno. Em 27 de outubro de 2022 foi proferido acórdão negando provimento ao agravo interno. Em 17 de fevereiro de 2023 foi certificado o trânsito em julgado e autos retornaram para a primeira instância, onde se encontra atualmente, já tendo as partes indicado as provas que pretendem produzir. Atualmente o processo aguarda a avaliação do juiz quanto as manifestações feitas pelas partes.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida que julgou o feito parcialmente procedente. Acórdão que negou provimento aos recursos de apelação interpostos pelas partes, mantendo a sentença. Decisão monocrática deu provimento aos recursos especiais interpostos pela Companhia e pela Diplomata, declarando a nulidade da sentença e o retorno dos autos à primeira instância para produção de provas. Acórdão negou provimento ao agravo interno interposto pelo MPF, mantendo a decisão monocrática, com isso os autos retornaram à primeira instância para produção de provas.
h. estágio do processo	Em fase probatória na 1ª instância.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Expressivo valor da condenação e danos à imagem da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de indenização por danos morais coletivos e possibilidade de pagamento indenização por danos morais individuais eventualmente comprovados em sede de liquidação de sentença, além de danos à imagem da Companhia em virtude da divulgação do inteiro teor da sentença condenatória.
--	--

Ação Civil Pública nº 0025800-71.2015.8.17.2001 e Agravo de Instrumento nº 0003473-87.2016.8.17.0000 (Agravo de Instrumento)	
a. juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE e 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	14 de dezembro de 2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco ("MPPE") Ré: BRF S.A, Gilberto Antônio Orsato e Hélio Rubens Mendes dos Santos Junior
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ACP proposta pelo MPPE em razão de supostas transgressões à regulamentação técnica de qualidade dos produtos lácteos fabricados no Estado de Pernambuco. O autor pleiteia a condenação da BRF S.A. a obrigações de fazer e não fazer sob pena de multa de R\$1 milhão para cada descumprimento (que significa a realização de transgressões que caracterizem adulteração de produtos), ao pagamento de danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 5 milhões, indenização individual aos consumidores em valor não especificado e à publicação da sentença em jornal de grande circulação.
f. principais fatos	ACP: O processo foi ajuizado em dezembro de 2015 e conhecido em decisão de 22 de dezembro de 2015 que: (i) concedeu antecipação de tutela, para que a BRF se abstenha de comercializar seus produtos lácteos sempre que houver autuação do MAPA, sob pena de multa de R\$ 1 milhão por descumprimento; e (ii) determinou a inversão do ônus da prova. Em março de 2016, a BRF apresentou contestação e interpôs agravo de instrumento contra o deferimento da antecipação de tutela e inversão do ônus da prova. Em 19 de março de 2019, foi proferida sentença julgando a demanda parcialmente procedente. Em 23 de abril de 2019, a BRF interpôs apelação, alegando, em suma: (i) ser a sentença extra petita, vez que, não obstante tenha sido anexado à Petição Inicial cópia de auto de infração relacionado à salsicha, inexistente qualquer requerimento apresentado pelo MPPE relacionado à produção e comercialização de salsicha; (ii) ter a sentença cerceado o direito de defesa da Companhia, diante da ausência de esclarecimento prévio de que irregularidades relacionadas à salsicha fariam parte do objeto da ação; (iii) ser a sentença carente de fundamentação no que tange à condenação da Companhia por supostas irregularidades relacionadas à produção e comercialização de salsicha; e (iv) não estarem presentes os requisitos para configuração da responsabilidade civil da Companhia ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos. A apelação foi recebida com efeito suspensivo. Em 14 de maio de 2019, o MPPE apresentou contrarrazões à apelação. Em 18 de julho de 2019, os autos foram remetidos ao TJPE.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 19 de março de 2019, foi proferida sentença julgando a demanda parcialmente procedente e condenando a BRF a: (i) pagar indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 1 milhão; (ii) sob pena de multa de R\$ 5 milhões, (A) recolher os lotes de produtos lácteos sempre que constatado risco ou agravo à saúde do consumidor decorrente de desobediência dos padrões físico-químicos estatuídos pela legislação, especificamente no que se refere aos ensaios FQ Umidade e Voláteis, e (B) veicular, em seus website e redes sociais, mensagens de alerta aos consumidores acerca do recolhimento dos produtos, cujo texto deverá ser submetido à aprovação prévia da Anvisa; (iii) publicar a íntegra da sentença em jornal de grande circulação na comarca de Recife, no prazo de 30 dias a contar de sua publicação no DJe, sob pena de multa diária de R\$ 0,001 milhão; e (iv) arcar com o pagamento de 50% das custas e despesas processuais, excluídos os honorários advocatícios.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento da apelação e do recurso de embargos de declaração.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Risco de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Potenciais danos à imagem da Companhia, assim como prejuízos econômicos advindos da indenização milionária e da obrigação de recolhimento dos produtos decorrente de decisão judiciária, não aplicável aos seus concorrentes.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Caso a ação seja julgada procedente, a BRF deve ser condenada a obrigações de fazer e não fazer, e ao pagamento de danos morais coletivos, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Ação Indenizatória nº 1080106-69.2013.8.26.0100	
a. juízo	03ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital – São Paulo
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	17 de outubro de 2013
d. partes no processo	Autor: Marcus Macedo Cazarré Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão acerca de suposta violação à patente de modelo de utilidade MU 8300298-7 (“MU”), tecnologia supostamente utilizada pela Companhia em seus biodigestores. O Autor atribuiu à causa o valor de R\$306,9 milhões, que corresponderia aos danos que ele alega ter sofrido, segundo estimativa por ele apresentada.
f. principais fatos	<p>Trata-se, na origem, de ação de infração de patente na qual o Sr. Marcus Cazarré alega, em síntese, que a BRF vinha fazendo uso indevido de sua patente de modelo de utilidade MU8300298-7. Assim, requereu indenização por danos materiais no montante de R\$ 306,9 milhões, bem como por danos morais, a serem arbitrados em juízo.</p> <p>Em setembro de 2017, ação foi julgada improcedente. Em Apelação interposta pelo Sr. Marcus Cazarré, o TJSP deu provimento ao recurso para condenar a BRF ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 0,15 milhão, bem como indenização por danos materiais a ser fixada em fase de liquidação, pelo período de vigência da patente em questão desde seu depósito, englobando todas as granjas da BRF que estivessem supostamente utilizando sua tecnologia.</p> <p>Em fevereiro de 2019, a BRF interpôs Recurso Especial, que ficou suspenso ante a existência de Ação de Nulidade (proc. n. 5054937- 36.2019.4.02.5101) contra a patente supostamente infringida. No entanto, a referida ação foi extinta sem resolução de mérito por perda de objeto, posto que, em 3 de novembro de 2021, o INPI publicou decisão na Revista da Propriedade Industrial - RPI n. 2.652 que declarou a nulidade da patente MU8300298-7 durante Processo Administrativo de Nulidade – PAN deflagrado pela empresa AGCERT.</p> <p>Apesar da já declarada nulidade da patente objeto da demanda, em outubro de 2022, o recurso especial deixou de ser conhecido, por intempestividade, uma vez que a BRF teria interposto embargos de declaração contra o v. acórdão prolatado pelo TJSP que a condenou em sede de apelação e, após um ano, desistido dos referidos acatamentos para então interpor o recurso especial. Assim, foi entendido pela Terceira Turma do STJ que os embargos de declaração, quando alvo de desistência, não interromperiam os prazos processuais.</p> <p>Em outubro de 2022, a BRF apresentou embargos de declaração contra o v. acórdão e em março de 2023, os embargos de declaração opostos pela BRF deixaram de ser acolhidos sob o argumento de que o recurso pretendia, tão somente, obter efeitos infringentes sobre a decisão desfavorável.</p> <p>Em abril de 2023 foi certificado o trânsito em julgado, tendo sido determinada a baixa dos autos do STJ ao TJSP.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Em agosto de 2023 foi proferido ato ordinatório determinando que o acórdão seja cumprido, devendo a parte vencedora instaurar incidente próprio para promover a execução definitiva, ante o trânsito em julgado.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>11 de setembro de 2017: Sentença de mérito julgando os pedidos dos autores improcedentes.</p> <p>20 de junho de 2018: Apelação do autor foi provida para condenar a BRF ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 0,15 milhão, bem como indenização por danos materiais a ser fixada em fase de liquidação.</p> <p>18 de outubro de 2022: O recurso especial interposto pela BRF não foi conhecido, sob o argumento de intempestividade.</p> <p>Em 07 de março de 2023, os embargos de declaração opostos pela BRF deixaram de ser acolhidos sob o argumento de que o recurso pretendia, tão somente, obter efeitos infringentes sobre a decisão desfavorável.</p> <p>Em 03 de abril de 2023 foi certificado o trânsito em julgado, tendo sido determinada a baixa dos autos do STJ ao TJSP.</p> <p>Em 04 de agosto de 2023 foi proferido ato ordinatório determinando que o acórdão seja cumprido, devendo a parte vencedora instaurar incidente próprio para promover a execução definitiva, ante o trânsito em julgado.</p>
h. estágio do processo	Proferido ato ordinatório determinando que o acórdão seja cumprido, devendo a parte vencedora instaurar incidente próprio para promover a execução definitiva.
i. Risco de perda	Possível (tanto indenização por danos materiais quanto por danos morais).
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em decisão de segunda instância (ainda não transitada em julgado), a BRF foi condenada ao pagamento de indenização pelo uso suposto indevido da patente MU8300298-7 de titularidade do Sr. Cazarré. No entanto, a patente foi declarada nula pelo INPI em sede Processo Administrativo de Nulidade, ato administrativo que é objeto de discussão judicial nos autos da Ação de Nulidade (Processo nº 5042501-40.2022.4.02.5101) proposta por Marcus Macedo Cazarré em face do INPI, na qual a BRF ingressou como assistente do réu.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Pagamento de danos morais e materiais ao Sr. Cazarré. Ainda que o Sr. Cazarré consiga reverter judicialmente a decisão administrativa que declarou a nulidade, conforme pretensão deduzida pelo Sr. Cazarré na Ação nº 5042501-40.2022.4.02.5101 que tramita na 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, a patente em questão expirou em 23 de fevereiro de 2018. Portanto, a indenização compreenderia o período entre 23 de novembro de 2004 (data de publicação) e 23 de fevereiro de 2018.

Ação Civil Pública nº 0008973-04.2004.4.01.3600 (2004.36.00.008972-3)	
a. juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07 de outubro de 2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: BRF S.A., Banco do Brasil e Agrisa Engenharia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Pedidos ilíquidos referentes aos prejuízos causados ao erário em razão do contrato de integração firmado pela BRF e que dependem do resultado de futura prova pericial.
f. principais fatos	Em julho de 2014 foi proferida sentença e os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condenar a BRF e os corréus "ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados à União, decorrentes da malversação dos recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro- Oeste (FCO), nos termos da fundamentação e cuja precisa extensão será averiguada por ocasião da liquidação desta sentença". Banco do Brasil S.A e BRF interpuseram recurso de Apelação. Em junho de 2015

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>a 5ª Turma do TRF-1 declarou nula a sentença e determinou a realização de perícia complementar a fim de apurar o valor do suposto dano apontado no laudo pericial, uma vez que utilizado como fundamento à condenação sem indicar o quantum representativo do dano material. Em setembro de 2015 a BRF interpôs recurso especial ao qual foi negado seguimento, ensejando a interposição de agravo em recurso especial em abril de 2021. Em de setembro de 2022 foi proferida decisão conhecendo o agravo da BRF e determinando sua autuação como recurso especial. Em outubro de 2022 o recurso da BRF foi conhecido em parte e não provido com fundamento na legitimidade do MPF para propor ACP visando a defesa do patrimônio público, a necessidade de análise de matéria fático-probatória e incidência da Súmula 283/STF. Em outubro de 2022 a BRF interpôs agravo interno, o qual foi negado provimento. Em dezembro de 2022, o MPF apresentou manifestação informando ausência de interesse em recorrer.</p> <p>Em fevereiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão e os autos foram remetidos ao TRF3 para realização de perícia complementar. Em julho de 2023 o MPF apresentou manifestação requerendo a realização de prova pericial complementar para aferir eventuais danos causados ao patrimônio público em decorrência do alegado mal uso dos recursos de origem do FCO. Em 29 de agosto de 2023 a BRF apresentou manifestação requerendo a realização de perícia técnica com a finalidade de comprovar que o projeto de Integração discutido nos autos e financiado por recursos do FCO não causou nenhum dano ao erário.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 9 de julho de 2014 os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condenar a BRF e os corréus “ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados à União, decorrentes da malversação dos recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), nos termos da fundamentação e cuja precisa extensão será averiguada por ocasião da liquidação desta sentença”. Em 10 de junho de 2015 a 5ª Turma do TRF-1 declarou nula a sentença e determinou a realização de perícia complementar a fim de apurar o valor do dano material apontado no laudo pericial. A decisão foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça.
h. estágio do processo	Aguarda-se realização de perícia complementar.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A demanda envolve análise de eventual desequilíbrio econômico em contrato de integração firmado pela BRF, especialmente em relação à transferência do ônus da produção e à viabilidade econômica do projeto de integração apresentado pela BRF aos produtores interessados em estabelecer essa relação de parceria com a BRF. O objeto e resultado dessa demanda impacta diretamente na análise das previsões constantes no modelo de contrato de integração utilizado pela BRF, sem contar a eventual condenação da BRF ao pagamento de expressivo montante a título de danos materiais.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Eventual pagamento de expressivo montante a título de indenização por danos materiais relacionados ao contrato de integração.

Processo nº 5003096-28.2018.4.03.6000 (nº antigo 0808530-88.2016.8.12.0001)	
a. juízo	2ª Vara Federal de Campo Grande
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	17 de março de 2016
d. partes no processo	<p>Autora: Abracon-Saúde – Associação Brasileira de Defesa dos Consumidores de Plano de Saúde</p> <p>Ré: BRF S.A.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valores envolvidos por se tratar de demanda de obrigação de fazer (alterar o rótulo dos produtos). A BRF foi condenada ao pagamento de honorários de sucumbência no valor histórico de R\$ 0,002 milhão.
f. principais fatos	<p>Em setembro de 2016 foi proferida sentença condenando a BRF a alterar suas embalagens no prazo de 60 dias para que passasse a constar a informação "Contém glúten - o glúten é prejudicial à saúde dos portadores de doença celíaca" ou equivalente, bem como ao pagamento de honorários de sucumbência (R\$ 0,002 milhão). Em outubro de 2016 ambas as partes interpuseram recurso de apelação. Em novembro de 2016 a ANVISA interpôs recurso de apelação como terceiro prejudicado defendendo a competência da Justiça Federal. Após remessa dos autos à segunda instância, em novembro de 2016, foi proferido acórdão pela 6ª Turma do TRF-3 suscitando conflito negativo de competência e os autos foram distribuídos à 2ª Seção do STJ para analisar qual o juízo competente. O MPF apresentou parecer opinando pela declaração da competência do TRF3 e os autos foram remetidos para conclusão. Em março de 2021 foi publicada decisão declarando a incompetência da 2ª Seção e determinando a redistribuição do conflito de competência. Em agosto de 2022 foi declarada a competência da Justiça Federal e anulada a sentença proferida pelo Juízo Estadual e proferido despacho determinando a baixa dos autos para a 2ª Vara Federal de Campo Grande, MS para processamento do feito com participação da ANVISA.</p> <p>Em janeiro de 2023 os autos foram recebidos na origem e em outubro de 2023 foi proferido despacho determinando a inclusão da Anvisa no polo passivo da demanda. Em novembro de 2023 a BRF apresentou manifestação requerendo a intimação da Anvisa para contestar a demanda e posterior intimação das partes para prosseguimento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A BRF foi condenada a alterar o rótulo das embalagens de todos os seus produtos, mas a sentença foi declarada nula em razão da incompetência da Justiça Estadual e remessa dos autos à Justiça Federal.
h. estágio do processo	Aguarda-se manifestação da ANVISA para prosseguimento do feito.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A demanda envolve a alteração do rótulo de todos os produtos comercializados pela BRF para que seja adicionada a informação "Contém glúten - o glúten é prejudicial à saúde dos portadores de doença celíaca" ou equivalente, evitando supostos danos aos consumidores com doença celíaca.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Necessidade de alterar todos os rótulos dos produtos fabricados pela Companhia que contenham glúten em sua composição, o que deverá ser providenciado em um prazo de 60 dias.

Ação Civil Pública nº 0021888- 61.2018.8.17.2001; Conflito de Competência nº 0007868-20.2018.8.17.9000; Agravo de Instrumento 0005694-04.2019.8.17.9000	
a. juízo	3ª Vara Cível de Recife/PE; 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco; e 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco
b. instância	1ª e 2ª Instância
c. data de instauração	09 de maio de 2018
d. partes no processo	Autor: MPPE Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ACP ajuizada pelo MPPE em razão de supostas irregularidades na fabricação de salsicha, diante da presença de listeria, salmonela, utilização de matérias-primas vencidas e estocagem de ingrediente/produto identificado em linguagem estrangeira sem aprovação e sem comunicação prévia ao SIF. O MPPE pleiteia a condenação da BRF ao pagamento de valor não inferior a R\$ 5 milhões em razão de suposto dano coletivo e de indenização por

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	danos materiais e morais individuais causados aos consumidores, bem como a obrigações de fazer e não fazer, sob pena de multa no valor de R\$ 5 milhões por cada descumprimento.
f. principais fatos	ACP: Em 9 de maio de 2018, a ACP ajuizada pelo MPPE foi distribuída à 19ª Vara Cível de Recife-PE que proferiu despacho determinando a remessa dos autos à 3ª Vara Cível de Recife-PE em virtude da existência da ACP nº 0025800-71.2015.8.17.2001, pretensamente conexa. Em 18 de maio de 2018, o juízo da 3ª Vara Cível proferiu decisão suscitando conflito negativo de competência. Em 15 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão deferindo o pedido de antecipação de tutela, para que a BRF, sob pena de multa de R\$ 5 milhões por cada descumprimento: (i) suspenda a comercialização de salsicha fora dos padrões de qualidade quando alguma desconformidade for detectada pelo seu controle de qualidade ou por fiscalização do Ministério da Agricultura; (ii) cumpra rigorosamente a legislação de regência para fabricação de salsicha; (iii) não utilize matérias-primas vencidas na produção das salsichas, bem como ingredientes/produtos identificados em língua estrangeira sem comunicação prévia do SIF; (iv) recolha o lote de salsicha sempre que constatado risco ou agravo à saúde do consumidor; e (v) veicule mensagem de alerta em seu site, mídias sociais, e local de destaque e fácil visualização para alertar os consumidores acerca do recolhimento dos produtos quando for constatado risco ou agravo à saúde de consumidor decorrente do consumo das salsichas. Em 25 de fevereiro de 2019, foi distribuída a carta precatória nº 0000473- 71.2019.8.17.3590 em Vitória de Santo Antão para intimação da BRF acerca da decisão liminar na ACP. Em 24 de abril de 2019, a BRF interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a decisão liminar que deferiu o pedido de antecipação de tutela. Em 3 de maio de 2019, a BRF apresentou contestação. Em 28 de outubro de 2022, juntado acórdão do conflito de competência, declarando a competência da 19ª Vara Cível da Capital. Em 12 de dezembro de 2022, proferido despacho determinando a manifestação da BRF sobre seu interesse no prosseguimento do agravo de instrumento, tendo a BRF se manifestado favoravelmente, apresentando fatos novos, que foram repassados à análise da parte contrária, resultado em manifestação do MPPE para a qual a BRF apresentou réplica. Desde novembro de 2023 o processo está suspenso em virtude de proposta de TAC que se encontra em discussão entre a BRF e o MPPE.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 21 de novembro de 2022, proferido acórdão do conflito de competência declarando a competência da 19ª Vara Cível da Capital, considerando que as violações levantadas na inicial da ACP dos Lácteos e ACP das Salsichas e os produtos a elas relacionados, em ambas as demandas, são distintos e referentes a períodos diversos, sendo, inclusive, o objeto da ACP das Salsichas posterior à propositura da ACP dos Lácteos.
h. estágio do processo	Negociação de eventual TAC.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Potenciais danos à imagem da Companhia, assim como prejuízos econômicos advindos da indenização milionária e da obrigação de recolhimento dos produtos decorrente de decisão judiciária, não aplicável aos seus concorrentes.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Caso a ação seja julgada procedente, a BRF deve ser condenada a obrigações de fazer e não fazer, e ao pagamento de danos morais, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Processo nº 0003311-15.2012.8.26.0281	
a. juízo	2ª Vara Cível de Itatiba – São Paulo
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	11 de abril de 2012
d. partes no processo	Autor: WJ Produtos Alimentícios Ltda. Ré: BRF S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação de reparação de danos promovida por WJ Produtos Alimentícios contra BRF em virtude da suposta rescisão antecipada e unilateral do contrato firmado entre as partes e que tinha por objeto o arrendamento de planta fabril situada em Itatiba/SP.
f. principais fatos	<p>Em maio de 2019 foi publicada sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela Autora e condenando a BRF ao pagamento: (i) das parcelas mensais pactuadas pelo período de um ano, contado da data da entrega das chaves em juízo; (ii) da quantia correspondente à multa contratual estipulada no contrato; (iii) a importância de aproximadamente R\$ 28,61 milhões a título de perdas e danos; e (iv) dos valores a serem despendidos pela autora para a obtenção de licença de operação da planta fabril, nas esferas municipal, estadual e federal a título de perdas e danos, além do ônus de sucumbência arbitrados em 15% sobre o valor da condenação e despesas processuais. Em maio de 2019, a BRF opôs embargos de declaração. Em agosto de 2019, foi publicada decisão acolhendo em parte os embargos de declaração da BRF. Em setembro de 2019, a BRF interpôs recurso de apelação, que foi negado provimento e mantida a sentença proferida. Na sequência, contra o respectivo acórdão, a BRF opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. Posteriormente, foi interposto recurso especial pela BRF, que foi inadmitido em juízo de admissibilidade feito pelo TJSP.</p> <p>Em setembro de 2022, a BRF interpôs Agravo em Recurso Especial. No momento, os autos estão conclusos com o Min. Relator.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença julgou procedentes os pedidos formulados pela Autora e condenou a BRF ao pagamento: (i) das parcelas mensais pactuadas pelo período de um ano, contado da data da entrega das chaves em juízo; (ii) da quantia correspondente à multa contratual estipulada no contrato; (iii) a importância de aproximadamente R\$ 28,61 milhões, a título de perdas e danos; e (iv) dos valores a serem despendidos pela autora para a obtenção de licença de operação da planta fabril, nas esferas municipal, estadual e federal a título de perdas e danos, além do ônus de sucumbência arbitrados em 15% sobre o valor da condenação e despesas processuais. Posteriormente, a 34ª Câmara de Direito Privado do TJSP julgou o recurso de apelação da BRF, negando-lhe provimento e mantendo a sentença proferida.
h. estágio do processo	Fase recursal – Agravo em Recurso Especial pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Tendo em vista: (i) a prolação de sentença que condenou a BRF a reparar os supostos danos materiais sofridos pela Autora; e (ii) a pendência de julgamento de recurso no Tribunal Superior, considera-se possíveis as chances de perda.

Processo nº 0038886-31.2001.8.26.0100	
a. juízo	5ª Vara Cível Foro Central de São Paulo, SP
b. instância	1ª Instância (fase de liquidação de sentença)
c. data de instauração	18 de maio de 2001
d. partes no processo	<p>Autora: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A (“Ipiranga”) (na qualidade de sucessora legal da Texaco do Brasil S.A. Produtos de Petróleo)</p> <p>Ré: BRF S.A. (na qualidade de sucessora legal da Perdigão Alimentos S.A.)</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor é inestimável, pois as perícias de contabilidade e de engenharia estão pendentes de conclusão e visam exatamente a apurar a indenização devida pela BRF à Ipiranga.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>Em janeiro de 2019, foi proferida decisão pelo juiz almejando sanear o feito e em outubro de 2019, a Ipiranga interpôs agravo de instrumento em face da decisão saneadora. Em outubro de 2021, foi dado parcial provimento ao agravo para determinar o refazimento da perícia. Dessa decisão a BRF interpôs recurso especial (conforme termos abaixo). Em julho de 2022, foi proferida decisão para determinar o refazimento da perícia. As partes indicaram quesitos e assistente técnico. Em fevereiro de 2023, foi juntado o novo laudo pericial. Em abril de 2023, foi apresentada manifestação divergente ao laudo pericial pela Ipiranga sob argumentos de (i) erro de conversão da moeda à época, (ii) ausência de recomposição do capital; e (iii) desproporcionalidade em relação à participação das máquinas e equipamentos em relação ao negócio. Em abril de 2023, foi juntada manifestação divergente pela BRF. Em maio de 2023, foram juntados os esclarecimentos periciais. Ambas as partes apresentaram manifestação em resposta aos esclarecimentos. Em novembro de 2023, foi proferida decisão que determinou a atualização monetária dos valores expressos em Cruzado Novo de janeiro/1989 pela Tabela Prática do TJSP, com conversão para dólar somente em dezembro/1993, conforme cotação média mensal da moeda. Nesse sentido, determinou-se a intimação do perito para promover ajuste ao laudo, no prazo de 30 dias. Em novembro de 2023, a Ipiranga opôs embargos de declaração em face da decisão proferida, alegando erro formal e omissão na determinação de conversão da dívida para moeda estrangeira. Em novembro de 2023, a BRF opôs embargos de declaração em face da decisão. Em janeiro de 2024, foi proferida decisão que conheceu os embargos da BRF e da Ipiranga, tendo-os rejeitado no mérito por entender que inexistia omissão/contradição/obscuridade na decisão que determinou o ajuste do laudo pericial contábil.</p> <p>SEGUNDA INSTÂNCIA: Em março de 2021, a BRF interpôs recurso especial em face do acórdão que rejeitou seus embargos, apontando: (i) violação aos artigos 116, 1.022 e 489 do CPC apontando ausência de fundamentação no acórdão; e (ii) violação aos artigos 7, 9, 10, 371, 466, 469, 471, 472, 473, 474 e 477 do CPC, acerca da inércia do Ipiranga em apresentar documentos durante a perícia. Em abril de 2021, a Ipiranga apresentou contrarrazões ao recurso especial. Em maio de 2021 houve decisão que inadmitiu o recurso especial e em junho de 2021 a BRF interpôs agravo em recurso especial. Em março de 2022 o processo foi encaminhado para o STJ. Aguarda-se, atualmente, o julgamento do recurso.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>SENTENÇA: A sentença julgou parcialmente procedente a ação, deferindo o pedido alternativo da Ipiranga de prática de ilícito civil pela BRF, determinando se que a indenização devida à Ipiranga seria aquela correspondente aos dividendos a que teria direito, a partir de 1994, caso o empreendimento tivesse sido concluído no prazo e com o faturamento anual previstos. ACÓRDÃO: Foi dado provimento ao recurso de apelação da Ipiranga, reformando o critério de indenização estabelecido na sentença e determinando a liquidação da indenização com base no valor provável da venda do negócio à época, considerando a instalação física que comporia o empreendimento e o valor incorpóreo dos bens da instalação.</p>
h. estágio do processo	<p>Atualmente, o processo se encontra em fase de liquidação de sentença com intuito de apurar os valores a serem indenizados pela BRF.</p>
i. Risco de perda	<p>Provável</p>
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	<p>Valor de indenização a ser potencialmente calculado.</p>
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	<p>Já foi determinado o pagamento de indenização à Ipiranga cujo valor permanece até o momento inestimável visto que ainda resta pendente o refazimento da prova pericial nos autos da liquidação.</p>

Processo nº 0102889-14.2009.8.26.0100 (583.00.2009.102889-8)

a. juízo	<p>19ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP</p>
b. instância	<p>2ª Instância</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	28 de janeiro de 2009
d. partes no processo	Autores: Valore Participações e Empreendimentos Ltda. (“ Valore ”) e Ama Participações e Empreendimentos (“ Ama ”) Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação de execução de título extrajudicial, na qual executa-se a 5ª e 6ª parcelas supostamente devidas pela Companhia em razão da celebração de contrato de Compra e Venda de Unidade Frigorífica, cujo valor fixado era de R\$ 18 milhões (5ª parcela) e R\$ 4 milhões (6ª parcela). Segundo as empresas caberia à Companhia indicar as inadequações na área construída de forma específica e de acordo com o contrato, caso contrário, o silêncio representaria confirmação/anuência tácita, sendo devidas as parcelas finais fixadas pelas partes. Com o contrato, caso contrário, o silêncio representaria confirmação/anuência tácita, sendo devidas as parcelas finais fixadas pelas partes.
f. principais fatos	<p>A BRF apresentou exceção de pré-executividade e, em maio de 2009, foi proferida sentença extinguindo a demanda sem resolução de mérito, reformada pelo TJSP ao dar provimento ao recurso de apelação interposto por VALORE/AMA, remetendo-se os autos à 1ª instância em março de 2012. Em maio de 2010 a BRF interpôs recurso especial, ao qual foi negado seguimento, ensejando interposição de agravo. Em maio de 2012 foi dado provimento ao agravo e recebido o recurso especial (REsp 1326400/SP), que foi julgado prejudicado em razão da oposição de embargos à execução pela BRF. Os embargos de declaração opostos pela BRF foram acolhidos para afastar sua condenação a honorários de sucumbência. Em março de 2018 a VALORE/AMA opôs embargos de divergência em recurso especial que foram rejeitados. Em agosto de 2021 a VALORE/AMA pediu o prosseguimento dos embargos à execução (que estavam suspensos aguardando encerramento da cautelar de produção de provas da BRF) e, em novembro de 2021, as partes foram intimadas a apresentar suas alegações finais. Em maio de 2022 foi proferida sentença julgando procedentes os embargos à execução e extinta a execução, condenando a VALORE/AMA ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios. Em junho de 2022 a VALORE/AMA interpôs recurso de apelação e a BRF apresentou contrarrazões. Em setembro de 2022 os autos foram remetidos ao TJSP e a BRF e VALORE/AMA apresentaram manifestação se opondo ao julgamento virtual.</p> <p>Após ter sido suscitado e resolvido Conflito de Competência, em outubro de 2023 os autos foram remetidos à 18ª Câmara de Direito Privado. Em dezembro de 2023 foi proferido despacho determinando a inclusão dos autos em pauta para julgamento da apelação.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 26 de maio de 2022 foi proferida sentença julgando procedentes os embargos à execução opostos pela BRF e extinta a execução, condenando a VALORE/AMA ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% do valor atribuído aos embargos.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento da apelação interposta pela VALORE/AMA.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A demanda envolve execução de expressivo montante objeto de contrato de compra e venda com obrigações assumidas pela VALORE/AMA em favor da BRF e reflete diretamente em demandas paralelas nas quais a BRF objetiva receber valor expressivo em razão dos prejuízos causados pelo descumprimento dessas obrigações.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Eventual pagamento das parcelas devidas pela BRF em razão do contrato celebrado com VALORE/AMA caso seja comprovado o descumprimento contratual pela BRF.

Processo nº 1076382–57.2013.8.26.0100

a. juízo	28ª Vara Cível do Foro Central – São Paulo e 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
-----------------	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª e 2ª Instância
c. data de instauração	07 de outubro de 2013
d. partes no processo	Autoras: Odila Sperandio e Vera Lúcia Pereira Fontana Ré: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação ordinária proposta pelas herdeiras de Attilio Fontana para condenação da BRF ao pagamento de indenização (danos materiais e morais) decorrente do extravio dos livros societários da Sadia (Livro n. 2 de Registro de Ações Ordinárias Nominativas e o Livro n. 1 de Presença de Acionistas), que não foram exibidos na cautelar preparatória e que, por essa razão, teria impedido as Autoras de apurar a existência de supostas doações inoficiosas realizadas pelo Sr. Attilio Fontana aos demais herdeiros/irmãos.
f. principais fatos	<p>O primeiro laudo pericial apresentado em fevereiro de 2016 com conclusão da existência de danos às Autoras no valor aproximado de R\$ 710 milhões. A BRF argumentou pela deturpação do objeto da perícia e requereu a realização de uma segunda perícia, o que foi deferido pelo juiz. O segundo laudo pericial apresentado em junho de 2017 concluiu que não haveria danos a serem calculados. As Autoras alegaram cerceamento de defesa e nulidade da 2ª perícia e, em novembro de 2017, o Juízo tornou sem efeito o segundo laudo judicial e determinou o refazimento das diligências pelo segundo perito. Foi apresentado em março de 2018 um novo laudo, o qual concluiu pela inexistência de danos a serem calculados. Em junho de 2018, o Perito diante do pedido de esclarecimento das Autoras, reiterou sua conclusão de que não haveria dano. As Autoras novamente discordaram das conclusões e juntaram parecer do Prof. Guillermo Braunbeck. Em agosto de 2018, as Autoras apresentaram petição contendo um Confronto Analítico entre a 1ª e 2ª Perícias. Em dezembro de 2018, a BRF manifestou-se sobre o confronto analítico entre a 1ª e 2ª perícias e o parecer contábil do Prof. Guillermo Braunbeck e apresentou parecer jurídico do Prof. Nelson Eizirik. Foi proferida em 12 de dezembro de 2018 sentença de improcedência. As Autoras e a BRF opuseram embargos de declaração contra a sentença, os quais foram rejeitados.</p> <p>Em fevereiro de 2019, a BRF interpôs apelação com o objetivo de reformar a sentença para majorar os honorários de sucumbência e as Autoras interpuseram apelação, para requerer (i) anulação da sentença; ou (ii) subsidiariamente, a reforma da sentença e a condenação da BRF, em valor a ser arbitrado em fase de liquidação de sentença. Em adição, após o prazo da apelação, as Autoras apresentaram parecer complementar elaborado pelo Prof. Guillermo Braunbeck. Em dezembro de 2019, foi proferido acórdão que negou provimento ao recurso das autoras e deu parcial provimento ao recurso da BRF. Em janeiro de 2020, os embargos de declaração opostos pelas partes foram rejeitados.</p> <p>Em fevereiro de 2020, Odila Sperandio interpôs recurso especial e Vera Lúcia interpôs recurso extraordinário e recurso especial. Em junho de 2020 todos os recursos foram inadmitidos. Todas as partes interpuseram Agravo em Recurso Especial.</p> <p>Em março de 2021, foram proferidas decisões monocráticas que admitiram os agravos em recurso especial. Em julho de 2021 os recursos foram julgados, não providos. Em agosto de 2021, Odila interpôs agravo interno contra a decisão que desproveu seu recurso especial.</p> <p>No julgamento, a Terceira Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo interno para que seja pautado o recurso especial, independentemente de publicação de acórdão. Em outubro de 2022, o recurso especial de Vera e Odila foi desprovido. Em novembro de 2022, Odila e Vera opuseram embargos de declaração, que foram rejeitados.</p> <p>Em maio de 2023, Odila e Vera opuseram embargos de divergência, que foram indeferidos liminarmente. Em junho de 2023, a decisão que indeferiu os embargos de divergência transitou em julgado e os autos foram recebidos no STF para julgamento de agravo em recurso extraordinário interposto pelas autoras. Em agosto de 2023, foi proferida decisão monocrática, a qual não conheceu o agravo em recurso extraordinário interposto pelas autoras. Em setembro de 2023, foi interposto agravo regimental pelas autoras. Em outubro de 2023, a Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental das autoras e aplicou a multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC no percentual de 1%. Em 28 de outubro de 2023, expedidos certidão de trânsito em julgado e termo de baixa definitiva.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 12 de dezembro de 2018, foi proferida sentença que julgou improcedentes os pedidos das autoras, sob a justificativa que os fatos deduzidos não foram comprovados, mesmo após a realização de perícia, de modo que a pretensão de reparação dos danos materiais e morais não procede. Em 04 de dezembro de 2019, foram julgadas as apelações interpostas pelas partes. A apelação interposta pelas autoras teve provimento negado, e a apelação interposta pela BRF teve provimento parcial apenas para majoração do valor dos honorários. Em 18 de outubro de 2022, foi negado provimento ao recurso especial das autoras, mantidos os fundamentos da sentença.
h. estágio do processo	Em 28 de outubro de 2023, expedidos certidão de trânsito em julgado e termo de baixa definitiva.
i. Risco de perda	Remoto
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Não há.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há.

Processo Administrativo SEI nº 08012.000644/ 2017- 27	
a. juízo	Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON (seara administrativa)
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	17 de março de 2017
d. partes no processo	Representante: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor Representada: BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Violação do dever de informação e da boa-fé objetiva. Inserção de produtos no mercado de consumo em desacordo com as normas regulamentares aplicáveis.
f. principais fatos	17 de março de 2017: instauração do PA pelo DPDC. 28 de janeiro de 2021: recomendação de aplicação de sanção administrativa pelo DPDC. 18 de fevereiro de 2021: envio dos autos à SENACON, após o recebimento de recurso administrativo no efeito suspensivo. 05 de julho de 2021: manifestação de interesse pela BRF na celebração do TAC. 10 de agosto de 2021: Ofício da SENACON, solicitando o envio da minuta do TAC e da receita mensal bruta, nos três meses anteriores à data do Ofício. 30 de setembro de 2021: protocolo de proposta de TAC pela BRF. 10 de novembro de 2021: protocolo de petição com receita mensal bruta do estabelecimento de referência da BRF. 10 de janeiro de 2023: Ofício da SENACON, solicitando a média da receita mensal bruta, dos três meses anteriores à data de instauração do PA. 03 de fevereiro de 2023: protocolo de petição com demonstrativos financeiros referentes aos três meses anteriores à instauração do PA e juntada da sentença que concedeu a tutela antecipada e julgou procedente o pedido de nulidade do Auto de Infração relacionado ao PA.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recomendação pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor de Aplicação de sanção administrativa no valor de R\$ 5,38 milhões.
h. estágio do processo	Negociação de eventual TAC.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo administrativo visa à apuração de supostas infrações ao código de defesa do consumidor decorrentes dos supostos desvios no chamado <i>dripping test</i> (teste de gotejamento) constatados pelo MAPA, no âmbito da Operação Carne Fraca, que visa a aferir se as carcaças de aves comercializadas pela BRF estão dentro dos parâmetros regulatórios de absorção de água durante a sua industrialização
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	(i) financeiro, em virtude da sanção aplicada; (ii) reputacional (em virtude de algumas imputações de natureza dolosa); e (iii) administrativo, pela perda da primariedade perante o órgão. Em caso de perda do caso na esfera administrativa, a Companhia considera levar o caso para discussão judicial.

Processo nº 5042501-40.2022.4.02.5101	
a. juízo	31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06 de junho de 2022
d. partes no processo	Marcus Macedo Cazarré (autor) e INPI (réu). BRF é assistente do INPI.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação de nulidade na qual o Sr. Marcus Cazarré objetiva ver declarada a nulidade da decisão proferida pelo INPI durante Processo Administrativo de Nulidade – PAN deflagrado pela empresa AGCERT. PAN que culminou no reconhecimento da nulidade de sua patente, MU8300298-7. O Autor requereu, ainda, tutela de urgência para que os efeitos da decisão administrativa fossem imediatamente suspensos. Em junho de 2022, o d. Juízo determinou emenda à inicial pelo Autor, o que foi cumprido. Em junho de 2022, a BRF veio aos autos explicando o porquê da anulação da patente em questão seria a medida correta, bem como solicitando ingresso como assistente do INPI. Em junho de 2022, foi proferida decisão negando concessão à tutela de urgência requerida pelo Sr. Cazarré e determinando que a empresa deflagradora do PAN, AGCERT, fosse intimada para, querendo, ingressar no feito como assistente simples do INPI. Em setembro de 2022, o Sr. Marcus Cazarré apresentou Embargos de Declaração contra a decisão que não lhe concedeu a tutela de urgência. Em julho de 2022, a BRF apresentou sua Contestação aos autos, na qualidade de assistente do INPI. Em agosto de 2022, o INPI se manifestou contrário à pretensão autoral. O Sr. Marcus Cazarré apresentou parecer aos autos para justificar seus argumentos, o qual foi requerido o desentranhamento pela BRF.</p> <p>Em abril de 2023, foi proferida decisão: (i) acolhendo parcialmente os Embargos de declaração opostos pelo Sr. Cazarré para deferir o seu pedido de gratuidade de justiça; (ii) deferindo o ingresso da BRF como assistente litisconsorcial do INPI; e (iii) indeferindo o pedido de desentranhamento do parecer juntado pelo Sr. Cazarré, uma vez que a pertinência das provas será apreciada em julgamento. O Sr. Marcus Cazarré interpôs Agravo de Instrumento contra essa decisão.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Em maio de 2023, BRF se manifestou nos autos apresentando parecer técnico elaborado pelos engenheiros Gustavo Sartori e Anselmo Rodrigues. O Sr. Marcus Cazarré apresentou sua réplica.</p> <p>Em maio de 2023, nos autos do agravo de instrumento, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela recursal para suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo INPI que anulou a patente MU8300298-7. O Sr. Marcus Cazarré opôs Agravo Interno contra essa decisão e a BRF apresentou suas contrarrazões ao agravo de instrumento.</p> <p>Em julho de 2023, nos autos do agravo de instrumento, o INPI informou não possuir interesse no mérito recursal do recurso, mantendo seu posicionamento em relação às petições protocoladas nos autos de origem e a BRF apresentou suas contrarrazões ao agravo Interno.</p> <p>Em setembro de 2023, nos autos originários, o Sr. Marcus Cazarré emendou a inicial para requerer a inclusão da AGCERT DO BRASIL no polo passivo da ação.</p> <p>Aguarda-se decisão sobre o agravo de instrumento e agravo interno.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve decisões de mérito até o momento.
h. estágio do processo	Aguardando a inclusão do Agravo em pauta de julgamento ordinário.
i. Risco de perda	Não há. BRF atua apenas como assistente.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo tem como objeto a decisão administrativa que declarou a nulidade da patente do Sr. Cazarré. O resultado deste processo, portanto, possui relação direta com a ação de infração movida pelo Sr. Cazarré em face da BRF.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há impacto financeiro.

Processo nº 5000233-39.2022.4.03.6007	
a. juízo	2ª Vara Federal de Campo Grande/MS
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	31 de maio de 2022
d. partes no processo	Ministério Público Federal x BRF S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável. O valor em risco é ilíquido, na medida em que eventual condenação terá que ser objeto de procedimento de liquidação de sentença para apurar o valor indenizatório.
f. principais fatos	<p>Trata-se de ACP com pedido liminar na qual o Ministério Público Federal alega que a BRF faz circular seus caminhões, habitualmente, com peso superior ao permitido pela legislação, com base em 17 autos de infração lavrados pela ANTT em 2017 e outras 260 ocasiões que supostamente a BRF teria colocado veículo com excesso de peso em circulação, conforme apurado pela Polícia Rodoviária Federal no inquérito civil nº 1.21.006.000103/2018-71.</p> <p>Em junho de 2022 foi proferida decisão que indeferiu os pedidos liminares de aplicação de multa de R\$ 0,01 milhão por cada saída de veículo com excesso de peso, e de R\$ 0,005 milhão para cada nota fiscal emitida sem que conste o peso real da carga transportada, diante da ausência dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. Em julho de 2022 o MPF defendeu a competência da Justiça Federal de Coxim para jugar a demanda e reiterou o pedido liminar formulado na petição inicial. Em julho de 2022 foi proferida decisão que reconheceu a incompetência do juízo, determinando a redistribuição para a Comarca de Campo Grande. Em outubro de 2022 foi proferida decisão que: (i) reconheceu a competência</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande/MS para julgar a demanda; (ii) ratificou a decisão proferida pelo juiz que se declarou incompetente, em que não concedeu a liminar requerida pelo MPF, devido à ausência dos requisitos do <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i>; e (iii) designou audiência de conciliação.</p> <p>Em outubro de 2022 o Ministério Público Federal apresentou petição informando: (i) ciência da audiência de conciliação agendada e (ii) que interpôs agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou o pedido de liminar. Em novembro de 2022 a BRF apresentou contestação. Em janeiro de 2023 o MPF apresentou réplica. As partes informaram não terem mais provas a produzir, requerendo o julgamento antecipado da lide.</p> <p>Em novembro de 2023 foi proferida decisão saneadora, entendendo desnecessária produção de provas.</p> <p>Em dezembro de 2023 o MPF requereu suspensão do processo até o julgamento dos recursos especiais 1.908.497 e 1.913.392 afetados pelo STJ, uma vez que discutem a possibilidade de imposição de tutela inibitória, bem como de responsabilização civil por danos materiais e morais coletivos causados pelo tráfego com excesso de peso em rodovias. Ademais, informou não possuir interesse na produção de novas provas.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 7 de junho de 2022, em primeira instância, foi proferida decisão que indeferiu os pedidos liminares de aplicação de multa de R\$ 0,01 milhão por cada saída de veículo com excesso de peso, e de R\$ 0,005 milhão para cada nota fiscal emitida sem que conste o peso real da carga transportada, diante da ausência dos requisitos do <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i> .
h. estágio do processo	Atualmente aguarda-se suspensão do feito ou julgamento antecipado.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão do tema e do impacto financeiro que pode trazer à Companhia, delimitados abaixo, especialmente no que se refere à multa de R\$ 0,01 milhão por cada nova infração por tráfego de veículo com excesso de peso que for lavrada em desfavor da BRF.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Obrigação de não fazer, para que a BRF não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa de R\$ 0,01 milhão. Obrigação de fazer, para que a BRF informe em nota fiscal o peso real da mercadoria transportada, sob pena de multa de R\$ 0,005 milhão. Desembolso de valores a título de indenização por danos materiais, a ser arbitrada pelo juízo em valor não inferior a R\$ 1.040.366,63, e por danos morais coletivos no valor de R\$ 0,005 milhão.

Ação Rescisória nº 7562/DF	
a. juízo	Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça
b. instância	Instância Superior
c. data de instauração	18 de agosto de 2023
d. partes no processo	BRF S.A. x Ministério Público Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável. Em caso de improcedência da demanda, a BRF terá que desembolsar o valor da condenação imposta na ACP n. 0032034-28.2012.4.01.3400, que está pendente de liquidação.
f. principais fatos	<p>Ajuizada a ação rescisória em agosto de 2023.</p> <p>Em setembro de 2023 o MPF, na condição de <i>custus legis</i>, apresentou parecer opinando pelo não conhecimento da ação rescisória e em novembro de 2023 a BRF apresentou petição para prestar esclarecimentos sobre as incongruências do parecer do MPF.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito
h. estágio do processo	Saneadora/Julgamento.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevância atual do tema e do impacto financeiro que pode trazer à empresa, delimitados abaixo, especialmente na hipótese de improcedência da demanda.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Desembolso do valor da condenação imposta na ACP n. 0032034-28.2012.4.01.3400, que está pendente de liquidação.

Contingências tributárias

Em 31 de março de 2023, a Companhia estava envolvida em 1.358 processos tributários, sendo que os principais pleitos são decorrentes de suposta falta de recolhimento de ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis e referentes a demandas envolvendo a Companhia e/ou suas controladas no valor de R\$ 322,0 milhões.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos tributários relevantes em que a Companhia e suas controladas figuram como parte.

1. Execução Fiscal Huaine

Processos nº 0006978-61.2014.4.03.6182 e 0030084-28.2009.4.03.6182	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	1ª Instância judicial (Embargos à Execução Fiscal).
c. data de instauração	27 de julho de 2009
d. partes no processo	Autora: União Federal Ré: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 0,767 milhão (em 31 de dezembro de 2023)
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal inicialmente contra Huaine Participações Ltda. (ex-controladora da Perdigão) em 1997 por suposta utilização indevida de despesas financeiras com juros decorrentes de empréstimos não comprovados com empresa no exterior.</p> <p>Após discussão na esfera administrativa, a Huaine aderiu ao REFIS em 2000, tendo sido excluída em 2005. Em 2008, a PGFN responsabilizou solidariamente a Perdigão Agroindustrial pelo débito e promoveu a execução fiscal n.º 0030084 - 28.2009.4.03.6182, a qual se encontra garantida por seguro fiança já aceito pelo juízo.</p> <p>Após a garantia do juízo, foram opostos Embargos à Execução Fiscal pela BRF, nº 0006978-61.2014.4.03.6182. A União apresentou Impugnação aos Embargos e, posteriormente, foi deferido pelo Juízo a produção de prova pericial. Em 22 de outubro de 2020, o Perito Judicial apresentou o seu Laudo Pericial e, em 26 de novembro de 2020, a Companhia apresentou</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	petição requerendo esclarecimentos ao Perito a respeito de alguns pontos do Laudo. O perito foi intimado para complementação do laudo em 30 dias. O perito apresentou esclarecimentos e a Companhia foi intimada para se manifestar. A BRF solicitou pedido de realização de nova perícia, tendo em vista a alegada parcialidade do Perito e as inconsistências apontadas em relação ao laudo pericial, a Juíza concordou com o pedido de realização de nova perícia. A União opôs Embargos de Declaração. Contudo, não foram providos. Aguarda-se realização de nova prova pericial deferida pela Juíza.
g. Risco de perda	Remota.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

2. IRPJ/CSLL – Compensação de Prejuízo (“Trava”) de 30% - Incorporação

Embargos à Execução Fiscal nº 5003614-06.2020.4.04.7201 (decorrente do Auto de Infração nº 11516.722237/2011-12) relativo à incorporação da Batávia e Execução Fiscal nº 5009397- 67.2020.4.04.7204 decorrente dos Autos de Infração nºs 11516- 720.291/2015-57 e 11516-720.289/2015-88 relativos à incorporação da Sadia	
a. juízo	Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	2ª. Instância Judicial
c. data de instauração	25 de novembro de 2011 (Batávia) e 04 de fevereiro de 2015 (Sadia)
d. partes no processo	Exequente: União Federal Executada: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 1,134 milhões (em 31 de dezembro de 2023)
f. principais fatos	Autos de Infração exigindo IRPJ e CSLL, em razão da compensação de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL pela empresa incorporada Sadia. A Batávia acima do limite de 30% previsto nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.065/95. A Companhia defende que a trava de 30% prevista na legislação não se aplicaria à hipótese de incorporação, em que há a extinção da pessoa jurídica. No projeto de lei consta que o objetivo da legislação que instituiu tal limite de 30% não era retirar a possibilidade de utilização do prejuízo fiscal/base negativa, mas tão somente preservar uma parte de arrecadação. No entanto, no caso em que a empresa é extinta (incorporada), não há a possibilidade de utilizar o prejuízo fiscal/base negativa no próximo exercício, ou seja, se mantida a autuação nesse sentido, o Fisco contrariará a própria justificativa que deu origem à lei. Na esfera administrativa, pelo voto de qualidade, a Companhia teve seus recursos negados. O Auto de Infração relativo à incorporação da Batávia está sendo discutido em sede de Embargos à Execução Fiscal nº 5003614-06.2020.4.04.7201. Em 31 de março de 2021, o Juiz acolheu em parte os pedidos da Cia excluindo a multa e os juros de mora em face de que a jurisprudência administrativa, à época da ocorrência do fato gerador, admitia a compensação integral dos prejuízos fiscais na extinção da pessoa jurídica. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela Cia com relação à parcela mantida da autuação. Discute-se, em síntese: (i) se o limite de 30% para a compensação de prejuízos fiscais, previsto nos artigos 15 e 16 da Lei n. 9.065/1995, é aplicável na extinção de pessoas jurídicas por incorporação; (ii) se é ilegal ou inconstitucional o julgamento por voto de qualidade no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; e (iii) se houve violação à segurança jurídica, diante da alteração de posicionamento até então aplicado pelo CARF. Os Autos de Infração relativos à incorporação da Sadia estão garantidos por seguro garantia na ação de Execução Fiscal nº 5009397-67.2020.4.04.7204. Foram opostos Embargos à Execução que, em 19 de janeiro de 2022, tiveram sentença desfavorável. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação, interposto nos autos dos embargos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

3. ICMS – PRODEIC – Crédito Presumido

Processo Administrativo nº 5679038/2019	
a. juízo	Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	28 de maio de 2019
d. partes no processo	Autor: Estado do Mato Grosso Autuada: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 0,343 milhão (em 31 de dezembro de 2023)
f. principais fatos	Auto de Infração objetivando a cobrança de ICMS em razão da glosa de crédito presumido sobre operações de transferências no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018, com relação a saída de produtos: (i) que não estão incluídos no Termo de Acordo/Aditivo/Renovação do PRODEIC; e (ii) que não passaram pelo processo de beneficiamento no estabelecimento da Companhia e que não corresponderam a operações de comercialização, condições previstas para utilização do benefício fiscal. A Companhia apresentou impugnação, a qual foi julgada procedente em parte apenas com relação à redução da multa de 100% para 60%. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia, o qual não foi provido. Aguarda-se intimação do Acordão para interposição de pedido de reconsideração.
g. Risco de perda	Possível: aproximadamente R\$ 0,221 milhão Remoto: aproximadamente R\$ 0,122 milhão
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

4. ICMS – Fomentar Goiás – Estorno Saídas Isentas

Processos nº 4-0119025-870-96, 4-0119025-888-15 e 4-0119025-903-99	
a. juízo	2ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiás – Goiânia
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21 de novembro de 2019
d. partes no processo	Autor: Estado de Goiás Autuada: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 0,211 milhão (em 31 de dezembro de 2023)
f. principais fatos	Auto de infração lavrado para glosa de créditos de ICMS do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, com a aplicação de multa e acréscimos moratórios, baseado na acusação

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	de que o estabelecimento autuado deveria estornar créditos da não cumulatividade do ICMS relacionados a insumos por ele adquiridos para a produção de rações que, segundo o Fisco, foram objeto de saídas internas supostamente amparadas pela não incidência do ICMS. Em 26 de janeiro de 2022, a Terceira Câmara do Conselho Administrativo Tributário acolheu em parte o Recurso Voluntário interposto pela Cia para determinar a exclusão dos juros e da correção monetária cobrados acima da Taxa SELIC. O recurso especial interposto não foi provido por voto de desempate. Ajuizada Ação Anulatória nº 5444438-73.2023.8.09.0051, a qual aguarda julgamento. Em sede de Agravo de Instrumento nº 5590655-44.2023.8.09.0000 foi concedida a antecipação de tutela recursal para suspender a exigibilidade do débito sem necessidade de garantia.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

5. ICMS – Crédito Outorgado – Desenquadramento

Processos Administrativos nº 03.568433-1 e 03.583453-0	
a. juízo	Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância administrativa
c. data de instauração	24 de setembro de 2020 e 04 de fevereiro de 2020
d. partes no processo	Autor: Estado do Rio de Janeiro Autuada: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 0,680 milhão (em 31 de dezembro de 2023)
f. principais fatos	Auto de Infração 03.568433-1 com vistas à exigência de ICMS, referente ao período de apuração de outubro de 2014 a dezembro de 2014, e Auto de Infração 03.583453-0 referente ao período de apuração de janeiro de 2015 a março de 2019, ambos lavrados em razão da restauração do regime normal de apuração do ICMS devido ao desenquadramento da Companhia do tratamento tributário especial de que trata o Decreto 44.945/2014. A Companhia apresentou Impugnação para os dois Autos de Infração, os quais foram julgados procedentes pela 1ª instância administrativa. Com relação ao AI nº 03.568433-1, em 2ª instância foi acolhida a preliminar de nulidade da decisão de primeiro grau, com a determinação de baixa do processo para a Junta de Revisão Fiscal para que outra seja proferida, mediante a análise de nossas razões de defesa. Em novo julgamento pela Junta de Revisão Fiscal, novamente negou-se provimento à impugnação para julgar procedente o auto de infração nº 03.568433-1, sob os mesmos fundamentos da decisão proferida anteriormente, sem observar o determinado pela 4ª Câmara do Conselho de Contribuinte. Diante de tal decisão, a BRF interpôs Recurso Voluntário alegando que o acórdão deixou de atender ao determinado pelo Conselho de Contribuintes, bem como repisando os argumentos que justificam o reconhecimento da nulidade do acórdão e a improcedência da decisão no mérito. Atualmente, encontra-se aguardando distribuição para posterior julgamento do novo Recurso Voluntário pelo Conselho de Contribuintes. Referente ao Recurso Voluntário interposto relativo ao AI 03.583453-0, por maioria de votos, a preliminar de nulidade e o mérito foram rejeitados, não obstante o voto do Relator dando provimento total ao recurso da Cia. Prevaleceu o entendimento que o ato de exclusão do Secretário não comporta reexame na esfera administrativa. Em 05.10.2023, a BRF foi intimada acerca do acórdão. Em 27.10.2023, a BRF interpôs Recurso Especial ao Conselho Pleno. Atualmente, aguarda-se a inclusão em pauta para julgamento do Recurso Especial pelo Conselho Pleno.
g. Risco de perda	Possível.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.
--	---------------------

6. Contribuição Previdenciária – GILRAT

Processo nº 11516-720.623/2020-61 e 10340-720.796/2023-18	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	15 de junho de 2020 e 25 de julho de 2023
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Especial da Receita Federal do Brasil Autuada: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 0,351 milhão (em 31 de dezembro de 2023)
f. principais fatos	Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil objetivando a cobrança de contribuição previdenciária relativa ao adicional de 6% de GILRAT para a aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição, em decorrência da exposição do segurado ao Risco Ruído acima de 85 dB (A), com base nos artigos 22, II, 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. O 1º Auto de Infração nº 11516-720.623/2020-61 lavrado em 15/06/2020 refere-se ao período de 2016 e o 2º Auto de Infração nº 10340-720.796/2023-18, lavrado em 25/07/2023, refere-se ao período de 08/2018 a 12/2019, sendo que o 1º Auto foi mantido em 2ª instância administrativa pelo CARF no julgamento ocorrido no dia 04/10/2023 (aguarda-se intimação do acórdão para interposição de recurso à CSRF). O 2º Auto de Infração ainda está em 1ª instância aguardando julgamento da defesa.
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

No que diz respeito ao contencioso trabalhista, o valor total provisionado para demandas envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 435,9 milhões. As provisões cíveis impactantes e de massa, ambiental e outros estão incluídas no total de provisões cíveis e outras no valor de R\$ 352,4 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 não há processos de natureza tributária descritos no item 4.4 que estejam provisionados.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

1) Procedimento Arbitral	
Breve descrição do Objeto:	Arbitragens requeridas por investidores que adquiriram ações de emissão da Companhia na B3 e pleiteiam indenização por alegadas perdas decorrentes da queda no preço de cotação das ações. O presidente da Câmara Arbitral determinou a reunião das Arbitragens em um procedimento arbitral único.
Valor envolvido	A Companhia entende não ser possível estimar, por ora, todos os riscos e valores efetivamente envolvidos nesta arbitragem.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão arbitral desfavorável, ou eventualmente um acordo, acarretaria significativos prejuízos financeiros para a Companhia.
2) Procedimento Arbitral	
Breve descrição do Objeto:	Arbitragens requeridas pela Companhia, na forma de Embargos Arbitrais opostos contra dois Processos de Execução, relacionados a dois Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados em 2007 e com prazo de vigência até 2025. Tais Procedimentos Arbitrais foram, posteriormente, reunidos em único procedimento arbitral. A BRF busca: (i) a resolução dos contratos de compra e venda; ou, subsidiariamente, a revisão do preço contratual; e (ii) a revisão dos valores do preço das parcelas inadimplidas. As Requeridas apresentaram reconvenção, pretendendo indenização pelos prejuízos decorrentes da venda de energia elétrica no mercado <i>spot</i> , em razão da negativa de registro na CCEE dos volumes do contrato.
Valor envolvido	Eventual sentença arbitral desfavorável pode acarretar a condenação da Companhia, e da outra empresa requerente, ao pagamento de perdas e danos para as requeridas.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão arbitral desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia correspondente a eventuais perdas e danos.
3) Procedimento Arbitral	
Breve descrição do Objeto:	A arbitragem tem por objetivo reparar, mediante correspondente abatimento do preço pago pela aquisição das cotas sociais de determinadas sociedades adquiridas por subsidiária da Companhia, o prejuízo advindo do vício oculto omitido pelos requeridos durante as negociações do Contrato de Compra e Venda de Quotas, bem como que se proceda com o necessário ajuste do preço previsto contratualmente para que se reestabeleça o equilíbrio do contrato.
Valor envolvido	O valor envolvido refere-se à Parcela a Prazo prevista no <i>Quota Purchase Agreement</i> (QPA) que foi retida por subsidiária da BRF ao constar o desvio na formulação dos produtos.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	O possível impacto para a Companhia e sua subsidiária será maior em caso de improcedência dos pedidos, tendo em vista a correção monetária, juros e multa previstos no <i>Quota Purchase Agreement</i> (QPA) em razão do não pagamento da Parcela a Prazo na data prevista no <i>Quota Purchase Agreement</i> (QPA).
4) Processo Judicial	

4.6 Processos sigilosos relevantes

Breve descrição do Objeto:	Ação movida por antigo executivo da Companhia pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas.
Valor envolvido	R\$9,9 milhões
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado, bem como danos reputacionais.
5) Processo Judicial	
Breve descrição do Objeto:	Ação de Responsabilização proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a Companhia, envolvendo a concessão de incentivos fiscais.
Valor envolvido	R\$306 milhões
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Prejuízos financeiros, no valor do pedido atualizado, além da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de situações públicas ou contratados pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 e máximo de 5 anos.
6) Processo Judicial	
Breve descrição do Objeto:	Trata-se de disputa relacionada à resolução de contrato de consultoria celebrado entre a BRF e empresa prestadora de serviços de consultoria. As partes divergem acerca dos efetivos resultados dos serviços, bem como da resolução do contrato e da pretensão de recebimento de valores por parte da empresa prestadora dos serviços.
Valor envolvido	R\$ 234,8 milhões
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Impacto estritamente financeiro, com o pagamento de eventual condenação.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo matérias trabalhistas

Em 1º de setembro de 2017, foi assinado um TAC com abrangência nacional com o MPT, pactuando adequações relacionadas ao ritmo de trabalho nos abatedouros de aves e suínos da Companhia. No compromisso firmado foi estabelecido cronograma de adequação para as fábricas de Rio Verde/GO, Lajeado/RS, Lucas do Rio Verde/MT, Dourados/MS, Uberlândia/MG, Dois Vizinhos/PR, Chapecó/SC, Francisco Beltrão/PR, Mineiros/GO, Marau/RS, Nova Mutum/MT, Serafina Correa/RS e Carambeí/PR, nos moldes de acordos que já haviam sido firmados com as filiais de Capinzal/SC, Toledo/PR, Concórdia/SC e Videira/SC. Os compromissos estão sendo implementados conforme cronograma firmado para cada atividade e em cada unidade. No período compreendido entre 2020 e 2022, em razão da pandemia, referido compromisso esteve suspenso diante das medidas de proteção pactuadas com o próprio MPT e implementadas contra o COVID-19 nas fábricas. Em 2023, as tratativas com o MPT foram retomadas para a continuidade deste projeto de adequação de ritmo e encontram-se em desenvolvimento e cumpridos, sem imputação de descumprimento pelo órgão.

Existem outros TACs de menor repercussão temática, firmados com o MPT, relacionados a temas previstos em normas regulamentadoras, jornada de trabalho, menor aprendiz, contratos de trabalho, meio ambiente de trabalho, normas de saúde e segurança do trabalho, comunicação de acidente de trabalho, combate a práticas de assédio moral e discriminação.

Os TACs mencionados acima estão sendo cumpridos pela Companhia até a data deste Formulário de Referência.

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo matéria ambiental

Em 24 de abril de 2014, foi assinado um TAC com o Ministério Público do Estado de Goiás devido a questões envolvendo o descarte de materiais sólidos (carcaças de animais) da unidade de Rio Verde. Devido a isto, foi imputado à Companhia o pagamento de multa no valor de R\$ 1,4 milhão, além de outras obrigações que ainda estão sendo cumpridas pela Companhia. O TAC está em andamento.

Em 18 de setembro de 2015, a Companhia assinou um TAC com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a adequação do empreendimento às exigências da legislação ambiental, para o empreendimento localizado em Duque de Caxias. O TAC foi executado, sendo que a Licença de Operação foi emitida pelo órgão ambiental estadual ("INEA") em 20 de setembro de 2023. Aguarda-se o arquivamento do TAC.

Em 4 de abril de 2016, a Companhia assinou TAC nº 01/2016 com o Ministério Público do Estado de Goiás para compensar os danos ambientais causados pelo descarte de resíduos industriais sem tratamento adequado no rio Jataí. A Promotoria publicou em 18 de fevereiro de 2021 a promoção de arquivamento parcial. A decisão deverá ser homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público ("CSMP") e três obrigações permanecem em andamento.

Inquéritos Cíveis envolvendo matéria ambiental

A Companhia é parte em Inquéritos Cíveis em tramitação do Ministério Público de diversos estados, quais sejam: Minas Gerais, Paraná e São Paulo, cujo objeto é a apuração de eventual violação às normas e obrigações de natureza ambiental envolvendo as seguintes matérias: (i) efluentes; (ii) licenciamento ambiental e descumprimento de condicionantes; (iii) maus tratos e bem-estar animal;

4.7 Outras contingências relevantes

(iv) emissões atmosféricas e odoríferas; e (v) entrega de declarações exigidas em lei, tais como as Declarações Anuais de Carga Poluidora.

Investigações envolvendo a Companhia

A Companhia foi alvo de investigações, conforme abaixo detalhado. O Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia ("CAI") conduziu e concluiu investigações independentes em conjunto com o Comitê Independente de Investigação, formado por membros externos e assessores jurídicos externos no Brasil e no exterior, com relação às alegações envolvendo os empregados e ex-empregados da Companhia.

1) Operação Carne Fraca

Em 25 de fevereiro de 2021, a Companhia foi informada pela *Securities Exchange Commission* ("SEC") que este órgão tinha concluído as suas investigações sobre a BRF no que diz respeito à Operação Carne Fraca e não recomendou qualquer ação coerciva contra a Companhia. Em 5 de maio de 2021, a Companhia foi informada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos que este também concluiu as suas investigações contra a BRF no âmbito da Operação Carne Fraca e da Operação Trapaça, não tendo aplicado nenhuma sanção ou penalidade contra a Companhia.

O desfecho da Operação Carne Fraca e Operação Trapaça foi a celebração, em 28 de dezembro de 2022, de Acordo de Leniência entre a BRF S.A. e a CGU e a AGU ("Acordo de Leniência"). Em Fato Relevante divulgado ao mercado, na mesma data, a Companhia esclareceu que o Acordo de Leniência foi resultado de um profundo e detalhado processo de investigação interna promovido pela Companhia, a partir de 2018, com o apoio de assessores independentes externos, que teve por objetivo identificar condutas praticadas no passado por empregados da Companhia.

O referido valor, atualizado conforme contrato, foi liquidado em junho de 2023 sendo: i) 70% com prejuízos fiscais no montante de R\$435,1 milhões; e ii) 30% com créditos tributários de PIS e COFINS e IRPJ no montante de R\$186,5 milhões. Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes compromissos qualitativos: a) sanear as práticas identificadas e adotar medidas preventivas para impedir que tais práticas viessem novamente a ocorrer e b) aperfeiçoar continuamente seu programa de integridade com o apoio e monitoramento da CGU. No decorrer do exercício de 2023, todos os compromissos mencionados foram cumpridos e a Companhia segue mantendo seu compromisso público de prosseguir no processo de aprimoramento contínuo de suas práticas de governança corporativa e *compliance*.

A Companhia, desde a fase de negociação do Acordo de Leniência até o cumprimento integral das obrigações nele assumidas, assumiu o compromisso de envidar seus melhores esforços no sentido de colaborar com as autoridades públicas envolvidas, mantendo seu compromisso público de prosseguir no processo de aprimoramento contínuo de suas práticas de governança corporativa e *compliance*.

2) Operação Trapaça

Em 05 de março de 2018, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo juiz da 1ª. Vara Federal de Ponta Grossa/PR, que autorizou a busca e apreensão de informações e documentos devido a alegações envolvendo suposta má conduta relacionada a violações da qualidade, uso de componentes alimentícios impróprios e falsificação de testes em certas plantas da Companhia e laboratórios credenciados. Esta operação foi denominada como Operação Trapaça.

A Companhia informou determinados órgãos reguladores e entidades governamentais, inclusive a SEC e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, sobre a Operação Trapaça. Em 25 de

4.7 Outras contingências relevantes

fevereiro de 2021, a Companhia foi informada pela SEC que este órgão tinha concluído as suas investigações sobre a BRF no que diz respeito à Operação Trapaça e não recomendou qualquer ação coerciva contra a Companhia. Em 5 de maio de 2021, a Companhia foi informada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos que este também concluiu as suas investigações contra a BRF no âmbito da Operação Carne Fraca e da Operação Trapaça, com base nas informações recebidas até o momento, não tendo aplicado nenhuma sanção ou penalidade contra a Companhia.

Conforme mencionado acima, o resultado da Operação Trapaça foi a celebração, em 28 de dezembro de 2022, de Acordo de Leniência que também abrangeu as condutas identificadas na Operação Carne Fraca.

3) Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) –CGU

Em junho de 2018 e em maio de 2019, a Companhia teve conhecimento de Processos Administrativos de Responsabilização iniciados contra a BRF pela CGU, relacionados com as alegadas irregularidades relativas a condutas que pudessem representar atos prejudiciais para a administração pública, segundo a Lei Anticorrupção e outras leis aplicáveis, tal como descrito na Operação Carne Fraca e na Operação Trapaça.

Em dezembro de 2022 foi noticiada a celebração de Acordo de Leniência com a CGU e AGU abrangendo a Operação Carne Fraca e Trapaça. Os Processos Administrativos foram arquivados. Maiores informações sobre o Acordo de Leniência celebrado entre a BRF e a CGU e AGU podem ser verificados no tópico que contém a descrição detalhadas de tal acordo.

4) Operação Romanos

Em 1º de outubro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida por um juiz federal da 1ª Vara Federal de Ponta Grossa no Estado do Paraná, que autorizou a operação de busca e apreensão de informações e documentos, a ser realizada contra fiscais federais do MAPA em diversos locais de produção da Companhia. Nem a Companhia e nenhum de seus empregados estavam envolvidos nesta operação de busca e apreensão, rotulada como a 4ª fase da Operação Carne Fraca. Em 27 de julho de 2021, o tribunal revogou a decisão do juiz federal e, em 17 de agosto de 2021, foi arquivado o processo que disciplina a operação de busca e apreensão.

Investigações Relacionadas à Contaminação

A Companhia mantém a iniciativa interna de realizar investigações de passivos ambientais em áreas com potencial de contaminação em seus imóveis, por meio de empresas terceirizadas, garantindo assim a imparcialidade na geração de resultados e relatórios, e procura adotar todas as providências necessárias visando a minimização de quaisquer impactos negativos ao meio ambiente. Muitas dessas áreas, quando localizadas, investigadas e confirmadas, seja qual for o desvio, são remediadas e recuperadas por meio de um plano que contempla as ações e os investimentos necessários para devolvê-las o mais próximo possível do seu estado original. Atualmente estamos finalizando processos de remediação de área contaminada em Rio Verde/GO e Jataí/GO.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, validada em reunião pelo Comitê Executivo ("**COMEX**"), pelo Comitê de Finanças e Gestão de Riscos ("**CFGR**") e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia por meio de reunião realizada em 28 de fevereiro de 2023, bem como Política de Gestão de Riscos Financeiros, aprovada em 07 de dezembro de 2023 ("**Política de Gestão de Riscos Corporativos**").

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades do processo de gestão de riscos, com o objetivo de orientar a Companhia na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos intrínsecos ao seu negócio, como parte do processo de tomada de decisão, para proporcionar proteção e geração de valor à Companhia, buscando a sustentabilidade do negócio.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar as suas atividades e operações, como riscos financeiros, operacionais, comerciais, tecnológicos, estratégicos, relacionados a pessoas e regulamentares/conformidade. Isso inclui riscos relacionados à energia elétrica, cadeia de fornecedores, riscos operacionais, controle sanitário, *compliance*, segurança dos alimentos, imagem e reputação, ambientais, mudanças climáticas e recursos hídricos e privacidade e proteção de dados.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Seguem abaixo os instrumentos e estratégias utilizados para proteção de alguns de riscos que podem afetar a Companhia:

- Energia elétrica: a gestão de riscos relacionada à energia elétrica é conduzida por meio do monitoramento constante das condições políticas regulatórias e climáticas que podem interferir no custo e disponibilidade de energia elétrica, considerando que a matriz energética brasileira é predominantemente baseada em fontes hídricas. A estratégia de mitigação dos riscos passa pela redução do consumo, aquisição de energia elétrica no mercado livre avaliada por meio de modelagens matemáticas, considerando cenários climáticos futuros de curto e médio prazo. A Companhia prioriza fontes renováveis de energia, seguindo também os compromissos por ela assumidos em relação a mudanças climáticas.
- Commodities: a Companhia realiza o acompanhamento diário dos preços das commodities (milho, farelo de soja, óleo de soja e soja), que estão sujeitos a volatilidade resultante das

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

condições climáticas, produtividade da safra, custos de plantio (incluindo fertilizantes), custos de transporte, custos de armazenamento, política agrícola do governo nacional e internacional, taxas de câmbio e valor das commodities no mercado internacional. Os fatores acima são monitorados pelo time dedicado à Commodities, onde é possível estimar a previsão de oferta e demanda futura dos grãos e determinar a estratégia de compra, uso de derivativos e estocagem de grãos na companhia.

- Riscos de mercado: a Companhia está exposta à diversos riscos financeiros, que ocorrem em função das posições ativas e passivas assumidas no mercado financeiro pela Companhia. Esses riscos podem estar relacionados com os descasamentos entre as condições contratuais assumidas como as taxas de operações contratadas, prazos, moedas e indexadores, aliados às flutuações dos preços e taxas do mercado. A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros cujo objetivo é o de gerir os riscos de mercado, por meio da identificação e mensuração das exposições, permitindo desenvolver estratégias de proteção (*hedge*) para controle e proteção dos possíveis resultados adversos. Adicionalmente, estes riscos, seus motivadores e ferramentas de mitigação são monitorados mensalmente pela alta direção da Companhia nas reuniões ordinárias do Comitê de Gestão de Riscos Financeiros.
- Riscos geopolíticos: a Companhia está exposta aos riscos geopolíticos internacionais que possam afetar as cadeias internacionais de comércio, logística, preços, suprimentos, entre outros. As ações políticas dos Estados geram consequências significativas no comércio internacional e, conseqüentemente, as companhias podem sofrer as consequências delas no cenário internacional. A Companhia, por exportar para mais de 120 mercados, está exposta à riscos geopolíticos em todas as regiões onde atua no globo. Por esta razão, a Companhia monitora de perto tais riscos e seus possíveis impactos no negócio. Por meio do TSC – Atium, é possível acompanhar por meio de notícias, *stakeholders* e *issues* os aspectos determinantes no negócio, permitindo acompanhamento geral das regiões e temas de interesse. A presença local com times no Oriente Médio e Turquia permitem monitorar de perto os aspectos geopolíticos de duas das regiões mais fundamentais para a companhia. Relatórios de consultorias geopolíticas são também utilizados como ferramentas de monitoramento. Quaisquer riscos que possivelmente sejam identificados, são internalizados e avaliados pela Companhia, que busca mecanismos de mitigação para cada um deles individualmente.
- Cadeia de fornecedores: pela extensão e complexidade de sua cadeia produtiva, a Companhia mantém uma série de ações e diretrizes, entre elas a Política Corporativa de Aquisição de Bens e Serviços, a avaliação Probabilidade de Inadimplência (Prinad) – realizada pelo Serasa – a avaliação do fornecedor em listas públicas (Ibama, CEIS e Trabalho Escravo), avaliações realizadas pelo time de Homologação de Fornecedores, com base em informações de mercado, empresas especializadas (Serasa, por exemplo) e documentos disponibilizados (como Certidão Trabalhista, Alvará de funcionamento, etc), os

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

quais passam por rigorosa análise. Além disso, a Companhia exige a obrigatoriedade de aceite ao Código de Conduta do Parceiro de Negócios da Companhia para assegurar que seus fornecedores estejam em linha com as suas diretrizes corporativas. Como controle interno da área de Suprimentos, a Companhia garante o planejamento anual das negociações através da ferramenta ASP (*Annual Sourcing Plan*) e a elaboração e atualização do *Strategic Sourcing* – ferramenta utilizada pela área de Suprimentos para analisar o mercado, a categoria (análise voltada ao ambiente interno para entender consumo e utilização) e as estratégias de *sourcing* e negociação, assim como o risco de fornecimento de cada fornecedor envolvido na cadeia. Essas práticas se refletem no Programa de Monitoramento da Cadeia de Fornecedores e no Programa Fornecedores de Excelência. Para os fornecedores que possam representar riscos reputacionais para a Companhia, principalmente em relação a condutas antiéticas ou corrupção, a Diretoria de Compliance realiza o processo de Análise Reputacional de Terceiros, formalizado em Norma Corporativa. Tal processo compreende a realização de pesquisas em bancos de dados públicos (*screening*) para identificação do grau de risco que, eventualmente, pode estar associado a esses terceiros.

- Operacionais: o Programa de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (“**SSMA**”), existente desde 2008, engloba o desenvolvimento de cultura aderente à mitigação dos riscos e à preservação da vida, tendo como um de seus pilares o Programa de Gestão de Risco Operacional (“**PGR**”), desde 2010. A Companhia possui ainda o Centro de Controle Operacional, desde 2014 implantado em Curitiba (PR), que permite a administração integrada de suas operações logísticas. Complementando essas ações, há seguros contra danos e ocorrências envolvendo seus principais ativos, como instalações e mercadorias. Adicionalmente, em 2018, foi criada a Diretoria Global de SSMA, responsável pelos temas e pela mitigação dos riscos. Cabe ressaltar ainda, a implementação do SEO, que conjuga os esforços e iniciativas para atuar de forma incremental quanto à robustez dos processos e sinergia entre todas as frentes operacionais da Companhia, em melhoria contínua, padronização, implementação de controles e processos, prevenção a riscos e modernização da indústria.
- Controle Sanitário e Segurança dos Alimentos: a Companhia mitiga os riscos relacionados a controle sanitário e segurança de alimentos adotando boas práticas agropecuárias e boas práticas de fabricação e buscando a melhoria constante de controles e de processos em toda a cadeia produtiva. A Companhia mantém sistemas designados a monitorar os riscos à segurança dos alimentos em todos os estágios do processo de produção (inclusive na produção de suínos e aves). Além disso, realiza checagens de aderência a requisitos legais e de clientes diariamente, através de análises de processos e produtos e anualmente por meio de auditorias internas de qualidade e auditorias externas de clientes. Adicionalmente, a Companhia possui programas de desenvolvimento e homologação de fornecedores para garantir a evolução contínua dos parceiros de negócios da Companhia. A Companhia

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

realiza também grandes investimentos em tecnologia para melhoria de processos através da digitalização de controles, sistemas avançados para laboratórios e automação de linhas de processo. A Companhia trabalha, ainda, para realizar a capacitação de pessoas nos procedimentos relacionados a controle sanitário e segurança dos alimentos, tanto online, como presencialmente. Especificamente em relação ao controle sanitário, a Companhia mitiga esse risco adotando princípios de qualidade nas fábricas, na cadeia produtiva e no processo de distribuição. Nas unidades de abate, por exemplo, há práticas para atender e, também, superar as legislações sanitárias dos mercados e evitar eventuais embargos. Em relação à segurança dos alimentos, o sistema de qualidade da Companhia possui programas específicos para a segurança dos alimentos, como os programas "Boas Práticas de Fabricação" e "Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle", que contemplam medidas preventivas para eliminar perigos biológicos, físicos e químicos. Fornecedores possuem cláusulas específicas de garantia de qualidade em seus contratos, assegurando o nível de cuidados e práticas agropecuárias (ração e medicamentos fornecidos, por exemplo). Adicionalmente, a Companhia investe em equipamentos de ponta, como detectores de metais e equipamentos de raios-X, para redução de contaminações físicas; na certificação de locais de produção; e em compras alinhadas a padrões internacionais.

- Imagem e Reputação: a Companhia mantém uma Política de Marketing Responsável que suportam todos os segmentos de negócios. A Companhia também adota uma estrutura de iniciativas antifraude e anticorrupção que pauta todos os segmentos de negócios e seus padrões comerciais em todo o mundo. Todavia, ainda que existam controles e procedimentos implementados, a Companhia pode nem sempre ser capaz de mitigar todo e qualquer risco de fraude. No caso de má publicidade ou outros atos que possam afetar a imagem da Companhia, existe um Comitê de Crises, que trabalha diretamente com as partes interessadas. A gestão de reputação na Companhia está centralizada em uma diretoria criada em 2018, Diretoria de Reputação, com reporte direto ao Diretor Vice-Presidente Gente Sustentabilidade e Digital. A Diretoria de Reputação centraliza todo o contato externo da Companhia com seus diferentes públicos, é integrante do Comitê de Crises da Companhia e participa do sistema de gestão de riscos. A Companhia também tem formalizado um manual de comunicação de crises com os princípios básicos para enfrentamento de situações que possam afetar a reputação da Companhia. A Diretoria de Reputação também define o posicionamento externo da marca corporativa, sendo ouvida na avaliação de patrocínios, doações, além da execução do propósito da Companhia em ações para o público externo.
- Ambientais: projetos cada vez mais eficientes para a redução de consumo de recursos naturais nas atividades da Companhia. Controles e monitoramentos ambientais cada vez mais rigorosos, em todos os aspectos que possam gerar impactos ambientais (efluentes, resíduos, captação de água, emissões atmosféricas, odor, ruído etc.), trabalhando proativamente para evitar que ocorram acidentes ambientais. Se mesmo assim o acidente

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

acontecer, a Companhia tem uma forma para relato e tratativas imediatas, para que a abrangência e os impactos desse acidente sejam reduzidos. A Companhia realiza também o monitoramento de compras de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, pautando suas decisões de compras e antecipando movimentos de preços nos mercados de commodities. Além disso, a Companhia empreende projetos para desenvolver processos mais eficientes que consumam menos energia. Outras iniciativas incluem inovações tecnológicas nas instalações de criação de animais, melhorando o ambiente e a aclimação, garantindo bem-estar do animal.

- Mudanças climáticas: entre as ações para minimizar os riscos mapeados e garantir competitividade nos custos estão o acompanhamento dos estoques na compra de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, para direcionar a tomada de decisão de compras e antecipar oscilações de preços no mercado de *commodities*; o desenvolvimento de projetos de eficiência energética; e a inovação tecnológica nas instalações agropecuárias, a fim de melhorar o ambiente e climatização e garantir o bem-estar animal.
- Recursos hídricos: para mitigar tais riscos, a Companhia desenvolve ações e projetos internos e externos para reduzir o consumo e cumprir as regras aplicáveis, a fim de minimizar o impacto no meio ambiente e na comunidade. Analisam-se as micro e macro bacias hidrográficas que compõem a região, bem como as atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos, a fim de entender o crescimento da demanda local, antecipando os riscos.
- Compliance: o sistema de integridade Companhia ("**Sistema de Integridade**"), coordenado pela Diretoria de Compliance, é de aplicação obrigatória a todos os colaboradores, desde a alta administração (Conselho de Administração, comitês de assessoramento e Diretoria Executiva) até as unidades produtoras, bem como é de aplicação obrigatória a qualquer parceiro de negócio, e tem como objetivo a disseminação de uma cultura de ética e integridade, controles internos e gerenciamento de riscos, em todas as suas relações internas e externas.

O Sistema de Integridade foi construído, considerando as especificidades do setor de produção agropecuária e os riscos aos quais a Companhia está exposta, de acordo com as melhores práticas nacionais e internacionais de *compliance*, em um fluxo contínuo de melhoria para responder às demandas das áreas de negócio com eficiência e agilidade.

A Companhia realiza avaliações internas frequentes dos oito pilares do Sistema de Integridade, dentre os indicadores-chave de desempenho monitorados estão: o volume de pessoas treinadas e sensibilizadas sobre temas de *compliance*, quantidade de análises reputacionais de parceiros de negócios e transações comerciais, e as respostas a contatos no Canal de Transparência. Tais dados são monitorados semanalmente pelo time de Compliance e reportados aos Comitês de Auditoria e Integridade e de Transparência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Proteção de dados: a Companhia implementou um programa de integridade para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados e demais legislações relacionadas com a proteção de dados pessoais. Neste sentido, criou um comitê de privacidade, nomeou um encarregado (*Data Protection Officer – DPO*) e, com o auxílio de assessoria jurídica e consultorias especializadas, implementou políticas de privacidade, políticas de segurança da informação, plano de resposta a incidentes de segurança, testes para melhorias de proteção a invasões, fluxo de atendimento de solicitações de titulares de dados pessoais de acordo com a LGPD, normas de confidencialidade aplicáveis a seus colaboradores, parceiros e fornecedores e procedimentos para todo o tratamento de dados pessoais, inclusive quanto ao consentimento e a coleta, armazenamento, compartilhamento e eliminação de tais dados pessoais após o cumprimento da finalidade do tratamento.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos na Companhia é conduzida por uma estrutura que envolve: (i) o Conselho de Administração; (ii) o CFGR; (iii) o CAI; (iv) o CS (em conjunto com o CFGR e o CAI, os "**Comitês de Assessoramento**"); (v) a Diretoria Executiva ou COMEX; (vi) os "Donos do Risco" (o colaborador com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o Risco). Na Companhia, os Vice-Presidentes e seus reportes diretos são os Donos dos Riscos gerenciados por suas respectivas áreas; (vii) os "Pontos Focais" (o colaborador destacado pelos Donos dos Riscos para ser o ponto de contato da Diretoria de Gestão de Riscos em sua equipe); (viii) a Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria; (ix) a Diretoria Global de Auditoria Interna; e (x) os colaboradores da Companhia, com as seguintes atribuições, conforme abaixo:

- Conselho de Administração: (i) aprovar a minuta da Política de Gestão de Riscos Corporativos submetidas pela Diretoria Executiva para sua deliberação e recomendada pelos Comitês de Assessoramento; (ii) fornecer orientações no tocante à Política de Gestão de Riscos Corporativos; (iii) aprovar o apetite ao risco e ajustes, quando aplicável, propostos pela Diretoria Executiva e recomendados pelo CFGR; (iv) acompanhar os principais riscos da Companhia reportados pela Diretoria Executiva e pelo CFGR; e (v) aprovar as atribuições da Auditoria Interna.
- CFGR: (i) recomendar ao Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos Corporativos e solicitar adequações, quando necessário; (ii) recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do apetite ao risco, solicitando ajustes, quando aplicável; (iii) reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes de Gestão de Riscos da Companhia apresentadas/discutidas no âmbito do CFGR; (iv) acompanhar os principais riscos da Companhia apresentados ao CFGR e reportar ao Conselho de Administração os temas relevantes; (v) recomendar a tratativa dos principais riscos da Companhia apresentado ao CFGR, considerando os seguintes quesitos: "Assumir", "Mitigar", "Compartilhar/Transferir" ou "Eliminar/Evitar"; (vi) recomendar avaliações de riscos pontuais e/ou específicos à Diretoria de Gestão de Riscos; e (vii) acompanhar a evolução da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

maturidade em Gestão de Riscos, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à Política de Gestão de Riscos Corporativos.

- CAI: (i) discutir com a administração da Companhia as políticas e procedimentos sobre avaliação e gerenciamento de riscos; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (iii) analisar e opinar sobre as diretrizes e Política de Gestão de Riscos Corporativos, incluindo o grau de disposição e tolerância para assunção de riscos, a seleção e reclassificação de riscos, os resultados da identificação e mensuração dos riscos e o acompanhamento dos planos de ação para controle e mitigação de riscos; e (iv) garantir que a área de Auditoria Interna tenha orçamento próprio e recursos financeiros, materiais e humanos suficientes e adequados para o desempenho de suas funções, por meio de avaliação realizada anualmente.
- CS: analisar e recomendar ao Conselho de Administração as políticas e práticas relacionados a sustentabilidade das operações da Companhia.
- Diretoria Executiva: (i) elaborar a minuta, para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração da Política de Gestão de Riscos Corporativos, que deve observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, e demais regulamentação aplicável vigente, conforme competência definida no Estatuto Social da Companhia; (ii) patrocinar a aplicação da Política de Gestão de Riscos Corporativos, promovendo a cultura de Gestão de Riscos na Companhia; (iii) a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, submeter a sua aprovação os limites de Exposição (Apetite ao Risco); (iv) avaliar os Riscos e definir qual o tratamento que será dado (assumir, mitigar, compartilhar/ transferir ou eliminar/ evitar), adotando ações para mitigação e minimização; (v) estabelecer e monitorar o sistema de Controles Internos, considerando diretrizes e mecanismos de acompanhamento, alinhado ao nível de Appetite e Tolerância ao Risco; (vi) promover a integração da Gestão de Riscos com os ciclos de gestão e planejamento; (vii) garantir a implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais, e supervisionar sua evolução; (viii) acompanhar os Indicadores e as estratégias de mitigação dos Riscos prioritários, considerando a análise dos Riscos no processo de tomada de decisão; (ix) avaliar, ao menos anualmente, a evolução da maturidade de Gestão de Riscos, e prestar contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; e (x) garantir a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gestão de Riscos e sistema de Controles Internos da Companhia.
- Donos do Risco: (i) patrocinar a aplicação e disseminação da Política de Gestão de Riscos Corporativos, engajando suas equipes no processo de Gestão de Riscos; (ii) identificar preventivamente e monitorar de forma sistemática os riscos inerentes ao negócio; (iii) reportar tempestivamente à Diretoria Executiva e à Diretoria de Gestão de Riscos quaisquer eventos, fatores ou situações de riscos que possam impactar as operações e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

objetivos da Companhia; (iv) gerenciar os riscos relacionados às atividades, responsabilidades e objetivos de suas respectivas áreas, para verificar a efetividade dos controles e resposta a riscos; (v) destacar e mobilizar os Pontos Focais em suas equipes, que suportarão a Diretoria de Gestão de Riscos na análise e monitoramento dos riscos identificados; (vi) definir e implementar mitigadores e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas; (vii) em conjunto com a Diretoria de Gestão de Riscos, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas; (viii) implementar e monitorar os indicadores chave de Gestão de Riscos; e (ix) garantir a interface com as demais áreas de negócios e a Diretoria de Gestão de Riscos, realizando os alinhamentos necessários para a efetiva gestão dos riscos compartilhados.

- Pontos Focais: (i) suportar a Diretoria de Gestão de Riscos na análise e monitoramento contínuo dos riscos identificados, com o suporte da Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria; (ii) centralizar as demandas da Diretoria de Gestão de Riscos, mobilizando recursos internos da área para a coleta de informações, dados e indicadores, de acordo com as estratégias de mitigação definidas; (iii) acompanhar a implementação e evolução das ações corretivas e/ou preventivas para mitigação dos Riscos mapeados, bem como dos indicadores chave; (iv) apoiar a Diretoria de Gestão de Riscos na atualização periódica do status dos Riscos e ações de mitigação em andamento, suportando na consolidação das informações; e (v) reportar internamente e aos Donos dos Riscos as informações atualizadas relativas ao processo de Gestão de Riscos.
- Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria: (i) estabelecer a metodologia, diretrizes e processo de Gestão de Riscos na Companhia, assim como revisá-los, sempre que aplicável; (ii) coordenar o processo de Gestão de Riscos, considerando os padrões a serem aplicados e sua periodicidade para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos intrínsecos ao negócio; (iii) em conjunto com as áreas de negócio, analisar os Riscos identificados, auxiliando as áreas no entendimento dos fatores de risco, na definição de indicadores e planos de ação; (iv) monitorar continuamente a evolução dos riscos, considerando as informações coletadas com as áreas de negócio; (v) consolidar a avaliação relacionada ao processo de Gestão de Riscos e sistema de Controles Internos da Companhia e reportar-las aos Órgãos de Governança da Companhia; (vi) apoiar e capacitar as áreas de negócio (1ª linha) no gerenciamento dos seus riscos, suportando metodologicamente na revisão ou desenvolvimento ferramentas e indicadores que tornem sua gestão mais efetiva; e (vii) gerir as ações relacionadas à evolução da maturidade em gestão de riscos, fomentando o uso da ferramenta sistêmica e realizando ações para disseminando a cultura de riscos na Companhia, reportando-se diretamente ao CAI.
- Diretoria Global de Auditoria Interna: avaliar, de forma independente, imparcial e tempestiva a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

dos controles internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

- Colaboradores: (i) participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos da Companhia; (ii) reportar aos seus líderes e/ou à Diretoria de Gestão de Riscos eventos ou fatores que representem riscos à Companhia (exceto em caso de denúncias, em que se deve seguir as diretrizes no Manual de Transparência da Companhia); (iii) sempre que envolvidos no processo de gestão de riscos, apoiar na análise dos riscos identificados, auxiliando com a coleta de informações, dados e indicadores, de acordo com as estratégias de mitigação estabelecidos; e (iv) assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas para a mitigação dos riscos.
- Riscos financeiros: a gestão de riscos financeiros é um processo e não um evento isolado, o qual deve envolver todas as áreas da Companhia e sua implantação foi liderada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Para seu acompanhamento, a Companhia implementou o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros (CGRF) a fim de avaliar o cumprimento integral da PGRF, com poder de vetar quaisquer propostas de operações ou deliberações que não sejam adequadas à Companhia quando avaliadas. As responsabilidades do CGRF são:
 - Supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros da BRF.
 - Avaliar e aprovar, dentro dos limites estabelecidos, as alternativas de hedge em conformidade com a Política estabelecida.
 - Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Companhia e o cumprimento da PGRF.
 - Acompanhar o desempenho das operações de hedge.
 - Formalizar todos os conceitos e metodologias aplicadas na gestão dos riscos financeiros.
 - Propor mudanças e alterações na PGRF.
 - Contribuir com a cultura de gestão de riscos na Companhia.

A Companhia vem aprimorando seu modelo de gestão de riscos, que permite a gestão compartilhada pelas diferentes divisões e áreas da Companhia, conforme estrutura de governança corporativa previamente definida. Anualmente, a Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria avalia o ambiente de controles internos necessário para atendimento das legislações e diretrizes da Companhia e atualiza o mapa de riscos e monitora periodicamente as ações mitigatórias necessárias, enquanto a Diretoria Global de Auditoria Interna realiza testes independentes para verificar a efetividade dos planos implementados e a respectiva mitigação dos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

riscos. Ademais, os auditores independentes da Companhia também realizam testes independentes para verificar a efetividade e avaliar o ambiente de controles internos.

A Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria é subordinada à Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores, enquanto a Diretoria Global de Auditoria Interna é subordinada ao CAI.

A atuação conjunta dos órgãos acima descritos permite à Companhia monitorar e avaliar os principais riscos relacionados aos seus negócios. Os resultados obtidos por meio dos trabalhos desempenhados por tais órgãos dão subsídio ao Diretor Presidente Global e ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores para atestar seu estado de responsabilidade sobre a efetividade do ambiente de controles internos, conforme requerido pelas seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley, as quais a Companhia está sujeita por ser uma companhia emissora de ADRs listados na NYSE (New York Stock Exchange).

Diante do exposto, a Companhia entende que todos os órgãos e procedimentos estabelecidos são adequados para mitigar e controlar eventuais riscos, sempre atualizando os procedimentos de controles internos, a fim de se manter em conformidade com os padrões estabelecidos pelo mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O processo de gestão de riscos da Companhia, bem como a aderência ao Plano de Avanço da Maturidade de Gestão de Riscos e Controles Internos – que visa garantir a melhoria contínua e adoção das melhores práticas de mercado – são continuamente acompanhados pela alta liderança e pelas demais partes que compõem a governança de gerenciamento de riscos da Companhia, dentre as quais o CFGR e o CAI, que estão ligados diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e monitoram os riscos mapeados, analisam e opinam sobre as diretrizes e a Política de Gestão de Riscos Corporativos; e a Diretoria Global da Auditoria Interna, que avalia, de forma independente, imparcial e tempestiva a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança da Companhia.

Pelo exposto acima, a Companhia entende que a estrutura operacional para gerenciar os riscos de mercado é adequada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de diversas diretrizes (políticas, normas e procedimentos), devidamente divulgadas aos seus colaboradores, além de estrutura formal de controles internos com foco nos controles financeiros, revisada e avaliada de forma contínua pela Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, conforme exigido na Seção 404 da *Sarbanes Oxley Act* (SOx), a administração da Companhia realiza uma avaliação abrangente utilizando os critérios do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) framework de 2013, cubo Integrado de Controle Interno. O processo de avaliação dos controles internos de divulgação das informações financeiras da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis internacionais. Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas prontamente através de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas, bem como monitoradas de forma mensal com reporte à alta administração.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria do CAI e a fiscalização do Conselho Fiscal para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias. Adicionalmente, conta com o apoio do CFGR, responsável, dentre outras funções, pelo acompanhamento dos riscos não financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros, e com o apoio do CS para os temas relacionados à sustentabilidade de sua operação.

A execução dos controles internos e demais mecanismos de proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha), observando todas as diretrizes da Companhia. Anualmente, a Diretoria de Gestão de Riscos avalia o ambiente de controles internos necessário para atendimento das legislações e diretrizes da Companhia, e a Diretoria de Auditoria Interna efetua testes nos controles para avaliar a eficácia deles.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os órgãos mencionados acima, responsáveis pela aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, periodicamente se reúnem para realizar uma análise crítica e validar os controles internos tratados pela Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

As Diretorias de Riscos Corporativos, Compliance e Auditoria Interna apoiam as equipes da Companhia na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de um modelo de gestão integrado de riscos. Tais trabalhos são reportados pelos respectivos responsáveis à Diretoria Executiva, ao CAI, ao CFGR e ao Conselho de Administração. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, com indicação de responsável e data de implantação. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados de forma sistemática pelas áreas anteriormente citadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório circunstanciado reportado pelos auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram reportadas deficiências significativas que requerem atenção da alta administração. As demais deficiências identificadas foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como deficiências de controles, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foi reportada deficiência significativa no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Para todas as demais deficiências reportadas, classificadas como não relevantes, foram criados planos de ação que serão monitorados constantemente pela Administração da Companhia. Adicionalmente, o processo de monitoramento e reportes aos executivos da Companhia acontecem periodicamente. Após o término do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, todas as deficiências de controles internos são apresentadas aos comitês de acompanhamento, assim como os planos de ação e datas de implementação. Desta forma, os executivos possuem conhecimento dos planos de ações acerca das deficiências apontadas.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

As principais regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública estão descritos nos documentos abaixo. Destaca-se que todas as políticas com conteúdo público foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia após revisão conduzida pela Diretoria de Compliance, em 2023.

- Manual de Transparência: aborda temas transversais ao negócio, como direitos humanos, diversidade, conflito de interesse, combate à corrupção e ao suborno, privacidade de dados e orientações sobre uso do canal de denúncias e é aplicável a todos os colaboradores, gestores (supervisores, coordenadores, gerentes, diretores, presidência, vice-presidências), membros de Comitês e do Conselho de Administração.
- Política Corporativa Antissuborno e Anticorrupção;
- Política Corporativa do Sistema de Integridade;
- Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo;
- Norma de Parceiros de Negócio;
- Política Corporativa de Conflito de Interesses;
- Política Corporativa de Doações e Patrocínios;
- Política Corporativa de Brindes, Presentes e Hospitalidades;
- Política Corporativa de Denúncias ao Canal de Transparência Companhia;
- Política Corporativa de Análise Reputacional Contínua ou *Due Diligence* Reputacional; e
- Política Corporativa de Direitos Humanos.

As pessoas que violarem os termos das políticas e procedimentos mencionados estarão sujeitas às medidas legais e/ou disciplinares cabíveis.

No combate à corrupção e práticas ilícitas, outras políticas e procedimentos internos da Companhia também se relacionam com o Sistema de Integridade, como, por exemplo: Norma Corporativa de Relacionamento Institucional, Norma Corporativa de Orientações de Conduta Eleitoral ou a Política Corporativa de Gestão de Riscos Corporativos.

5.3 Programa de integridade

Reavaliação de riscos e adaptação de políticas e procedimentos

Em fevereiro de 2019, a Diretoria de Compliance implementou controles transacionais de processos e atividades da Companhia, com o objetivo de testar a aderência de processos internos às políticas do Sistema de Integridade. Tais controles são executados e revisados periodicamente, conforme necessidades e oportunidades identificadas pela Diretoria de Compliance. Com a assinatura do Acordo de Leniência, em 28 de dezembro de 2022, a Companhia assumiu perante as autoridades brasileiras: CGU e AGU o compromisso de aperfeiçoar o Sistema de Integridade.

Deste modo, o Sistema de Integridade que já vinha sistematicamente sendo aprimorado desde a deflagração das Operações Carne Fraca e Trapaça, teve seu aperfeiçoamento intensificado ao longo do ano de 2023. Como exemplos, pode-se citar: Revisão dos fatores de riscos relacionados à Integridade da Companhia;

- 1) Atualização da matriz de treinamentos de Integridade, com nova aplicação de mecanismos de retenção de aprendizado;
- 2) Condução de treinamentos periódicos aos colaboradores acerca dos riscos relacionados à Integridade;
- 3) Condução de treinamentos periódicos acerca do conteúdo do Sistema de Integridade aos principais terceiros;
- 4) Disponibilização de treinamento relacionado ao Sistema de Integridade aos principais terceiros;
- 5) Implementação de novos mecanismos de controle interno ao longo da cadeia produtiva;
- 6) Aplicação e o monitoramento das políticas e procedimentos da Companhia;
- 7) Aprimoramento de controles e medidas preventivas relacionadas às normas de fiscalização, inspeção e controle sanitário;
- 8) Divulgação dos acordos, contratos, doações e patrocínios, assim como editais firmados com entidades públicas em sua página eletrônica: <https://www.brf-global.com/sobre/etica-e-integridade/>;
- 9) Revisão do relatório de Transparência e Integridade;
- 10) Análise reputacional e auxílio no aprimoramento dos Programas de Integridade existentes junto a determinados terceiros.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Diretoria de *Compliance* tem como objetivo a disseminação de uma cultura de ética e integridade, controles internos, gerenciamento de riscos e melhoria contínua, em todas as suas relações. Para

5.3 Programa de integridade

que isso seja garantido, todo o Sistema de Integridade é avaliado periodicamente por meio de auditorias internas e de auditoria externa independente.

A Diretoria de Riscos é responsável, dentre outras atribuições, pelas revisões periódicas do Mapa de Riscos da Companhia, e se reporta ao Vice-Presidente Institucional, Jurídico e *Compliance* e a Diretoria de Auditoria Interna se reporta ao CAI.

A Diretoria de *Compliance* se reporta ao Vice-Presidente Institucional, Jurídico e *Compliance* e possui reporte direto ao Conselho de Administração, por meio do CAI, que supervisiona as atividades desenvolvidas e a implementação dos planos de ação. Esse reporte direto confere autonomia e independência à Diretoria de *Compliance* e está em linha com o que estabelece o Estatuto Social da Companhia.

A atividade de Auditoria Interna, por sua vez, está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da Companhia, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções e oportunidades de melhorias apontadas nos relatórios.

A Diretoria de Auditoria Interna deve assessorar a alta administração no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia possui o Manual de Transparência Companhia. O documento, que está disponível no site institucional: <https://www.brf-global.com/sobre/etica-e-integridade/como-atuamos/>, foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023 e contempla assuntos como direitos humanos, antissuborno, anticorrupção e normas de comportamento, entre outros.

O Manual de Transparência se destina a todos: colaboradores, gestores (supervisores, coordenadores, gerentes, diretores, presidência, vice-presidências), membros de Comitês e do Conselho de Administração. A responsabilidade pelo cumprimento de suas determinações é compartilhada entre todos, independentemente de cargo ou função.

Todo novo empregado da Companhia participa do treinamento de integração, nas primeiras semanas de trabalho. Tal treinamento é obrigatório e aborda as principais informações sobre a Companhia, benefícios e as expectativas e comportamentos esperado dos empregados por parte da Companhia. Ademais, é apresentado aos novos empregados o Manual de Transparência, realizada a sua capacitação e obtido “aceite” em relação ao documento.

Os terceiros envolvidos nas operações (incluindo fornecedores, prestadores de serviços e produtores integrados) contam com a Norma de Parceiros de Negócio, que está disponível no site institucional: <https://www.brf-global.com/sobre/etica-e-integridade/como-atuamos/> e igualmente foi

5.3 Programa de integridade

aprovado pelo Conselho de Administração. O referido documento é divulgado a todos os Parceiros de Negócios da Companhia, bem como as suas definições devem obrigatoriamente ser aceitas por aqueles Parceiros de Negócios considerados críticos ou de alto risco, mediante cláusula contratual ou via sistema. Eventuais exceções a essa obrigatoriedade devem ser aprovadas pela Diretoria de *Compliance*.

A não observância das diretrizes do Manual de Transparência acarretará ao infrator a imposição de medidas disciplinares. Já o descumprimento, por terceiros, do Código de Conduta do Parceiro de Negócios poderá acarretar ao infrator a rescisão do contrato por justo motivo.

(b) canal de denúncia

A Companhia possui um canal de denúncias, que se chama Canal de Transparência Companhia, criado com o objetivo de viabilizar a comunicação de possíveis violações ao Manual de Transparência, às leis aplicáveis ou às políticas, normas e procedimentos da Companhia.

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros

O Canal de Transparência Companhia é gerenciado pela Diretoria de Compliance. Nas principais localidades onde a Companhia atua, o Canal de Transparência Companhia é operado por um terceiro independente, que coleta todos os dados fornecidos por telefone ou pelo site específico (www.integridade.brf.com ou www.compliance.brf.com) pelos denunciantes, os armazena e encaminha às áreas responsáveis pelas tratativas e apuração das denúncias, assegurada a confidencialidade e dados do denunciante contra o uso e/ou acesso não autorizado.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

O Canal de Transparência Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Os colaboradores e terceiros têm a opção de enviar relatos de forma anônima, se assim desejarem. Além disso, a Companhia não tolera retaliações ou punições àqueles que registrarem uma denúncia de boa fé e com responsabilidade. Neste sentido, a Companhia esclarece que as Políticas de Compliance estimulam expressamente a pronta comunicação e relato, por meio do Canal de Transparência Companhia, de quaisquer atos que representem violação às diretrizes e princípios nelas dispostos ou no Manual de Transparência Companhia. A esse respeito, a Política Corporativa de Denúncias ao Canal de Transparência Companhia também dispõe que a Companhia condena veementemente qualquer forma de retaliação contra denunciante motivados pela boa-fé, ainda que tais denúncias não possam ser comprovadas.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

5.3 Programa de integridade

Os órgãos responsáveis pela apuração de denúncias, a depender da matéria e das pessoas envolvidas, são: (i) a Diretoria de Compliance; (ii) o CAI e/ou Comitê de Transparência; (iii) a Diretoria de Riscos; e (iv) a Diretoria de Recursos Humanos.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

01 (um) caso, objeto do Processo Administrativo de Responsabilização ("PAR") nº 00190.102484/2022-11, instaurado pela CGU contra a Companhia Destaca-se que, com a assinatura do Acordo de Leniência referenciado no item 5.5., o referido PAR foi arquivado.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável. A Companhia possui políticas e controles adequados aos riscos a que está sujeita, que fazem parte do Sistema de Integridade, conforme exposto acima.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial, analisando, principalmente, índices de preços e de atividade econômica. Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Aprimoramento da governança

Frente às investigações das Operações Carne Fraca e Trapaça, conforme descritas no item 4.7 deste Formulário de Referência, a Companhia vinha interagindo de forma ampla e transparente com as autoridades competentes e colaborava para o completo esclarecimento dos fatos.

Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou Acordo de Leniência com a CGU e a AGU (“**Acordo**”). Com a assinatura do Acordo, a Companhia assumiu o compromisso de aperfeiçoar Sistema de Integridade.

Assim, a Companhia, que já vinha desde a fase de negociação do Acordo aplicando os seus melhores esforços no sentido de colaborar com as autoridades públicas envolvidas, mantendo seu compromisso público de prosseguir no processo de aprimoramento contínuo de suas práticas de governança corporativa e *compliance*, intensificou as ações de aperfeiçoamento do Sistema de Integridade, ao longo do ano de 2023, conforme descrito no item 5.3. “a” (i) acima.

Para maiores informações, consulte item 4.7 – Outras Contingências Relevantes, bem como os posicionamentos oficiais divulgados ao mercado sobre o tema, nos seguintes Comunicados ao Mercado: Denúncia MPF (4 de dezembro de 2019) e Operação Romanos (1 de outubro de 2019).

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marfrig Global Foods S.A.						
03.853.896/0001-40	Brasil	Não	Sim	16/10/2023		
Não						
849.526.130	50,493	0	0,000	849.526.130	50,493	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Previ - Caixa Previdência Funcionários Banco do Brasil						
33.754.482/0001-24	Brasil	Não	Não	18/07/2023		
Não						
103.328.121	6,141	0	0,000	103.328.121	6,141	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SAUDI AGRICULTURAL AND LIVESTOCK INVESTMENT COMPANY						
46.879.386/0001-54	Arábia Saudita	Não	Não	18/07/2023		
Sim	Banco BNP Paribas Brasil S.A.		Juridica	01.522.368/0001-82		
185.556.900	11,029	0	0,000	185.556.900	11,029	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
17.817.179	1,059	0	0,000	17.817.179	1,059	
OUTROS						
526.244.916	31,278	0	0,000	526.244.916	31,278	
TOTAL						
1.682.473.246	100,000	0	0,000	1.682.473.246	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marfrig Global Foods S.A.				03.853.896/0001-40		
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos						
182.070.698-21	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
39.627.784	4,252	0	0,000	39.627.784	4,252	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Marcos Antonio Molina dos Santos						
102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
59.526.979	6,387	0	0,000	59.526.979	6,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA						
08.542.030/0001-31	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
498.008.717	53,434	0	0,000	498.008.717	53,434	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marfrig Global Foods S.A.				03.853.896/0001-40		
1.769.352	0,190	0	0,000	1.769.352	0,190	
OUTROS						
333.067.168	35,737	0	0,000	333.067.168	35,737	
TOTAL						
932.000.000	100,000	0	0,000	932.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA				08.542.030/0001-31		
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos						
182.070.698-21	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
249.004.359	50,000	0	0,000	249.004.359	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Marcos Antonio Molina dos Santos						
102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
249.004.359	50,000	0	0,000	249.004.359	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA				08.542.030/0001-31		
498.008.718	100,000	0	0,000	498.008.718	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/03/2024
Quantidade acionistas pessoa física	64.351
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.527
Quantidade investidores institucionais	1.278

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	814.523.002	48,412%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	814.523.002	48,412%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AL KHAN FOODSTUFF LLC.	00.000.000/0000-00	70
AL-WAFI AL TAKAMOL INTERNACIONAL FOR FOODS PRODUCTS LTD.	00.000.000/0000-00	100
AL-WAFI FOOD PRODUCTS FACTORY SOLE PROPR. LLC	00.000.000/0000-00	100
BADI LTD.	00.000.000/0000-00	100
BANVIT BANDIRMA VITAMINLI YEM SANAYJI AS	00.000.000/0000-00	91,71
BANVIT ENERJI VE ELEKTRIK URETIM A.S.	00.000.000/0000-00	100
BRF ARABIA HOLDING COMPANY	00.000.000/0000-00	70
BRF ENERGIA S.A.	05.449.127/0001-06	100
BRF FOODS GMBH	00.000.000/0000-00	100
BRF FOODS LLC (UAE)	00.000.000/0000-00	100
BRF FOODS UK LTD.	00.000.000/0000-00	100
BRF GLOBAL COMPANY NIGERIA LTD.	00.000.000/0000-00	100
BRF GLOBAL COMPANY SOUTH AFRICA PROPRIETARY LTD.	00.000.000/0000-00	100
BRF GLOBAL GMBH	00.000.000/0000-00	100
BRF GMBH	00.000.000/0000-00	100
BRF INVESTIMENTOS LTDA.	02.957.332/0001-94	100
BRF JAPAN KK	00.000.000/0000-00	100
BRF KOREA LLC	00.000.000/0000-00	100

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BRF KUWAIT FOOD SUPPLY MANAGEMENT COMPANY WLL	00.000.000/0000-00	49
BRF Pet S.A.	09.077.442/0001-00	100
BRF SHANGHAI MANAGEMENT CONSULTING CO. LTD.	00.000.000/0000-00	100
BRF SHANGHAI TRADING CO. LTD.	00.000.000/0000-00	100
BRF SINGAPORE FOOD PTE LTD.	00.000.000/0000-00	100
ECLIPSE HOLDING COOPERATIEF U.A.	00.000.000/0000-00	100
ECLIPSE LATAM HOLDINGS	00.000.000/0000-00	100
FEDERAL FOODS LLC	00.000.000/0000-00	49
FEDERAL FOODS QATAR CO	00.000.000/0000-00	49
HERCOSUL ALIMENTOS LTDA.	03.252.545/0001-83	100
HERCOSUL DISTRIBUIÇÃO LTDA.	32.301.162/0001-56	100
HERCOSUL INTERNACIONAL S.R.L.	00.000.000/0000-00	100
HERCOSUL SOLUÇÕES EM TRANSPORTES LTDA.	15.484.145/0001-82	100
JOODY AL SHARQIYA FOOD PRODUCTION FACTORY LLC	00.000.000/0000-00	100
MOGIANA ALIMENTOS S.A.	45.710.423/0001-33	100
NUTRINVESTMENTS B.V.	00.000.000/0000-00	100
ONE FOODS HOLDINGS LTD.	00.000.000/0000-00	100
PERDIGÃO EUROPE LDA.	00.000.000/0000-00	100

6.4 Participação em sociedades

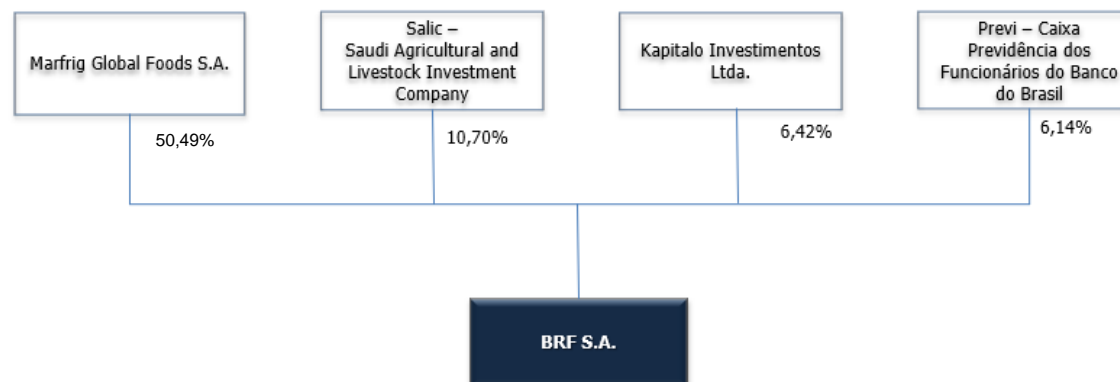
Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Potengi Holdings S.A.	42.165.941/0001-25	50
PR-SAD ADMINISTRAÇÃO DE BEM PRÓPRIO S.A.	15.595.305/0001-60	33,33
PROUDFOOD LDA.	00.000.000/0000-00	100
SADIA ALIMENTOS S.A.	00.000.000/0000-00	100
SADIA CHILE SPA.	00.000.000/0000-00	100
SADIA URUGUAY S.A.	00.000.000/0000-00	100
TBQ FOODS GMBH	00.000.000/0000-00	60

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

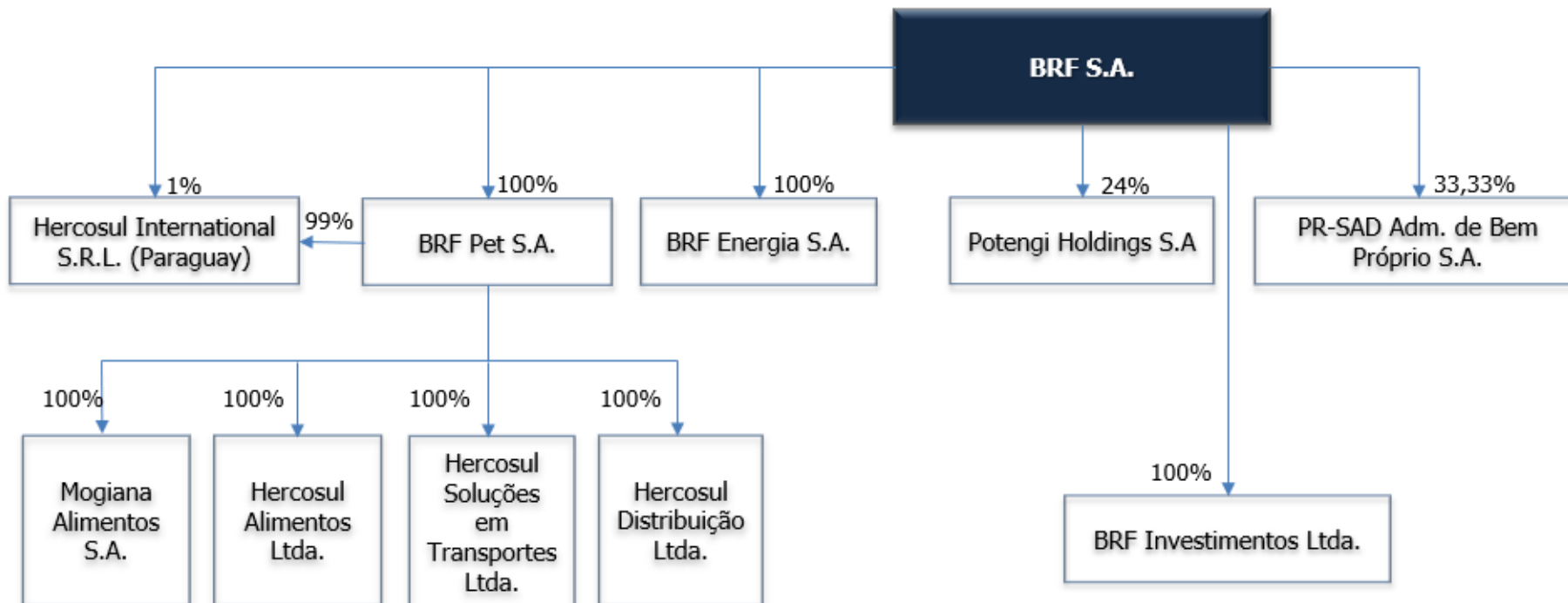
Tendo em vista a complexidade e número de sociedades controladas e coligadas, a Companhia optou por segregar o seu organograma societário, na data deste Formulário de Referência, conforme os seguintes quadros:

- (i) Acionista controlador e acionistas com mais de 5% de ações da Companhia



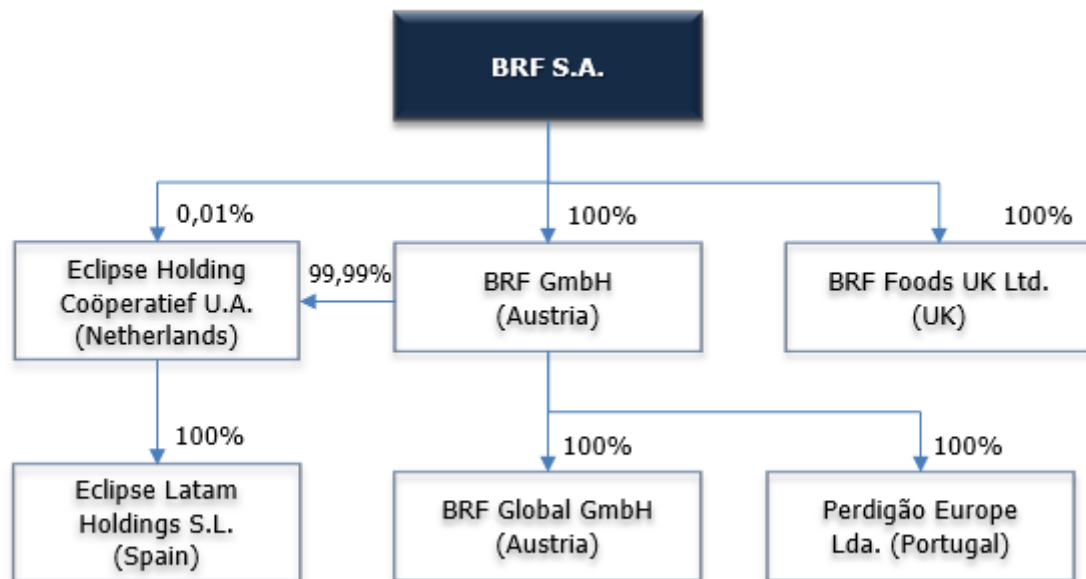
- (ii) Brasil

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



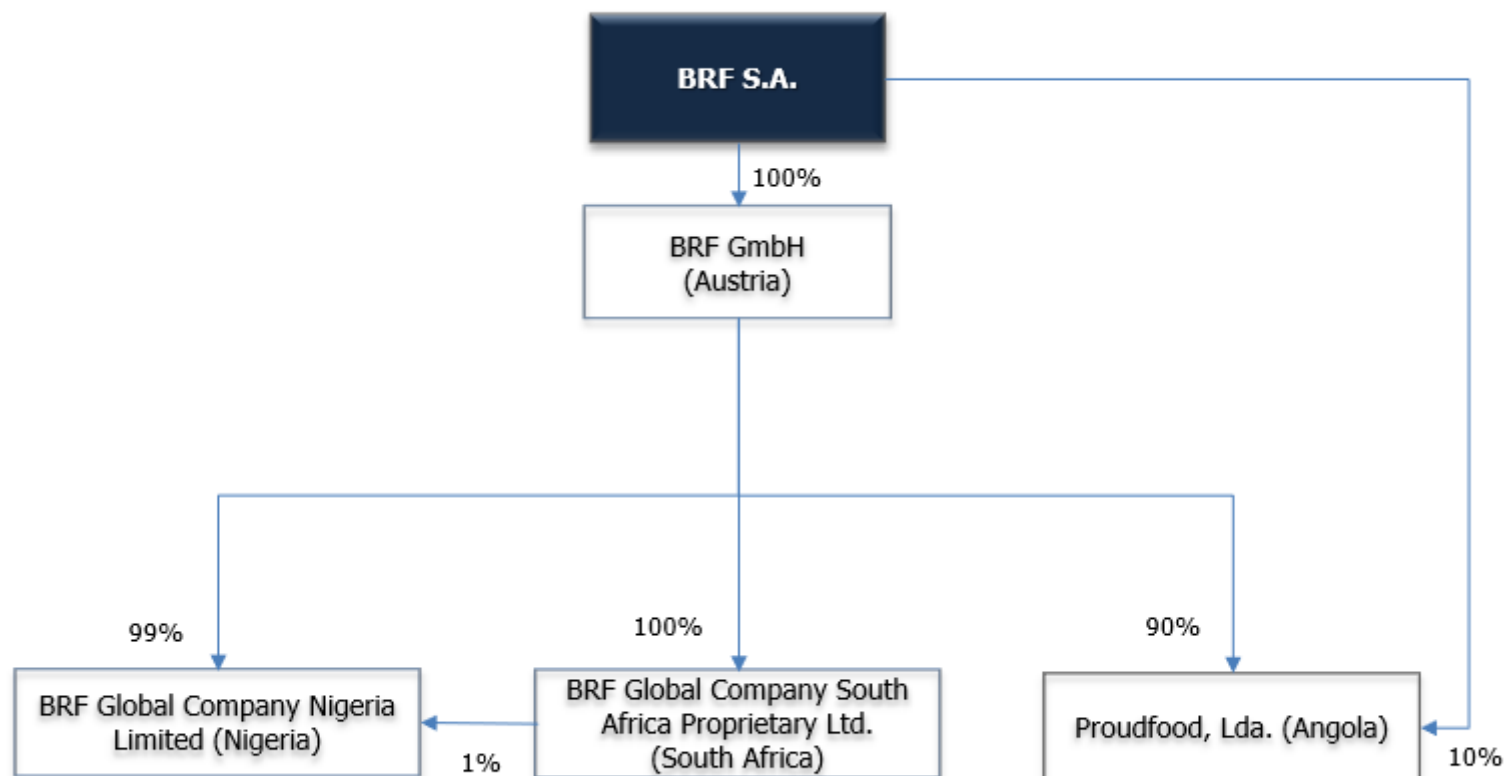
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

(iii) Europa



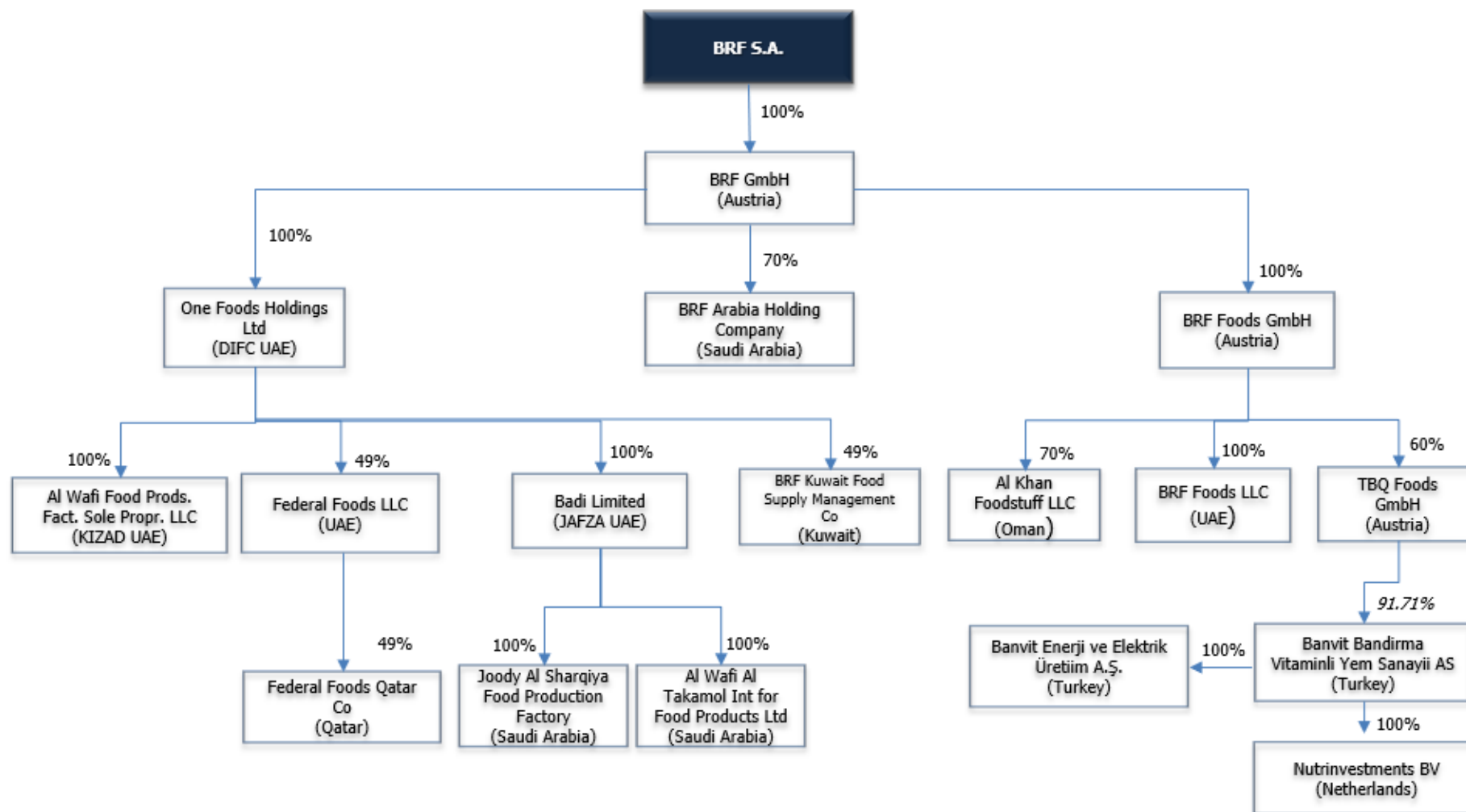
(iv) África

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



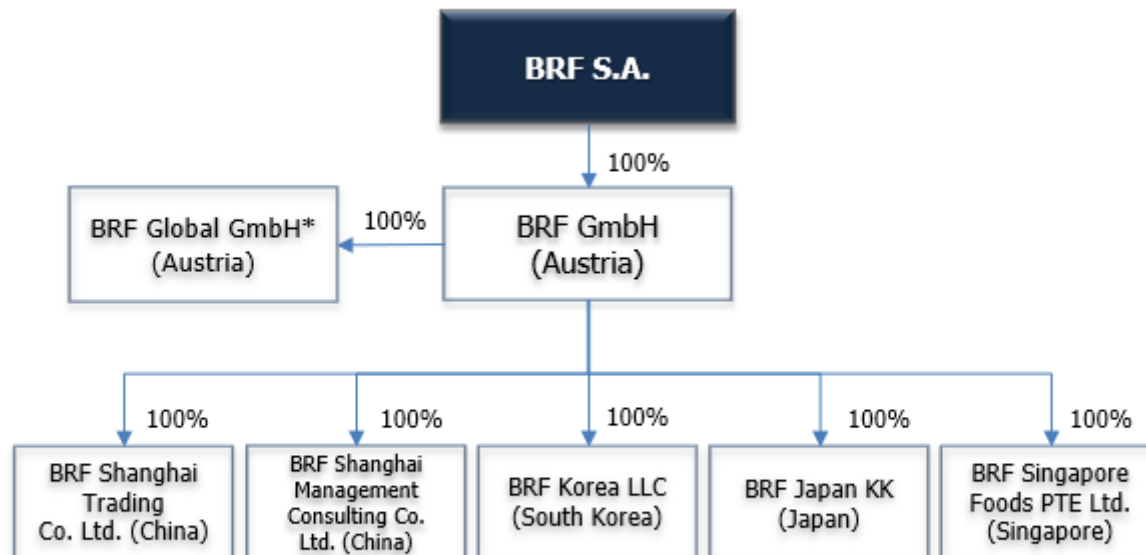
(v) Mercado halal:

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



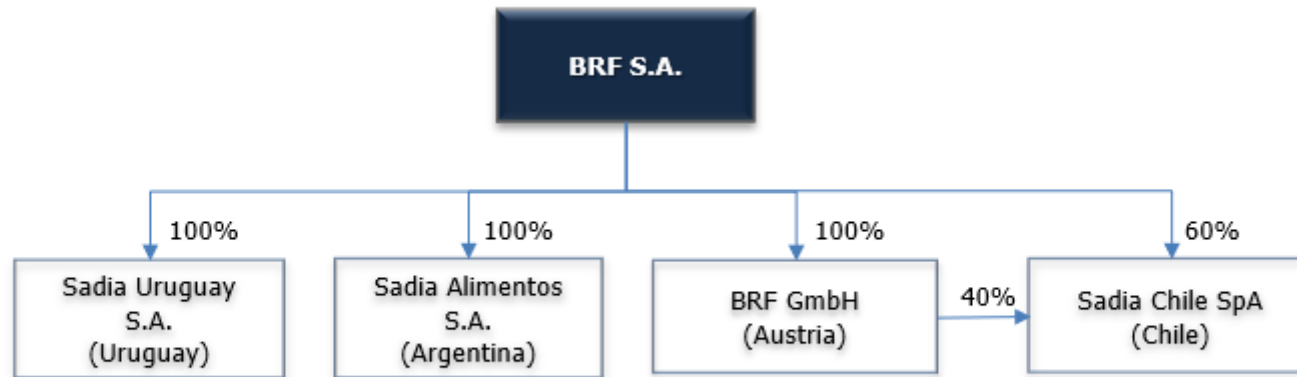
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

(vi) Ásia



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

(vii) Cone Sul:



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

(a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

O Conselho de Administração aprovou em 07 de dezembro de 2023 a Política de Indicação de Conselheiros, Membros de Comitês e da Diretoria Executiva. A política tem por objetivo estabelecer as diretrizes a respeito das práticas e definição de critérios para a seleção e contratação de Conselheiros, membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, a serem adotadas pela Companhia, respeitando as demais normas internas da Companhia e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado da B3, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativas do IBGC, bem como as normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto, garantindo um ambiente transparente e ético, em alinhamento com as melhores práticas de governança e de mercado. As principais diretrizes são: (i) composição do conselho de administração, membros de comitês e diretoria executiva; (ii) qualificação dos conselheiros, diretoria executiva e membros de comitês; (iii) deveres fiduciários e disponibilidade de tempo; (iv) indicação e seleção dos conselheiros, membros de comitês e diretoria executiva; (v) verificação dos requisitos; (vi) independência dos conselheiros, membros de comitês e diretoria executiva; (vii) aspectos legais relevantes no processo de recrutamento e seleção; e (viii) processo de seleção por terceiros. Referida política está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço <http://ri.brf-global.com/>

(b) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

- (i) periodicidade da avaliação e sua abrangência
- (ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação
- (iii) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

Em 2022 e 2023, a avaliação do Conselho de Administração da Companhia foi realizada internamente pela área de governança corporativa da Companhia. Os membros do Conselho de Administração responderam de forma individual e anônima a um questionário de autoavaliação do órgão, levando em consideração temáticas como, mas não se limitando: (i) ao engajamento dos membros; (ii) a avaliação do processo de tomada de decisão; (iii) a avaliação das atribuições dos membros; e (iv) as sugestões de melhorias.

(c) identificação e administração de conflito de interesses

No âmbito de Assembleias Gerais de Acionistas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o acionista não poderá votar nas deliberações relativas à aprovação de suas contas como

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Havendo alegação por qualquer dos acionistas presentes sobre suposto conflito de interesse de acionista que o impeça de votar na respectiva Assembleia Geral, ou, ainda, sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto e não tendo o próprio acionista declarado seu impedimento, o presidente ou secretário da mesa da Assembleia Geral deverá suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação, juntamente com eventual manifestação contrária do acionista em questão, antes de colocar a matéria em votação.

O próprio presidente da mesa da Assembleia Geral poderá, em constatando um possível impedimento de voto, solicitar ao acionista esclarecimento sobre a situação, antes de colocar a matéria em votação.

Em linha com o entendimento da CVM, em situações em que o impedimento de voto seja inequívoco e o acionista não se abstenha de votar, o presidente da mesa tem o poder de declarar tal impedimento, não lhe sendo facultado impedir o voto em outras situações, sem prejuízo das disposições legais sobre a eventual anulabilidade do voto proferido.

(d) por órgão

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	2	7	0	0	0
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho Fiscal	0	3	0	0	0
Total	3	18	0	0	0

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	0	6	0	0	0	0	3
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	1	0	0	0	0	2
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
Total	0	15	0	0	0	0	8

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Não aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Não aplicável.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A estrutura da Companhia é constituída por: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria Executiva; (iii) Conselho Fiscal; (iv) CAI; (v) CFGR; (vi) Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura; e (vii) CS. As atribuições de cada conselho de cada comitê estão indicadas abaixo.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão destes. O estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando à perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;
- (ii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;
- (iii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia ou de suas sociedades controladas, direta e indiretamente, e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto Social;
- (iv) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social;
- (vii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral e fixar os critérios para participação nos lucros dos empregados e administradores, observando o disposto no Estatuto Social;
- (viii) autorizar a constituição e dissolução de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;
- (ix) escolher e destituir os auditores independentes indicados pelo CAI;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (x) propor à Assembleia Geral a emissão de novas ações da Companhia acima do limite do capital autorizado;
- (xi) ressalvadas as hipóteses de competência da Assembleia Geral, nos termos da regulamentação editada pela CVM, deliberar sobre: (a) a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou utilização em planos aprovados pela Assembleia Geral; e (b) a eventual alienação ou cancelamento de tais ações;
- (xii) deliberar sobre a emissão pela Companhia ou por suas sociedades controladas, direta e indiretamente, de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias (*commercial paper*) e outros títulos de crédito assemelhados;
- (xiii) deliberar sobre a emissão pela Companhia de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como se será concedido o direito de preferência aos acionistas ou reduzido o prazo para o seu exercício, conforme autorizado pela legislação em vigor;
- (xiv) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores da Companhia, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei e/ou a distribuição de juros de capital, conforme previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada;
- (xv) aprovar a política de pagamento de dividendos da Companhia;
- (xvi) propor à Assembleia Geral Ordinária, observados os limites estabelecidos no Artigo 35, parágrafo único, deste Estatuto, os valores a serem pagos a título de participação estatutária dos empregados e administradores nos lucros de cada exercício social, bem como definir os critérios para distribuição de tais valores;
- (xvii) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis pela Companhia, em benefício de qualquer pessoa ou entidade, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xviii) apresentar proposta para aprovação em Assembleia de plano de outorga de opção de compra de ações ou plano de concessão de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços às suas controladas, direta e indiretamente, dentro do limite do capital autorizado, cabendo ao Conselho de Administração a administração do referido plano, incluindo a outorga de opções e concessões de ações no âmbito de tais planos;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (xix) autorizar alterações na negociabilidade e emissão de ADRs pela Companhia ou suas controladas, direta e indiretamente;
- (xx) aprovar seu regimento interno que deverá dispor, no mínimo, sobre as seguintes matérias: (i) as atribuições do Presidente do Conselho de Administração; (ii) as regras de substituição do Presidente do Conselho de Administração em sua ausência ou vacância; (iii) as medidas a serem adotadas em situações de conflito de interesses; (iv) a definição de prazo de antecedência suficiente para o recebimento dos materiais para discussão nas reuniões, com a adequada profundidade; e (v) a possibilidade da realização, durante as reuniões do Conselho de Administração, de sessões exclusivas com os conselheiros externos, sem a presença dos membros da Diretoria Executiva e demais convidados;
- (xxi) constituir comitês técnicos ou consultivos, de caráter não deliberativo, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração. Os comitês poderão atuar, entre outras, nas seguintes áreas: (i) estratégica e financeira; (ii) governança corporativa, conduta e ética; e (iii) remuneração de administradores e desenvolvimento executivo;
- (xxii) acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados para assessorar o Conselho de Administração, aprovar os seus respectivos regulamentos e avaliar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos, nos termos da legislação vigente e deste Estatuto;
- (xxiii) estabelecer mecanismos de avaliação periódica de desempenho de seus integrantes, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e a efetividade da governança da Companhia, podendo contratar especialistas externos para o processo de avaliação;
- (xxiv) elaborar e tornar público parecer fundamentado contendo opinião favorável ou contrária à aceitação de toda e qualquer reorganização societária, aumento de capital e outras operações que derem origem à mudança de controle, em até 15 dias da divulgação de todas as condições da operação que resulte na mudança de controle, no qual se manifestará se tal operação assegura tratamento justo e equitativos aos acionistas da Companhia;
- (xxv) elaborar e tornar público parecer prévio fundamentado contendo opinião favorável ou contrária à aceitação de toda e qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, no qual se manifestará: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as eventuais alternativas à

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

aceitação da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, disponíveis no mercado;

- (xxvi) submeter à Assembleia Geral propostas de alterações do Estatuto Social da Companhia, que digam respeito ao prazo de duração da Companhia, objeto social, aumentos ou reduções de capital, emissão de títulos mobiliários e/ou valores mobiliários, exclusão do direito de preferência na subscrição de ações e demais títulos e/ou valores mobiliários, dividendos, juros de capital, poderes e atribuições da Assembleia Geral, estrutura e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, e respectivos quóruns de deliberações;
- (xxvii) aprovar o plano de desmobilização anual da Companhia proposto pela Diretoria Executiva, bem como a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens imóveis da Companhia ou de sociedade controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, que não estejam discriminados no Plano de Desmobilização já aprovado, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxviii) aprovar proposta de cisão, fusão, incorporação em que a Companhia ou sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente, sejam parte ou da própria Companhia, bem como sua transformação ou qualquer outra forma de reestruturação societária;
- (xxix) deliberar sobre a liquidação, dissolução, nomeação de liquidantes, falência ou atos voluntários de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sociedade controladas e coligadas, direta e indiretamente, bem como reorganizações financeiras a elas relacionadas;
- (xxx) aprovar a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens do ativo não circulante (exceto bens imóveis) da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxi) autorizar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, penhor mercantil, hipotecas, fianças e avais, bem como a contratação de seguros-garantia ou cartas fianças conforme definidos na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxii) autorizar a Diretoria Executiva a oferecer produtos e bens móveis e imóveis da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em garantia às instituições financeiras quando da contratação de financiamentos ou em garantia de processos judiciais, sempre que tais atos resultem em obrigações para a Companhia ou para sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente a conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (xxxiii) aprovar a contratação, com terceiros, de operações de endividamento da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxiv) aprovar a política de gestão de risco financeiro da Companhia, estabelecendo as principais condições para a contratação de operações de “*hedging*” (ativos e passivos), devendo tal política conter, no mínimo, as seguintes especificações: objetivo do “*hegde*”, fatores de riscos, instrumentos elegíveis, limites e alçadas;
- (xxxv) aprovar a emissão, aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma pela Companhia ou por sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, de participações societárias e/ou quaisquer valores mobiliários em quaisquer sociedades (inclusive renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas), a conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxvi) aprovar e definir, previamente, os atos a serem praticados pela Diretoria Executiva da Companhia em Assembleia Gerais e/ou Reuniões de Sócios de empresas controladas, coligadas ou investidas, direta ou indiretamente, na qualidade de acionista e/ou sócia de tais sociedades, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração ou que envolverem aspectos reputacionais e estratégicos para a Companhia;
- (xxxvii) observado o disposto no artigo 16, inciso (vii) do Estatuto Social, aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com partes relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflito de Interesses da Companhia, conforme aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xxxviii) aprovar (i) o Código de Conduta; (ii) a Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (iii) a Política de Contribuições e Doações, os quais deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa;
- (xxxix) aprovar os orçamentos de capital anuais e plurianuais gerais integrados (orçamentos das operações, orçamentos de investimentos e os orçamentos de fluxo de caixa) da Companhia e de suas controladas e coligadas, fixação da política de investimento e da estratégia empresarial. O orçamento anual geral integrado deverá sempre ser aprovado até o último dia do ano anterior ao ano civil a que se refere e deverá cobrir os doze meses do exercício seguinte. A qualquer momento durante o ano civil, o orçamento da Companhia deverá cobrir um período mínimo de 6 meses. A execução e realização do orçamento aprovado será revista mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (xi) aprovar a celebração de quaisquer contratos ou acordos (exceto contratação de endividamento) envolvendo o curso normal das atividades da Companhia ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, incluindo, mas não se limitando a, contratos de prestação de serviços, consultoria ou fornecimento, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, bem como aprovar a extinção contratual ou a celebração de termos aditivos aos contratos já firmados que acarretem nova obrigação de igual valor; e
- (xli) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo patentes, processos de produção e/ou tecnologia, direitos autorais, nomes de domínio, marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade por ela controlada ou coligada, direta ou indiretamente, a conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, salvo: (a) se realizados entre a Companhia e empresas integralmente controladas, ressalvados os casos de venda e/ou cessão definitiva, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração; e (b) para autorização de uso de marcas por empresas controladas ou coligadas

Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, de 28 de fevereiro de 2023, competirá ao Conselho de Administração:

- zelar e proteger pelos interesses dos acionistas, lealmente respeitando e atendendo aos interesses dos colaboradores, dos fornecedores, dos clientes, dos credores e da comunidade na qual a Companhia está inserida (*stakeholders*);
- zelar pela perenidade da Companhia, dentro de uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental e de boa governança corporativa, na definição dos negócios e operações;
- fiscalizar para que as estratégias e diretrizes sejam efetivamente implementadas pela Diretoria, sem, todavia, interferir em assuntos operacionais, salvo quando de sua competência ou quando estes lhe forem submetidos pela Diretoria; e
- prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões, de maneira que o interesse da Companhia sempre prevaleça.

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria, além de outras atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia ou na legislação:

- (xlii) autorizar a abertura, o encerramento ou a alteração do endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, no País ou no exterior;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (xliii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (xliv) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- (xlv) aprovar normas corporativas que disciplinem as demais alçadas de aprovação e responsabilidades pelos atos de gestão necessários à condução das atividades da Companhia, definindo os limites de competência para os diversos processos decisórios, conforme os níveis hierárquicos da Companhia e sempre observando as regras estabelecidas na Política de Alçadas aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xlvii) decidir, por solicitação do Diretor Presidente Global, sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (xlviii) observado o disposto no artigo 16, inciso (vii) do Estatuto Social, aprovar a realização de determinadas operações e negócios com Partes Relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflitos de Interesses da Companhia;
- (xlviii) elaborar a minuta, para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração: (i) do Código de Conduta; (ii) da Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) da Política de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) da Política de Transação entre Partes Relacionadas; e (v) da Política de Contribuições e Doações, que deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa.

De acordo com o regimento interno da Diretoria, suas atribuições incluem:

- comparecer às reuniões previamente preparado, tendo examinado os documentos colocados à disposição, e delas participar ativa e diligentemente;
- manter sigilo sobre toda e qualquer informação confidencial a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de conselheiro, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;
- abster-se de intervir, isoladamente ou em conjunto com terceiro, em quaisquer negócios com a Companhia, suas controladas e coligadas, controladores e ainda entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e controladores, assim como outras sociedades que, com qualquer dessas pessoas, integre o mesmo grupo de fato ou de direito, salvo mediante aprovação prévia e específica da Diretoria Executiva;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto

em caso de negociação com valores mobiliários da Companhia, observar a Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários; e
- zelar pela aplicação das melhores práticas de governança corporativa.

Conselho Fiscal

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 30, determina que seu Conselho Fiscal terá caráter permanente e, quando instalado será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de março de 2024.

Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Fiscal, de 27 de setembro de 2016 (“**Regimento Interno CF**”), o Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da regularidade dos atos praticados pelos administradores da Companhia e possui as seguintes funções e responsabilidades: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês a convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e sobre elas opinar; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (viii) requisitar a presença de Auditores Independentes da Companhia nas reuniões, para eventuais esclarecimentos quanto aos demonstrativos financeiros e pareceres; e; (ix) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

Comitê de Auditoria e Integridade (CAI)

A Companhia tem um CAI em funcionamento permanente, com no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo a maioria de seus integrantes membros independentes e, ao menos, 1 de seus

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

membros não pertencente ao Conselho de Administração, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável, especialmente na Resolução CVM nº 80/22. Ao menos um dos membros independentes do Conselho de Administração deverá ser indicado para também integrar o CAI. Nenhum dos integrantes do CAI poderá pertencer à Diretoria Executiva. Atualmente, o Comitê de Auditoria de Integridade da Companhia é composto por 3 membros, sendo 2 conselheiros independentes e 1 membro externo que não pertence ao Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do CAI são indicados pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo. No caso do membro do Comitê que também seja membro do Conselho de Administração, o mandato se encerrará concomitantemente ao mandato de conselheiro.

O exercício das atividades dos membros do CAI deve observar as regras previstas na legislação brasileira, especialmente na Resolução CVM nº 80/22, e norte-americana, incluindo o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* e as regras emitidas pela *Securities and Exchange Commission* – SEC.

Pelo menos um dos membros do CAI deve ter comprovado conhecimento em assuntos de contabilidade societária, para se qualificar como especialista financeiro. O mesmo membro do CAI poderá acumular as características de especialista financeiro e conselheiro independente.

O CAI tem as seguintes atribuições: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor externo independente para a condução de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (b) da área de controles internos da Companhia; (c) da área de auditoria interna da Companhia; e (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; e (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; (vii) avaliar as práticas de integridade (*compliance*) da Companhia e propor aprimoramentos; (viii) avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor externo independente e encaminhá-lo para apreciação do Conselho de Administração; e (ix) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores externos independentes e o CAI em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

O CAI é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e reunir-se-á periodicamente e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre por ele apreciadas antes de sua divulgação.

O CAI deve possuir meios para receber, reter e responder a denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em relação ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia (incluindo matérias de contabilidade, controles internos e auditoria), além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O CAI deve possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, e remunerar tais especialistas e pagar as despesas administrativas ordinárias do CAI.

O Regimento Interno do CAI foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2021 e descreve detalhadamente suas funções e seus procedimentos operacionais. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço <http://ri.brf-global.com/>.

Comitês de Assessoramento

O Conselho de Administração, no uso das atribuições estabelecidas no Estatuto Social, pode aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, cabendo a ele acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados, aprovar os seus respectivos regulamentos e avaliar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos.

Atualmente a Companhia possui os seguintes Comitês, além do CAI estatutário, conforme acima detalhado:

- a) CFGR;
- b) Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura; e
- d) CS.

Os Comitês são de caráter não deliberativo, não tendo poder decisório. As reuniões devem contar com um secretário para assessorar os trabalhos do Comitê, sendo que compete aos Comitês, quando solicitado pelo Conselho de Administração, emitir análises e pareceres com relação aos assuntos pertinentes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O regimento interno dos Comitês de Assessoramento foi atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de outubro de 2020 e descreve detalhadamente as respectivas funções e procedimentos operacionais. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço: <http://ri.brf-global.com/>.

a) Comitê de Finanças e Gestão de Riscos (CFGR)

Responsável por: (i) avaliar recomendações ao Conselho sobre as políticas de finanças da Companhia, recomendando adequações, quando necessário; (ii) emitir recomendações sobre o plano anual de objetivos e metas da Companhia; (iii) emitir recomendações sobre o processo de orçamento elaborado pela Diretoria Executiva, bem como submetê-lo à apreciação do Conselho de Administração; (iv) acompanhar a execução do plano anual e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, as demonstrações financeiras, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à política financeira da Companhia; (v) emitir recomendações sobre propostas de investimento e/ou desinvestimento e de financiamento; (vi) emitir recomendações sobre a compra/venda de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de suas subsidiárias nos mercados de capitais nacionais e/ou internacionais; (vii) emitir recomendações sobre propostas relacionadas à otimização fiscal e tributária; (viii) acompanhar e analisar a estrutura de capital da Companhia, bem como avaliar medidas que recomendem alterações; (ix) avaliar propostas de distribuição de dividendos e/ou constituição de reservas de capital; (x) recomendar ao Conselho de Administração as Políticas de Gestão de Riscos e solicitar adequações, quando necessário; (xi) recomendar ao Conselho de Administração os limites de exposição a riscos (alçadas de riscos) da Companhia, solicitando ajustes, quando aplicável; (xii) reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes de gestão de riscos da Companhia apresentadas/discutidas no âmbito do Comitê; (xiii) recomendar, sob a ótica de gestão de riscos, o plano estratégico de longo prazo, plano anual e metas da Companhia, sempre que apresentados ao Comitê; (xiv) acompanhar os principais riscos da Companhia (financeiros, operacionais, estratégicos e/ou regulamentares) apresentados ao Comitê e reportar ao Conselho de Administração os temas relevantes; (xv) recomendar o processo de tratativa dos principais riscos da Companhia apresentado ao Comitê, considerando os seguintes quesitos: “Assumir”, “Mitigar”, “Transferir” ou “Eliminar”; (xvi) recomendar avaliações de riscos pontuais e/ou específicos à Diretoria de Riscos; (xvii) emitir recomendações sobre o plano anual e respectivo orçamento da Área de Riscos, em conjunto com a Diretoria de Riscos Corporativos; e (xviii) acompanhar a execução do plano anual e orçamento aprovado pelo Conselho, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante às Políticas de Gestão de Riscos.

b) Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura

Responsável por: (i) assessorar o Conselho de Administração na definição das políticas de remuneração, desenvolvimento de pessoas e treinamentos, compensação de executivos e colaboradores, propondo constantes melhorias e acompanhando práticas de remuneração de mercado; (ii) dar apoio nos processos de avaliação, seleção e desenvolvimento das principais lideranças; (iii) aconselhar o Conselho de Administração na formulação e prática da cultura

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Companhia, monitorando e encorajando o comportamento das lideranças; (iv) recomendar ações que alinhem as expectativas de acionistas e executivos; (v) avaliar e recomendar melhorias aos métodos de recrutamento da Companhia; (vi) recomendar planos de sucessão; (vii) avaliar e acompanhar os programas de participações nos resultados e programas de opções de compra de ações da Companhia; (viii) avaliar e recomendar práticas de gestão e treinamento; (ix) acompanhar a gestão do clima organizacional, recomendar adequações e revisões; (x) zelar por uma gestão fundamentada nos princípios de governança corporativa e sustentabilidade, incluindo, dentre outros (a) transparência de informações; (b) igualdade de informações; (c) prestação de contas; e (d) responsabilidade corporativa; (xi) acompanhar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Social, regimentos, códigos e políticas da Companhia; (xii) promover a constante melhoria das práticas de governança, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes, propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos Comitês, Política de Governança Corporativa, Código de Ética e Conduta (Manual de Transparência), e outras normas internas relacionadas à governança; (xiii) zelar pelo eficaz funcionamento do Conselho de Administração e de seus Comitês, bem como promover o bom relacionamento entre o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, acionistas e *stakeholders*; (xiv) recomendar ao Conselho de Administração sobre a estrutura dos Comitês, propondo alterações, quando necessário, inclusive suas composições, competências e experiências necessárias; (xv) auxiliar na coordenação da agenda anual de reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês, garantir o andamento dos trabalhos e o reporte periódico dos Comitês ao Conselho de Administração; (xvi) auxiliar na seleção e indicar ao Conselho de Administração, pessoas que, atendidos os requisitos legais e aqueles previstos no Estatuto Social, possam ser candidatas a integrar os Comitês, bem como pessoas para posições de Conselheiro para repor eventuais vacâncias; e (xvii) apoiar o Presidente do Conselho na organização de um processo formal e periódico de avaliação dos conselheiros e do Conselho de Administração, que deverá ser realizado anualmente.

c) Comitê de Sustentabilidade (CS)

Responsável por: (i) Analisar e fazer recomendações sobre os objetivos de sustentabilidade de longo prazo, avaliando seus respectivos desempenhos; (ii) Acompanhar os principais indicadores de Sustentabilidade da Companhia, no que tange os Pilares (a) Gestão da Cadeia de Fornecimento; (b) Mudanças Climáticas; (c) Bem-estar animal; (d) Recursos Naturais; (e) Responsabilidade Social e; (f) Economia Circular e Resíduos, comparando, para todos os cinco pilares, os resultados apresentados com as metas estabelecidas, bem como, recomendando, se necessário, ações pontuais para melhor endereçar os pilares e/ou auditoria; (iii) Avaliar periodicamente as ações e a qualidade do relacionamento com as partes interessadas sobre o tema sustentabilidade, bem como acompanhar a evolução do desempenho de sustentabilidade por meio da aderência da Companhia aos instrumentos de mercado *Carbon Disclosure Project* (CDP), Índice de Sustentabilidade Empresaria (ISE), Business Benchmark for Animal Welfare (BBFAW) e entre outros relacionados aos Pilares de Sustentabilidade aos quais a BRF busca integrar ou melhorar sua performance; (iv) Acompanhar os avanços dos padrões específicos de sustentabilidade, conforme estipulado pela

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Política de Sustentabilidade, observando a intenção da Companhia de estar certificada nos referidos padrões; (v) Propor, validar e acompanhar a adesão e performance da Companhia à compromissos voluntários nacionais e globais referenciados à sustentabilidade empresarial; (vi) Validar o Plano de Comunicação para Sustentabilidade e, quando pertinente, aprovar o conteúdo a ser publicado; (vii) Definir e validar a criação de grupos de trabalho para endereçar assuntos de sustentabilidade a serem definidos pelo Comitê; (viii) Revisar e validar a Política de Sustentabilidade, sempre que houver necessidade e/ou conforme está estabelecido no sistema de gestão de documento normativos da BRF.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 23	2	21	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	1	0	0	0	0	2
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 23	0	15	0	0	0	0	8

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 - Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 15 membros, eleitos por um período de 2 anos, permitida a recondução, sendo um Diretor Presidente Global, um Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente Global. Atualmente, a Companhia possui 8 Diretores Executivos.

Os membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, podendo o órgão escolher dentre os candidatos pré-selecionados pelo Diretor Presidente Global, com o auxílio do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, observados os requisitos previstos na Política de Indicação, se houver. Para tanto, o Diretor Presidente Global enviará ao Conselho de Administração uma cópia do “*curriculum vitae*” do candidato indicado, juntamente com os termos de sua contratação e todas as demais informações necessárias à comprovação de qualificação estabelecida no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno da Diretoria Executiva, que avaliará a sua indicação. Caso o Conselho de Administração não aprove as indicações apresentadas, deverão ser indicados, pelo Diretor Presidente Global, novos nomes, até que sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é integrada exclusivamente por profissionais que: (i) tenham comprovada formação acadêmica e prática, compatível com as funções para as quais estejam sendo indicados; (ii) possuam conhecimento das melhores práticas de governança corporativa; e (iii) sejam pessoas íntegras e com reputação ilibada, cuja conduta e trajetória profissional esteja alinhada à essência, princípios e compromissos da Companhia, bem como as disposições previstas no Manual de Transparência.

O Regimento Interno da Diretoria Executiva contém um maior detalhamento das suas funções e procedimentos operacionais, conforme aprovado em 27 de maio de 2021 pelo Conselho de Administração. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço <http://ri.brf-global.com/>.

Compete à Diretoria Executiva:

- (i) autorizar a abertura, o encerramento ou a alteração do endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior;
- (ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

- (iii) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- (iv) aprovar normas corporativas que disciplinem as demais alçadas de aprovação e responsabilidades pelos atos de gestão necessários à condução das atividades da Companhia, definindo os limites de competência para os diversos processos decisórios, conforme os níveis hierárquicos da Companhia e sempre observando as regras estabelecidas na Política de Alçadas aprovada pelo Conselho de Administração;
- (v) decidir, por solicitação do Diretor Presidente Global, sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (vi) aprovar a realização de determinadas operações e negócios com Partes Relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflitos de Interesses da Companhia;
- (vii) elaborar a minuta, para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração:
 - (i) do Código de Conduta; (ii) da Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) da Política de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) da Política de Transação entre Partes Relacionadas; e (v) da Política de Contribuições e Doações, que deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa.

As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente Global, ou ao seu substituto, o voto de qualidade.

Conselho Fiscal

A Companhia tem um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a sua reeleição, com as atribuições, competência e remuneração previstos em Lei.

Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal devem ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto no Estatuto e no Regimento Interno CF. São aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas obrigações e vedações impostas pela Lei e pelo Estatuto aos administradores da Companhia. O Regimento Interno CF da Companhia foi aprovado em 27 de setembro de 2016 pelo próprio órgão. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço <http://ri.brf-global.com/>.

Área de Auditoria Interna

O processo de auditoria interna compreende exames, análises, avaliações, consultorias, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade,

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e dos controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a auxiliar à administração no cumprimento de seus objetivos.

A atividade de auditoria está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da Companhia, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio de recomendações de soluções e oportunidades de melhorias apontadas nos relatórios.

A área deve assessorar a administração no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

A Auditoria Interna tem amplo e irrestrito acesso a todas as unidades, áreas e informações da Companhia, exceto aquelas expressamente discriminadas pelo CAI.

O departamento tem atuação global e reporta-se ao Conselho de Administração, através do CAI, sendo composta por uma Diretoria e três Gerências Executivas operacionais distribuídas em 6 escritórios regionais de maior atuação da Companhia (Curitiba/PR, Itajaí/SC, São Paulo/SP e Uberlândia/MG no Brasil; Dubai nos Emirados Árabes Unidos; e Bandirma na Turquia), totalizando mais de 70 pessoas.

A Companhia ressalta, ainda, que sua área de Auditoria Interna existe há mais de 30 anos, estando incorporada no dia a dia da Companhia.

Em 2021, a Companhia conquistou a Certificação da Avaliação da Qualidade do Departamento de Auditoria Interna, concedida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), organização que avalia globalmente a qualidade das atividades de auditoria interna de organizações públicas e privadas. A certificação atesta que os altos padrões de qualidade estabelecidos por normas globais são cumpridos por auditoria interna da Companhia. Essa conquista é resultado do contínuo investimento da Companhia em uma estrutura de governança robusta e eficiente, focada na proteção de seus stakeholders e com altos padrões éticos e de transparência.

(b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao CAI, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente. Na opinião da Companhia, referido Comitê atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O acompanhamento sobre o andamento da estratégia ESG, bem como o avanço dos compromissos públicos e deliberações sobre temas críticos para tomadas de decisão e suporte via Conselho de Administração ocorre no CS, composto por três membros externos que se reúnem a cada 90 dias aproximadamente, com objetivo de acompanhar o andamento da estratégia EESG, bem como o avanço dos compromissos públicos e deliberações sobre temas críticos para tomadas de decisão e suporte via Conselho de Administração.

A BRF possui também Comitê Executivo de Sustentabilidade, composto por seis vice-presidentes de áreas relacionadas à temática e uma consultora externa com amplo conhecimento. O órgão se reúne aproximadamente a cada 60 dias, com objetivo de orientar e acompanhar ações estratégicas de sustentabilidade da Companhia.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome Alessandro Rosa Bonorino **CPF:** 004.978.597-42 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 10/01/1970

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Executive MBA pela Fundação Dom Cabral, o Sr. Alessandro Bonorino possui quase 30 anos de experiência, sendo os últimos 19 em posições executivas. Iniciou sua carreira como auditor na KPMG. EM 1992, ingressou na área de recursos humanos da IBM, onde conduziu projetos de transformação de diversas disciplinas de gestão de pessoas com escala nacional, regional e global. Reconhecido por vários anos como um dos melhores profissionais de RH do Brasil por revistas especializadas, sua experiência corporativa abrange vivência em culturas diversas, tendo residido em diferentes países, onde ocupou relevantes posições na área de RH. Algumas de suas funções na IBM foram de Diretor de RH da América do Sul Espanhola, a partir da Argentina; Diretor de RH do Brasil e, posteriormente, da América Latina, além de ocupar funções mundiais na empresa, com destaque para VP Mundial de Recrutamento da IBM Corporação, na China. Entre 2016 e 2017, atuou como VP Mundial de RH na unidade "Services Delivery and Transformation". Em 2017, ingressou na Companhia como Vice-Presidente de Recursos Humanos e, no ano de 2018, assumiu, também, a área de Serviços Compartilhados e Tecnologia. O Sr. Alessandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Alessandro declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Ate 06 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024	Não	06/04/2022

Nome ALEXANDRE EDUARDO DE MELO **CPF:** 261.179.768-44 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 24/12/1976

Experiência Profissional: O Sr. Alexandre Eduardo De Melo, contador, formado pela Universidade de São Paulo - USP e filiado ao Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, Brasil. Pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade São Judas em São Paulo, Brasil. Atua como consultor financeiro, contábil e tributário, prestando serviços no Brasil, Estados Unidos e União Europeia. Foi Diretor Financeiro da Agropecuária Jacarezinho entre 2016 e 2019 e Diretor de Controladoria da Marfrig Global Foods S.A. de 2005 a 2013, com mais de 20 anos de experiência em controladoria, finanças e contabilidade. Forte experiência em estruturas financeiras como bond, senior notes, Initial Public Offering - IPO, Follow On, pecuária e custeio agrícola. Forte experiência no suporte de relatórios financeiros para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil. Atuou em processos de IPO, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Foi Auditor e Consultor Fiscal Sênior da BDO Auditores e Consultores Independentes entre 2000 e 2004. Grande experiência no suporte aos auditores independentes, com experiência em análise de demonstrações financeiras e sólidos conhecimentos em fechamento contábil e consolidação dos relatórios financeiros de acordo com as normas do International Financial Reporting Standards - IFRS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGOE de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/03/2024	Sim	28/03/2024

Nome ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA **CPF:** 906.527.465-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Gestor financeiro **Data de Nascimento:** 06/05/1978

Experiência Profissional: O Sr. Antonio é graduado em Gestão Financeira pela Universidade Católica de Brasília – UCB, pósgraduado em Gestão de Pessoas na Faculdade Anísio Teixeira – FAT, possui um Master in Business Administration em Governança, Gestão de Riscos e Compliance pelo Centro de Estudo em Direito e Negócios – CEDIN. Atua como Presidente do Conselho de Administração da Empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (INFRA S.A.) por indicação do Ministério de Transportes e é Membro do Comitê Estratégico de Negócios da Empresa ELO Serviços S.A. por indicação da CAIXA Cartões Holding S.A. e é Diretor Executivo de Governança, Integridade e Riscos na Caixa Cartões Holding S.A

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGOE de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		28/03/2024	Sim	28/03/2024

Nome Artemio Listoni **CPF:** 425.408.959-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 22/07/1961

Experiência Profissional: Sr. Artemio Listoni possui mais de 40 anos no agronegócio, iniciou sua carreira na antiga Sadia Alimentos S.A. em 1981 até 1995, tendo retornado à Companhia de 2006 a 2008. Com experiência na assistência técnica para produtores de animais, ocupou também a direção da divisão de carnes da JBS na Argentina, Paraguai e Uruguai e a direção das Operações da América do Sul na MARFRIG. O Sr. Artemio Listoni não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Artemio Listoni declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024	Não	03/01/2023

Nome ATTILIO GUASPARI **CPF:** 610.204.868-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro civil **Data de Nascimento:** 20/10/1946

Experiência Profissional: O Sr. Attilio é graduado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP e mestre em Ciências da Administração pela UFRJ. Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Presidente do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Perdigão e da BRF, com a designação de especialista financeiro do comitê de auditoria. Possui vasta experiência no cargo de Diretor de Auditoria Interna, como Diretor Financeiro e membro de conselhos de administração. O Sr. Attilio não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Attilio declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta. O Sr. Attilio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGOE de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/03/2024	Não	12/04/2023

Nome Augusto Marques da Cruz Filho **CPF:** 688.369.968-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 16/10/1952

Experiência Profissional: O Sr. Augusto Marques completou os créditos no curso de doutorado e pós-graduação em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), tendo cursado o Programa Executivo Insead no Institut Européen d'Administration des Affaires. Atuou no Grupo Pão de Açúcar durante 11 anos, passando pelas funções de diretor executivo da companhia, diretor administrativo financeiro e, por dois anos e meio, como diretor presidente, até deixar o cargo em 2005. Entre 2005 e 2010, foi membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da B2W. De abril de 2016 até agosto de 2019, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da BR Distribuidora. Atualmente, é membro do Conselho de Administração das empresas SIMPAR S.A. (antigo Grupo JSL S.A.) e General Shopping, além de atuar como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia. O Sr. Augusto Marques é Vice-presidente do Conselho de Administração da BRF S.A. desde abril de 2018 e coordenador de seu Comitê de Auditoria e Integridade desde abril de 2020. O Sr. Augusto Marques da Cruz Filho não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Augusto Marques declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/03/2024	Não	27/04/2020

Nome EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI **CPF:** 837.465.368-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 06/08/1954

Experiência Profissional: O Sr. Eduardo Pocetti foi membro titular do Conselho Fiscal da Marfrig de 2014 a 2022. Contador e membro da Academia Brasileira de Contabilidade e da Academia Paulista de Contabilidade, possui MBA em Administração de Empresas pela FGV. Foi sócio da KPMG Auditores Independentes, Presidente da Diretoria Nacional (2013 a 2015) e do Conselho de Administração do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (2016 a 2021), e contempla 30 anos de experiência em empresas de auditoria. De 2004 a 2011, foi Presidente da BDO Auditores Independentes S/A, onde representava o nome da BDO Brasil para todas as firmas-membros da rede internacional BDO. Possui vasta experiência em contabilidade societária, auditoria independente, finanças, planejamento econômico-financeiro e coordenação do nível de gerência e diretoria em diversas empresas de grande porte, nacionais e multinacionais do setor industrial e financeiro. Sócio-líder de várias transações de IPOs e projetos especiais de corporate finance para compra e venda de empresas. O Sr. Pocetti também é membro do Conselho de Administração da companhia aberta Mahle Metal Leve S.A, membro do Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A. e coordenador do Conselho Consultivo do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola. O Sr. Pocetti não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Eduardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/03/2024	Não	28/03/2022

Nome Fabio Duarte Stumpf **CPF:** 987.624.780-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Medicina Veterinária **Data de Nascimento:** 24/09/1981

Experiência Profissional: Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, possui 18 anos de experiência no Agronegócio. Iniciou sua carreira na Sadia/BRF, ocupando várias posições dentro da Operação Agropecuária e Industrial da empresa. De 2017 a 2021, atua como Diretor Industrial e Diretor Geral de Agropecuária. Em 2021 assumiu a posição de Diretor Executivo de Agropecuária e Qualidade Global da BRF. Por fim, o Sr. Stumpf passou a ocupar o cargo de Vice-presidente de Agro e Qualidade na BRF S.A. O Sr. Stumpf não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Stumpf declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024	Não	04/05/2022

Nome Fabio Luis Mendes Mariano **CPF:** 293.160.428-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 02/11/1980

Experiência Profissional: O Sr. Fabio Luis Mendes Mariano é graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Banking pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, cursou MBA na University of Pittsburgh Katz Graduate School of Business e fez uma especialização em mercado financeiro pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. O Sr. Fabio Luis Mendes Mariano possui 22 anos de experiência em empresas como Bank Boston, Dupont do Brasil, além da BRF, onde acumula 14 anos e já ocupou a posição de CFO LATAM e Gerente Geral da BRF Alimentos Calchaquí, na Argentina. Em 2017, retornou ao Brasil como Diretor Executivo Financeiro e desde 2019 atua como Vice-Presidente do Conselho da BRF Previdência. Por fim, o Sr. Fábio Mariano passou a ocupar o cargo de Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores na BRF S.A. O Sr. Fábio Mariano não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Fábio Mariano declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor de Relações com Investidores		07/05/2024	Não	06/04/2022

Nome Flavia Maria Bittencourt **CPF:** 011.971.887-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira Química **Data de Nascimento:** 15/01/1970

Experiência Profissional: A Sra. Flavia Bittencourt é graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, cursou pós-graduação em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM e possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Atuou como membro do Conselho de Administração das Lojas Marisa, entre 2018 e 2019, e foi Consultora do The Carlyle Group, de 2012 até 2013. A Sra. Flávia Bittencourt possui uma longa trajetória na Oi - Telemar, com mais de 10 anos de atuação, em cargos como Gerente de Mercado de Voz (2001 - 2003), Gerente Geral de Marketing do Oi Móvel e, posteriormente, do Grupo Oi (2003 - 2005) e também ocupou a posição de Diretora Superintendente de Marketing (2005 - 2011). Além disso, foi Diretoria de Marketing da Lácteos Brasil, cofundadora da STORIES4FUN e Vice-Presidente Sênior da América Latina e Presidente Nacional da Sephora Brasil. Atualmente, é CEO da Adidas e membro do Conselho de Administração da Tim Brasil. Além de ser membro do Conselho de Administração, a Sra. Flavia Bittencourt também ocupa o cargo de membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e do Comitê Sustentabilidade. A Sra. Flavia Bittencourt não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Flavia Bittencourt declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/03/2024	Não	27/04/2020

Nome José Luiz de Souza Gurgel **CPF:** 918.587.207-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista e Contador **Data de Nascimento:** 12/05/1966

Experiência Profissional: O Sr. José Luiz de Souza Gurgel é graduado em Economia pela UERJ; e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade, fez pós graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes e mestrado em Ciências Contábeis (2018) pela FUCAPE-RJ. Atualmente, é membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A., função que exerce desde 2022. Desde 2022 preside o Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil – INB, bem como, foi membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da mesma empresa. Nos anos de 2021 e de 2022 foi membro do Conselho Fiscal do Grupo SOMA. Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. Entre julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Entre 2004 e 2008, foi sócio líder do escritório da BDO do Rio de Janeiro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGOE de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		28/03/2024	Sim	28/03/2024

Nome Leonardo Campo Dallorto **CPF:** 034.845.357-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 20/10/1973

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo, com Mestrado e Doutorado em Engenharia Industrial pela PUC-RJ/Universidade de Montreal. Possui MBA pela Fundação Dom Cabral e cursos de Gestão no MIT (Boston), no IMD (Suíça) e em Cambridge (UK). O Sr. Leonardo Dallorto possui mais de 20 anos de experiência, sendo os últimos 12 em posições executivas. Iniciou sua carreira na Vale, em 2002, onde atuou na área de Logística Ferroviária e Portuária e participou da expansão internacional da empresa. Entre 2007 e 2011, atuou na consultoria McKinsey&Co, com foco em projetos de Supply Chain, Procurement, Estratégia e M&A, em empresas de diversos setores na América Latina. Entrou na Companhia em 2011 atuando como Diretor nas áreas de Suprimentos, Planejamento, Logística e Vendas no mercado brasileiro. Liderou o processo de fusão das empresas (Sadia e Perdigão) na área de Suprimentos e processos de melhoria do nível de serviço, redesenho da malha logística, GTM e revisão do papel de Distribuidores. Atuou também como Diretor de Operações Industriais, liderando a revisão do footprint fabril e projetos de ganho de eficiência e produtividade. Desde 2018, o Sr. Leonardo atua como Vice-Presidente de Planejamento Integrado e Supply Chain, que inclui além da Logística e compra de commodities. Em 2022 assumiu também a área de vendas do mercado internacional na VP de Mercado Internacional e Planejamento. O Sr. Leonardo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Leonardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024	Não	06/04/2022

Nome Manoel Reinaldo Manzano Martins Junior **CPF:** 258.430.828-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 07/04/1978

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, com especialização em Marketing e Varejo pela FIA/USP e ESPM, respectivamente. Possui 23 anos de experiência profissional na indústria de bens de consumo, no mercado doméstico e internacional (Oriente Médio e América Latina). O Sr. Manoel Martins já atuou em empresas como Perdigão, Sadia, Arcor, Associated British Food, JBS e BRF. Por fim, o Sr. Manoel Martins passou a ocupar o cargo de Vice-presidente Comercial Brasil na BRF S.A. O Sr. Manoel Martins não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Manoel Martins declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024	Não	04/05/2022

Nome Marcel Sacco **CPF:** 100.523.638-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Marketing **Data de Nascimento:** 03/04/1967

Experiência Profissional: O Sr. Marcel Sacco é formado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing ("ESPM") e possui mestrado em Administração de Negócios com ênfase em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"). Também completou as especializações em Gestão Avançada de Marketing pelo IMD na Suíça; em Gestão Geral Avançada pelo INSEAD, localizado na França; além do Programa de Liderança pelo Instituto para Liderança Criativa em São Diego, Califórnia. Além disso, o Sr. Marcel Sacco concluiu o Programa de Desenvolvimento de Conselheiros pela Fundação Dom Cabral. No ano de 2008 foi indicado como um dos três melhores profissionais de marketing no Brasil pelo Prêmio Caboré. O Sr. Marcel Sacco já atuou em empresas como a Parmalat Brasil, Telefônica, Schincariol e Bauducco. Nos últimos cinco anos, ocupou o cargo de Gerente Geral Brazil & LatAm na The Hershey Company de 2019 até 2021, onde anteriormente atuou como Gerente Geral Brasil & América do Sul de 2013 até 2019. Atualmente, o Sr. Marcelo Sacco atua como membro do Conselho de Administração da Farmax - Indústria de Cosméticos e Farmacêuticos e da NGO Gerando Falcões. Por fim, em maio de 2021 passou a ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente de Novos Negócios na BRF S.A. O Sr. Marcel não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcel declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024	Não	06/04/2022

Nome Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos **CPF:** 182.070.698-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 28/03/1973

Experiência Profissional: A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é membro do Conselho de Administração da Marfrig desde março de 2007. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Marfrig. A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Marçal dos Santos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Vice Presidente Cons. de Administração		28/03/2024	Sim	28/03/2022

Nome Márcio Hamilton Ferreira **CPF:** 457.923.641-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 25/01/1972

Experiência Profissional: O Sr. Márcio Hamilton Ferreira é graduado em Administração pela Faculdade de Administração de Brasília; Pós-Graduado em Formação para Altos Executivos na Fundação Getúlio Vargas e Certificado como Conselheiro de Administração pelo IBGC. Atuou por mais de 30 anos no Banco do Brasil (1986-2019), onde ocupou o cargo de Diretor de Mercado de Capitais e Investimentos (2009), Diretor de Finanças (2009-2012), Diretor de Crédito (2012-2014), Diretor-Presidente do BB Asset (2015-2017) e, a partir de Jan/2017 ocupou os cargos de Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos e Vice-Presidente de Negócios de Atacado. Foi responsável pela gestão de plano de previdência na Brasilprev ocupando o cargo de Diretor Presidente (2020). Atuou como Diretor-Presidente do BB seguros (2020-2021) e Vice-Presidente Executivo da empresa ELO Serviços (2021-2022). Também atuou como Membro do Conselho de Administração da Concessionária do Aeroporto de Guarulhos (2016-2017); Membro do Conselho de Administração da Invepar (2016-2017), Membro do Conselho de Administração da QUOD - Gestora de Crédito (2017-2019), Presidente do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S.A (2017-2019), Presidente e Membro do Conselho de Administração da Neoenergia S.A (2015-2016 / 2017-2019 / 2020-2021), Presidente do Conselho de Administração da BB DTVM (2017-2020), Membro do Conselho de Administração do Banco Patagônia (2019-2020), Membro do Conselho de Administração da Vale (2019), Presidente e Membro do Conselho de Administração da Brasilprev Seguros Previdência (2020-2021). Foi Membro da Diretoria Executiva da Febraban (2017-2020), Anbima (2016-2017) e Fenaprevi (2020). Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Livel, da Gerdau e da Metalúrgica Gerdau.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		28/03/2024	Sim	28/03/2024

Nome Marco Antônio Peixoto Simões Velozo **CPF:** 942.753.277-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Auditor **Data de Nascimento:** 04/11/1967

Experiência Profissional: O Sr. Marco Antônio Peixoto Simões Velozo é formado em ciências econômicas e ciências contábeis pelas Faculdades Integradas Cândido Mendes, e conta com um MBA em finanças corporativas pelo IBMEC. Possui extensa experiência como assistente técnico de disputas judiciais e em arbitragens (como assistente técnico ou como perito do Tribunal Arbitral, no CBMA e na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem) e exerce a função de auditor independente de empresas desde 1989. O Sr. Marco Antônio é sócio fundador da Vértice Auditoria, onde é responsável pela área técnica e metodologia de auditoria. O Sr. Marco Antônio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGOE de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/03/2024	Não	15/04/2023

Nome Marcos Antonio Molina dos Santos **CPF:** 102.174.668-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 17/01/1970

Experiência Profissional: O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos é presidente do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig"). O executivo acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes chave da Marfrig, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Molina declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Presidente do Conselho de Administração		28/03/2024	Sim	28/03/2022

Nome MARCOS FERNANDO MARÇAL DOS SANTOS **CPF:** 387.480.138-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 20/11/1995

Experiência Profissional: O Sr. Marcos Fernando Marçal dos Santos é graduado em administração de empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP, cursa o preparatório “Jornada Sucessor” promovido pela Consultoria Falconi e é membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods S.A. Conta com sólida experiência profissional no setor do agronegócio, tendo ocupado na Marfrig os cargos de Auditor (2015 – 2018), Comercial (2018), Gerente Geral na Unidade de Bataguassu – MS (2018-2019) e Gerente Geral na Unidade de Várzea Grande – MT (2019-2021). Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Supply Chain (2021 – atual) da Marfrig Global Foods S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		28/03/2024	Sim	28/03/2024

Nome Miguel de Souza Gularte **CPF:** 270.209.240-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Médico Veterinário **Data de Nascimento:** 29/11/1958

Experiência Profissional: Sr. Miguel Gularte é formado em medicina veterinária pela URCAMP (RS) e possui 40 anos de atuação no segmento frigorífico. Iniciou sua carreira profissional na Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados (Cicade), tendo ocupado diversos cargos como Gerente de Controle de Qualidade, Gerente e Diretor Industrial. Em 1996, transferiu-se para o Uruguai onde ingressou no frigorífico PUL, onde atuou como Diretor Comercial, Diretor Geral, Presidente e sócio. Em 2011, Miguel liderou a venda do frigorífico PUL para a Minerva Foods, atuando a partir de então, como vice-presidente internacional da Minerva, cargo que ocupou até junho de 2013. Em 2015 tornou-se Presidente da JBS Mercosul responsável pelas Divisões: Carnes, Couros e Novos Negócios no Brasil e pela JBS Argentina, Uruguai e Paraguai. Desde 2018 esteve na Marfrig Global Foods, onde ocupou o cargo de CEO América do Sul. O Sr. Miguel Gularte não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Miguel Gularte declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Presidente / Superintendente		07/05/2024	Não	29/08/2022

Nome Pedro de Camargo Neto **CPF:** 297.279.878-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 22/01/1949

Experiência Profissional: O Sr. Pedro é engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1972; Master of Science pelo Massachusetts Institute of Technology - 1974; Doutor em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1984; Agricultor e pecuarista nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí nos últimos 40 anos. É consultor empresarial, secretário de Produção e Comercialização do MAPA, 2001 a 2002 e Presidente da Sociedade Rural Brasileira de 1990 a 1993 e Vice-presidente de 2017 a 2019. O Sr. Pedro declara que não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Pedro declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		07/05/2024	Sim	28/03/2022

Nome Ricardo Florence dos Santos **CPF:** 812.578.998-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Químico e Administrador **Data de Nascimento:** 26/02/1955

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 69 anos, atua como membro do Conselho Fiscal da Marfrig desde 2020, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/03/2024	Até AGOE de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/03/2024	Sim	28/03/2024

Nome Sergio Agapito Rial **CPF:** 595.644.157-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 28/07/1960

Experiência Profissional: A carreira profissional do Sr. Rial inclui os cargos diretor presidente da Marfrig, vice-presidente executivo e de diretor financeiro mundial da Cargill e presidente do Banco Santander Brasil. Também foi membro do conselho de administração da Cargill por nove anos. Foi presidente da Seara, diretor-gerente no Bear Stearns & Co. em Nova York, diretor do ABN AMRO Bank e membro do conselho de administração do ABN AMRO Bank na Holanda, bem como membro do conselho de administração da Mosaic Fertilizers. É formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Economia pela Universidade Gama Filho, além de possuir um MBA pelo IBMEC, em São Paulo, bem como especializações pela Harvard Business School, Wharton School of Business, na Universidade da Pensilvânia e INSEAD, na França. Atualmente é Presidente do conselho de administração da Vibra Energia, membro do conselho de administração da Delta Airlines e da The Nature Conservancy LACC. O Sr. Rial não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rial declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		28/03/2024	Sim	28/03/2022

7.4 Composição dos comitês

Nome: Augusto Marques da Cruz Filho **CPF:** 688.369.968-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 16/10/1952

Experiência Profissional:

O Sr. Augusto Marques completou os créditos no curso de doutorado e pós-graduação em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), tendo cursado o Programa Executivo Insead no Institut Européen d'Administration des Affaires. Atuou no Grupo Pão de Açúcar durante 11 anos, passando pelas funções de diretor executivo da companhia, diretor administrativo financeiro e, por dois anos e meio, como diretor presidente, até deixar o cargo em 2005. Entre 2005 e 2010, foi membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da B2W. De abril de 2016 até agosto de 2019, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da BR Distribuidora. Atualmente, é membro do Conselho de Administração das empresas SIMPAR S.A. (antigo Grupo JSL S.A.) e General Shopping, além de atuar como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia. O Sr. Augusto Marques é Vice-presidente do Conselho de Administração da BRF S.A. desde abril de 2018 e coordenador de seu Comitê de Auditoria e Integridade desde abril de 2020. O Sr. Augusto Marques da Cruz Filho não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Augusto Marques declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Auditoria e Integridade	Coordenador	15/04/2024	Não	06/04/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Finanças e Gestão de Riscos		15/04/2024	Não	06/04/2022

Nome: EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI **CPF:** 837.465.368-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 06/08/1954

Experiência Profissional:

O Sr. Eduardo Pocetti foi membro titular do Conselho Fiscal da Marfrig de 2014 a 2022. Contador e membro da Academia Brasileira de Contabilidade e da Academia Paulista de Contabilidade, possui MBA em Administração de Empresas pela FGV. Foi sócio da KPMG Auditores Independentes, Presidente da Diretoria Nacional (2013 a 2015) e do Conselho de Administração do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (2016 a 2021), e contempla 30 anos de experiência em empresas de auditoria. De 2004 a 2011, foi Presidente da BDO Auditores Independentes S/A, onde representava o nome da BDO Brasil para todas as firmas-membros da rede internacional BDO. Possui vasta experiência em contabilidade societária, auditoria independente, finanças, planejamento econômico-financeiro e coordenação do nível de gerência e diretoria em diversas empresas de grande porte, nacionais e multinacionais do setor industrial e financeiro. Sócio-líder de várias transações de IPOs e projetos especiais de corporate finance para compra e venda de empresas. O Sr. Pocetti também é membro do Conselho de Administração da companhia aberta Mahle Metal Leve S.A, membro do Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A. e coordenador do Conselho Consultivo do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola. O Sr. Pocetti não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Eduardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Auditoria e Integridade		15/04/2024	Sim	06/04/2022

Nome: Esmir de Oliveira **CPF:** 464.699.408-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 24/10/1950

Experiência Profissional:

O Sr. Esmir tem mais de 40 anos de experiência em planejamento e condução de serviços de auditoria financeira, tanto de acordo com o U.S. GAAP quanto com o IFRS, em diversos setores, como agronegócio, tecnologia, saúde, manufatura, telecomunicações e varejo. Iniciou sua carreira na PricewaterhouseCoopers e, desde 1985, é sócio da BDO, onde também atua como membro do comitê executivo no Brasil. O Sr. Esmir é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (onde atuou anteriormente como membro do Comitê de Finanças e Contabilidade), do Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON, do LACC – Latin America Coordinate Committee, e do ICBR - Instituto dos Contadores do Brasil. É formado em economia e contabilidade pela Universidade Mackenzie e possui certificação em Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. de Oliveira é certificado como contador independente pela CVM, pelo Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI e pelo Banco Central do Brasil.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGOE de 2026	Comitê de Auditoria e Integridade		15/04/2024	Sim	15/04/2024

Nome: Flavia Maria Bittencourt **CPF:** 011.971.887-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira Química **Data de Nascimento:** 15/01/1970

Experiência Profissional:

A Sra. Flavia Bittencourt é graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, cursou pós-graduação em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM e possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Atuou como membro do Conselho de Administração das Lojas Marisa, entre 2018 e 2019, e foi Consultora do The Carlyle Group, de 2012 até 2013. A Sra. Flávia Bittencourt possui uma longa trajetória na Oi - Telemar, com mais de 10 anos de atuação, em cargos como Gerente de Mercado de Voz (2001 - 2003), Gerente Geral de Marketing do Oi Móvel e, posteriormente, do Grupo Oi (2003 - 2005) e também ocupou a posição de Diretora Superintendente de Marketing (2005 - 2011). Além disso, foi Diretoria de Marketing da Lácteos Brasil, cofundadora da STORIES4FUN e Vice-Presidente Sênior da América Latina e Presidente Nacional da Sephora Brasil. Atualmente, é CEO da Adidas e membro do Conselho de Administração da Tim Brasil. Além de ser membro do Conselho de Administração, a Sra. Flavia Bittencourt também ocupa o cargo de membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e do Comitê Sustentabilidade. A Sra. Flavia Bittencourt não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Flavia Bittencourt declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura		15/04/2024	Não	15/04/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Sustentabilidade		15/04/2024	Não	27/04/2020

Nome: IZABELLA TEIXEIRA **CPF:** 279.754.601-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bióloga **Data de Nascimento:** 09/10/1961

Experiência Profissional:

Izabella Teixeira é Co-Presidente do Painel Internacional de Recursos Naturais – IRP/ONU, eleita desde 2017, e membro do Conselho de Assuntos Econômicos e Sociais – DESA/ONU. Membro do Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU proponente da Agenda 2030, foi líder-chave da Conferência Rio + 20 (2012). Liderou a Delegação do Brasil nas negociações do Protocolo de Nagoya, no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (2010), e nas negociações do Acordo de Paris no âmbito da Convenção-Quadro de Mudança do Clima (2015). Bióloga pela Universidade de Brasília, possui PhD em Planejamento Ambiental, Políticas Ambientais, Energia e Mudança do Clima pela COPPE-UFRJ. Analista Ambiental (aposentada) do Ministério do Meio Ambiente, foi Ministra de Estado do Meio Ambiente do Brasil (2010 – 2016) e Secretária Executiva do MMA (2008-2010). Atua hoje como consultora junto ao setor privado e à filantropia nacional e internacional. É conselheira em Conselhos de Sustentabilidade de empresas no exterior e em Iniciativas Internacionais em meio ambiente e mudanças do clima. Atua ainda no Brasil como conselheira em instituições de filantropia em meio ambiente e sustentabilidade. É Senior-fellow do Instituto Arapyau e da Iniciativa Concertação da Amazônia. Conselheira Emérita do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e da Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), Izabella Teixeira ganhou, em 2013, da ONU Meio Ambiente, o Prêmio “Champions of the Earth” pela sua liderança política internacional.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGOE de 2026	Comitê de Sustentabilidade		15/04/2024	Não	15/04/2024

Nome: Marcella Fernanda Marçal dos Santos **CPF:** 541.233.298-61 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 06/12/2002

Experiência Profissional:

A Sra. Marcella Marçal dos Santos é o novo Membro do Comitê de Sustentabilidade da BRF. Membro do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig desde 2020, onde contribuiu para desenvolver e difundir a estratégia de crescimento sustentável da empresa. Passou por setores como Planejamento de controle e Produção, Auditoria Interna, Exportação, Logística, Supply Chain e Compras na Marfrig. Gradua-se em 2024 em Administração de Empresas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), onde também é membro do Conselho Fundador da Entidade Agroliga Ibmecc. Atualmente, também atua como trainee na Marfrig.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGOE de 2026	Comitê de Sustentabilidade		15/04/2024	Sim	15/04/2024

Nome: Marcos Antonio Molina dos Santos **CPF:** 102.174.668-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 17/01/1970

Experiência Profissional:

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos é presidente do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig"). O executivo acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes chave da Marfrig, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA, que é controladora da Companhia. O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Molina declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura		15/04/2024	Sim	28/03/2022

Nome: Paulo Pianez Junior **CPF:** 083.886.738-31 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 24/08/1966

Experiência Profissional:

Economista pela Unicamp, Especialista em estatística pela mesma universidade, MBA em Retail pela Youngstown State University - USA. Trabalhou 10 anos no BankBoston nas áreas de qualidade e capital markets como diretor adjunto, 6 anos no Banco Santander Brasil nas áreas de qualidade e relacionamento com clientes como diretor corporativo, 11 anos no grupo Carrefour Brasil como diretor corporativo de sustentabilidade e responsabilidade social e há 5 anos na Marfrig como diretor de sustentabilidade e comunicação para América do Sul.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGOE de 2026	Comitê de Sustentabilidade		15/04/2024	Sim	15/04/2024

Nome: Pedro de Camargo Neto **CPF:** 297.279.878-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 22/01/1949

Experiência Profissional:

O Sr. Pedro é engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1972; Master of Science pelo Massachusetts Institute of Technology - 1974; Doutor em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1984; Agricultor e pecuarista nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí nos últimos 40 anos. É consultor empresarial, secretário de Produção e Comercialização do MAPA, 2001 a 2002 e Presidente da Sociedade Rural Brasileira de 1990 a 1993 e Vice-presidente de 2017 a 2019. O Sr. Pedro declara que não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Pedro declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Sustentabilidade	Coordenador	15/04/2024	Não	06/04/2022

Nome: Sergio Agapito Rial **CPF:** 595.644.157-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 28/07/1960

Experiência Profissional:

A carreira profissional do Sr. Rial inclui os cargos diretor presidente da Marfrig, vice-presidente executivo e de diretor financeiro mundial da Cargill e presidente do Banco Santander Brasil. Também foi membro do conselho de administração da Cargill por nove anos. Foi presidente da Seara, diretor-gerente no Bear Stearns & Co. em Nova York, diretor do ABN AMRO Bank e membro do conselho de administração do ABN AMRO Bank na Holanda, bem como membro do conselho de administração da Mosaic Fertilizers. É formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Economia pela Universidade Gama Filho, além de possuir um MBA pelo IBMEC, em São Paulo, bem como especializações pela Harvard Business School, Wharton School of Business, na Universidade da Pensilvânia e INSEAD, na França. Atualmente é Presidente do conselho de administração da Vibra Energia, membro do conselho de administração da Delta Airlines e da The Nature Conservancy LACC. O Sr. Rial não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rial declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	Coordenador	15/04/2024	Sim	06/04/2022

Outros Comitês	Outros	15/04/2024	Até AGOE de 2026	Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	Coordenador	15/04/2024	Sim	28/03/2022
----------------	--------	------------	------------------	--	-------------	------------	-----	------------

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	182.070.698-21	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARCOS FERNANDO MARÇAL DOS SANTOS	387.480.138-11	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MMS PARTICIPAÇÕES LTDA	08.542.030/0001-31		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	182.070.698-21	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Membro do Conselho de Administração	182.070.698-21 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA Sócia e diretora vice-presidente.	08.542.030/0001-31 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI Membro do Conselho de Administração	837.465.368-04 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Marfrig Global Foods S.A. O administrador não exerce cargo ou função na pessoa relacionada	03.853.896/0001-40 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Miguel de Souza Gularte Diretor Presidente	270.209.240-34 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Marfrig Global Foods S.A. O administrador não exerce cargo ou função na pessoa relacionada	03.853.896/0001-40 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos/seguros de administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (*Directors and Officers Liability*), contratada pela Companhia, com vigência até 28 de fevereiro de 2024, com um limite global de US\$50 milhões. Tal seguro, contratado seguindo melhores práticas de mercado, se destina a garantir os custos de defesa legal e as indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas reclamações de terceiros, relacionadas às atividades dos executivos da Companhia. Dentre as coberturas estipuladas em tal apólice, destacam-se aquelas que abrangem despesas processuais, custos de defesa e indenizações, custos de perícia e depósitos recursais, bloqueio de bens, entre outras. Referida apólice de seguro apresenta especificações, limites e franquias praticadas usualmente no mercado.

Considerando que, em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura do seguro não se aplica, o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada decorreu de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos administradores da Companhia, o seguro se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

Adicionalmente ao seguro descrito acima, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, a celebração de contratos de indenidade com determinados membros do Conselho de Administração da Companhia e o Conselho de Administração aprovou a celebração de contratos de indenidade com integrantes da Diretoria executiva e outros empregados.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Presença em Assembleias

A despeito da pulverização do seu capital, as Assembleias Gerais da Companhia têm ocorrido, em média, com presença aproximada de 69% e a participação dos acionistas sendo estimulada pela abordagem direta aos investidores, bem como pela disponibilização do manual para os acionistas, no qual são detalhadamente explicados o motivo da assembleia, a importância da presença, além de orientações gerais sobre o processo.

A Companhia apresenta abaixo breve resumo das Assembleias Gerais nos três últimos exercícios sociais.

Data	Tipo	Quórum de instalação	Quórum
28/03/2024	AGO/E	Em 1ª convocação	75% em ambas
03/07/2023	AGE	Em 1ª convocação	76,74%
12/04/2023	AGO/E	Em 1ª convocação	71,51% em ambas
28/03/2022	AGO/E	Em 1ª convocação	80,09% e 79,30%, respectivamente
17/01/2022	AGE	Em 1ª convocação	84,45%
27/04/2021	AGO/E	Em 1ª convocação	73,07% e 72,91%, respectivamente
27/04/2020	AGO/E	Em 1ª convocação	69,60% e 71,60%, respectivamente

Governança Corporativa

Adicionalmente, a Companhia aderiu em 15 de agosto de 2011 ao Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas e declara que aplica os princípios e as regras estabelecidas em tal Código.

Além disso, como uma Companhia com suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa Novo Mercado da B3, a Companhia cumpre todos os requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

Composição dos Comitês

Em reunião realizada no dia 15 de abril de 2024, os comitês da Companhia tiveram suas composições e estruturas alteradas pelo Conselho de Administração, passando a ser compostos da seguinte forma:

7.8 Outras informações relevantes

- Comitê de Auditoria e Integridade: Srs. Augusto Marques da Cruz Filho (coordenador), Eduardo Augusto Rocha Pocetti e Esmir Oliveira (membro externo). Periodicidade de reunião ordinária: bimestral;
- Comitê de Finanças e Gestão de Riscos: Srs. Sérgio Agapito Lires Rial (coordenador), Augusto Marques da Cruz Filho e Sr. Marcos Antônio Molina dos Santos. Periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano, podendo reunir-se extraordinariamente quando necessário;
- Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura: Sr. Sérgio Agapito Lires Rial (coordenador), Sr. Marcos Antônio Molina dos Santos e Sra. Flávia Maria Bittencourt. Periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano, podendo reunir-se extraordinariamente quando necessário; e
- Comitê de Sustentabilidade: Sr. Pedro de Camargo Neto (coordenador), Sra. Flávia Maria Bittencourt, Sra. Izabella Teixeira, Sra. Marcella Marçal dos Santos e Sr. Paulo Pianez. Periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano, podendo reunir-se extraordinariamente quando necessário.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e dos diretores estatutários e não estatutários, tem como objetivo atrair, engajar e reter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio. Da mesma forma, visa criar um plano de recompensa e incentivos adequados à condução sustentável dos negócios, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas às melhores práticas de mercado e governança corporativa.

Cabe ainda mencionar que a Companhia possui um Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, um órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia que, dentre outras atribuições, é responsável por analisar periodicamente a estratégia de remuneração fixa e variável adotada, emitindo suas recomendações a respeito, bem como sugerindo eventuais modificações a serem implementadas na política de remuneração para apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2023 e encontra-se disponível para acesso dos acionistas, investidores e o mercado em geral nos websites de Relação com Investidores da Companhia (<http://ri.brf-global.com>) e da CVM.

Para mais detalhes sobre a metodologia adotada, vide o item (b) (iii) abaixo.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

As remunerações individuais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são periodicamente revistas e analisadas pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura com o apoio da Vice-presidência de Recursos Humanos e do Presidente Global, discutindo os princípios gerais da política de remuneração e recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A remuneração individual dos administradores (inclusive dos membros dos Comitês) e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (por meio da seleção

8.1 Política ou prática de remuneração

de empresas de grande porte, na sua maioria de bens de consumo, que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura avalia anualmente as diretrizes e prática de remuneração dos administradores e empregados da Companhia e, caso entenda necessário, submete ao Conselho de Administração recomendação de modificação na remuneração até então adotada.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A prática adotada pela Companhia em relação aos diversos componentes da remuneração está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo, na medida em que, ao definir os componentes da remuneração, busca-se o alinhamento entre os interesses da Companhia e dos administradores. A remuneração fixa é definida de acordo com as práticas de mercado, conforme já descrito anteriormente, objetivando a atração e retenção do profissional e recompensando o desempenho individual. A remuneração variável de curto prazo, que representa parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a indicadores de desempenho alcançáveis no prazo de um ano; essa determinação tem por objetivo remunerar de acordo com o mercado e, principalmente, o crescimento, rentabilidade e outros indicadores não financeiros da Companhia, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores, condicionando o ganho do executivo à perenidade do negócio, promovendo assim uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

Além disso, os planos de remuneração baseados em ações da Companhia foram criados para fortalecer o alinhamento com acionistas a fim de criar uma visão e comprometimento de longo prazo nos executivos, promovendo o conhecimento, as competências e o comportamento necessários à perenidade do negócio, além de reforçar o nível de atração e retenção dos seus principais executivos.

Atualmente são elegíveis ao programa de remuneração baseados em ações diretores estatutários e não estatutários e gerentes executivos. Em termos de instrumentos, a Companhia possui planos

8.1 Política ou prática de remuneração

de *stock options*, ações restritas e ações por performance, embora nos últimos anos tenha outorgado aos executivos apenas ações restritas e ações por performance que, por sua vez, são um excelente instrumento de alinhamento de interesse vinculado a uma meta de geração de valor ao acionista.

Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, e tem por objetivo a compensação adequada aos conselheiros pela participação em reuniões e pelas suas contribuições ao referido órgão.

Quando aplicável, alguns membros do Conselho de Administração podem receber outros valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida), benefícios de cessação do exercício do cargo (cláusulas previstas em contrato de não concorrência – “*non compete*”), benefício pós-emprego (previdência privada), adicional por participação em comitês e incentivos de longo prazo (plano de remuneração baseada em ações).

Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais. A remuneração é determinada na respectiva assembleia geral que aprova sua eleição, não sendo inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída à Diretoria Estatutária, não computados os benefícios e demais parcelas variáveis, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações. Os suplentes não recebem qualquer outro tipo de remuneração, recebendo remuneração apenas pelas reuniões que participarem.

Diretoria Executiva

A remuneração global e anual dos membros da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração com base nas práticas de mercado (vide item (b) (iii) abaixo) e é composta por remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva pode contemplar eventuais gratificações adicionais que visem a atração e retenção dos profissionais. Esta composição visa promover a execução do planejamento estratégico e a busca dos resultados de forma coerente, transparente e voltada aos interesses da organização, dos acionistas e dos demais stakeholders.

A remuneração fixa, composta de 13 pagamentos mensais e abono de férias, tem por objetivo a compensação pelos serviços prestados.

A remuneração dos membros da Diretoria também pode contemplar valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, alimentação, *check-up*), compromissos de desligamentos (verbas atreladas a compromissos de não concorrência, não solicitação e uso de informações confidenciais), incentivos de contratação e de

8.1 Política ou prática de remuneração

retenção que se mostrarem necessários e benefício pós-emprego (previdência privada), seguindo as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo é constituída e paga através do Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR da Companhia, que tem por objetivo incentivar e reconhecer os executivos pelo alcance dos resultados de curto prazo da Companhia. Este incentivo está atrelado ao alcance de metas globais pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício social pelo Conselho de Administração. O potencial a ser pago a cada executivo é baseado em múltiplos do salário mensal, metas coletivas e individuais e avaliação de desempenho individual.

A remuneração variável de longo prazo é constituída e paga através do (i) plano de remuneração baseado em opções de ações, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020; e (ii) plano de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2018, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de Junho de 2022 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de junho de 2023, os quais têm por objetivo atrair, manter, motivar os executivos e gerar valor para a Companhia, além de ser um importante mecanismo de alinhamento dos executivos aos interesses dos acionistas no longo prazo. O potencial a ser concedido a cada executivo é determinado em múltiplos do salário mensal, e a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas poderá, a critério do Conselho de Administração, ser subordinada, total ou parcialmente, à verificação do atingimento, pela Companhia, de determinados índices de desempenho.

Tal composição de remuneração estimula a busca de resultados pela Diretoria e reconhece o alcance e a superação das metas pré-definidas, direcionando as ações aos indicadores e alavancas chaves para a garantir a execução da estratégia e a geração de resultados da Companhia, equilibrando curto e longo prazo.

Comitês

Membros do Conselho de Administração eleitos para composição dos Comitês de Assessoramento atualmente não recebem remuneração fixa adicional por participação nos Comitês. Desde 2015, os membros externos que participam de determinados Comitês de Assessoramento, conforme deliberação do Conselho de Administração, fazem jus a remuneração fixa mensal.

Atualmente, os membros da Diretoria, estatutária ou não estatutária, ou outro colaborador da Companhia que participem de Comitês de Assessoramento não fazem jus a qualquer remuneração adicional, exceto se deliberado pelo Conselho de Administração.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

8.1 Política ou prática de remuneração

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

2023	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	38,00%	32,00%	14,00%	-	16,00%	100,00%
Diretoria não estatutária	28,00%	23,00%	31,00%	-	18,00%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Sustentabilidade	100,00%	-	-	-	-	100,00%

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	88,00%	-	-	-	12,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	44,00%	0,00%	13,00%	-	43,00%	100,00%
Diretoria não estatutária	51,00%	0,00%	15,00%	-	34,00%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Inteligência do Consumidor	100,00%	-	-	-	-	100,00%

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	88,00%	-	-	-	12,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	35,00%	24,00%	6,00%	-	35,00%	100,00%
Diretoria não estatutária	31,00%	17,00%	4,00%	-	48,00%	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Comitê de Inteligência do Consumidor	100,00%					100,00%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura analisa anualmente a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada pela Companhia, a qual é posteriormente submetida à apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores, inclusive membros dos Comitês e membros do Conselho Fiscal, é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte, na sua maioria de bens de consumo, que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é estabelecida em assembleia geral de acionistas, levando-se em consideração os elementos citados no parágrafo anterior.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Em relação à remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e performance individual dos seus executivos.

Para a determinação dos valores da remuneração variável, é considerado o desempenho dos executivos mediante estabelecimento prévio de metas, como, por exemplo, EBITDA, ROIC, TSR, fluxo de caixa livre, receita líquida, resultado líquido, indicadores técnicos e de performance, ganhos de eficiência, índice de segurança do trabalho, produtividade, entre outros, sempre alinhados com a estratégia da Companhia.

- (iv) **razões que justificam a composição da remuneração**

A política da Companhia distribui de forma equitativa os componentes da remuneração fixa de modo a assegurar o alinhamento às práticas de mercado e ao sistema de governança.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração variável visa o alcance e a superação das metas corporativas e individuais, o que induz ao compartilhamento de riscos e resultados.

Em relação aos benefícios diretos e indiretos e benefícios pós-emprego, os administradores são enquadrados às mesmas políticas vigentes aplicáveis aos demais empregados da Companhia.

(v) membros não remunerados

Não existem membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e diretoria não estatutária da Companhia que, por qualquer motivo, não recebam remuneração paga pela Companhia. Em relação aos membros dos Comitês, conforme informado no item (b) acima, os participantes de Comitês que não são membros da administração da Companhia possuem remuneração fixa especificamente pela sua participação no Comitê.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	12.000.000,00	23.763.530,00	900.000,00	36.663.530,00
Benefícios direto e indireto	0,00	3.394.790,00	0,00	3.394.790,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.344.287,46	0,00	7.344.287,46
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores programas de retenção	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	40.058.000,00	0,00	40.058.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	13.994.392,54	0,00	13.994.392,54
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	23.545.000,00	0,00	23.545.000,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	N/A	
Total da remuneração	12.000.000,00	112.100.000,00	900.000,00	125.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.800.000,00	19.342.294,00	588.000,00	27.730.294,00
Benefícios direto e indireto	0,00	944.903,00	0,00	944.903,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.950.493,00	0,00	4.950.493,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores de bônus de contratação e programas de retenção.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	21.355.717,00	0,00	21.355.717,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	9.071.659,00	0,00	9.071.659,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.827.048,00	0,00	10.827.048,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	7.800.000,00	66.492.114,00	588.000,00	74.880.114,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.885.000,00	17.409.000,00	576.000,00	26.870.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00
Participações em comitês	606.000,00	0,00	0,00	606.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	5.530.000,00	0,00	5.530.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.249.000,00	18.184.000,00	0,00	19.433.000,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	10.740.000,00	42.208.000,00	576.000,00	53.524.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.698.000,00	18.542.000,00	540.000,00	29.780.000,00
Benefícios direto e indireto	170.000,00	1.523.000,00	0,00	1.693.000,00
Participações em comitês	2.424.000,00	0,00	0,00	2.424.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	13.759.000,00	0,00	13.759.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	3.322.000,00	0,00	3.322.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.837.000,00	20.170.000,00	0,00	22.007.000,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	15.129.000,00	57.316.000,00	540.000,00	72.985.000,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.		Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	48069600,00	0,00	48.069.600,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	40058000,00	0,00	40.058.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2023.		Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2023.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	35578869,00	0,00	35.578.869,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	23719246,00	0,00	23.719.246,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2022.		Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2022.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	25269000,00	0,00	25.269.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	16846000,00	0,00	16.846.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2021.		Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2021.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	22997000,00	0,00	22.997.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	20997000,00	0,00	20.997.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	13759000,00	0,00	13.759.000,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

1) Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações – Aprovado em AGOE de 8 de abril de 2015 e modificado em AGOE de 27 de abril de 2020

(a) termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 8 de abril de 2015 e alterado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, tem como público elegível os diretores estatutários, os diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos na Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários das opções deste plano, entretanto, membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, poderão, na qualidade de diretores, receber outorgas de opções da Companhia.

O instrumento referente ao Plano de Opção de Compra de Ações é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido, pela Companhia ao executivo, um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas são determinados pelo Conselho de Administração anualmente e devem estar vinculados à obtenção de resultados previamente definidos e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações, é utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting*), o ganho resultante da opção seja igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcança seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio tiver sido atingida.

Os participantes do Plano de Opção de Compra de Ações deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, através do qual o participante adquire o direito de opção de compra de ações de emissão da Companhia, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Opção de Compra de Ações cabe ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando os requisitos legais aplicáveis e os limites da diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Será facultado ao mesmo constituir um Comitê especial para assessorá-lo na administração do Plano.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 8 de abril de 2015 e alterado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que pode ser objeto de outorga de opção de compra, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 42.061.831 em 31 de dezembro de 2023.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano, não poderá exceder a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opção de compra, que é equivalente a 2,5% do número total de ações da Companhia, correspondente a 42.061.831 ações em 31 de dezembro de 2023.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixará o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções, observado que o preço de exercício nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Cada opção de compra de ações dará direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Sem prejuízo do disposto acima, durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções. Caso o beneficiário não tenha os recursos necessários para custear o exercício das opções, será facultada a venda das ações necessárias para pagar o exercício das opções mais os custos e impostos incidentes. A quantidade de ações sujeitas à restrição de venda será calculada conforme os termos e condições estabelecidos no plano.

Os contratos de opção serão celebrados individualmente com cada beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser oportunamente divulgado pelo Conselho de Administração.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações será determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 ponderada pelo volume de negociação nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do IPCA ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções tornar-se-ão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga das opções e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do primeiro aniversário da data de outorga;
- (b) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do segundo aniversário da data de outorga;
- (c) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do terceiro aniversário da data de outorga; e
- (d) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do quarto aniversário da data de outorga.

As opções serão exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completar o sexto aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Plano de Opção de Compra de Ações entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral. O término de vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele, tampouco a validade de eventuais opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações e da vedação à alienação mencionada no item “h” acima e “l” abaixo.

(h) forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

(i) restrições à transferência das ações

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções.

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência, em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O Plano de Opção de Compra de Ações poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações, as regras previstas para a saída por desligamentos da Companhia são as seguintes:

1. Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante (i) demissão por justa causa, como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho; ou (ii) destituição do seu cargo

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como as previstas nos art. 153 a 157 da Lei das Sociedades por Ações e suas posteriores alterações; ou (iii) desídia do beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; ou (iv) condenação penal relacionada a crimes dolosos; ou (v) a prática, pelo beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; ou (vi) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; ou (vii) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; ou ainda (viii) descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis ao beneficiário, como administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2) Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance – Aprovado em AGOE de 08 de abril de 2015 e alterado em AGOE de 26 de abril de 2017, AGE de 25 de maio de 2018, AGOE de 29 de abril de 2019, e AGOE de 27 de abril de 2021

(a) termos de condições gerais

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2021, tem como público elegível os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários, diretores não estatutários e gerentes executivos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, somente poderão receber outorgas de ações restritas da Companhia na qualidade de diretores.

Anualmente, são realizadas concessões por deliberação do Conselho de Administração, com período total de *vesting* de 03 (três) anos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, tivemos em junho o *vesting* da 3ª parcela da outorga de 2020, com transferência de 149.618 ações, e em julho, o *vesting* da 2ª e 1ª parcela das outorgas de 2021 e 2022, respectivamente, com transferência de 389.600 ações.

O instrumento do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance consiste na outorga de ações restritas/ações por performance aos participantes, ações estas, que são transferidas aos beneficiários mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 2.h abaixo.

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A aprovação da lista dos participantes e do número de ações a serem outorgadas será determinada pelo Conselho de Administração anualmente e estará vinculado à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Os participantes do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de ações restritas, através do qual o participante adquire o direito de outorga de ações restritas da Companhia, conforme critérios descritos acima, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando o disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, bem como respeitando os limites da remuneração global dos administradores ser assessorado pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e/ou outro grupo/colegiado, por ele definido. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá optar por outorgar aos Beneficiários parte ou a totalidade das Ações Restritas a que façam jus sob a forma de ADRs lastreados em ações de emissão da Companhia, observado o número máximo de ações abrangidas pelo plano, assim como as eventuais restrições e procedimentos previstos na legislação e na regulamentação aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2021.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 42.061.831 ações em 31 de dezembro de 2023.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

(e) condições de aquisição de ações

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridos se: os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

da Companhia, pelo período que venha a ser definido pelo Conselho de Administração e estabelecido em cada Contrato de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas ações restritas líquidas, ou transferirá o montante financeiro equivalente, sem contra partida pelo beneficiário.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a quaisquer condições que entender convenientes, bem como impor restrições à sua transferência, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

Sem prejuízo de outras condições que o Conselho de Administração entender convenientes, a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas poderá, a critério do Conselho de Administração, ser subordinada, total ou parcialmente, à verificação do atingimento, pela Companhia, de determinados índices de desempenho. A forma de apuração dos índices de desempenho e seus efeitos na aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas serão definidos pelo Conselho de Administração e deverão ser refletidos nos Contratos de Outorga.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As Ações Restritas/Ações por Performance serão outorgadas sem custo ao beneficiário, nos termos e condições acima descritos.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os direitos dos beneficiários em relação às Ações Restritas/Ações por Performance somente serão plenamente adquiridos, se verificadas, as condições descritas no item “e” acima. A fixação do prazo de exercício será definida pelo Conselho de Administração da Companhia e estabelecido em cada Contrato de Outorga, levando em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

beneficiários. O Conselho de Administração poderá estabelecer, ainda, o pagamento do referido montante em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Contrato de Outorga.

(i) restrições à transferência das ações

Enquanto os direitos às ações restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item “e” acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

O Conselho de Administração também poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas/Ações por Performance, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

(j) critério e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das ações, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da assembleia geral da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração em ações

Exceto se de outra forma definido pelo Conselho de Administração e estabelecido nos respectivos Contratos de Outorga, nas hipóteses de desligamento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não houve a outorga de opções de compra de ações e não há previsão de outorga para o exercício corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7 - Opção em aberto

Em 31 de dezembro de 2023, não havia opções de compra de ações em aberto detidas pelo conselho de administração e diretoria estatutária.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não houve opções exercidas e ações entregues ao conselho de administração e diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Exercício Social corrente, a ser encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Não haverá diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários, pois eventuais outorgas serão realizadas mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria, conforme prevê o Plano de Ações Restritas da Companhia.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Outorga de ações

Exercício Social corrente, a ser encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	01/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.811.285
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	14,22
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	25.756.473

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	01/06/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	2.155.759,00
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	7,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	15.909.501,00

*Valor de ação com base na média de fechamento do 4º trimestre de 2022 para projeção do número de ações.

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00
Data de outorga		01/07/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.306.046,00
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/07/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	14,11
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	18.428.309,00

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
--	--	--

8.10 Outorga de ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	01/07/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	708.014,00
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/07/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	28,58
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	20.235.040,00

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	10,00	8,00	3,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00
N° de ações	0	220.473	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	19,36	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	8,83	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	2.321.580,69	0,00
Esclarecimento	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2023.		Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2023

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	10,00	8,00	3,00
N° de membros remunerados	1,00	8,00	3,00
N° de ações	33.497	523.124	0
Preço médio ponderado de aquisição	30,61	26,20	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	15,34	14,99	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	511.499,19	5.864.220,04	0,00
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	10,00	8,00	3,00
N° de membros remunerados	1,00	8,00	3,00
N° de ações	33.497	667.801	0
Preço médio ponderado de aquisição	30,61	24,44	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	28,22	27,93	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	80.057,83	-2.330.625,49	0,00
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

Planos de Opção de Compra de ações: Para a precificação utiliza-se o modelo *Black-Scholes-Merton*.

Planos de Ações Restritas com outorgas anteriores a outubro 2018: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento do pregão da data de outorga das ações.

Planos de Ações Restritas com outorgas após outubro 2018, inclusive: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de outorga das ações.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Planos de Opção de Compra de ações

Considerando que os valores relativos ao ciclo de outorgas consideram as outorgas realizadas até a data de elaboração deste Formulário de Referência, foram utilizadas as seguintes premissas para a precificação das opções alvo dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia:

- Preço da ação: utilizado o preço de fechamento do pregão anterior à data de outorga (B3 - ticker BRFS3);
- Preço de exercício: resultado da média do preço de fechamento do pregão (B3 – ticker BRFS3) dos últimos 20 pregões anteriores à data de outorga das opções, corrigido pelo IPCA;
- Prazo de vida opção: As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo.

1) Plano de Opção de Compra de Ações vigente, aprovado em AGOE de 08 de abril de 2015 e modificado em AGOE de 27 de abril de 2020: (a) até 1/4 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/4 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) até 3/4 do total das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; (d) a totalidade das opções poderão ser exercidas após quatro anos da assinatura do contrato de outorga; e (e) o prazo máximo seis anos após a outorga para exercício das opções;

2) Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) descontinuado em 31 de março de 2015: as opções se tornarão exercíveis, após um prazo de carência de, no

8.12 Precificação das ações/opções

mínimo, 18 meses e, no máximo, 24 meses, contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia;

- Taxa Livre de Risco: como taxa Livre de risco é considerada a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) disponível na data da precificação e com vencimento equivalente à vida da opção;
- Taxa de dividendos: é considerado histórico de pagamento de dividendos da Companhia nos últimos dois anos; e
- Volatilidade das ações nominais de emissão da Companhia: A Companhia utiliza-se da volatilidade ponderada do histórico das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável às modelagens ou premissas de cálculo, pois, diferentemente das opções de ações, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Após essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Planos de Opção de Compra de ações:

Conforme metodologia de precificação das opções alvo (*Black-Scholes-Merton*) e das características dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, não são utilizadas premissas para incorporar efeitos de exercício antecipado.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Planos de Opção de Compra de ações:

A Companhia utiliza-se da volatilidade histórica das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Planos de Opção de Compra de ações:

Não aplicável.

8.12 Precificação das ações/opções

Planos de Ações Restritas

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações detidas por órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas pelos administradores e conselheiros fiscais, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

Sociedade	Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
BRF S.A.	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	4.300	573.235	29.400	606.935
BRF S.A.	ADRs com lastro em Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	-	-	-	-
Marfrig Global Foods Sa.	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	597.222.560	357.095	639.411	598.219.066

8.14 Planos de previdência

8.14 - Planos de previdência

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	9,00	2,00	4,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome de plano	N/A	Plano de Benefícios II (fechado para novas adesões)	Plano de Benefícios III (aberto para novas adesões)	Plano de Benefícios FAF (fechado para novas adesões)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0,00	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	55 anos de idade completos; 3 anos de serviço creditado (participação no plano); Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	55 anos de idade completos; 3 anos de serviço creditado (participação no plano); Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	Ter cumprido o prazo de 10 anos de contribuição para o plano; Estar em gozo de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição concedido pelo Regime Oficial de Previdência; Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 2.360.583,41	R\$ 2.246.055,65	N/A
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 225.044,51	R\$ 531.495,68	0
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício

¹ Preenche as condições, porém, é necessário que ocorra o término do vínculo empregatício.

² Valor total das contribuições de patrocinadora (desde a adesão ao Plano) acrescido da rentabilidade.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	10,00	10,00	10,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	10,00	10,00	10,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	13.294.164,72	8.665.000,00	13.073.000,00	780.000,00	2.849.000,00	11.288.495,33	216.000,00	213.000,00	204.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	4.345.070,96	2.536.000,00	4.675.000,00	780.000,00	585.000,00	480.000,00	186.000,00	140.000,00	168.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	6.265.900,43	3.568.000,00	6.799.000,00	780.000,00	585.000,00	1.512.881,54	196.000,00	164.000,00	180.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para a maior remuneração individual o tempo de trabalho foi de 9 meses.	
31/12/2021	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para a maior remuneração individual o tempo de trabalho foi de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foi considerado o período de abril a dezembro e apenas os membros eleitos em 2022. Para a maior remuneração individual, o tempo de trabalho foi de 4 meses.	
31/12/2021	N/A	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Para o valor médio da remuneração e para a menor remuneração individual, foi considerado o período de abril a dezembro e apenas os membros eleitos em 2022.	
31/12/2021	N/A	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia celebrou determinados acordos contratuais com certos diretores os quais preveem o pagamento de indenização ao administrador como forma de compensação pela vedação da prática de atos considerados de concorrência com a Companhia. Tal mecanismo tem por objetivo reduzir os impactos financeiros do administrador em razão das limitações aplicadas em seu campo profissional, em razão da celebração do contrato. Caso a indenização se torne devida, não haverá impactos financeiros relevantes para a Companhia.

Para mais informações sobre apólices de seguros e/ou de contratos de indenidade, vide seção 7.7 deste Formulário de Referência.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração**

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2021	Exercício social encerrado em 31/12/2022	Exercício social encerrado em 31/12/2023	Previsão para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31/12/2024
Conselho de Administração	-	16,00%	30,00%	38,73%
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Remuneração - Outras funções

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve qualquer valor reconhecido no resultado como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve qualquer valor reconhecido no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controlador.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
23/02/2017	01/01/2017		
Descrição dos serviços prestados			
2022: (i) Serviços de auditoria: (a) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, para o exercício encerrado em 31.12.22; (b) revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.22, 30.06.22 e 30.09.22, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias; (c) auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia a respeito da elaboração de relatórios financeiros; (d) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício social encerrado em 31.12.22; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Não houve.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Valores para o exercício social de 2022: (i) serviços de auditoria externa: R\$ 12.618,2 mil; e (ii) serviços não relacionados à auditoria externa: não houve. Valores para o exercício social de 2023 (relacionados ao follow on): (i) serviços de auditoria externa: R\$ 1.262,2 mil; e (ii) serviços não relacionados à auditoria externa: não houve.			
Justificativa da substituição			
Processo competitivo no qual, o novo auditor descrito abaixo, apresentou a melhor proposta comercial. A prestação de serviços foi finalizada em 28/04/2023.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda	Juridica	10.830.108/0001-65	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
06/04/2023	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
(i) Serviços de auditoria: (a) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, para os exercícios encerrados em 31.12.23 e a serem encerrados em 31.12.24 e 31.12.25; (b) revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.23, 30.06.23, 30.09.23, 31.03.24, 30.06.24, 30.09.24, 31.03.25, 30.06.25 e 30.09.25, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias; (c) auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia a respeito da elaboração de relatórios financeiros; e (d) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para os exercícios sociais encerrados em 31.12.23 e a serem encerrados em 31.12.24 e 31.12.25.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			

Valores para o exercício social de 2023: (i) serviços de auditoria externa: R\$ 8.739,7 mil; e (ii) serviços não relacionados à auditoria externa: não houve.
Justificativa da substituição
Processo de cotação realizado pela Companhia, no qual a Grant Thornton apresentou a melhor proposta comercial.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
N/A

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Independência e conflito de interesses dos auditores

Não houve outros serviços contratados no último exercício social.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras Informações relevantes

O Conselho de Administração da Companhia aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes, após a submissão e análise das respectivas propostas pelo CAI da Companhia. A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada com a política da Companhia de assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	829	2199	0	0	0
Não-liderança	40530	53114	0	0	0
TOTAL = 96.672	41359	55313	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	46	1771	134	659	6	412	0
Não-liderança	1189	37317	9577	35134	654	9773	0
TOTAL = 96.672	1235	39088	9711	35793	660	10185	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	198	2510	320
Não-liderança	29032	51738	12874
TOTAL = 96.672	29230	54248	13194

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	31	190	440	796	1209	362
Não-liderança	343	3224	19833	14791	49140	6313
TOTAL = 96.672	374	3414	20273	15587	50349	6675

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	95	279	0	0	0
Nordeste	608	2806	0	0	0
Centro-Oeste	8835	11438	0	0	0
Sudeste	5993	9594	0	0	0
Sul	23414	26935	0	0	0
Exterior	2414	4261	0	0	0
TOTAL = 96.672	41359	55313	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	2	64	33	266	1	8	0
Nordeste	57	893	466	1854	16	128	0
Centro-Oeste	336	3669	1870	13805	193	400	0
Sudeste	225	6244	2131	5859	80	1048	0
Sul	615	28218	5211	14009	370	1926	0
Exterior	0	0	0	0	0	6675	0

TOTAL = 96.672	1235	39088	9711	35793	660	10185	0
----------------	------	-------	------	-------	-----	-------	---

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	98	252	24
Nordeste	680	2456	278
Centro-Oeste	8346	10479	1448
Sudeste	4061	9499	2027
Sul	14903	26444	9002
Exterior	1142	5118	415
TOTAL = 96.672	29230	54248	13194

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada na localização geográfica e em indicadores de diversidade)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	40.530	53.114	0	0	0
Empregados em posição de liderança	829	2.199	0	0	0
Total	41.359	55.313	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	1.189	37.317	9.577	35.134	654	9.773	0
Empregados em posição de liderança	46	1.771	134	659	6	412	0
Total	1.235	39.088	9.711	35.793	660	10.185	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária			
	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Empregados em posição de não liderança	29.032	51.738	12.874
Empregados em posição de liderança	198	2.510	320
Total	29.230	54.248	13.194

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Empregados em posição de não liderança	343	3.224	19.833	14.791	49.140	6.313
Empregados em posição de liderança	31	190	440	796	1.209	362
Total	374	3.414	20.273	15.587	50.349	6.675

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder

10.1 Descrição dos recursos humanos

Norte	95	279	0	0	0
Nordeste	608	2.806	0	0	0
Centro-Oeste	8.835	11.438	0	0	0
Sudeste	5.993	9.594	0	0	0
Sul	23.414	26.935	0	0	0
Exterior	2.414	4.261	0	0	0
TOTAL	41.359	55.513	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	2	64	33	266	1	8	0
Nordeste	57	893	466	1.854	16	128	0
Centro-Oeste	336	3.669	1.870	13.805	193	400	0
Sudeste	225	6.244	2.131	5.859	80	1.048	0
Sul	615	28.218	5.211	14.009	370	1.926	0
Exterior	0	0	0	0	0	6.675	0
TOTAL	1.235	39.088	9.711	35.793	660	10.185	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	98	252	24
Nordeste	680	2.456	278
Centro-Oeste	8.346	10.479	1.448
Sudeste	4.061	9.499	2.027
Sul	14.903	26.444	9.002
Exterior	1.142	5.118	415
TOTAL	29.230	54.248	13.194

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

(Por cargo)	31/12/2023
Brasil	
Administração	1.503
Comercial	3.957
Produção	12.278
Subtotal	17.738

10.1 Descrição dos recursos humanos

(c) índice de rotatividade

31/12/2023
29,4%

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Os empregados da Companhia recebem remuneração fixa e variável. A política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, sendo que a remuneração variável está atrelada ao alcance de metas pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício, integrante do Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

Tal política de remuneração estimula a busca de resultados pelos empregados e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas, gerando direcionadores e atenção nos indicadores críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que finalmente, também corresponde aos interesses dos acionistas.

(b) política de benefícios

A política de benefícios da Companhia destinada aos seus empregados, é estabelecida de forma a complementar as necessidades sociais e está alinhada às práticas de mercado. Impacta positivamente no clima de trabalho e é um fator determinante para os resultados de engajamento, turnover e absenteísmo, além da extrema importância na atração de pessoas.

Nesta linha, é oferecido aos empregados um pacote de benefícios atraente, constituído por:

- Assistência médica e odontológica
- Convênio Academia
- Convênio Farmácia
- Seguro de vida
- Refeição
- Cesta básica
- Transporte
- Previdência privada
- Auxílio Creche
- Auxílio Escolar
- Kit de Produtos BRF
- Kit Natal
- Brinquedo para filhos de funcionários no Natal
- Telemedicina

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

São elegíveis como beneficiários dos planos de outorga de ações da Companhia os seguintes empregados não administradores: gerentes executivos e acima da Companhia e/ou de suas controladas.

Para informações sobre os planos de outorga de ações restritas e os planos de opção de compra de ações da Companhia, veja o item 8.4 deste Formulário de Referência.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A maior remuneração individual na Companhia é 294 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos demais colaboradores no Brasil em 2023.

Cabe reforçar que a maior parte dos colaboradores da Companhia trabalha em unidades de produção, centros de distribuição e regionais de vendas espalhadas pelo Brasil, inclusive localizadas em pequenos municípios no interior do País, ocupando cargos operacionais e, muitas vezes, com a remuneração mais próxima ao piso salarial da categoria. A política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, de forma a estimular a busca de resultados, reconhecer o alcance e superação das metas e direcionar a execução da estratégia. A remuneração é revista periodicamente utilizando-se os resultados de avaliações realizadas por empresa de consultoria especializada, que oferece visão de mercado sobre os cargos disponíveis na Companhia a partir de informações fornecidas por um conjunto de empresas de grande porte, comparáveis à BRF, e que possuem políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com condições adequadas de emprego em todos os níveis organizacionais.

Em relação aos executivos da Companhia, a Política de Remuneração da Administração é estabelecida a fim de atrair, incentivar e manter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio, criando um plano de recompensa e incentivos apropriados à condução sustentável dos negócios, observados os limites de risco estabelecidos e proporcionando uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas e a visão, missão e valores da Companhia às melhores práticas de mercado, de gestão e de governança corporativa.

Isso significa que a Companhia busca aderência às práticas salariais e de benefícios de acordo com o mercado e empresas do setor, evitando assim distorções e permitindo que a Companhia seja competitiva e atrativa na retenção de talentos.

A remuneração individual anual dos colaboradores foi calculada com base no salário mensal de dezembro, com a parcela variável considerando o atingimento no ano. Foram excluídos os empregados que trabalharam menos de 12 meses na Companhia.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Relações entre emissor e sindicatos

No Brasil, 100% dos colaboradores são abrangidos por acordos ou convenções coletivas e representados pelo sindicato dos trabalhadores (90 sindicatos, 82 acordos e 8 convenções coletivas). A Companhia acredita ter relações satisfatórias com seus empregados e respectivos sindicatos que os representam

No exterior, são seguidas as leis do trabalho de cada um dos países onde a Companhia atua, e, quando há uma entidade representante dos trabalhadores, a cobertura de acordos coletivos de trabalho é de 100%.

A Companhia reconhece às entidades legalmente constituídas o importante papel por estas desempenhado, estabelecendo constantes processos de diálogo e composição, com a observância da legislação em vigor, dos princípios éticos e das boas práticas de mercado. São vedadas quaisquer atitudes discriminatórias por ideologia sindical.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 7 de dezembro de 2023 foram aprovadas alterações à Política de Transações com Partes Relacionadas (“**Política de Transações com Partes Relacionadas**”), cuja primeira versão é datada de 30 de outubro de 2014.

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas Subsidiárias (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), e todos os seus respectivos funcionários, administradores e acionistas relevantes, em transações entre partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, com a finalidade de assegurar que as decisões da Companhia sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, garantindo, ainda, transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e equidade de tratamento com fornecedores e clientes, consoante as melhores práticas de governança corporativa.

Para da Política de Transações com Partes Relacionadas, e conforme a Política Corporativa de Conflito de Interesses, é considerado “Conflito de Interesses” uma situação em que há uma interferência dos interesses pessoais de um indivíduo ou de uma pessoa jurídica, que seja Parte Relacionada da Companhia, de forma direta ou indireta, na tomada de decisão, julgamento ou desempenho de suas funções profissionais na Companhia. Tais situações podem ser incompatíveis com os interesses da Companhia. BRF S.A. Uma situação de Conflito de Interesses pode resultar na redução do nível de profissionalismo e independência com que o indivíduo ou pessoa jurídica age em nome da Companhia e, como consequência, os interesses e/ou reputação da Companhia podem ser prejudicados. Desta forma, por meio da Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia busca assegurar que todas as decisões envolvendo a Companhia e suas subsidiárias que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, colaboradores e Partes Relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia, suas Subsidiárias e seus acionistas

Toda Transação com Parte Relacionada (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) ou alteração de Transação com Parte Relacionada (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) deve obedecer às seguintes diretrizes gerais:

- (i) ser realizada em Condições de Mercado (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas);
- (ii) ter observado e cumprido todos os requisitos das políticas e normas internas de contratação e demais políticas relacionadas estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias;
- (iii) ser previamente aprovada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral da Companhia, conforme o disposto a seguir:

11.1 Regras, políticas e práticas

- (a) Compete à Diretoria Executiva da Companhia (apenas os estatutários), como órgão colegiado, aprovar operação, ou conjunto de operações relacionadas, envolvendo Transações com Partes Relacionadas da Companhia, ou de qualquer de suas Subsidiárias, com valores inferiores a R\$ 20.000.000,00, exceto as Transações Ordinárias (conforme abaixo definido) e aquelas que se enquadrem na competência atribuída ao Conselho de Administração da Companhia pelo item “b” abaixo;
 - (b) Compete ao Conselho de Administração da Companhia aprovar operação, ou conjunto de operações relacionadas, exceto as Transações Ordinárias, envolvendo Transações com Partes Relacionadas da Companhia, ou de qualquer de suas Subsidiárias, (i) com valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00, observado o disposto no item “c” abaixo, ou (ii) realizadas com Pessoas Chave (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas);
 - (c) Compete à Assembleia Geral da Companhia aprovar operação, ou conjunto de operações relacionadas, envolvendo Transações com Partes Relacionadas da Companhia, ou de qualquer de suas Subsidiárias, com valor superior a 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do seu último balanço aprovado em Assembleia Geral.
- (iv) previamente à sua contratação ou alteração, toda Transação com Parte Relacionada, sujeita à aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, deve ser informada ao CAI, via nota técnica a ser aprovada pelo Departamento de *Compliance* e pelo Jurídico-Societário, e ao Comitê de Finanças e Gestão de Risco (“**Comitês**”), nos termos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas, para que estes órgãos: (a) realizem a sua prévia avaliação com o objetivo de definir suas recomendações quanto à respectiva Transação com Parte Relacionada, avaliando: (1) se há motivos claramente razoáveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada; (2) se a transação é realizada em Condições de Mercado e se há alternativas de mercado à Transação com Parte Relacionada em questão; (3) se foi realizado, ou não, um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; (4) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e (5) se a Transação com Parte Relacionada é embasada por laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros; (b) informem aos órgãos da Companhia responsáveis pela aprovação da respectiva Transação com Parte Relacionada acerca das eventuais orientações adicionais para que a Transação com Parte Relacionada atenda a Política de Transações com Partes Relacionadas, considerando-se o caso específico; e (c) façam as recomendações, acerca da rejeição ou

11.1 Regras, políticas e práticas

aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia ou à Assembleia Geral, conforme o caso.

- (v) nos casos de Transações com Parte Relacionada sujeitas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia, conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas, as avaliações dos Comitês devem ser previamente enviadas ao Conselho de Administração, para que este delibere sobre a matéria e, se for o caso, encaminhe a proposta de Transação com Parte Relacionada para deliberação da Assembleia Geral;
- (vi) ser divulgada pela Companhia e/ou por suas Subsidiárias, de acordo com as leis e normas vigentes para estas operações, inclusive nas respectivas demonstrações financeiras, no Formulário 20-F da SEC e Formulário de Referência da CVM, em qualquer caso, se requerido pelas regras aplicáveis; e
- (vii) quando constituir fato ou ato relevante, ser divulgada de acordo com a regulamentação pertinente da CVM e da SEC.

Transações ordinárias, de natureza operacional e recorrente, que integram atividades rotineiras da Companhia relacionadas, em especial, à estrutura desenvolvida para distribuição no mercado externo ou transações inerentes aos aspectos financeiros (gestão de caixa, entre outros) e que requerem decisão de curto prazo para fechamento da operação ("**Transações Ordinárias**"), são consideradas autorizadas pelo Conselho de Administração, sendo elas: (1) compra e venda de produtos, industrialização e compartilhamento de custos entre a Companhia e suas Subsidiárias ou entre as suas Subsidiárias; (2) operações financeiras de mútuo, empréstimos e pré-pagamento de exportação entre a Companhia e suas Subsidiárias integrais ou entre suas Subsidiárias integrais; (3) prestar garantias para suas subsidiárias integrais junto a instituições financeiras para contratação de transações financeiras respeitando as políticas internas aplicáveis; (4) as transações comerciais usuais com Pessoas Chave, Membros Próximos da Família destas, ou com as pessoas jurídicas controladas por Pessoa Chave ou por Membros Próximos da Família da Pessoa Chave, referentes às compras de produtos da BRF, realizadas nos termos das políticas internas da BRF; e (5) repasses financeiros a entidades (que mantenha ou seja um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários sejam os empregados da Companhia e da própria pessoa jurídica; e/ou que seja instituição sem fim lucrativo vinculada financeira ou administrativamente à Companhia) em valores previstos no orçamento anual previamente elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

Operações financeiras envolvendo Subsidiárias não integrais, ou seja, que possuam acionistas minoritários, deverão ser submetidas para deliberação conforme diretrizes estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (sistemas.cvm.gov.br/?ciadoc), buscando pela companhia "BRF S.A.", na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas"; e (ii) na página da Companhia de Relações com

11.1 Regras, políticas e práticas

Investidores (<https://ri.brf-global.com/>), clicando no campo “Governança Corporativa”, logo após em “Estatuto e Políticas” e, por fim, selecionando “Política de Transações com Partes Relacionadas”.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Chile S.A.	31/12/2023	12.790.000,00	2.563.000,00	2.563.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora.					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Marfrig Chile S.A.	31/12/2023	1.290.000,00	195.000,00	195.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora.					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Marfrig Global S.A. e subsidiárias	31/12/2023	61.320.000,00	7.945.000,00	7.945.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Marfrig Global S.A. e subsidiárias	31/12/2023	472.903.000,00	24.838.000,00	24.838.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a pagar).					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
MFG Agropecuárias Ltda.	31/12/2023	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Pampeano Alimentos S.A.	31/12/2023	866.000,00	473.000,00	473.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber					
Garantia e seguros	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Pampeano Alimentos S.A.	31/12/2023	112.000,00	112.000,00	112.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a pagar					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Quickfood S.A.	31/12/2023	95.631.000,00	24.852.000,00	24.852.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiárias da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Weston Importers Ltd.	31/12/2023	1.536.000,00	366.000,00	366.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas – Itens “N” e “O”

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social foram realizadas seguindo os padrões de mercado e amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições feitas pela Companhia, de modo a garantir sua celebração no estrito interesse da Companhia.

Com efeito, além de seguir as determinações da Lei das Sociedades por Ações e adotar práticas de governança corporativa diferenciadas, tais como as previstas no Regulamento do Novo Mercado, todas as situações que poderiam ensejar conflito de interesses foram submetidas aos órgãos decisórios competentes da Companhia, conforme item 4.3. da Política, que estabelece as regras para decisões envolvendo Transações com Partes Relacionadas.

Além disto e, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração ou dos demais órgãos competentes da Companhia, nos termos da Política, que estavam por alguma razão impedidos de apreciar a transação, em face de conflito de interesse, deixaram de votar acerca de sua eventual celebração, bem como abstiveram-se de manifestar-se, influenciar ou interferir de qualquer forma no respectivo processo decisório. A Política tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas subsidiárias, e todos os seus respectivos empregados, administradores e acionistas, em transações envolvendo partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, com a finalidade de assegurar que a tomada de decisão nestes assuntos seja tomada no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, garantindo ainda transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e equidade de tratamento com fornecedores e clientes, consoante as melhores práticas de governança corporativa. Neste sentido, visando evitar a realização ou alteração de transações com partes relacionadas em situações de conflito, desde a vigência da Política, obedeceram às seguintes diretrizes gerais:

- (i) realizadas em condições de mercado, ou seja, foram respeitados o tratamento equitativo, a transparência, a boa fé e a ética em relação aos participantes na transação, de forma a permitir que estes pudessem apresentar suas propostas de negócio obedecendo as mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, que não fossem partes relacionadas;
- (ii) foram observados e cumpridos todos os requisitos das políticas de contratação estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias;
- (iii) para as transações de alçada do Conselho de Administração da Companhia, previamente à sua contratação e/ou formalização, o CFGR, bem como o CAI, deverão

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

ter providenciado: (a) avaliação prévia com o objetivo de definir suas recomendações quanto à respectiva Transação com Parte Relacionada, avaliando: (1) identificação de motivos claramente razoáveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para realização da transação com a parte relacionada; (2) realização da transação em condições de mercado; (3) se foi realizado, ou não, um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; e (4) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e (5) se a transação com parte relacionada é embasada por laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros (b) a informação aos órgãos da administração da Companhia responsáveis pela aprovação da respectiva transação com parte relacionada acerca das eventuais orientações adicionais para que a transação com parte relacionada atenda à Política, considerando-se o caso específico; e (c) a recomendação acerca da rejeição ou aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia ou à Assembleia Geral. Na informação aos Comitês, deverão ser fornecidos: (1) os detalhes da transação com parte relacionada, incluindo valores (reais ou estimados), direitos e obrigações envolvidos; (2) a identificação das partes relacionadas envolvidas, bem como de quaisquer outras partes envolvidas na respectiva transação com parte relacionada, incluindo detalhes sobre o tipo de relação existente e interesse da Parte Relacionada na transação; (3) notas técnicas para a deliberação dos órgãos colegiados responsáveis pela aprovação da respectiva transação com parte relacionada, acompanhadas dos documentos que comprovam que a operação atende ou atenderá às condições de mercado; (4) indicação sobre a necessidade de divulgação com base nas regras aplicáveis à Companhia ou não, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 30, XXXIII, da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada; (5) indicação se a transação com parte relacionada não viola restrições contidas em contratos da Companhia; e (6) indicação a respeito da transação com parte relacionada afetar ou poder vir a afetar a independência de qualquer administrador independente;

- (iv) foram aprovadas pela Assembleia Geral, Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva, conforme aplicável; e

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A adoção das medidas descritas no item acima reforça que as transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social observaram o princípio da comutatividade das condições pactuadas, com pagamento compensatório adequado.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A Companhia, ao realizar tais transações com partes relacionadas, observou as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação, tomando como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com seus parceiros, sem prejuízo dos órgãos de governança acima referidos no item “a” que podem solicitar esclarecimentos a qualquer momento, nos termos do Estatuto Social e da Política.

As transações com partes relacionadas foram contratadas com a identificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, oportunidade em que foi analisado o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e, caso houvesse necessidade de pagamento compensatório dessas transações, se houve adequação às características de tais negociações, mediante, em alguns casos, avaliação do caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, e em outros, mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

Ademais, todas as Transações com Partes Relacionadas observaram e cumpriram os requisitos das políticas e normas internas de contratação e demais políticas relacionadas estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias.

Abaixo segue elenco das transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social, analisadas de forma individual ou agrupada, conforme o caso, de forma a demonstrar a comutatividade de sua contratação:

Venda de mercadorias

As transações realizadas entre a Companhia e suas controladas, conforme descritas no item 11.2 acima deste Formulário de Referência, foram realizadas predominantemente tendo em vista (i) a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação das respectivas controladas ou, (ii) a aquisição pela Companhia de produtos de suas controladas e/ou subsidiárias, para fins de beneficiamento ou distribuição, sempre obedecendo os preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente aprovadas pelos órgãos administrativos competentes da Companhia. Em certas situações, as exportações da Companhia para certas subsidiárias incluem a antecipação de recursos por meio de pré-pagamento de exportações, situações em que há cobrança de juros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, houve transações desta natureza com as seguintes subsidiárias: BRF Global GmbH, Hercosul Alimentos Ltda., Hercosul Distribuidora Ltda., Hercosul International S.R.L., Mogiana Alimentos, Sadia Chile S.A. e Sadia Uruguay S.A.

Fornecimento de energia elétrica

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A subsidiária integral BRF Energia S.A. é uma comercializadora de energia, que atua no mercado entrando em contratos de compra de energia elétrica para entrega imediata e futura, e fornece tal energia às unidades da Companhia.

Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber

A Companhia recebeu ou receberá, dividendos e juros sobre capital próprio, das sua controlada VIP, em decorrência de lucro apurado no exercício.

Reembolsos e transações não comerciais

Em certas circunstâncias, a Companhia incorre em gastos relativos a suas subsidiárias e posteriormente efetua a cobrança de tais valores, assim como as subsidiárias incorrem em gastos e cobram da controladora. A depender dos valores e prazos destas operações, há incorrência de juros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, houve transações desta natureza com as seguintes subsidiárias: Banvit Bandirma Vitaminli, BRF Foods GMBH, Hercosul Alimentos Ltda., Mogiana Alimentos, Sadia Chile S.A., BRF Global GMBH, BRF GMBH, Sadia Alimentos S.A., Sadia Uruguay S.A. e BRF Singapore Foods PTE Ltd.

Locação de Imóvel

Em relação à transação com parte relacionada realizada entre a Companhia e a BRF Previdência, conforme descrita no item 11.2 deste Formulário de Referência, ressalta-se que a mesma foi celebrada de acordo com a Política por atender ao critério de pagamento compensatório adequado, visto que o valor dos aluguéis corresponde às condições de mercado para imóveis semelhantes.

Operações com a Marfrig e suas controladas

A Companhia e a suas controladas realizam operações de compra e venda de mercadorias com a Marfrig e suas subsidiárias Quickfood S.A., Pampeano Alimentos S.A., Weston Importers Ltd., MFG Agropecuária Ltda. e Marfrig Chile S.A. Tais transações são executadas de acordo com a Política e visam o fornecimento de matéria-prima e de produtos.

Adicionalmente, para fins de observância dos padrões de comutatividade para as transações celebradas, a BRF se utiliza de critérios objetivos no processo de negociação das condições comerciais dos acordos, tais como cotações de mercado e indicadores econômico-financeiros fornecidos por terceiros independentes, que são geralmente aceitos pela respectiva indústria.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Em 14 de agosto de 2023, a BRF prestou garantias de financiamento para a Potengi, junto ao Banco do Brasil S.A., por meio de abertura de crédito fixo até o limite do valor de R\$144.000, provenientes de recursos ordinários do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, repassados para financiar a implantação da Central Geradora Eólica Cajuína 1, localizada no Rio Grande do Norte.

Em 19 de janeiro de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi no âmbito de sua 1ª emissão de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R\$1, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão.

Em 27 de março de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi no âmbito de sua 2ª emissão de 2.100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R\$0,1, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão.

As transações foram executadas de acordo com a Política e aprovadas pelos devidos órgãos de governança da Companhia.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/03/2024		13.653.417.953,36	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.682.473.246	0	1.682.473.246	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/03/2024		13.653.417.953,36	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.682.473.246	0	1.682.473.246	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/03/2024		13.653.417.953,36	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.682.473.246	0	1.682.473.246	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/07/2023		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.825.000.000	0	1.825.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografia, em série única, para Colocação Privada
Data de emissão	14/05/2021
Data de vencimento	14/05/2031
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R\$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.214.044.079,81
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário: A Emissora poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas nos termos da Cláusula 5.25 abaixo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário: A Emissora poderá, a qualquer tempo, desde que no contexto da operação societária com terceiros não pertencentes ao seu grupo econômico à época do evento, anunciada ao mercado nos termos da legislação aplicável, na qual julgue adequada ou tenha como condição a alteração de seu perfil de endividamento, conforme atestado pela Emissora por meio de declaração, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures.</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo Discricionário: A Emissora poderá, a partir do 84^o (octogésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 14 de maio de 2028, inclusive, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures.</p> <p>No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.</p> <p>No caso do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário e do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário, o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) abaixo, dos dois o maior:</p> <p>(i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou</p> <p>(ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e da Remuneração das Debêntures, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 NTNB 2030 ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>(i) Data de vencimento: 14 de maio de 2031.</p> <p>(ii) Remuneração: 4,7843% a.a. atualizados pela variação do IPCA.</p> <p>(ii) Espécie: quirografária.</p> <p>(iii) Vigência: 10 anos.</p> <p>(iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 12 de novembro de 2021, vencendo em 14 de maio de 2031.</p> <p>(v) Amortização: Parcela única em 14 de maio de 2031.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	<p>Destinação de Recursos: destinados integral e exclusivamente às atividades da Emissora como produtora rural no agronegócio. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, inadimplemento, transformação do tipo societário da Emissora, entre outros.</p> <p>Lastro da 60ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ±CRA da VERT Companhia Securitizadora.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografária, em 2 Séries, para Colocação Privada
Data de emissão	14/07/2020
Data de vencimento	12/06/2030
Quantidade	2.200.000
Valor nominal global R\$	2.200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.681.294.032,68
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate será permitido a partir de 14 de julho de 2025, inclusive, para as Debêntures da 1ª Série; e a partir de 14 de julho de 2027, inclusive, para as Debêntures da 2ª Série. O valor a ser pago em razão de resgate será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) abaixo, dos dois o maior:</p> <p>(i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2028 para as Debêntures da Primeira Série ("NTNB 2028") e (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 para as Debêntures da Segunda Série ("NTNB 2030") ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>(i) Data de vencimento: 1ª Série: 14 de julho de 2027; 2ª Série: 12 de julho de 2030.</p> <p>(ii) Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 5,30% a.a atualizados pela variação do IPCA; Debêntures da 2ª Série: 5,60% a.a atualizados pela variação do IPCA.</p> <p>(iii) Espécie: quirografária</p> <p>(iv) Vigência: 1ª Série: 7 anos; 2ª Série: 10 anos.</p> <p>(v) Pagamento da Remuneração: 1ª Série: Semestral, a partir de 14 de julho de 2020, vencendo em 14 de julho de 2027; 2ª Série: Semestral, a partir de 14 de julho de 2020, vencendo em 12 de julho de 2030.</p> <p>(vi) Amortização: 1ª Série: Parcela única em 14 de julho de 2027; 2ª Série: Três Parcelas, sendo a 1ª em 14 de julho de 2028, a 2ª em 13 de julho de 2029 e a 3ª em 12 de julho de 2030.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Destinação de Recursos: destinados integral e exclusivamente às atividades da Companhia como produtora rural no agronegócio. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, inadimplemento, transformação do tipo societário da Companhia, entre outros. Lastro da 46ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRA da VERT Companhia Securitizadora.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Em. de Debêntures não Conv. em Ações, Quir., em até 4 Séries, p/ Distrib Púb com Esf. Restritos
Data de emissão	30/04/2019
Data de vencimento	30/04/2026
Quantidade	750.000
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	830.144.416,16
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto na Resolução CVM 160, e entre investidores qualificados, assim definidos na Instrução CVM n.º 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Investidores Qualificados") observado o disposto na Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Com exceção das Debêntures da 3ª Série Resgate será permitido após 30/04/2021 (inclusive) para as Debêntures da 1ª Série; após 30/04/2022 (inclusive) para as Debêntures da 4ª Série. O valor a ser pago em razão de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª e 2ª Série e ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série, acrescido dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate, se for o caso; e de prêmio flat, correspondente a 1,00% a.a para as Debêntures da 1ª Série, 0,80% a.a. para as Debêntures da 2ª Série e 4ª Série, pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 1ª Série: 30/04/2022; 3ª Série: 30/04/2026; 4ª Série: 30/04/2026 (ii) Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 100% a.a. da taxa DI acrescido de spread limitado a 0,90% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding); Debêntures da 3ª Série: até 5,50% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding) atualizados pela variação do IPCA; Debêntures da 4ª Série: 100% a.a da taxa DI acrescido de spread limitado a 1,45% a.a. (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding) (iii) Espécie: quirografária (iv) Vigência: Prazo total de 7 anos contados da data de emissão, vencendo em 30/04/2026. (v) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 30/10/2019, vencendo em 30/04/2026. (vi) Amortização: 1ª Série: Parcela única em 30/04/2022; 3ª Série: Duas Parcelas, sendo a 1ª em 30/04/2025 e a 2ª em 30/04/2026; 4ª Série: Duas Parcelas, sendo a 1ª em 30/04/2025 e a 2ª em 30/04/2026. (vii) Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Reforço de capital de giro da Companhia. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, inadimplemento, transformação do tipo societário da Companhia, entre outros.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografia, em duas séries, para Colocação Privada
Data de emissão	08/07/2022
Data de vencimento	13/07/2032
Quantidade	1.700.000
Valor nominal global R\$	1.700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.908.951.601,50
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate será permitido após 15/07/2024 (inclusive) para as Debêntures da 1ª Série; após 15/07/2027 (inclusive) para as Debêntures da 2ª Série. O valor a ser pago em razão de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures DI e/ou das Debêntures IPCA, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures DI e/ou das Debêntures IPCA calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI e/ou das Debêntures IPCA, conforme o caso, até a data do resgate antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 1ª Série: 15/07/2027; 2ª Série: 15/07/2032; Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 100% a.a. da taxa DI acrescido de spread a 1,25% a.a (calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos); Debêntures da 2ª Série: determinado percentual a.a a ser definido na data do procedimento do Bookbuilding e, em qualquer caso, equivalente a maior taxa entra) 0,80% a.a acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do tesouro IPCA + juros semestrais. Espécie: quirografia Vigência: Prazo total de 10 anos contados da data de emissão, vencendo em 15/07/2032. Pagamento da Remuneração: 1ª Série: Semestral, a partir de 16/01/2023, vencendo em 15/07/2027; 2ª Série: Semestral, a partir de 16/01/2023, vencendo em 15/07/2032. Amortização: 1ª Série: Parcela única em 15/07/2027; 2ª Série: Três Parcelas, sendo a 1ª em 15/07/2030, a 2ª em 15/07/2031 e a 3ª em 15/07/2032. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2o, parágrafo 40, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme alterada, parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 9o, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 40 do artigo 20 do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios ("Destinação de Recursos").

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	1506	409	61

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3, sob o código "BRFS3".

As Debêntures da Companhia, conforme descrito no item 12.3 acima, são admitidas à negociação

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
ADR		Estados Unidos	Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)
Entidade Administradora			
Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)			
Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual	
01/10/1996	20/10/2000	7,73	
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Sim:	ADRs listados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Sim:	Cada 1 ADR representa 1 ação ordinária		
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim:	The Bank of New York Mellon		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Sim:	Itaú Unibanco		

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2030 – 144A- Reg S
Data de emissão	24/09/2019
Data de vencimento	24/01/2030
Quantidade	588.307
Valor nominal global R\$	2.848.170.679,10
Saldo Devedor em Aberto	2.896.104.314,79
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>As notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento até 24 de outubro de 2029 a um preço de resgate equivalente ao maior entre: (i) 100% do valor principal; e (ii) a soma dos valores presentes, calculados a partir da data de resgate, e os pagamentos remanescentes do principal e juros (excluindo juros auferidos até a data de resgate) devidos após a data de resgate até a data de vencimento, descontados em base semestral até a data de resgate (supondo um ano de 360 dias composto por 12 meses de 30 dias) à taxa do tesouro, mais 0,5%, acrescido, em cada caso, se houver, os juros vencidos e não pagos. Neste caso, qualquer resgate das notas estará sujeito a (1) haver pelo menos US\$150,00 milhões do valor principal das notas (incluindo quaisquer notas adicionais) em circulação após o referido resgate ou (2) o resgate integral das notas em circulação.</p> <p>Após 24 de outubro de 2029, as notas poderão ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento ao preço de 100% do valor de principal das notas em circulação a serem resgatadas, acrescidos de juros acumulados e não pagos (incluindo quaisquer notas adicionais, caso existam).</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>(i) Data de vencimento: 24 de janeiro de 2030. (ii) Remuneração: 4,875% (USD). (ii) Espécie: Senior Notes. (iii) Vigência: 10 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 24 de janeiro de 2020. (v) Amortização: Parcela única no vencimento (bullet).</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Taxa de juros de 4,875% ao ano (yield to maturity de 5,00%) pagos semestralmente. Na falta de uma categoria “Notes” ou “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Notes” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US\$750.000.000,00 e convertida em reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor, a saber, dia 24/09/2019, BRL/USD: 4,1721 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Emissão Retap de BRF Notes 2050 - 144A - Reg S

12.7 Títulos emitidos no exterior

Data de emissão	21/09/2020
Data de vencimento	30/09/2050
Quantidade	617.190
Valor nominal global R\$	3.249.432.147,00
Saldo Devedor em Aberto	3.209.651.960,43
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento antes de 21 de março de 2050, a um preço de resgate baseado em um valor “make-whole” acrescido de juros acumulados e não pagos. A partir de 21 de março de 2050, as Notes podem ser resgatadas no todo ou em parte, a qualquer momento, a 100% de seu valor principal acrescido dos juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários. As Notes também podem ser resgatadas, no todo, mas não em parte, em 100% de seu valor principal, mais juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários, no caso de eventos específicos relacionados às leis tributárias aplicáveis
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 21 de setembro de 2050. (ii) Remuneração: 5,75% (USD). (ii) Espécie: Senior Notes. (iii) Vigência: 30 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 21 de março de 2021. (v) Amortização: Parcela única no vencimento (bullet).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Taxa de juros de 5,750% ao ano pagos semestralmente. Na falta de uma categoria “Notes” ou “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Notes” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US\$800.000.000,00 e convertida em reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor de US \$500.000.000,00, dia 21/09/2020, BRL/USD: 5,4440 e o valor de US\$ 300.000.000,00, dia 26/10/2020, BRL/USD: 5,63/US\$1,00 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2026 – 144 – Reg S
Data de emissão	29/09/2016
Data de vencimento	29/09/2026
Quantidade	299.282
Valor nominal global R\$	1.448.913.946,60

12.7 Títulos emitidos no exterior

Saldo Devedor em Aberto	1.453.806.179,46
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As notes não foram nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 29 de setembro de 2026. (ii) Remuneração: 4,35% (USD). (ii) Espécie: Senior Notes. (iii) Vigência: 10 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 29 de março de 2017. (v) Amortização: Parcela única no vencimento (bullet).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria "Notes" ou "Bonds" no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como "Debêntures" por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de "Notes" nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos, no valor de US\$500.000.000,00 e convertida em reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil, na data de recebimento do valor, a saber, dia 29/09/2016, BRLUSD: 3,2229 (Fonte Bacen)

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

3ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos por meio da oferta de debêntures da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, com esforços restritos de colocação, emitidas em 14 de maio de 2021, no montante de R\$1.000,0 milhões, foram utilizados, pela Companhia, no curso ordinário dos seus negócios, para efetuar, dentre outros aspectos, a sustentação da liquidez, extensão do prazo médio do endividamento e a diversificação das fontes de financiamento.

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.

4ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos por meio da oferta de debêntures da 4ª emissão de debêntures simples da Companhia com esforços restritos de colocação, emitidas em 8 de julho de 2022, no montante de R\$1.700,0 milhões, foram utilizados, pela Companhia, no curso ordinário dos seus negócios, para efetuar, dentre outros aspectos, a sustentação da liquidez, extensão do prazo médio do endividamento e a diversificação das fontes de financiamento.

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.

Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2022

Os recursos obtidos por meio da oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de *American Depositary Shares*, realizada em 18 de janeiro de 2022, foram utilizados, pela Companhia, para reforçar a estrutura de capital da Companhia, expandir suas atividades e/ou realizar investimentos estratégicos.

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no memorando da Oferta.

Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2023

Os recursos obtidos por meio da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, realizada em 13 de julho de 2023, foram utilizados, pela

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Companhia, para reforçar a estrutura de capital da Companhia, mais especificamente, endereçar a redução do endividamento bruto.

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no memorando da Oferta.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

3ª Emissão de Debêntures

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.

4ª Emissão de Debêntures

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.

Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2022

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no memorando da Oferta.

Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2023

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no memorando da Oferta.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias de acionistas. De acordo com o Estatuto Social da Companhia e o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações sem direito a voto ou com direitos de voto restritos. Além disso, de acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de sua emissão direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias na proporção de suas participações no total das ações emitidas ou em circulação. Além disso, no caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares de ações de sua emissão têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção da sua participação no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas em uma Assembleia Geral podem privar um acionista dos seguintes direitos:

- direito a participar na distribuição dos lucros;
- direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias;
- direito de fiscalizar a administração da Companhia na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações; e
- direito a se retirar da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Debêntures

Com relação às Debêntures descritas no item 12.3 acima, seguem algumas informações adicionais acerca das hipóteses de resgate antecipado compulsório e restrições aplicáveis.

A Companhia terá a obrigação de resgatar as debêntures na ocorrência dos eventos abaixo:

- (i) inadimplemento, pela Companhia, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;
- (ii) questionamento judicial, pela Companhia, das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão;
- (iii) (a) decretação de falência da Companhia ou de qualquer de suas controladas relevantes (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) pedido de autofalência da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência

12.9 Outras informações relevantes

- formulado por terceiros em face da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes e não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e de qualquer de suas Controladas Relevantes;
- (iv) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
 - (v) caso as Debêntures e/ou a Escritura de Emissão sejam consideradas ou declaradas nulas, inválidas ou inexequíveis por qualquer lei, decreto, ato normativo ou qualquer outro expediente legal, regulamentar ou administrativo, inclusive qualquer decisão judicial;
 - (vi) transformação do tipo societário da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vii) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, exceto com a anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
 - (viii) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas tentar ou praticar qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, as Debêntures, a Escritura de Emissão, qualquer documento relativo à Emissão ou qualquer das suas respectivas cláusulas; e
 - (ix) redução de capital social da Companhia, exceto se observado o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia, poderá ter a obrigação de resgatar as Debêntures, no caso das seguintes hipóteses abaixo:

- (i) inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do referido inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira não sanada no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a US\$ 150,0 milhões (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos

12.9 Outras informações relevantes

- (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário) ou (b) decisão judicial ou arbitral;
- (iv) início de processo de execução e/ou descumprimento de sentença definitiva, em face da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou descumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral final, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, no prazo estipulado em referida decisão ou sentença, em valor individual ou agregado superior a US\$150,0 milhões, exceto se (a) no caso de sentença arbitral, a Companhia esteja pleiteando perante o poder judiciário a decretação da nulidade da sentença arbitral nos termos do artigo 32 e 33 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e, no contexto de tal pleito, tenha obtido a suspensão dos efeitos da referida sentença arbitral; ou (b) no caso de decisão judicial, no contexto, do processo de execução, a Companhia tenha prestado garantia integral, nos termos da lei processual vigente, e tal garantia tenha suspenso os efeitos da referida sentença arbitral;
- (v) questionamento judicial por terceiros, das Debêntures ou da Escritura de Emissão;
- (vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais que impossibilitem o exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, de forma a afetar materialmente suas operações, exceto na hipótese em que tais licenças estejam em processo de renovação tempestiva
- (vii) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior a US\$150,0 milhões ou o valor equivalente em outras moedas;
- (viii) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada Relevante da Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de ativos da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante da Companhia que detenha patrimônio imobilizado, em valor equivalente ou superior a US\$ 150,0 milhões, de forma individual ou agregada;
- (ix) condenação da Companhia em sede de segunda instância judicial, que verse sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e do *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável ("**Leis Anticorrupção**"), exceto em relação aos casos descritos no Formulário de Referência, Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da Emissora na presente data;

12.9 Outras informações relevantes

- (x) protestos de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada Relevante, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a US\$150,0 milhões ou valor equivalente em outras moedas, salvo se, seja validamente comprovado pela Companhia ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado, sustado ou suspenso; (b) foram prestadas e aceitas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado; ou (c) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo;
- (xi) pagamento pela Companhia de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja em mora em quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;
- (xii) cisão, fusão e incorporação da Companhia (inclusive incorporação de ações), ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se (a) mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas; (b) caso ocorra dentro do grupo econômico da Companhia; (c) caso a Companhia permaneça no controle direto ou indireto, das Controladas Relevantes; ou (d) seja assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) as declarações ou garantias prestadas pela Companhia, na Escritura de Emissão revelarem- se inverídicas, incorretas, inconsistentes ou imprecisas, sob qualquer aspecto relevante;
- (xiv) caso qualquer disposição da Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei, decreto, ato normativo ou qualquer outro expediente legal, regulamentar ou administrativo, inclusive qualquer decisão judicial; e
- (xv) alteração do objeto social da Companhia que implique mudança da atividade principal da Companhia.

CRA

Com relação aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio lastreado em créditos do agronegócio de titularidade da Companhia, seguem algumas informações adicionais acerca das hipóteses de resgate antecipado compulsório e restrições aplicáveis.

A Vert Companhia Securitizadora (“**Emissora dos CRAs**”) terá a obrigação de resgatar automaticamente a totalidade dos CRAs na ocorrência dos eventos abaixo:

- (i) descumprimento, pela Companhia e/ou SHB e/ou pela BRF Global GmbH (“BRF Global”) e/ou pela BRF Foods GmbH, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os respectivos Contratos de Exportação, cada Compromisso de Pagamento, cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio

12.9 Outras informações relevantes

Adicionais e/ou o Contrato de Cessão, ou qualquer documento relacionado, desde que não sanada no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, a contar do respectivo vencimento;

- (ii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia e/ou SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods;
- (iii) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros, não contestado ou elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Companhia e/ou da SHB, bem como qualquer dos procedimentos anteriores, ou com efeitos similares, que envolvam a BRF Global e/ou a BRF Foods;
- (iv) caso a BRF Global e/ou a BRF Foods se recusem a efetuar os pagamentos devidos em decorrência de descumprimento, pela Companhia, conforme o caso, ou por terceiros, de suas respectivas obrigações no âmbito dos respectivos Contratos de Exportação por culpa, dolo, omissão ou má-fé; ou
- (v) descumprimento das regras anticorrupção pela Companhia.

A Emissora dos CRAs terá a obrigação de resgatar a totalidade de cada uma das séries dos CRAs na ocorrência dos eventos abaixo, exceto se diversamente determinado por, no mínimo, 2/3 dos respectivos detentores de cada uma das séries dos CRAs:

- (i) descumprimento, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, conforme aplicável, de qualquer obrigação não-pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os respectivos Contratos de Exportação, cada Compromisso de Pagamento, cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e/ou o Contrato de Cessão, desde que não sanada no prazo estabelecido no respectivo instrumento, ou, em caso de omissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação informando a ocorrência do evento;
- (ii) alteração dos termos e condições de cada Compromisso de Pagamento, sem o consentimento prévio, expresso e por escrito da Emissora dos CRAs;
- (iii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, em qualquer dos Contratos de Exportação, em cada Compromisso de Pagamento, em cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais DI ou Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais IPCA e no Contrato de Cessão, conforme aplicável, que possa afetar materialmente o cumprimento do Contrato de Cessão, são (a) falsas ou enganosas ou, (b) em qualquer aspecto relevante, insuficientes ou incorretas, nas datas em que foram prestadas, desde que não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data em que a Emissora dos CRAs comunicar à Companhia e/ou à SHB e/ou à BRF Global e/ou à BRF Foods sobre a respectiva comprovação;

12.9 Outras informações relevantes

- (iv) descumprimento, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods de qualquer decisão ou sentença judicial, arbitral ou administrativa, conforme aplicável, contra as quais não caiba recurso, em valor, individual ou agregado, superior a US\$150,0 milhões (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (v) protesto de títulos contra a Companhia e/ou a SHB e/ou a BRF Global e/ou a BRF Foods em valor, individual ou agregado, superior a US\$150,0 milhões, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado à Emissora dos CRAs que o(s) protesto(s) foi(ram): (a) cancelado(s) ou suspenso(s); (b) efetuado(s) por erro ou má- fé de terceiros; ou (c) garantido(s) por garantia(s) aceita(s) em juízo;
- (vi) inadimplemento, na data de vencimento da obrigação, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, de qualquer obrigação financeira em valor, individual ou agregado, superior a US\$150,0 milhões (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se sanado no respectivo prazo de cura então indicado no respectivo contrato, conforme aplicável;
- (vii) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia e/ou da SHB e/ou da BRF Global e/ou da BRF Foods, cujo valor seja superior a US\$150,0 milhões, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se (1) (1.a) no prazo de cura previsto no respectivo instrumento para a dívida ou obrigação específica, conforme aplicável, ou (1.b) em não havendo tal prazo de cura, em 5 (cinco) Dias Úteis, for comprovado à Emissora dos CRAs que a dívida ou obrigação geradora de tal vencimento antecipado foi integralmente quitada, renovada ou renegociada de modo a impedir sua exigibilidade, nos termos acordados com o credor de tal dívida; ou (2) se a exigibilidade da referida dívida ou obrigação for suspensa por decisão judicial;
- (viii) pagamento, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, de lucros, dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia e/ou a SHB e/ou a BRF Global e/ou a BRF Foods esteja(m) em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em cada Compromisso de Pagamento, cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais DI ou cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais IPCA e no Contrato de Cessão, ou qualquer documento relacionado;
- (ix) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de Reorganização Societária da Companhia e/ou da SHB, exceto (i) mediante aprovação prévia e por escrito da Emissora dos CRAs; (ii) caso ocorra dentro do grupo econômico da Companhia; ou (iii) caso a Companhia permaneça no Controle, direto ou indireto,

12.9 Outras informações relevantes

da SHB; ou (iv) a sociedade sobrevivente da referida Reorganização Societária assuma expressamente as obrigações da Companhia sob o Contrato de Cessão, do respectivo Contrato de Exportação, Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e Compromissos de Pagamento;

- (x) existência de sentença condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva relativamente à prática de atos pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como ao crime contra o meio ambiente;
- (xi) na hipótese de a Companhia e/ou as Devedoras, direta ou indiretamente, tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, o Contrato de Exportação, cada Compromisso de Pagamento, o Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e o Contrato de Cessão, qualquer documento relacionado ou qualquer das Cláusulas de documentos relativos à emissão dos CRAs; ou
- (xii) caso qualquer das Devedoras questione, de forma judicial ou extrajudicial, (a) a qualidade, a especificação e/ou a quantidade dos Produtos objeto dos Créditos do Agronegócio, inclusive após seu embarque e independentemente de sua entrega do local de destino da exportação; ou (b) o recebimento dos Produtos; e
- (xiii) caso os CRAs tenham que ser resgatados pela Emissora dos CRAs, nos termos previstos acima, a Companhia ficará obrigada a realizar a recompra dos Créditos do Agronegócio correspondentes.

Para maiores informações sobre os Instrumentos que formalizam as mencionadas dívidas, acesse os links abaixo:

<https://ri.brf-global.com/mercado-de-capitais/>

<https://www.vert-capital.com/>

<https://www.pentagonotrustee.com.br/>

<https://vortex.com.br/>

Oferta Pública de Distribuição de Ações

Em referência ao fato relevante divulgado pela Companhia em 4 de julho de 2023 (“**Fato Relevante da Oferta**”) e ao fato relevante divulgado pela Companhia em 13 de julho de 2023 (“**Fato Relevante do Preço por Ação**”), a Companhia apresenta abaixo informações adicionais relacionadas à oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), observado que a quantidade de Ações inicialmente ofertada foi acrescida em virtude da colocação da totalidade das Ações Adicionais (conforme definido abaixo), destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, realizada sob o rito de registro automático de

12.9 Outras informações relevantes

distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 (“**Resolução CVM 160**” e “**Oferta**”, respectivamente), bem como foi divulgado o respectivo aviso ao mercado da Oferta em 4 de julho de 2023.

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de, inicialmente, 500 milhões Ações de emissão da Companhia. A quantidade de Ações inicialmente ofertada foi acrescida, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, em 20% do total de Ações da Oferta, ou seja, em 100 milhões ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais foram destinadas a atender excesso de demanda constatado no momento em que foi fixado o Preço por Ação (“**Ações Adicionais**”).

No contexto da Oferta, a Companhia se obrigou a pagar remuneração aos Coordenadores da Oferta e aos Agentes de Colocação Internacional, sendo certo que não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Destinação de recursos

Do valor total de emissão, R\$600,0 milhões foram destinados à conta de capital social e R\$4.800,0 milhões foram destinados à reserva de capital, conforme artigo 14, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia pretende investir a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Oferta para reforçar a estrutura de capital da Companhia, mais especificamente, endereçar a redução do endividamento bruto.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Miguel de Souza Gularte	Diretor Presidente	Alterado	
Fabio Luis Mendes Mariano	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Miguel de Souza Gularte
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos Artigos 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:
Miguel Gularte
560603D486B4448...

Miguel de Souza Gularte

13.1 Declaração do diretor presidente



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E6FC3F82B1D4430E91D46B8F7472E135	Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: FRE BRF 2024 - Declaração seção 13.1 (v. assinatura).pdf	
ID:	
Envelope fonte:	
Documentar páginas: 1	Assinaturas: 1
Certificar páginas: 1	Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado	Victoria Oetinger Chassot
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	R JORGE TZACHEL - 475
	Itajai, Santa Catarina 88.301-600
	victoria.chassot@brf.com
	Endereço IP: 179.209.140.63

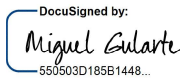
Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Victoria Oetinger Chassot	Local: DocuSign
20/05/2024 21:32:21	victoria.chassot@brf.com	

Eventos do signatário

Miguel Gularte
 miguel.gularte@brf.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura



Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 191.254.156.170
 Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 20/05/2024 21:33:22
 Visualizado: 20/05/2024 21:39:51
 Assinado: 20/05/2024 21:40:13

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	20/05/2024 21:33:22
Entrega certificada	Segurança verificada	20/05/2024 21:39:51
Assinatura concluída	Segurança verificada	20/05/2024 21:40:13
Concluído	Segurança verificada	20/05/2024 21:40:13
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Fabio Luis Mendes Mariano
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos Artigos 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:

Fabio Mariano

3EDC0A86B4624BB

Fabio Luis Mendes Mariano

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 9842530C1ED94867BB554FDEC1B24CF7		Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: FRE BRF 2024 - Declaração seção 13.2 (v. assinatura).pdf		
ID:		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 1	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 1	Rubrica: 0	Victoria Oetinger Chassot
Assinatura guiada: Ativado		R JORGE TZACHEL - 475
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		Itajai, Santa Catarina 88.301-600
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		victoria.chassot@brf.com
		Endereço IP: 179.209.140.63


Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Victoria Oetinger Chassot	Local: DocuSign
20/05/2024 21:30:34	victoria.chassot@brf.com	

Eventos do signatário

Fabio Mariano
 fabio.mariano@brf.com
 Diretor Financeiro
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 3EDC0A86B4624BB...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 8.242.26.241
 Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 20/05/2024 21:32:08
 Reenviado: 21/05/2024 09:36:43
 Visualizado: 21/05/2024 09:57:51
 Assinado: 21/05/2024 09:58:12

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	20/05/2024 21:32:08
Entrega certificada	Segurança verificada	21/05/2024 09:57:51
Assinatura concluída	Segurança verificada	21/05/2024 09:58:12
Concluído	Segurança verificada	21/05/2024 09:58:12
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora